

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura**

**JOÃO ALMEIDA MEDINA**

**SILÊNCIOS: estratégia política e comunicacional em Cabo Verde**

**Rio de Janeiro**

**2020**

**JOÃO ALMEIDA MEDINA**

**Silêncios: estratégia política e comunicacional em Cabo Verde**

**Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor. Área de concentração: Comunicação e Mediação.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> MARIALVA CARLOS BARBOSA**

**Rio de Janeiro  
2020**

**Medina, João Almeida. Silêncios: estratégia política e comunicacional em Cabo Verde/ João Almeida Medina. -- 2020. 201 f.: il.**

**Orientadora: Marialva Carlos Barbosa**

**Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura)**

**Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação , Rio de Janeiro, 2020.**

**JOÃO ALMEIDA MEDINA**

**Silêncios: estratégia política e comunicacional em Cabo Verde**

**Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor. Área de concentração: Comunicação e Mediação.**

**Aprovada em junho de 2020**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profª Drª Marialva Carlos Barbosa – Orientadora**  
**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

---

**Prof. Dr. José Cardoso Ferrão**  
**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

---

**Profª Drª Leticia Cantarela Matheus**  
**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

---

**Profª Drª Beatriz Becker**  
**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

---

**Profª Drª Ana Paula Goulart**  
**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Aos meus filhos, Duda e Diogo, e à minha mãe, Ludovina, a fonte de tudo.

## **Agradecimentos**

A todos que colaboraram para que esta tese se fizesse. Um agradecimento muito especial à minha orientadora Marialva Barbosa.

## Resumo

Este trabalho debruça-se sobre a complexidade de compreender as estratégias comunicacionais e políticas que se dão em relação à fome. No caso de Cabo Verde, os silêncios ou não ditos não constituem uma determinação coerciva imposta aos jornalistas. Num contexto em que as fronteiras entre silêncios e não ditos se fazem tênues, a tática era não trazer ao público vozes que destoassem dos representantes do poder. Para recuperar essas vozes, testemunhas do tempo vivido, esta pesquisa pôs-se à escuta de quem trabalhou no programa de combate à fome denominado de Operação Santo Antão 85 e de quem recebeu os apoios dele. O desafio do campo da comunicação no qual esta pesquisa se situa era encontrar equilíbrio entre várias perspectivas e práticas. Os dados quantitativos realçados nos poucos estudos sobre a fome não seriam suficientes para fazer uma reflexão acerca dos silêncios enquanto estratégia política em Cabo Verde. Na combinação de perspectivas metodológicas, usamos a etnometodologia, enquanto método de entrevista e conversação, e a autoetnografia em diálogos com autores do campo. O dever de não esquecer as histórias de vida do passado, mas também o presente de quem vive no limiar da miséria humana, levamos a estabelecer uma espécie de tipologia de silêncios. Em alguns momentos deste texto, o silêncio apresenta-se como estratégico, estabelece o tempo de dizer e o de esquecer. Quando o passado longínquo se assume como fundamental para aliviar ou fazer esquecer o passado recente, o silêncio torna-se memorial. Trata-se de um silêncio adveniente de um esquecimento produzido, que se configura como memória longínqua e que por vezes aflora em brechas de lembranças. Do ponto de vista individual, as lembranças do passado longínquo servem para se esquivar e esquecer os momentos mais recentes de miséria. A respeito desse flagelo, nota-se também uma fala eloquente que se dá quase sempre por meio de táticas eufemísticas. Isso quando a *parole* de fraqueza, debilidade, malnutrição e subnutrição substitui a fome, tentando esconder a miséria e as múltiplas ausências, de comida a condições sanitárias. Fazem-se silêncios eloquentes. As lembranças, ainda confinadas ao silêncio no que tange a publicações de historiadores, passam de uma geração a outra pela oralidade, no espaço privado, e por isso permanecem vivas na memória. Em outros momentos, o silêncio faz-se negociado. Nesses casos não dizer resulta menos de uma imposição e mais de uma percepção captada no seio do grupo de pertença. Por sua vez, no plano individual, o silêncio dá-se muitas vezes por causa de uma dor pessoal, como a perda de um filho ou de um familiar em tempos de miséria, seca e fome. O silêncio da dor faz-se para que a vida siga, ainda que as marcas estejam presentes nas expressões, nas imagens, nas pistas de que houve uma existência que se foi em momento difícil. Quando as perdas são coletivas ou grupais, tornam-se traumáticas. O silêncio advém de um trauma por parte de quem presenciou a miséria, a fome e as mortes e carrega consigo marcas psicossociais dessa experiência vivida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Silêncios; estratégia; comunicação; política; etnometodologia; autoetnografia.

## Abstract

This work focuses on the complexity of understanding the communicational and political strategies that occur in relation to hunger. It is shown that, in the case of Cape Verde, silences or not said do not constitute a coercive determination imposed on journalists. In a context in which the boundaries between silences and unspoken are tenuous, the tactic was not to bring to the public voices that disagree with the representatives of power.

To recover those voices, witnesses of the time lived; this research listened to those who worked on the program and those who received support from the program to combat hunger, called Operation Santo Antão 85. The challenge in this field of communication, in which this research is located, was to find balance between various perspectives and practices. The quantitative data highlighted in the few studies on hunger would not be enough to reflect on silences as a political strategy in Cape Verde.

In the combination of methodological perspectives, we use ethnomethodology as a method of interview and conversation, and autoethnography in dialogues with authors in this field. The duty not to forget the life stories of the past but also the present of those who live on the threshold of human misery leads us to establish a kind of type of silence.

In some passages of this text, silence presents itself as strategic, establishing the time to say and forget. When the distant past is assumed to be essential to alleviate or forget the recent past, silence becomes a memorial. The silence arising from a produced forgetfulness, which is configured as a distant memory and that sometimes, emerges in gaps in memories.

From an individual point of view, the memories of the distant past serve to evade and forget the most recent moments of misery. On this scourge, there is also an eloquent speech that occurs almost always through euphemistic tactics. This is when the word of weakness, feebleness, malnutrition and undernourishment replaces hunger, trying to hide misery and multiple absences, of food to sanitary conditions. Eloquent silences are made. Memories, still confined to silence when it comes to publications by historians, pass from one generation to another through orality, in the private space, and for this reason they remain alive in memory.

At other times, silence is negotiated. In these cases, not saying results less from an imposition and more from a perception captured within the group of belonging. More at the individual level, silence is often due to personal pain, such as the loss of a child or family member in times of misery, drought and hunger. The silence of pain is made so that life goes on, even if the marks are present in the expressions, in the images, in the clues that there was an existence that has gone at a difficult time. When the losses are collective or aggregation they become traumatic. Silence comes from a trauma on the part of those who witnessed misery, hunger and deaths and carries with them psychosocial marks of this lived experience.

**KEYWORDS:** Silences; strategy; Communication; policy; ethnomethodology and autoethnography



## LISTA DE SIGLAS

BCV	Banco de Cabo Verde
CIGEF	Centro de Investigação e Formação em Género e Família
CILSS	Comité Interstadual Permanente para Controle de Secas no Sahel
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
ICIEG	Instituto Cabo-Verdiano para Igualdade e Equidade do Género
ICL	Instituto Cabo-Verdiano do Livro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MPD	Movimento para a Democracia
ONU	Organização das Nações Unidas
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UCID	União Cabo-Verdiana Independente e Democrática
UDEMU	União Democrática das Mulheres da Guiné e de Cabo Verde
Uni-CV	Universidade de Cabo Verde
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VBG	Violência Baseada no Género

## Lista de ilustrações

Fig. 1	O menino e a imaginação poética do jornalista	p. 79
Fig. 2	Recorte do jornal Voz di Povo de 22 de maio de 1985, em que a fotografia dos trabalhadores num escarpado e diante de fios não aparece na legenda	p. 82
Fig. 3	Recortes do jornal Voz di Povo que vendem a imagem de Cabo Verde a inserir-se no mundo, pela desenvoltura dos seus dirigentes	pp. 87- 89
Quadro 1	Dados sobre a fome em Cabo Verde	p. 31
Quadro 2	Retrato estatístico de Cabo Verde em meados de 1774	p.32
Quadro 3	Retrato estatístico de Cabo Verde em fevereiro de 1775	p.32
Quadro 4	Programas e beneficiários de assistência	pp. 77-78

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>Primeira parte</b> .....	25
<b>Capítulo 1 – Fome na dupla dimensão comunicacional</b> .....	26
<b>1.1 A <i>parole</i> da fome cíclica em Cabo Verde antes da independência</b> .....	27
<b>1.2 A política no pós-independência e o sonho de banir a fome</b> .....	37
<b>2 - Silêncios como contraponto ao ato de testemunho</b> .....	43
2.1 Silêncios como eloquência .....	44
2.2 Testemunho e memória .....	51
2.3 Esquecimento voluntário e usos (ou abusos) da memória .....	60
2.4 Contraponto silêncios/esquecimento, testemunho e memória.....	62
<b>Segunda parte</b> .....	70
<b>3. Fome: uma ausência narrativa</b> .....	71
3.1 O dito dos relatórios do Ministério da Saúde sobre desnutrição e fome .....	73
3.2 O não dito dos jornais .....	81
3.3 O não dito como estratégia para a construção da imagem de sucesso de Cabo Verde .....	85
<b>4. Personagens da fome</b> .....	90
4.1. Cenários de desolação.....	94
4.2. O cotidiano da fome .....	95
4.3. Lembranças e reminiscências.....	97
<b>5 Vozes marginalizadas e desterritorializados</b> .....	99
5.1 Vozes marginalizadas .....	100
5.2 <b>Autoetnografia de um desterritorializado</b> .....	107
5.2.1 Luta da vida e de mulheres .....	120
5.2.2 Outras viagens .....	130
<b>6. Conclusão</b> .....	141
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	149
<b>Anexos</b> .....	158

## INTRODUÇÃO

Estudos do instituto de pesquisa social Afrobarômetro realizados em Cabo Verde desde 2002 realçam que os cabo-verdianos participam pouco da discussão de assuntos políticos, em reuniões comunitárias ou em marchas de protesto, e também pouco a mobilizam. Nos 12 meses anteriores aos inquéritos do início do século, dois em cada três indivíduos não fizeram parte de reuniões comunitárias nem discutiram política. Os cabo-verdianos, no entanto, parecem ter consciência de que são pouco ativos. Cerca de 40% dos entrevistados consideram que deviam ser mais ativos, questionando os líderes. Essa ideia é defendida sobretudo pelas pessoas mais instruídas e pelos indivíduos mais jovens, isto é, dos 18 aos 34 anos. As pessoas que se sentem próximas dos pequenos partidos são aquelas que mais acham que a sociedade cabo-verdiana deveria ser mais crítica (AFROSONDAGEM, 2020).

O instituto aponta como prováveis justificativas para esses desoladores níveis de participação a alta taxa de analfabetismo<sup>1</sup>, a falta de uma tradição e de uma cultura de participação e a ausência de níveis elevados de ativismo social e político. Tudo isso, na perspectiva do Afrobarômetro, faz com que os cabo-verdianos se inibam de participar e tenham necessidade de se fazerem representar e não de se representarem.

Independentemente das leituras imediatas a que se possa chegar, talvez encontrássemos nesses números indícios que nos pusessem a pensar o silêncio e a política na sociedade cabo-verdiana, cruzando o resultado dos inquéritos mencionados com os desfechos das eleições em Cabo Verde. Foi o nosso propósito no início dessa caminhada.

Mas fenômenos infomediáticos, *fakes*, que amplificaram e propiciaram dimensões políticas e a chegada ao poder de candidatos de circuitos outros, como Bolsonaro no Brasil, surpreenderam-nos a meio caminho da investigação e pensamos que deveríamos arrepiar caminhos. Não por receio de encarar o desafio. Deparamos com o pensamento de que vivemos ou vivíamos anos dourados na ilusão da liberdade sem filtros que as tecnologias, particularmente as mídias sociais, criaram. Tão alucinados e entusiasmados

---

<sup>1</sup> Pensamos que o instituto se refere a taxas de analfabetismo funcional e político, na medida em que as taxas de analfabetismo em Cabo Verde baixaram drasticamente para níveis residuais.

ficamos que nos esquecemos de perguntar aos matemáticos que cálculo admirável nos levou a concretizar esse sonho de ser livre. A maioria não questionou, talvez nem tivesse noção de que devesse questionar, perante a ideia sintetizada por Dênis de Moraes (2006, p. 19) de

como se as telas, monitores, ambientes virtuais condensassem dentro de si a vida social, as mentalidades, os processos culturais, os circuitos informativos, as cadeias produtivas, as transações financeiras, a arte, as pesquisas científicas, os padrões de sociabilidade, modismos e ações sociopolíticas.

O pensamento era o de que a internet se abriria à diversidade e que seria um meio de combate à manipulação coercitiva dos chamados *media* tradicionais. Tendo acesso à esfera pública, havia possibilidade de sermos receptores-produtores.

Despertamos do sono maravilhoso quando, em vez de assistirmos a essa desejada multiplicidade de voz numa suposta arena de iguais, que seria mais horizontal do que vertical, observamos mais radicalização. A nosso ver, afastamo-nos da polifonia política e cultural, já que, em vez de “uma pluralidade de vozes que se fundem numa consciência única” (BAKHTIN, 1997, p. 41), existindo em diferentes registros e que geram dinamismo dialógico<sup>2</sup> entre si, as polêmicas de surdos assumiram papel preponderante. Os polêmicos elegem os seus adversários sem os compreender e infundem o seu veneno corrosivo. As respostas saem no mesmo tom. A radicalização política sem pauta, à esquerda e à direita, mostra-se perceptível em muitas partes do mundo. O ano de 2018 evidenciou-se fértil nesse campo, quanto mais não seja pelo fato de, pela primeira vez na história das democracias modernas, termos um candidato que ganha as eleições sem debater, na esfera pública, as suas ideias com o oponente.

Forçadas a reagir perante esse quadro de radicalização, as autoridades instituídas adotaram em diferentes esferas caminhos limitadores para combater a desinformação nas mídias sociais. A União Europeia defendeu até um código de condutas e censura prévia para os difusores da desinformação digital, como alinhava o comunicado da Direção-Geral das Redes de Comunicação, Conteúdos e Tecnologias, da Comissão Europeia (Bruxelas, 26 de abril de 2018). Aqui, vinca-se a tradição do republicanismo de colocar a liberdade de expressão vinculada às virtudes cívicas da cidadania, em que o

---

<sup>2</sup> Sobre polifonia e dialogismo, ver Bakhtin (1997, 2003).

livre agir do indivíduo não se sobrepõe aos direitos privativos de honra, dignidade humana, entre outros (GOMES, 2004; RAMOS, 2011).

A defesa da censura prévia do comunicado da Comissão Europeia fez emergir ou redimensionar um debate sobre o livre agir e a liberdade, e nele não faltou alinhamento para o campo do ato impositivo do silêncio. Isso levar-nos-ia à ideia de proibição como contraponto à comunicação. Não era esse o nosso caminho. Por isso, redimensionamos a nossa pesquisa para, em vez de um estudo sobre as estratégias eleitorais, trabalharmos os múltiplos silêncios em Cabo Verde, tentar dar uma contribuição no campo em que a comunicação se cruza com silêncios, esquecimentos e memórias. Tomamos como referência a fome no Cabo Verde pós-independente, com incidência na década de 1980, quando o país reiterava no panorama internacional como caso de gestão cuidada das ajudas externas.

O tema apresentou-nos como relevante desde fins de 2007, quando, dando conta de mais de um ano de seca que arrasava o Planalto Norte, na segunda maior ilha de Cabo Verde, Santo Antão, nós, repórteres a serviço do jornal *A Semana*, subimos montes e descemos ribeiras, para relatar o drama vivido por uma população de pastores e agricultores. As narrativas, textuais e imagéticas, mostravam o desespero de quem perdeu mais de dois terços do gado por causa da falta de pasto, cadáveres espalhados nas ribeiras, velhos e jovens pastores a clamarem ajuda. Nessa altura, encontramos alguma resistência em fazer publicar a reportagem, enfrentando até jornalistas que se diziam progressistas, mas que viviam na capital do país. Não entendemos com clareza a resistência, mas, depois de estudar o esquecimento como dimensão da condição histórica de humanos que somos (RICOEUR, 2007), a memória como espaço de disputa (JOUTARD, 2015), lembranças traumatizantes (POLLAK, 1989), usos e abusos da memória (TODOROV, 1995; 2000), questões relativas à metamémoria (CANDAU, 1998; 2005), percebemos não só a complexidade da questão, mas também a necessidade de pensá-la do ponto de vista comunicacional e político, por meio da realidade cabo-verdiana.

As marcas iniciais levaram-nos ao pensamento de que a fome compunha uma lembrança traumatizante<sup>3</sup> (POLLAK, 1989) em qualquer circunstância e espaço, mormente num

---

<sup>3</sup> Fazemos essa discussão na segunda parte deste trabalho, quando questionamos as narrativas sobre a fome.

país em que o combate a esse flagelo assola a população do arquipélago plantado no Oceano Atlântico e parte integrante da África desde o século XVI, passando pelas décadas de 1920, 1940 e 1960 e que constituíra desde a primeira hora um dos móveis para a luta contra o colonialismo português. Obras literárias como *Chiquinho*, de Baltasar Lopes da Silva; *Flagelados do Vento Leste*, de Manuel Lopes; e *Os Famintos*, de Luís Romano, refazem um retrato ficcional de fatos reais, investigados e dimensionados em obras não só do professor Firmino Santana, quando analisa as três grandes fomes da primeira metade do século XX em Cabo Verde (*apud* GOMES, 2011, p. 26-27), mas também do médico Santa Rita Vieira, nomeadamente no livro *História da medicina em Cabo Verde* (Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1989). Tal era a dimensão do flagelo que Teixeira de Sousa (*apud* GOMES, 2011) afirmava que a fome de 1940 a 1942 dizimou metade da população, e o autor traz dados que demonstram a tragédia nos anos seguintes em Santiago, onde fica a capital do país, e nas restantes ilhas. Essas narrativas ganharam dimensão política e de denúncia nos escritos e nas ações de Amílcar Cabral, o ideólogo da independência de Cabo Verde.

Se o testemunho, como a narrativa publicitada de um acontecimento (RICOEUR, 2007), fora importante elemento de ação política para a independência, parece-nos interessante pensar que se mostrava necessário silenciar uma lembrança “comprometedora”, na expressão de Pollak (1989), sobre a qual até as próprias vítimas da seca e da fome preferem não anunciar ou não se pronunciar. Os relatos registrados em 2007 pelo autor desta pesquisa remetem-nos, de resto, a explicações outras – excesso de sal no pasto, doenças –, em que a palavra fome é evitada, não é pronunciada ou é adiada até o limite do desespero.

Passados cerca de nove anos desde a publicação da reportagem, percebemos que há zonas de sombra, silêncios e não ditos nas narrativas dos pastores e agricultores sobre os quais importava nos debruçarmos. Cruzando perspectivas teóricas e observações na nossa realidade, passamos a problematizar particularmente os silêncios e não ditos a respeito da fome no jornal oficial do partido-Estado na década de 1980, *Voz di Povo*, quando houve programas de instituições de cariz humanitária, nomeadamente a Cruz Vermelha Internacional, de intervenção contra a malnutrição e a fome em Cabo Verde. Esse *corpus* esboçado evidencia-se importante para pensar esses silêncios enquanto estratégia política e comunicacional.

Partindo das pistas teórico-empíricas, delineamos o caminho de refletir acerca de um duplo questionamento:

- estaríamos perante um esquecimento voluntário, motivado por lembrança traumatizante, num país que se ajustava à ideia de Estado nação e que pretendia alavancar uma memória nacional, mas que ainda não conseguiu banir as mortes à fome, que reaparecem ciclicamente com a ausência da chuva e o aumento da população, sobretudo a partir do século XVIII;
- o não anúncio da fome em Cabo Verde nos anos 1980, cerca de uma década após a independência do país, resultaria de silêncios (não ditos, pronunciamentos adiados, esquecimentos mais importante do que lembranças) negociados ou não entre os governantes e os jornalistas do jornal oficial para não contrariar a imagem de sucesso na África atingida por flagelos.

Esse duplo questionamento desafia-nos a provar que os silêncios ou não ditos sobre a fome no *Voz di Povo* na década de 1980 não constituem uma determinação coerciva imposta aos jornalistas. Resultariam, antes, de um processo de esquecimento voluntário ou esquecimento de reserva e de uma estratégia político-comunicacional mais ou menos negociada entre governantes e jornalistas em nome da causa Cabo Verde: vencer o improvável e afirmar-se como país independente, onde não havia nem há recursos minerais, a renda *per capita* não ultrapassava, em 1975, 200 dólares, as taxas de analfabetismo atingiam mais de dois terços da população, entre outros desfavoráveis fatores socioeconômicos ou culturais (CARDOSO, 1986; LOPES, 1996; CORREIA E SILVA, 2004).

Sendo esse o propósito, o percurso faz-se por diferenciar silêncios, enquanto atos comunicativos, do silenciamento ato coercivo; contrapor o silêncio/testemunho à memória; trabalhar o conceito de esquecimento voluntário e de reserva, assim como usos (ou abusos) da memória para se falar da fome no contexto cabo-verdiano; descortinar como os silêncios funcionam nas instituições mediadoras (família, comunidades etc.) como meio de exercício do poder em Cabo Verde; e, como não poderia deixar de ser, demonstrar a forma como os governantes, os jornalistas, as próprias vítimas da fome usariam silêncios como estratégia política, de sobrevivência e comunicacional.



Devemos desde logo reiterar que partimos da hipótese, como discutimos no segundo capítulo da primeira parte deste trabalho, de que os silêncios ou as múltiplas tipologias de silêncio se mostravam estratégicos, memoriais, negociados, traumáticos, de dor, coercivos, eloquentes, até que, de tanto serem reiterados, conseguem ser ouvidos. Não resultariam de uma ausência de palavra, mas de uma abordagem própria de contornar possíveis receios que poderiam advir de um pronunciamento público, querendo, nesse caminho, contrariar a ideia de colocar o silêncio contrário à comunicação. Não é esse o sentido que o silêncio assume neste trabalho. Ou seja, aqui ele não deve ser lido apenas como ausência de som ou de significação ou como negatividade ou privação.

Escreve Tito Cardoso e Cunha no texto *O silêncio na comunicação* (2001) que o silêncio não é ausência de sentido, reforçando que há silêncios que falam e que existem silêncios até que são eloquentes, ou seja, que dizem mais ou melhor do que palavras:

O silêncio, em todo o caso – e particularmente aquele que é dito ser eloquente – é um meio de comunicação se pensarmos, com Bateson e a escola de Palo Alto, não ser possível deixar de comunicar. Há mutismos que são grito. A dor, por exemplo, se diz normalmente pelo grito, é ainda mais eloquente quando se exprime pelo silêncio (CARDOSO E CUNHA, 2001).

Reitera-se que nesta pesquisa o silêncio, além de não se assumir como uma categoria negativa, não se aproxima tampouco do sinônimo de proibição ou de contraponto ao falatório bravo propiciado por essa era digital, em que há mais produtores do que receptores e na qual “aumentaram a rapidez e o acesso à informação, mas o problema da qualidade, da validade e da pertinência das informações *on-line* permanece” (BRETON, 2006, p. 51). O conceito de silêncio faz-se igualmente, além de significar “compressão, reflexão, pausa para o mínimo dialógico da fala interior” (NONATO; BULLA; FIGARO, 2016, p. 5).

De todos os estudos sobre o silêncio enquanto meio de comunicação, servimo-nos do aporte teórico desenvolvido pelo francês Philippe Breton, nomeadamente em *Elogio da palavra* (2006), no qual dá centralidade à palavra (*parole*) no mundo moderno e coloca o silêncio como meio de comunicação para compreender, com base na mediação sociocultural e política, a complexidade de uma sociedade que, muitas vezes, silencia na esfera pública, no pronunciamento público algo que remete a uma lembrança traumatizante como a fome, mas que não se esquivava de a utilizar na esfera privada ou de fazer o uso político e estratégico dela quando quer ativar vontades políticas.

Breton (2006, p. 42) faz a abordagem do silêncio em dois polos: “O silêncio-defecção, que é ausência, retração, ensimesmamento; e o silêncio-comunicação, que carrega uma palavra frequentemente forte”. Interessa-nos nesta investigação o segundo polo, na medida em que esse conceito nos permite avançar na linha de compreender as estratégias das populações no seu contexto sociocultural próprio.

Trabalharemos a ideia de que o silêncio-comunicação poderia ser uma alternativa à possibilidade de violência pelo uso da palavra. Uma violência que se verifica nos discursos dos políticos em Cabo Verde, nomeadamente para reivindicar uma legitimidade conquistada por meio dos votos. Muitas vezes, essa violência torna-se realidade em forma de coação, na medida em que os políticos exercem um poder considerado legítimo pelos seus subordinados (ou estes últimos são coagidos a entendê-lo como legítimo), ainda que seja ilegítimo ou mesmo punido por lei. Exemplos desse tipo de coação na sociedade política cabo-verdiana não faltam e vão desde obrigar funcionários dos municípios ou do governo – tendo estes o temor de irem para o olho da rua, perder o emprego e a fonte de renda – a fazerem tarefas pessoais dos dirigentes políticos ao uso abusivo dos recursos públicos, que não encontraram enquadramento na lei.

A alternativa a essa violência da palavra, que se dá também pela manipulação e pelo assédio, são os silêncios como instrumentos ideais e estratégicos que, não raramente em períodos eleitorais e não só, transformariam a palavra do poder em poder de ação e de mudança. Isso significa que nessa sociedade, em que muitas vezes os políticos não se servem da opinião dos seus membros para tomar decisões coletivas, há pessoas capazes de formar opiniões diversas às dos detentores do poder. Talvez não as exponham num espaço de confronto direto com os políticos, como seria desejável e necessário numa sociedade que se diz democrática, mas fazem dos silêncios e do voto formas de manifestação de mudança.

Estamos a falar de uma sociedade que nasceu do cruzamento de povos africanos e europeus, tendo sido ao longo de mais de 500 anos colônia portuguesa. Nessa condição, esteve quase meio século (de 1933 a 1974) sob o Estado Novo, nome dado ao regime político autoritário e corporativista que vigorou em Portugal por 41 anos sem interrupção e que teve na figura de António de Oliveira Salazar a expressão máxima de restrição e sufoco da liberdade. Os ventos da independência do país-arquipélago, em

1975, não trouxeram tampouco a democracia, pois por 15 anos, até 1990, vigorou um regime de partido único, em que a participação política se restringia aos militantes e quadros abençoados pelo partido no poder. Ainda assim, não estaríamos a falar daquilo que se convencionou chamar de “esquizofrenia da palavra” sob a ditadura stalinista, na qual cada pessoa tinha duas palavras: uma pública e oficial e outra interior, à qual nem mesmo as pessoas mais próximas ou os filhos tinham acesso (BRETON, 2006, p. 141). Assim é que em altura própria as pessoas em Cabo Verde assumiram atitudes políticas contrárias às dos detentores do poder.

Enfim, os silêncios que aqui evocamos se apresentam como um grito estratégico, que arranja muitas formas de se soltar mesmo quando não diz, servindo-nos do conceito de estratégia alinhavado por Muniz Sodré (2006, p. 9-10), como “mapeamento completo da situação, capaz de fornecer indicações quanto à escolha racional a se fazer em cada eventualidade possível”.

Do ponto de vista metodológico, os desafios no campo de comunicação no qual esta pesquisa se situa são cruzar várias perspectivas e práticas e encontrar equilíbrio entre elas. Desde logo, pensamos que os dados quantitativos realçados nos poucos estudos sobre a fome não seriam suficientes para fazer uma reflexão a respeito dos silêncios enquanto estratégia política em Cabo Verde.

Concretamente, uma análise documental dos relatórios acerca do combate à fome nos anos 1980, assim como dos jornais, mostra-se fundamental, ainda que esse material não seja suficiente para compreender os silêncios, as lembranças traumatizantes, o não dito, na medida em que por trás das narrativas há sujeitos, jornalistas, relatores, governantes que se deixam contaminar pelas memórias de grupos sociais.

Não deixamos de lado aquilo que Halbwachs (1994) nos traz à presença de que as memórias e transformações de grupos restritos atuam mais diretamente sobre a vida e o pensamento dos indivíduos do que a sequência de acontecimentos que constituem a história nacional, a memória histórica. Barbosa (2010) abre-nos também caminho de que os textos não se fazem em si transparentes, pelo que, na perspectiva metodológica, é preciso que se desenvolva a mentalidade abstrata das múltiplas interpretações dos jornais, o que é possível por intermédio do estudo de suas narrativas e práticas.

Assim, este trabalho de pesquisa usa técnicas e métodos da história oral temática, com entrevistas a personagens que viveram ou vivem com a estiagem e a fome, para pensar e dimensionar questões relativas à memória, ao testemunho, aos silêncios, ao não dito e ao esquecimento. Com isso, pretendemos compreender não só o uso por parte do cidadão desse silêncio-comunicação em Cabo Verde, como fazer uma avaliação da política de memória nesse país.

Na combinação imprescindível de perspectivas metodológicas, tomamos também do campo da sociologia a etnometodologia, enquanto método de entrevista e conversação, para chegarmos à autoetnografia<sup>4</sup> em diálogos com autores do campo (JONES, 2005; PENSONEAU-CONWAY; ADAMS; BOLEN, 2017; SANTOS, 2017). Nesse ponto, usamos a nossa própria memória vivida e a nossa experiência de sujeito, que se descobrem como objeto da própria pesquisa.

Essa proposta de pesquisa refere-se a pessoas ou a grupo de pessoas inseridas em instituições mediadoras, particularmente em um jornal e na família. Nessa linha, escolhemos, como técnica de recolha de dados para posterior análise, a entrevista presencial com o médico que delineou e acompanhou o programa de combate à fome de maneira específica com crianças em Santo Antão em 1985, com um dos jornalistas do tempo de *Voz di Povo* e também com pessoas em zonas onde se verificou a intervenção, nomeadamente Monte Trigo, Pascoal Alves, Martiene e Chã de Norte.

Partimos do pressuposto de que a produção de sentido das ações sociais não é da exclusividade de filósofos nem de sociólogos; os membros de uma sociedade que fazem uma sociologia leiga ou profissional podem prover igualmente significações para as suas atividades. Como Aldé (2004, p. 41) indica, as explicações políticas “não se dão em bases puramente racionais” e as construções não são necessariamente científicas ou filosóficas. Essas mesmas construções são comunicacionais, “uma vez que estes quadros de referência têm natureza discursiva” (ALDÉ, 2004, p. 41). Debruçando sobre esse aspecto, Garfinkel (1984) introduz o conceito de reflexibilidade, que se refere à capacidade que o indivíduo possui de descrever a sociedade em que vive ao mesmo tempo que a constrói. Guesser (2003, p. 161) acrescenta, ainda, que “descrever uma situação é constituí-la” e que, “à medida que desenvolvemos nossas ações práticas,

---

<sup>4</sup> A autoetnografia entra no último capítulo deste trabalho, quando a minha voz se redescobre, ouvindo as histórias de vida de outros sujeitos que se intercalam com a minha própria história.

estamos envolvendo uma série de atividades racionais motivadas tanto pelos reflexos dos sinais que recebemos do exterior como daqueles produzidos em nosso próprio interior”.

Realçamos que, dada a densidade do tema proposto, esta investigação propõe também utilizar como suporte teórico inicial, sem simplesmente retificar posições ou ideias, os trabalhos de diversos autores. A questão da memória em sua multidimensionalidade aparece aqui em diálogos com Paul Ricoeur (2007), Phillipe Joutard (2015), Joel Candau (1998; 2005), Michel Pollak (1989), Maurice Halbwachs (1994), Marialva Barbosa (2010; 2016) entre outros. Philippe Breton (2006) e Tito Cardoso e Cunha (2001), do ponto de vista das trocas sociais, e Eni Orlandi (2007), mais do campo da linguística e do uso político, fornecem-nos uma base para discutirmos o silêncio como modelo de operação do dito de maneira contundente e modulando processos comunicacionais. Há aqui diálogos com Amílcar Cabral (2013), Muniz Sodré (2006), Dênis de Moraes (2006) e Henri Bergson (1999) em questões relacionadas com política e estratégias.

O trabalho está dividido em duas partes, com dois e três capítulos, respectivamente. No primeiro capítulo, caracterizamos a fome num duplo sentido comunicacional e estratégico:

- a) o de uso da memória para propor uma *parole* política no período pré-independência;
- b) o de lembrança traumatizante no pós-independência, em que o não pronunciamento não significa o apagamento, mas sim se aproxima de dimensões políticas, sociais, grupais e individuais para se tornar o presente menos doloroso.

No capítulo seguinte, damos uma dimensão teórica ao trabalho rediscutindo e contrapondo conceitos como silenciamento e silêncios, testemunho e memória, esquecimento voluntário e usos (ou abusos) da memória. Por meio de diálogos com autores de campos como antropologia, sociologia, linguística e história, tentamos introduzir aportes que nos levam a silêncios que podem ser interpretados em dimensões variadas: desde uma fala que diz sem dizer as experiências traumáticas e de dor individual que incomodam no silêncio até uma espécie de esquecimento voluntário ou de reserva a usos e abusos da memória e o pronunciamento adiado em nome ideal

político ou social a estratégias individuais em que aliviar o presente se torna um mecanismo de sobrevivência.

Na segunda parte, há mais três momentos. O primeiro analisa os relatórios e o não dito dos jornais sobre a fome dos anos 1980 em que ela aparece representada nos relatórios, mas é ausência notada nos impressos e em livros de memória, como no do ex-ministro da Saúde e dos Assuntos Sociais Irineu Gomes (2011), no qual se faz o uso político da fome no período pré-independente, mas evita-se pronunciar esse flagelo no instante em que o político tinha responsabilidades governativas. Em um segundo momento, debruçamo-nos sobre personagens da fome, cenários de desolação, o cotidiano da fome que se quer esconder nas narrativas oficiais e oficiosas, assim como as lembranças e reminiscências dos nossos interlocutores. Na etapa seguinte, as entrevistas a camponeses e pessoas que vivem nas zonas onde grassa a estiagem nos abrem o caminho para nos reencontrarmos com a nossa história de vida, por intermédio da conversa com outras vozes marginalizadas. Redescobrimo-nos numa abordagem autoetnográfica como desterritorializados.

O caminho delineado aqui se ajusta ao pensamento crítico e ao pressuposto de que nenhum texto, escrito, falado, imagético ou em forma de silêncios, se faz por si só transparente. Assim, propomos ao leitor cruzamentos teóricos e práticos como possíveis chaves de leitura para compreender uma realidade em construção na qual as ideologias e as lutas hegemônicas se (re)dimensionam numa sociedade peculiar como Cabo Verde, onde os flagelos muito cedo empurram os seus habitantes para a emigração, primeiramente nos baleeiros para os Estados Unidos da América, depois para o continente africano e mais tarde para a Europa. Consequência perceptível desse êxodo está não só no fato de o número de residentes no arquipélago (cerca de meio milhão de pessoas) mostrar-se inferior ao de naturais e descendentes a habitarem latitudes como Holanda, Portugal, Estados Unidos da América, França, Brasil, Luxemburgo, entre outras, mas também numa procura identitária em que, por vezes, a africanidade ancestral tende a diluir-se social e politicamente em nome de uma aproximação político-econômica ou ideológica com o continente europeu<sup>5</sup>.

Há, sobretudo, uma viagem memorial que se faz presente nesta pesquisa, que, na distância do tempo vivido, nos embala para um *ethos* que nos moveu a estudar, a atuar e

---

<sup>5</sup> Sobre questões identitárias, ver: Fernandes (2002).

a pensar como jornalista: o dar voz a outros, o de contar outras histórias e o de ajudar a testemunhar outra história, diferente daquela que nega voz a quem vive longe dos centros políticos, sociais, culturais ou econômicos. Fizemo-lo como repórter em Santo Antão, onde nascemos, de onde viemos ainda menino e para onde voltamos 20 e tantos anos depois com a missão de montar a primeira delegação de um jornal privado na ilha. Mostrava-se o momento de nos ajustar ao local de pertencimento e de conhecer ou reconhecer trajetórias de vida que nos eram familiares ainda que as lembranças não se fizessem vivas de modo espontâneo. Ali, percebemos outro Cabo Verde, que não estudávamos nos liceus, que escondiam nas narrativas dos urbanizados.

Poder-se-ia cogitar que as vozes se escondiam por medo ou por coerção, mas as conversas com as senhoras de Monte Trigo, colegas das minhas irmãs; com Januário Duarte, de Chã de Norte, que conhecia a minha família toda; com Cláudio Santos, Cândido Monteiro e Maria Mota, de Martiene; com o meu tio Manuel de Carmo, irmão do pai e forçado pela seca e pela fome a migrar-se, cimentaram a ideia de que os testemunhos estavam lá e precisavam ou precisam ser escutados e publicizados. Fizemos reconhecer que tudo o que estivemos a viver, a pensar e a escrever ao longo da vida de menino e homem em trânsito se relaciona com esse percurso memorial escutado ou vivido por nós, filhos de pais migrantes. Ao pôr-nos à escuta, redescobrimo-nos vozes tão marginalizadas quanto às de pessoas que permanecem na luta contra a seca ou a fome.

Sendo filho e neto de famílias de pastores e agricultores, cedo nos empreendemos em múltiplas viagens migrantes, para trabalhar e estudar, assumindo destinos diferentes e ao mesmo tempo semelhantes aos de Filipa, de quem falaremos na segunda parte deste texto, ou outros tantos cabo-verdianos desterritorializados, que fogem aos flagelos ao mesmo tempo que buscam o sonho da educação formal negada ao mundo rural até recentemente. Tornamo-nos ou tornávamo-nos presença incômoda nos liceus quando lá chegávamos. Incomodávamos, porque fugíamos ao perfil dos que lá estavam. Não erámos filhos de funcionários públicos, nem dos comerciantes mais abastados, nem de proprietários, de emigrantes mais ou menos bem-sucedidos. Pertencíamos ao mundo rural, à periferia, que não se enquadrava no ideal que a narrativa oficial desenhava: o de um país que se tornava não só um exemplo de aproveitamento das ajudas públicas ao desenvolvimento, mas também que em poucos anos de independência já se mostrava

preponderante a estabelecer diálogos entre os vários países, diferentes dirigentes no panorama<sup>6</sup>.

Esta pesquisa no campo fez-nos empreender essa viagem autorreflexiva e embarcar nela, e a experiência pessoal serviu-nos para ilustrar a experiência sociocultural. Dessa maneira, percebemos os múltiplos silêncios que atravessam a nossa vida e que pesquisar e escrever sobre silêncios eram também perscrutar a nossa história de vida.

Essa constatação colocou-nos diante da seguinte inquietude: estaríamos a postar-nos num comodismo narrativo e não seguir o desafio de recolha de dados para posterior análise? Logo a inquietude deu lugar ao pensamento de que não só a viragem adveio da pesquisa de campo pelo reconhecimento da nossa história na fala dos interlocutores, mas também que a distância temporal de mais de três décadas entre o que foi vivido e o registro do que se viveu nos coloca na posição de ponderar o nosso percurso sem que sejamos acusados de uma subjetividade inócua. Outrossim, não estaríamos propriamente a situar-nos no papel de observação participante, mas sim numa posição de reencontro com a própria história de vida e o sentido do pensamento construído. O trabalho assume, portanto, em parte, um pendor de uma crônica de viagem.

---

<sup>6</sup> Disso escrevemos no terceiro capítulo, quando tentamos demonstrar por meio da leitura daquilo que se escrevia no jornal oficial. Os destaques de *Voz di Povo* mostram não só o país colocar-se na rota do desenvolvimento, mas também o presidente da república e o primeiro-ministro, duas das principais figuras do país, a se posicionarem como articulares de diálogos múltiplos no momento em que o mundo se dividia em dois blocos políticos, socialista e capitalista.



## **Primeira parte**

Longe estaríamos de pensar, em menino, que ouvir a avó Rosinha a refilar-se contra quem pronunciasse a palavra fome, preferindo a palavra fraqueza ou debilidade quando demorava a refeição do momento, nos levaria a uma pesquisa sobre silêncios e estratégia política e comunicacional. Por essa altura, a tiragem eufemística da avó, para nós, cingia-se a uma birra linguística do alto dos 80 anos.

À medida que, contudo, tentávamos entender a história não oficial de Cabo Verde, começamos a interrogar a dimensão comunicacional do signo, mas também a comensuração memorial da birra da avó. Afinal de contas, a avó viveu todas as grandes fomes do século XX e teria percebido que há fome na longevidade e que esta se mostra muito diferente do inócuo atraso de uma refeição.

Dessas interrogações iniciais mais individualizadas, estendemos as leituras e deparamos com questões complexificadas no campo social e político sobre a fome. Dávamos o passo inicial para pensarmos nesta primeira parte o duplo sentido comunicacional e estratégico da fome: o uso da fome para reivindicar a independência do país, de um lado; e, em outro momento, uma tentativa de construir uma narrativa de ausência desse flagelo.

A partir daí criamos um caminho para discutir conceitos como silenciamento e silêncios, testemunho e memória, esquecimento voluntário e usos (ou abusos) da memória. Em diálogos com autores de campos como antropologia, sociologia, linguística e história, tentamos perscrutar dimensões várias de silêncios, do estratégico ao memorial, do traumático ao de dor, do eloquente ao imposto ou negociado. A discussão faz-se nos dois próximos capítulos.

## Capítulo 1 – Fome na dupla dimensão comunicacional

Que dimensão possui a fome em Cabo Verde e que configuração assume nos discursos em que aparece explicitamente visível? Essas duas perguntas servem de guia para este capítulo, que abordará o tema na sua dupla dimensão comunicacional. Não referenciamos neste trabalho a fome como uma necessidade individual e temporária de ausência de alimentação. Serve-nos de paradigma a ideia de Josué de Castro (1984), em *A Geografia da Fome*<sup>7</sup>, de fome coletiva enquanto um fenômeno social bem mais generalizado:

É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome. [...] E, se os estragos desse flagelo na América não são tão dramáticos como sempre foram no Extremo Oriente, nem tão espetaculares como se apresentaram nos últimos anos na Europa, nem por isso são menos trágicos, visto que, entre nós, esses estragos se fazem sentir mais sordidamente, minando a nossa riqueza humana numa persistente ação destruidora, geração após geração (CASTRO, 1984, p. 47).

Essa observação de Castro (1984), mantidas as devidas proporções, remete-nos à maneira como se observava a fome particularmente na Etiópia na década de 1980 pela perspectiva de Cabo Verde como se fosse algo longínquo da realidade do país-arquipélago, ainda que se trate de um dependente da ajuda pública ao desenvolvimento. Perscrutando a leitura que historiadores, romancistas, literatos e políticos fazem dos documentos e das diferentes épocas do país, propomos percorrer momentos comunicacionais e estratégicos: um relativo a *parole*<sup>8</sup>, enquanto proposta de ação para mudanças, dos ativistas culturais, sociais e políticos no período pré-independência; outro que se desenha como uma lembrança comprometedora, portanto traumatizante, no pós-independência.

No primeiro momento, a memória da fome é ativada para justificar posições políticas, sobretudo na segunda metade do século passado, quando se enformaram ideias reais pró-independência e contra o regime salazarista, que dominava a punho de ferro o país colonizador e as respetivas colônias.

---

<sup>7</sup> Embora haja outros autores que tratam da temática da fome numa perspectiva mais contemporânea, preferimos usar Castro (1984), pois, apesar de tratar do contexto brasileiro dos anos 1930 a 80, se mostra importante para definir o que é fome e na sua obra também identificamos algumas semelhanças com a realidade sobre a qual escrevemos.

<sup>8</sup> Tomamos o conceito de *parole* de Breton (2003), enquanto enunciado carregado de sentido e que propõe uma mudança. Designa aqui que temos a dizer aos outros, podendo ser dito oralmente, por escrito, por meio de imagens.

No segundo momento, nota-se o não pronunciamento mesmo do *representamen*<sup>9</sup> fome, ainda que, a nosso ver, esse não pronunciamento não resulte no apagamento do interpretante ou mesmo do objeto, na acepção de Charles Peirce (1998). Talvez se aproxime de um esquecimento voluntário ou de reserva como condição humana de viver.

Olhemos para a *parole* que se enforma para justificar a independência ou, antes, para chamar atenção ao flagelo por que passavam as diferentes ilhas do arquipélago.

### **1.1 A *parole* da fome cíclica em Cabo Verde antes da independência**

As epidemias e as fomes na primeira metade do século XX fizeram a *parole* fortalecer-se. Os romances e outras obras literárias dimensionaram essa palavra carregada de significado, mas foi no momento da narrativa para a independência da Guiné e de Cabo Verde que o testemunho se tornou arma de luta.

Um dos ideólogos da emancipação dos povos africanos, Amílcar Cabral<sup>10</sup>, que na lista da BBC World Histories Magazine aparece como segundo maior líder mundial pela sua influência política, poder e impacto positivo na história da humanidade (ROBERTS, 2020), deu densidade ao testemunho na Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, realizada em Dacar de 12 a 14 de maio de 1961, por meio do relatório geral sobre a luta de libertação nacional. No relato do drama social que se vivia no arquipélago, a narrativa sobre a fome fez-se presente como responsabilidade do governo português, a potência colonizadora:

Nas Ilhas de Cabo Verde, além das medidas tomadas pela administração colonial e pela Pide, o governo português deixou

---

<sup>9</sup> Conceito advém de Charles Peirce (1998) como aquilo que faz presente algo ausente.

<sup>10</sup> Amílcar Cabral nasceu em Bafatá, Guiné-Bissau, em 12 de setembro de 1924, filho de pais cabo-verdianos. Fez os estudos primários e secundários em Cabo Verde, onde no início da década de 1940 assistiu a milhares de pessoas morrerem pela fome em consequência das secas prolongadas no arquipélago. Bom aluno, Cabral ganhou uma bolsa de estudos, que lhe permitiu formar-se em Agronomia, na década de 1950, em Portugal. Na capital portuguesa, discutiu os problemas das colônias com outros estudantes de Angola, Guiné, Moçambique e São Tomé. Depois de se formar, foi contratado para trabalhar nos Serviços Agrícolas e Florestais, período no qual não só compreendeu as dificuldades por que passavam os seus conterrâneos, como conheceu em pormenor as matas da Guiné. Três anos mais tarde, foi transferido para a Angola a pedido do representante do governo português na Guiné, mas não perdeu a ligação com o país. Mais tarde, com companheiros guineenses e cabo-verdianos, fundou o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e começou a reivindicar a independência dos dois países. Desde a primeira hora, Cabral propôs negociar com o governo colonial, mas não encontrou abertura na ditadura salazarista. Em 1963, com apoio de China, Marrocos e outros países, o movimento de libertação iniciou uma luta armada contra as tropas portuguesas, que durou mais de uma década. O líder-fundador do PAIGC foi assassinado em 20 de janeiro de 1973, antes de assistir à concretização do sonho: a independência da Guiné e de Cabo Verde. Poeta e ensaísta, Cabral escreveu diversos textos das áreas da cultura, da política, da sociologia, da economia, alguns dos quais formam a coletânea *Obras escolhidas, A arma da teoria, unidade e luta* e outros textos (ROBERTS, 2020).

uma vez mais morrer de fome, em 1958-1959, cerca de 10.000 pessoas. A população cabo-verdiana, num período de apenas 6 anos (1942 a 1947) sofrera uma diminuição de trinta a quarenta mil pessoas, dizimadas pela fome, continua à mercê das “crises agrícolas” e é submetida à exportação de milhares dos seus filhos como trabalhadores contratados para as plantações portuguesas de outras colónias (CABRAL, 2013, p. 84).

Em um texto mais marcadamente político, em que expõe as ideias mais importantes aos quadros do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)<sup>11</sup>, partido criado para as múltiplas batalhas que se dimensionavam ao projeto de independência de Guiné e Cabo Verde, Cabral (2013) acentuou o tom. As palavras, pronunciadas na língua materna, e não em português, no seminário que se realizou entre 19 e 24 de novembro de 1969, demonstram a preocupação do líder do PAIGC de que os camaradas compreendessem que não se tratava de oralidade vã, mas sim de um testemunho de quem vive ou viveu, observa e se pronuncia. Tomemos um trecho relativo a Cabo Verde e à fome, traduzido para a língua portuguesa no volume 1 da coletânea *Obras escolhidas* (CABRAL, 2013, p. 162):

Em Cabo Verde a nossa gente passa miséria. Nos anos em que chove muito há fartura, come-se bem, enche-se a barriga e até se pode deitar e descansar um bocado, mas na maior parte do tempo, em que não há chuvas suficientes, há fome. Em Cabo Verde já morreu de fome muita gente de que aquela que vive lá hoje, durante estes últimos 50 anos. Contratados para S. Tomé e transportados como bichos nos porões (se morrem – deita-se ao mar) mandados para Angola. [...] E médicos portugueses que estudaram a situação em Cabo Verde disseram que uma certeza levaram com eles, segura, na sua cabeça de cientistas, é que toda a gente está numa situação de fome. Se não é fome total é fome específica, quer dizer, falta de certos elementos que são precisos para o corpo humano.

A fome reiterava-se pelo crivo dos médicos, considerados ali mais do que praticantes ou emissores de diagnósticos, mas cientistas. Ou seja, inquestionáveis autoridades vindas da metrópole e dotadas de competências científicas que confirmaram o drama da colônia.

Duas décadas antes, já se notava a preocupação do jovem estudante Cabral para com o estado de estiagem por que passava a terra dos seus pais e que o acolheu desde os 8 anos de idade. Assim se percebe nos escritos do ainda estudante liceal e que, em parte, Julião Soares Sousa (2013) recupera no mais minucioso estudo da vida do revolucionário da luta da independência de Guiné e Cabo Verde até agora escrito. O sentimento de revolta

---

<sup>11</sup> Partido binacional criado pelo movimento para a libertação de Guiné-Bissau e de Cabo Verde e que governou os dois países até 1980, quando a união federativa se desfez e cada país seguiu o seu caminho. Na Guiné, o partido manteve a mesma sigla; em Cabo Verde, surgiu o PAICV, com a retirada da palavra Guiné.

patenteava-se, apesar de a ambiguidade entre Portugal que se desenha nos livros estudados na escola e o Cabo Verde real, onde o jovem vive e sofre as consequências dos flagelos, não deixar de se apresentar nos seus textos, como sublinha o historiador guineense:

Embora manifestasse, em Amílcar Cabral, a ideia de um Portugal uno e indivisível, que fazia parte do discurso oficial “imperial”, consequência do processo de socialização escolar, tal situação não deixa de colidir com uma certa revolta em relação o destino do povo cabo-verdiano, estigmatizado pela fome e pelas crises agrícolas (SOUSA, 2013, p. 88).

Não podia ser diferente, por mais que se esforçassem os professores da língua portuguesa e da história para passar a imagem idílica de Portugal. A realidade da crise fazia-se presente na ilha de São Vicente aos olhos do jovem Cabral, enquanto frequentava o liceu e labutava em trabalhos fora da escola para completar a parca renda da família. Acompanhava também as batalhas da mãe Iva Pinhel Évora para dar o mínimo de sobrevivência a ele e às duas irmãs gêmeas, desdobrando-se na máquina de costura, nos trabalhos na fábrica de conserva a troco de cinco tostões por hora ou lavando roupas ao contingente militar português destacado naquela ilha (SOARES, 2013; LOPES, 1996; ANDRADE, 1976).

Decorria a Segunda Guerra Mundial, as atividades no campo não rendiam em função da escassez da chuva e as consequências faziam-se sentir não só em São Vicente, mas também em Santiago, Fogo, São Nicolau e Santo Antão, ilhas de vocação agrícola. A crise alastrou-se por todo o arquipélago. Nessa altura, de 1941 a 1943, levantamentos do historiador António Maurício (2019) indicam que só em Santo Antão se registrou a perda de 4.725 pessoas. Tanto o romance *Os famintos*, de Luís Romano (1962), como *Os flagelados do vento leste* e *Chuva brava*, de Manuel Lopes, são testemunhos ficcionais do drama que se vivia naquela ilha. Um trecho de *Os flagelados* desenha o panorama da estiagem que se anunciava:

Agosto chegou ao fim. Setembro entrou feio, seco de águas; o Sol peneirando chispas num céu cor-de-cinza; a luminosidade tão intensa que transpassava as montanhas, descoloria-as, fundia-as na atmosfera espessa e vibrante. Os homens espiavam, de cabeça erguida, interrogavam-se em silêncio. Com ansiedade, jogavam os seus pensamentos, como pedras das fundas, para o alto. Nem um fiapo de nuvem pairava nos espaços. Não se enxergava um único sinal, desses indícios que os velhos sabem ver apontando o dedo indicador, o braço estendido para o céu, e se revelam aos homens como palavras escritas (LOPES, 1986, p. 12).

O escritor Baltasar Lopes da Silva fotografa também a ilha que o viu nascer, São Nicolau, no romance *Chiquinho*, no qual estabelece a ligação entre seca, fome e a

migração forçada à procura de sobrevivência. O drama está bem patente numa passagem do capítulo 30:

Pela cara que levava, o ano seria de fome. Eu devia andar pelos meus catorze anos, e não me lembrava de ver tanta miséria estampada na cara de todo o mundo. Sempre havia falta. Passado o mês de fevereiro, era niclitar conforme fosse possível. Os leios de milho e os balaços de feijão quase nunca botavam fora o tempo seco. A criatura tinha de apertar o cordel na cintura e arranjar coragem para encarar o tempo, muito feliz se pudesse ter uma reserva para os meses das as-águas, enquanto a favinha-inglesa não pintava.

O mês de setembro, passados os borrifos certos por Nossa Senhora da Lapa, esteve sem um pingo de água. Com o mês de outubro nem contar, que chuva nele é rara como ambargrise. [...] Um dia chegou pedindo esmola um velho que não conhecíamos. Não tinha nada o ar de pedinchão de nhô José Catrina. Havia dignidade nos seus olhos sérios.

— Donde é você, velho?/Sou da Ribeira dos Calhaus, irmão.

— Porquê você veio de tão longe?

— Falta é que está obrigando...

— Você sente-se e descanse. Está com cara de cansado.

Mamãe mandou Tanha trazer-lhe uma xícara de café. O velho encarou em Mamãe-Velha:

— Estou pensando que conheço você...

— De onde, irmão?

— Você não é parente daquela gente de nha Rosa Maria Antiga, da Ribeira dos Calhaus?

— Sou, sim...

— Está-se vendo. A cara não perde...

— Seu nome, velho...

— Sou Joaquim Naninho, da nação de Gaída Branca, você não conhece?

— Conheço, conheço, velho... Gente direita e com quê de seu... Mas então?

O velho abriu os braços desconsoladamente:

— Aqui onde me vê, sempre estes braços é que foram o meu sustento. Ainda este ano, apesar de fraco, semeei as minhas hortinhas. Mas o que colhetei outrano não me botou fora o mês de Maio, e neste ano nem é bom falar... Acabou toda a esperança. Agora estou no braço da caridade. Parece que Deus se esqueceu de me vir buscar...

— Você é só?

— Tenho dois filhos que embarcaram faz muito tempo, mas nunca mais deram notícia. Penso que morreram.

— Quem sabe, irmão? De um dia para outro são capazes de aparecer...

O velho levantou para o céu um olhar carregado de esperanças (SILVA, 1947, p. 147).

Esse trecho levanta uma questão que se mostra importante: a seca e a fome levam a população a sair de seu lugar de origem e a procurar outros destinos. Sendo assim, a migração constrói desterritorializados, pessoas que vão em busca de uma vida melhor, deixando o seu local de pertencimento e a vida para trás. Muitos saíram para as Américas, outros para a África continental e posteriormente para a Europa. Outros desterritorializados, condicionados por questões documentais e meios financeiros para pagar a passagem, migram de uma ilha à outra, procurando fugir dos flagelos do campo, temas tratados nos mencionados romances.

Manuel Lopes e Baltasar Lopes da Silva pertenceram, de resto, ao grupo fundador do movimento Os Claridosos, que em 1936 publicaram *Claridade Revista de Artes e Letras*, um marco na literatura cabo-verdiana em que a memória começou a se transformar em *parole* para questionar as crises sociais que inquietavam o arquipélago. Dados levantados por António Carreira (1985) cimentam o drama vivido nas ilhas, demonstrando que os números de vítimas se situavam acima dos mencionados na narrativa de Cabral e dos escritores referenciados. Carreira (1985, p. 124) indica que, de 1941 a 1943, mais de 24 mil pessoas (24.463) morreram de fome e nos anos de 1947 e 1948 o número de mortes chegou a 20.813, correspondendo a 20,5% da população residente nas ilhas naquela altura. Cruzando esses dados com outros coletados por Carreira, chega-se à ideia de que a população era em torno de 100 mil pessoas, o que dá a dimensão e o impacto da fome e das epidemias em Cabo Verde.

	<b>Números absolutos</b>	<b>Taxa (em relação à população média)</b>
1.º) 1903–1904	16.118	17,2%
2.º) 1921	17.575	17,6%
3.º) 1941–1943	24.463	22,4%
4.º) 1947–1948	20.813	20,5%
Total	78.969	
Óbitos não registrados (calculados em 5% do obituário de 1921 a 1948)	3.148	
<b>Total de óbitos pela fome</b>	82.117	

**Quadro 1** – Dados sobre a fome em Cabo Verde  
Fonte: Carreira, 1985, p. 124

A saga de Cabo Verde vem de longa data, talvez desde o seu achamento, no período que vai de 1460 a 1462, como atestam António Carreira (1977; 1985) e Christiano José de Sena Barcellos (1904) e os mais novos como António Correia e Silva (2001; 2004). Não se mostra difícil encontrar registros de dramas vividos pelos cabo-verdianos por causa do regime pluviométrico reduzido e irregular, sem alternativa para debelar os males sociais. Sena Barcellos (1904) demarca o registro da primeira grande fome em Cabo Verde em 1719. Como admite em *As fomes em Cabo Verde*, eram “naturais” flagelos antes da data referenciada, embora não tenha encontrado nenhum registro oficial que sustentasse essa ideia.

Das crises alimentícias em Cabo Verde, que se tornaram notáveis pela grande mortalidade do povo, apontam-se as de 1748 a 1750; 1773 a 1775; 1831 a 1833; 1864 a 1866, que duraram perto de 3 anos. Com duração de um ano há uma infinidade d’ellas, a contar de 1719; anteriores a este, era natural que as houvesse, mas os arquivos públicos não se encontram documentos a tal respeito. Em 1719 apenas se sabe que houve fome em S. Thiago, e é provável que sofressem as demais ilhas; mas cousa alguma encontramos, em documentos officiales, sobre as providências tomadas pelo governo (BARCELLOS, 1904, p. 5).

Apesar de grandes mortandades registradas de 1741/1742 a 1748–1750 (CARREIRA, 1985), a primeira grande fome documentada em Cabo Verde por Barcellos (1904) teria ocorrido entre 1773 e 1775/76.

O drama é particularmente sentido na ilha de Santo Antão, onde, dos cerca de 10 mil habitantes residentes, há registros de cinco mil óbitos no ano de 1774. Cerca de metade



da população da segunda maior ilha de Cabo Verde em dimensão territorial e número de habitantes nessa altura perdeu a vida nesse curto período de tempo.

As estatísticas recolhidas por Barcellos (1904) relativamente a meados de 1774 a fevereiro de 1775 apontaram para a redução drástica da população, passando de um total de 50.639 para 28.368 habitantes.

<b>Ilhas</b>	<b>Fogos (casas)</b>	<b>Habitantes</b>
Santiago	4.269	24.358
Fogo	1.026	5.728
Brava	564	3.190
Maio	173	708
São Nicolau	1.198	5.000
Boa Vista	207	1.440
Santo Antão	1.998	10.215

**Quadro 2** – Retrato estatístico de Cabo Verde em meados de 1774

Fonte: com base nos dados de Barcellos (1904, p. 9)

<b>Ilhas</b>	<b>Fogos (casas)</b>	<b>Habitantes</b>
Santiago	2.813	11.580
Fogo	996	4.225
Brava	558	2.115
Maio	173	604
São Nicolau	1.164	2.920
Boa Vista	200	1.256
Santo Antão	1.972	5.668

**Quadro 3** – Retrato estatístico de Cabo Verde em fevereiro de 1775

Fonte: com base nos dados de Barcellos (1904, p. 10)

Esses dados estatísticos impõem-nos algumas reservas em virtude de não se perceber com clareza as fontes do autor do livro nem as formas de recolha dos números. O próprio Sena Barcellos (1904, p. 10) admite que a população em fevereiro de 1775 devia ser um pouco superior aos dados do segundo quadro, mas também advoga que a mortalidade foi “certamente” superior a 22 mil “almas”. Dando crédito ao reconhecimento dado ao autor por historiadores cabo-verdianos, podemos sublinhar que

os números evidenciam a situação dramática por que viviam a população das ilhas então habitadas no arquipélago.

Tão desastroso era o panorama que Sena Barcellos (1904) dá conta de casos de pessoas que se deixavam escravizar por uma década ou de presos por assassinatos e antropofagia:

Alguns navios ingleses e francezes, como pretexto de refrescarem nas diferentes ilhas, levaram d'ali muita gente livre, roubando uns, comprando outros; muitos vendiam-se só pelo sustento, deixando-se escravizar por 10 anos, pertencendo a maioria d'estes às ilhas de S. Nicolao, Maio e Brava; alguns do Fogo e S. Thiago. Na cadeia havia 12 presos por assassinatos e casos de antropofagia, de roubos e de incêndios. Houve um tal de Magdalena Sanches que matou seis pessoas para se alimentar (BARCELLOS, 1904, p. 15).

Do século XVIII em diante que encontramos esses documentos testemunhais de uma *parole* sobre a fome que se assumia, com todos os condicionantes de um país-arquipélago colonizado, como político para ativar vontades com as autoridades locais na metrópole, mas é sobretudo em muitos períodos do século XIX que o desespero levou governadores e pessoas particulares à ação. O caso do comerciante Manuel António Martins mereceu notas especiais de Barcellos (1904). Além de mandar trazer milho da Gâmbia, na crise de 1881 a 1883, para vender a preço especial ao povo da Boa Vista, teria sustentado à sua custa os habitantes pobres da ilha do Sal e movera-se para angariar donativos para povos de outras ilhas. Martins, assevera o autor, exigira também do governador providências energéticas para debelar a fome nas ilhas.

Assim, tendo em seu poder cartas dos vigários e comandante da ilha do Fogo, dirigidas a vários indivíduos da ilha de S. Thiago, que descreviam o estado de horror d'aquella ilha pelo número de mortes que apareciam nos campos, dirigiu-se em agosto de 1882 à Junta Real da Fazenda com bastante energia, protestando contra a falta de providencias; e a Junta, reunida no dia 14 de agosto, censurou-o por isso, e defendendo-se citou o facto de que depois de se ter feito a primeira distribuição de arroz, nunca mais recebera a participação do comandante, nem da camara, que houvesse victimas e que este silencio parecia indicar que não haver, além da permissão feita aos habitantes de poderem apresentar-se na ilha de S. Thiago, onde se lhes daria socorros, tendo utilizado d'ella apenas umas 400 pessoas (BARCELLOS, 1904, p. 15).

Nota-se aqui que a *parole* de Martins, mencionada pelo historiador, já constitui um testemunho que tenta contrariar uma tentativa de silêncio coercitivo de que a fome teria sido abolida num ápice. Uma abordagem para contornar a estratégia do poder.

Naturalmente, mais de um século transcorrido e após atividades de poetas, escritores e jornalistas como Eugénio Tavares e Pedro Cardoso a reclamar mais atenção à pátria<sup>12</sup>, o testemunho da fome e sobre a fome assumiu em Amílcar Cabral dimensão claramente política e estratégica. Tão estratégica que a narrativa publicizada do flagelo se tornou importante para a visão ideológica e de ação política na luta para a independência numa dupla dimensão: não só na (re)motivação das e dos jovens que adiaram quase tudo para travarem duras batalhas nas matas da Guiné contra as tropas portuguesas, mas também na mobilização de vontades e apoios políticos, material e no campo de formação de quadro na esfera internacional.

Nesse propósito, aconteciam os seminários dirigidos aos jovens combatentes e os encontros nas zonas libertadas na Guiné e na frente exterior. Cabral e os seus camaradas foram às Nações Unidas, à ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), aos Estados Unidos da América (EUA), à China, à Argélia, a Marrocos, a Gana, à Suécia e a vários outros países europeus. Em tempos de Guerra Fria, entre o chamado bloco comunista e o bloco capitalista, a diplomacia do PAIGC agiu por uma visão cuidada e estratégica de não se fixar a aportes estritamente ideológicos<sup>13</sup>, embora se cataloguem o partido e os seus dirigentes como socialistas, de inspiração marxista-leninista.

Em plena guerra-fria, a conjuntura internacional se evidenciava adversa a miopias dos dirigentes dos países que engatinhavam no continente africano, pois as antenas das superpotências viravam para outras frequências. Os EUA, particularmente envolvidos nos conflitos do oriente, atribuem às nações europeias a responsabilidade de orientar as ex-colónias; a ex-URSS não se comprometera grandemente com a maioria dos países a sul do Saara (CARDOSO, 1986, p. 36).

Cabo Verde “propõe-se a uma política de diálogo e de paz, em primeiro lugar, para a sua própria sobrevivência” (CARDOSO, 1986, p. 13). “A política de paz torna-se um elemento activo de defesa nacional, de independência” e de não alinhamento internacional, tornando-se um caso singular no continente africano (CARDOSO, 1986, p. 13).

O arquipélago foi o único das ex-colónias portuguesas na África que não se posicionou a favor da URSS, adotando uma postura neutra. Narra José Luís Fernandes, um dos acompanhantes do então primeiro-ministro Pedro Pires, que, numa viagem àquele país em junho de 1975, os soviéticos queriam fazer de Cabo Verde uma base e a delegação

---

<sup>12</sup> Essa expressão é usada por Eugénio Tavares (1996), filho de pais portugueses e nascido e criado em Cabo Verde, para traduzir uma ligação dúbia de considerar Portugal a pátria e Cabo Verde a mátria.

<sup>13</sup> Sobre essa ideia de “política da paz” ou “cultura da paz”, há vários testemunhos dos antigos ministros que reiteram a forma de Cabo Verde posicionar-se entre os blocos (LOPES, 1996).

cabo-verdiana não aceitou (*apud* LOPES, 1996). Um interesse também manifestado pelo bloco ocidental, mesmo antes da independência de Cabo Verde.

De todo o modo, afastando-se dessa “miopia” referenciada por Renato Cardoso (1986), Cabral e os outros dirigentes não se esquivaram de fazer uso político e estratégico da narrativa da fome coletiva para ativar vontades políticas tanto no micro como no macro.

## 1.2 A política no pós-independência e o sonho de banir a fome

Alcançada a independência, em 1975, sob a desconfiança de muitos países de que Cabo Verde não sobreviveria como país que poderia determinar o seu próprio destino por causa dos poucos recursos, o significativo fome foi confinado ao silêncio. A partir do momento em que a população residente, que em 1975 não ultrapassava 200 mil pessoas, passou a crescer, as taxas de mortalidade infantil começaram a diminuir e a ajuda pública ao desenvolvimento se mostrava mais expressiva, já não fazia sentido político, nem social, falar de um flagelo que apoquentara e apoquentava a memória de quem o viveu ou o vive.

O testemunho do ex-ministro da Saúde e dos Assuntos Sociais Irineu Gomes revela-se significativo mesmo porque durante uma década tutelou a pasta que tinha como missão combater os flagelos sociais. No seu livro *Psicopatologia da miséria*, publicado em 2011, quando o autor ainda estava vivo, Gomes faz uma abordagem histórica da fome em Cabo Verde, mas, tal como outros autores, sobretudo os comprometidos com a governação do país pós-independência, refere-se à problemática até 1975. Depois dessa data, admite que “a nível infantil continuou sendo importante a morbidade, devido a causas nutricionais, não só por insuficiência quantitativa e qualitativa, mas principalmente por excessivo espaçamento entre as refeições” (GOMES, 2011, p. 34). Não há nenhuma referência à memória mais recente e, o mais relevante, a palavra fome é substituída por “desnutrição”, “malnutrição”, havendo, portanto, um claro silêncio por meio do indizível. O texto a seguir da mencionada obra do psiquiatra, conhecedor da obra do brasileiro Josué de Castro<sup>14</sup> e que ao longo dos anos 1980 foi ministro, deixa isso mais evidente:

Apesar de se verificarem melhorias na situação alimentar e nutricional das populações em Cabo Verde, continuam a ocorrer dissimetrias do ponto de vista socioeconómico a nível nacional e é natural ou possível que tais dissimetrias se reflectam nas capacidades de adopção do melhor regime alimentar desejável e que existam casos de malnutrição (desnutrição) em determinadas camadas sociais ou grupos etários mais vulneráveis como as crianças e pessoas da terceira idade, que carecem de adequada monitorização (GOMES, 2011, p. 36).

O pensamento que advém da leitura do texto de Irineu Gomes (2011), mas também dos trabalhos do antigo ministro de Educação de Cabo Verde André Corsino Tolentino, é de que a fome constitui uma lembrança traumatizante (POLLAK, 1989), sobretudo porque fizeram do combate a esse flagelo um compromisso para a luta contra o colonialismo.

---

<sup>14</sup> De resto, Gomes cita a obra *Geografia da fome*, de Josué de Castro.

As lembranças silenciam-se, mas não se apagam. Ajusta-se aquilo enfatizado no pensamento de Pollak (1989, p. 6 de que elas, as lembranças, quando traumatizantes, “esperam o momento propício para serem expressas”. Portanto, após mais de 40 anos da data que marca a independência do país, o flagelo no arquipélago parece confinado a uma lembrança que se apresenta longínqua, dos tempos do colonialismo, mesmo que, como pretendemos demonstrar mais à frente neste trabalho, tivessem havido focos de fome, nomeadamente nas ilhas de São Vicente e Santo Antão, na década de 1980.

De todo modo, se as lembranças estão confinadas ao silêncio no que tange a publicações dos autores e historiadores, passam de uma geração a outra por meio da oralidade, no espaço privado, e por isso permanecem vivas na memória. Pois, pontua Pollak (1989), o silêncio não conduz ao apagamento, ao esquecimento total:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranqüila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar? (POLLAK, 1989, p. 6)

Por ora, pontuamos que nos parece que é esse “mal-entendido” que os políticos, jornalistas e estudiosos não querem arriscar, mesmo quando a situação se desenha drástica por causa da seca que atinge as zonas rurais em Cabo Verde desde 2017. Por exemplo, no período de novembro de 2018 a fevereiro de 2019, houve pelo menos três discursos marcantes no parlamento cabo-verdiano sobre o estado de calamidade nas ilhas rurais, onde os gados morrem e a população sofre, mas em nenhum momento se arriscou a palavra fome.

O deputado António Monteiro, líder de um dos dois partidos da oposição com assento no parlamento cabo-verdiano, a União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID), chegou a pedir ao executivo que declarasse o Planalto Norte e Lagoa, na ilha de Santo Antão, zonas de calamidades naturais: “Em causa mais um mau ano agrícola que assola a região, com a população a viver numa situação de ‘pobreza extrema’” (*apud* ROCHA, 2018).

Os moradores das zonas afectadas pela seca precisam urgentemente que o Governo lhes proporcione as condições de sobrevivência, garantindo-lhes, em primeiro lugar, trabalho. A UCID pede ao Governo para que declare Planalto Norte e Lagoa como zonas de calamidades naturais, e

consequentemente agir em conformidade no sentido de ajudar as famílias que ali vivem (ROCHA, 2018).

Tal como António Monteiro, outro deputado que representa o maior partido de oposição, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), pediu resposta urgente ao ministro da Agricultura. Odaílson Bandeira usou expressões drásticas, mas nunca a palavra fome:

Estranhámos o senhor Ministro da Agricultura quando visitou Santo Antão em finais de Outubro, quando fez pouco caso do sofrimento das famílias. Falando para a televisão disse praticamente às pessoas: “você não morreram no ano passado, este ano também não vão morrer”. Esta é uma questão que temos que condenar. Pensamos que o senhor ministro nunca passou uma noite sem jantar ou nunca teve dificuldade em colocar comida em cima da mesa para alimentar os seus filhos, mas esta tem sido uma realidade muito vivida junto das famílias em Santo Antão e por todo o país, principalmente nas zonas rurais. Queremos pedir também ao Governo que, para além de um plano específico de mitigação, que haja um plano que engloba todos os ministérios, a sociedade civil, as Câmaras Municipais, empresas, agricultores (*apud* ROCHA, 2018).

A cautela dos deputados em pronunciar ou declarar fome enquanto fenómeno coletivo, no discurso parlamentar, preferindo eufemismos, só corrobora com a tese aqui anunciada de que se trata mais de uma lembrança “comprometedora”, silêncio ou silêncios. Os políticos desse país, onde recentemente dois deputados chegaram a se atravancarem dentro do edifício símbolo do poder em Cabo Verde, o da Assembleia Nacional, não costumam ser tão polidos. Muito pelo contrário, tendem a radicalizar e inflamar discursos em nome de vantagens eleitorais.

A razão para o silêncio sobre o flagelo talvez se ajuste à ideia de que Cabo Verde era e é um caso de sucesso na África. Uma imagem de distinção que ninguém evidencia predisposição a contrariar<sup>15</sup>. Mesmo escritores renomados como o primeiro cabo-verdiano a receber o Prémio Camões, em 2009, Arménio Vieira, usa a linguagem simulada e metafórica para fazer as suas críticas ao regime pós-independência. Em *O eleito do sol*, publicado em 1990, Vieira faz de um escriba aventureiro egípcio o protagonista de uma história condimentada com críticas aos poderes, descrevendo um império caótico onde reinam a prepotência, o luxo de um grupo seletivo e a presunção, que contrastam com a vivência do povo, que habita em “caixote de lixo”.

À semelhança do ideal da sociedade egípcia, o Poder em Cabo Verde encontra-se fortemente centralizado por uma minoria que se elege como única via de dar ao país o impulso necessário ao seu bem-estar. A burocracia, o centralismo, a prepotência, a presunção, o luxo (vivendas grã-finas, bairros selectos, etc.) e a repressão estão bem presentes nesta sociedade

---

<sup>15</sup> A imagem de sucesso emerge, como tentamos demonstrar ao longo deste trabalho, de várias latitudes por meio da ideia de que Cabo Verde, sem recursos naturais e muito dependente do regime das chuvas, soube aproveitar as ajudas internacionais para se construir como país independente, sem grandes oscilações e sem sobressaltos sociopolíticos, ao contrário de outros países africanos.

marcadamente estratificada. O contraste se vinga relativamente à descrição minuciosa do espaço, onde a camada populacional habita: caixotes de lixo, gatos e cães ordinários, becos, vielas e casotas (lar dos pequenos funcionários). Mas a denúncia não pára, ainda, por aqui. Mesmo as histórias mais inocentes contadas pelo escriba se empenham nisso. Assim, por exemplo, a história, de puro horror, do prisioneiro adverte-nos sobre a situação de dependência pela qual muitas pessoas passam ao abraçarem cegamente uma ideologia. O fanatismo leva-as a cumprirem, à risca, as regras ditadas por um fantasma, até ficarem presas à sua vontade; o caso dos unicórnios e bicórnios assemelha-se a uma alegoria cujo referente se encontra radicado nas várias ideologias existentes. Há como que uma referência aos dois grandes regimes que dominam o mundo: o do Leste, Socialismo/Comunismo, e o do Ocidente, Capitalismo. Os unicórnios representariam os socialistas totalitários, cujo monopartidarismo, com uma elite política, é a tônica dominante, e os bicórnios seriam os estados pluripartidários, defensores da liberdade. Em Cabo Verde, aqueles que seguem o pluripartidarismo, os bicórnios portanto, vivem marginalizados sob uma quantidade enorme de restrições e proibições. Os infrachifrudos, constituiriam, então, os não alinhados. Se bem que essa passagem sirva mais, ao que me parece, à semelhança de outros do género, para demonstrar, também, a desinformação e o baixo nível cultural dos senhores detentores do poder (VIEIRA, 2020).

As pistas de Vieira, ao contrário dos claridosos Baltasar Lopes e Manuel Lopes, estão longe de se evidenciar como postuladas de uma reivindicação ou de uma denúncia. Sendo assim, não contraria a propalada ideia de que Cabo Verde faz um percurso diferente.

Dados levantados pelo sociólogo Odair Varela (2006) ajudam-nos a entender esse *sucesso* propalado pelos políticos e por estudiosos do campo económico e das ciências políticas e sociais. Explica o jovem pesquisador que nos fins dos anos 1980, conhecido como a década perdida de desenvolvimento para a África, Cabo Verde fez

crescer o seu [produto interno bruto] PIB a uma taxa média anual de 6%, ou seja, cerca de duas vezes mais do que a dos Estados do [Comité Interestadual Permanente para Controle de Secas no Sahel] CILSS, seis vezes superior à dos outros países de língua oficial portuguesa em África e, ainda, 12 vezes acima da média continental. [...] Os resultados das opções políticas de desenvolvimento económico e social traduziram-se, também, numa evolução dos indicadores do desenvolvimento humano superiores aos referidos grupos levando a que, segundo os dados da [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento] CNUCED, o nível de vida médio tivesse crescido, em termos reais, 30% no período que compreende o ano de 1989 à 1999. Neste período de 10 anos, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,428 para 0,688. No início desse período, Cabo Verde fazia parte do grupo dos países com fraco desenvolvimento humano (índice inferior a 0,50) e a partir de 1999, passa a fazer do grupo de desenvolvimento médio, estando já no primeiro terço desse conjunto de países (VARELA, 2006, p. 25).

Segundo os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), citados por Varela (2006, p. 25), ao passar

de 114.º para 100.º em 2002, o Índice de Desenvolvimento Humano em Cabo Verde subiu 61%, posicionando-se no 4.º lugar na África Sub-Sariana, logo atrás das Ilhas Seychelles, Ilhas Maurícias e da África do Sul. Alguns dos



indicadores endógenos, inclusive, colocam o país num nível alto de desenvolvimento humano.

O país realizou investimentos em obras públicas (aeroportos, portos, habitação, saneamento, escolas, estabelecimentos de saúde etc.) que exigiram investimentos avultados, mas que tiveram os seus frutos. Por exemplo, na altura da independência, o analfabetismo em Cabo Verde atingia mais de dois terços da população; a taxa rondava os 70%. Posteriormente, essa taxa caiu de maneira significativa para 28% e hoje em dia ronda 2 ou 3%. Tanto nesse ponto como na prossecução de outros objetivos principais, como a formação de quadros, o aumento da esperança de vida e a diminuição da mortalidade infantil, o Estado cabo-verdiano coloca-se acima da média do continente africano, particularmente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). O relatório do Banco de Cabo Verde (BCV), banco central, relativo a 2018, reforça essa evolução no que tange às contas externas, apesar das flutuações, nomeadamente das remessas dos emigrantes:

As contas externas cresceram 17 por cento, recuperando de uma queda de 7,5 por cento, impulsionados pelo aumento da ajuda orçamental e de outros donativos de parceiros externos para projetos públicos diversos (infraestruturação, reforço da capacidade institucional e apoio às famílias mais vulneráveis), pese embora a redução das remessas de emigrantes e aumento das remessas de imigrantes, respetivamente em seis e 12 por cento. A dinâmica das remessas dos emigrantes refletiu a dissipação do efeito dos apoios às vítimas da erupção vulcânica nas remessas em bens, bem como, mas em menor proporção, a redução das remessas em divisas provenientes de Portugal, Luxemburgo e Itália. Em termos do PIB, as remessas dos emigrantes fixaram-se em 10,8 por cento em 2017, cerca de um ponto percentual acima do valor médio dos últimos dez anos. O aumento das necessidades de financiamento da economia (traduzido pelo aumento do défice conjunto das balanças corrente e de capital), apesar do crescimento na ordem dos 19 por cento dos donativos de capitais para a finalização dos projetos financiados pelo segundo compacto do Millenium Challenge Account e das remessas de emigrantes de bens de capitais em 48 por cento, não foi totalmente compensado por influxos de financiamento da economia (BCV, 2019).

Os investimentos no ensino superior e no campo da saúde também são dados apresentados como signos dessa evolução positiva de Cabo Verde. Num pequeno país com cerca de 500 mil pessoas residentes, há onze instituições de ensino superior, sendo duas universidades públicas – uma criada em 2019 – e nove da iniciativa privada. Atendem a uma demanda de mais de 12 mil estudantes, de acordo com o Ministério da Educação (2019). Centenas de outros saem para estudar em Portugal, Brasil, China, Estados Unidos, Espanha, Marrocos, Senegal, entre outros países.

Portanto, colocar a fome no pronunciamento público não se conjuga com o sonho de um país independente sem máculas maiores com a trajetória. Então, faz-se silêncio, ainda que isso não signifique ausência de comunicação. Trata-se de um processo de

esquecimentos, de silêncios e de uma estratégia político-comunicacional mais ou menos negociada de que Cabo Verde não só sobreviveu ao improvável, mas também vai vencendo os desafios que se colocam desde a altura da independência.

Neste trabalho, o silêncio apresenta-se como uma construção e uma estratégia política que sufoca a própria memória dos que vivem a fome. Uma estratégia que marginaliza as vozes do cotidiano vivido. Portanto, não é apenas lembrança traumatizante, porém um subterfúgio do não dito como forma de construir outro arcabouço de sentido para o país que ingressou numa nova era. Mostrou-se assim, pelo menos para quem construiu ou assimilou esse ideal, importante apagar tudo aquilo que indicasse o tempo anterior, e a fome constitui o flagelo mais duradouro desse tempo. De outro modo, o silêncio assume-se também como uma fala a respeito de um tempo novo que se quer construir, e para isso se precisa fabricar o esquecimento sobre a fome. Um fabrico que se dá quase sempre por intermédio de táticas narrativas semelhantes às que a avó Rosinha usava – fraqueza e debilidades –, ou às que o ex-ministro Irineu Gomes escreve no seu livro – malnutrição, subnutrição. Eufemismos que tentavam esconder a miséria e as múltiplas ausências, de comida a condições sanitárias, e sobre os quais debruçaremos nos próximos capítulos.

## 2 - Silêncios como contraponto ao ato de testemunho

Neste capítulo, rediscutimos e contrapomos conceitos como silenciamento e silêncios, testemunho e memória, esquecimento voluntário e usos (ou abusos) da memória. Feita essa enunciação, pontuamos desde logo que o silêncio aqui evocado não resulta numa imposição ideológica com vista a espelhar uma imagem quase perfeita de um país que, em 1975, se libertou de um longo jugo colonial de mais de 500 anos e que se construiu com base em um ideal de polo de cooperação no meio do Atlântico, onde se situa e de onde se vende como tampão a tráficos de armas, drogas e outros crimes transnacionais. Com Ricoeur (2007), discutimos que possíveis receios que possam advir de um pronunciamento público não implicam apagamento nem ausência de vontade de testemunhar, publicitar a narrativa de um acontecimento. Antes, procuramos mapear estratégias que levem a descortinar o adiar do pronunciamento em três dimensões:

- mais individual, pois evocar o passado nesse caso envolveria uma dor ou uma “lembrança traumatizante” (POLLAK, 1989) para quem no ato testemunhal (re)vive a dor das perdas humanas, de ausência prolongada do mínimo nutricional para si e para a prole, portanto se pouparia da vergonha e se evitaria o sofrimento de outros;
- grupal, de determinados médicos e jornalistas que procuram desviar-se de possíveis embaraços profissionais, de sobrevivência, familiares ou de atos coercitivos de autoridades e das chefias, militantes do então partido no poder;
- do dever de memória nacional, tanto dos homens do poder como de pesquisadores, para não comprometer a imagem que se quer cristalizar de Cabo Verde como um país de sucesso na África.

## 2.1 Silêncios como eloquência

Em *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*, Eni P. Orlandi (2007, p. 14-15) procura sentidos ligados ao silêncio, não como ausência de sons, mas algo que significa, ainda que não esteja explícito. Nessa linha, a autora distingue duas formas de silêncio: o “fundante” e o que se assume como política de censura.

Sendo a primeira ligada mais a relações linguísticas, funda e fundamenta o sentido das palavras. Nela diversas linhas significantes precisam unir-se e ajustar-se para possibilitar o sentido. Pode significar pela ausência, permitindo ao interlocutor compreender uma resposta pelas relações signícas ou possibilidades significantes mesmo sem uma resposta efetiva. Essas linhas levam-nos àquilo que neste texto designamos, mais nos campos político e socioantropológico, de silêncio eloquente, que de tanto ser reiterado eufemisticamente acaba por dizer.

Em outra forma alinhavada por Orlandi (2007), o silêncio apresenta-se como agente da censura, aquilo que não se pode enunciar em determinadas circunstâncias. Aproxima-se, de certo modo, daquilo que estruturamos aqui como silêncio estratégico, ainda que este nos atire para o sufoco da memória e marginalização das vozes periféricas.

Tomando um caminho diferente de Orlandi, o pesquisador português Alberto Filipe Araújo (2019) cataloga a polissemia que carrega o signo silêncio, sublinhando que se mostra bastante preponderante, para a maioria, a ideia de que se opõe ao barulho, ao som, à fala, à conversação, ao ruído.

Aparentemente, o silêncio é a privação do som e da palavra, ou seja, ele é vazio: uma desfiguração carnal e espiritual da vocação do humano para se exprimir mediante a linguagem. Mas só aparentemente. Na essência, o silêncio é esperança: ele transfigura o sentido, quer no plano pessoal, individual ou subjetivo, quer no plano mais universal e cultural (ARAÚJO, 2019)<sup>16</sup>.

Alberto Filipe Araújo (2019) destaca dois tipos básicos: o exterior e o interior. O exterior seria aparentemente – mas só aparentemente – uma falta, uma ausência, um vazio; o interior assume-se, conforme o seu entender, como voluntário, que usa a linguagem para valorizar o sentido humano.

Em certa medida, esse silêncio se apresenta como pertencente à esfera do sagrado, por ser fascinante e tremendo e por despertar naquele que o vivencia um sentimento ora de terror, ora de espanto; e de meditação, tranquilidade, reflexão, quietude, discernimento. Vive-se o silêncio como uma experiência multifacetada que ora surpreende, ora assusta. Daí podermos dizer que ele não é mero fenômeno mental assaz complexo, mas também estranhamente

---

<sup>16</sup> Cf. entrevista ao *site* da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), publicada no dia 2 de fevereiro de 2017, às 15h15, atualizada em 7 de agosto de 2019, às 9h58. <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/imperializante-sociedade-da-comunicacao-nao-deixa-o-silencio-existir-e-fragiliza-a-democracia-affirma-pesquisador-portugues>. Acesso em: 12 fev. 2019.

emocional, profundamente íntimo. Se, por um lado, a experiência do silêncio está mais intimamente ligada à cultura, por outro, ela é pessoal e intransmissível por aquele que a vive (ARAÚJO, 2019).

Na sua cruzada por um silêncio pedagógico, Alberto Filipe (2019) diferencia o silêncio imposto adveniente dos regimes autoritários do silêncio desejado, que, sendo uma opção, “pode ser criativo e gerar autoconhecimento, integração e profunda alegria”.

Apesar dessa perspectiva centrada no silêncio criativo e no autoconhecimento, que adquire valor pedagógico quando aquele que o faz o usa para aprender e compreender certa mensagem falada, o pesquisador português não considera o silêncio comunicação. Como defende na entrevista, “a comunicação é da ordem do interativo, enquanto o silêncio é da ordem do não interativo, embora tenha em si uma espécie de interação” (ARAÚJO, 2019):

Não é de se estranhar que essa mesma sociedade da comunicação odeie o silêncio e até a própria Palavra [emprega-se maiúscula para dar sentido do conceito que o pesquisador toma, em parte, de P. Breton (2006) como ato que congrega ou proclama uma mudança], que é do domínio do tempo longo, da atenção ao outro, da alegria da troca e da reciprocidade, da paciência e da escuta. Esse tipo de comunicação, como salienta [o sociólogo e antropólogo] David Le Breton, põe o silêncio na posição de bode expiatório por todos os males da terra dos homens, na medida em que consagra a interioridade plena e critica toda uma comunicação desabrida e invasiva (ARAÚJO, 2019).

Nessa linha, Alberto Filipe coloca assim o silêncio e a Palavra, no sentido que tomamos de Breton (2006), não exclusivamente ligado à oralidade, mas sim enquanto ato que propõe mudanças sociais e políticas, em contraponto ao barulho e ao desprezo associado à “comunicação, sacrossanta dos séculos 20 e 21 e, sobretudo, a partir das tecnologias de comunicação, o se tornaram mais raros, mais inacessíveis, mas nem por isso menos importantes na vida espiritual” (ARAÚJO, 2019).

Aquilo que Alberto Filipe caracteriza como silêncio imposto, neste trabalho designamos silenciamento, um modo forçado de esmagar o pronunciamento público de determinados acontecimentos, em que a coerção se faz perceptível, de forma escancarada ou dissimulada. Um silenciamento que o então jovem jornalista Abílio Tolentino<sup>17</sup> sentiu assim que entrou para o jornal *Voz di Povo*, quando os colegas o avisaram de que havia “*verdades que convinha não dizer ou escrever*”, porque eram “*militantes do partido no poder, e as notícias com carga negativa, mesmo que uma pequena confusão que envolvesse um dirigente ou um acidente, não caíam no agrado*” (TOLENTINO, 2020). Voltaremos ao assunto na segunda parte do trabalho, quando abordamos o não dito do jornal e dos jornalistas. Entretanto, desde logo, pelo

---

<sup>17</sup> Entrevista ao autor no dia 22 de fevereiro de 2020, na cidade do Mindelo, onde vive na condição de pré-reformado.

testemunho de quem também tinha um irmão como um dos homens fortes do aparelho do partido no poder, o antigo ministro da Educação Corsino Tolentino, fica visível que a coerção, ainda que de certa maneira dissimulada, se fazia presente, condicionando a abordagem jornalística do tema.

Nessa pesquisa mais de dimensão social e política do que da visão pedagógica do pesquisador português, o silêncio não se assume como ausência de som, de significação, negatividade ou privação, não se coloca como contrário à comunicação. Alinhamo-nos com quem escreve Tito Cardoso e Cunha (2001), de que há silêncios que falam e há até silêncios que são eloquentes, isto é, que dizem mais ou melhor do que palavras.

O silêncio não se ajusta aqui a uma categoria negativa nem se aproxima do sinônimo de proibição ou de contraponto ao falatório bravo propiciado por essa era digital, em que quase todos os utilizadores se posicionam numa circularidade comunicacional jamais vista. Isso proporciona uma vozeria em que a comunicação, enquanto ato de troca, compreensão, reciprocidade, trama, dialética e transação, não se concretiza muitas vezes. Afinal, aponta o profeta da globalização tecnológica McLuhan (2005), não se pode comunicar, debater, (contra-)argumentar sem compreender o interlocutor. Nesses tempos de radicalidade o virtual parece sobrepor-se ao real, e o ruído das mensagens, as clivagens, as narrativas de escuta surda tendem a nos levar mais ao vazio do que à troca. Outrossim, o conceito de silêncio faz-se igualmente, além de significar “compressão, reflexão, pausa para o mínimo dialógico da fala interior” (NONATO, BULLA, FIGARO, 2016, p. 5), ou não se apresenta, conforme escreve o citado Alberto Filipe Araújo (2020), “*como pertencente à esfera do sagrado, por ser fascinante e tremendo e por despertar naquele que o vivencia um sentimento ora de terror, ora de espanto; e de meditação, tranquilidade, reflexão, quietude, discernimento*”.

O silêncio apresenta-se neste trabalho enquanto meio de comunicação (BRETON, 2006), servindo para compreender, conforme a mediação sociocultural e política, a complexidade de uma sociedade que, muitas vezes, silencia na esfera pública, no pronunciamento público, algo que remete a uma lembrança traumatizante como a fome, mas que não se esquiva de a utilizar na esfera privada ou de fazer o uso político e estratégico quando quer ativar vontades políticas.

Breton (2006) faz a abordagem do silêncio em dois polos, como já salientamos anteriormente: “O silêncio-defecção, que é ausência, retração, ensimesmamento; e o silêncio-comunicação, que carrega uma palavra frequentemente forte” (BRETON, 2006, p. 42). A ideia de que o silêncio-comunicação poderia ser uma alternativa à

possibilidade de violência pelo uso da palavra. Uma violência que se faz sentir numa sociedade cabo-verdiana na qual a voz dos homens do poder se prolonga nas antenas da rádio e da televisão públicas, pertencentes à maior empresa de comunicação do país, com a força de verborreia desatinada, sobretudo quando das transmissões diretas das sessões parlamentares ou nos noticiários de maior audiência.

Não se mostra difícil confirmar aquilo que Medina (2007) caracteriza, com base em Gramsci, como orientalizado com base na ideia de que os detentores do poder conseguem mais vitórias do que derrotas no jogo midiático no processo negocial com a débil sociedade civil.

Nessa altura, procuramos reiterar por intermédio da análise de três casos – a venda da empresa pública de eletricidade (Electra); a narrativa das eleições de 2004 no seio do Movimento para a Democracia (MpD), um dos dois partidos que disputam o poder em Cabo Verde e hoje está a governar o país desde 2016; e o suposto caso de pedofilia em que se viu envolvido o antigo ministro das Finanças João Serra – a cobertura da imprensa privada cabo-verdiana, com enfoque no hoje fechado *A Semana* e em *Expresso das Ilhas*, como instrumento banal de difusão da ideologia dos dois blocos que disputam o poder no arquipélago. Tentamos fundamentar que a mídia, enquanto aparelhos privados de hegemonia (na acepção de Gramsci, 1991), apresenta muitas fragilidades estruturais, económicas e políticas para assumir um compromisso claro com o cidadão comum numa negociação necessária com a sociedade política. O fechamento do jornal *A Semana* em 2016, depois de mais ou menos duas décadas a liderar o mercado em termos de audiência, notoriedade e de venda, constitui uma evidência dessa fragilidade percebida e narrada uma década antes.

De qualquer maneira, isso não pressupõe que os jornalistas num ou noutro momento não incorporam reivindicações sociais ou assumem uma atitude de interesse público para dar conta de sinais de má gestão, de corrupção, de mau uso do dinheiro público por parte dos governos, nomeadamente nas privatizações das empresas públicas de combustíveis (Enacol) e de eletricidade (Electra).

Estudando possíveis relações de força e de poder que se dão na sociedade cabo-verdiana, tomamos como fundamental nesta pesquisa o entendimento gramsciano do Estado como relação social dinâmica, um terreno de conflitos, de influências e contrainfluências, para compreender os multifacetados processos que envolvem a imprensa cabo-verdiana e a vida socioeconómica, cultural e política do país.

Com base no argumento de que as organizações da cultura, nomeadamente a imprensa, constituem uma dimensão desse terreno de conflitos e não devem ser compreendidas fora do contexto histórico-político e socioeconômico no qual estão inseridas, questionamos vários sentidos comuns que surgem nas discussões sobre as mídias privadas em Cabo Verde, de maneira especial a ideia redutora que designa o *A Semana* o jornal oficioso do PAICV e do então executivo de José Maria Neves e o *Expresso das Ilhas* panfleto político do MpD. Concretizamos que, se esses jornais amplificam os discursos de políticos de que são próximos e os jornalistas, em vários momentos, se neutralizam enquanto sujeitos sociais para reproduzirem mensagens por mais inverossímeis que sejam, isso não significa que os semanários substantivam todas as posições políticas e os repórteres passivamente transcrevam todos os relatos das suas fontes.

Pontuamos que a relação se fazia complexa, demonstrando que o *Expresso das Ilhas*, em fins de 2004, ao promover uma cobertura contrária à reeleição de Agostinho Lopes com o discurso de que Jorge Santos seria o candidato ideal para aguentar a “cavalgada” de José Maria Neves, então presidente do partido concorrente (PAICV), nas eleições legislativas de 2006 não fez um benéfico serviço ao MpD, de que seria panfleto. Agostinho Lopes venceu as eleições internas, mas apresentou-se como um candidato enfraquecido na disputa ao cargo do chefe do executivo cabo-verdiano. Resultado: MpD conseguiu ocupar apenas 29 dos 72 lugares no parlamento cabo-verdiano, o PAICV elegeu 41 deputados, e a UCID, dois.

*A Semana* não resistiu à direção política do governo do PAICV, contudo não reificou todas as suas posições do partido. Foi esse jornal um dos responsáveis por a denúncia do envolvimento do ex-ministro das Finanças do PAICV, João Serra, em um suposto caso de pedofilia, tornar-se um escândalo político midiático. Em nome do critério de noticiabilidade, foi o primeiro órgão midiático a estampar o nome do ex-governante como um dos envolvidos, ainda que antes o *Expresso* tenha lançado suspeições sobre o caso. Muitos dissabores o caso causou ao PAICV, pois os deputados dos partidos adversários não perderam nenhuma oportunidade de acusar o executivo de José Maria Neves de encobrir um ato moralmente condenável. O semanário denunciou a desorganização interna do partido, o confronto das alas.

Contraditar essa linearidade que aponta o *A Semana* como o jornal oficioso do PAICV e o *Expresso* panfleto do MpD não significou dizer que os semanários não têm ligação ideológica, conforme defendem. Sublinhar que os jornais se mostram a ideológicos, neutros, seria admitir que eles se colocam acima dos objetos que querem compreender



para “informar e formar os cidadãos” e pressupõe que esse grupo social – os produtores da notícia – possuiria uma consciência completamente perfeita, o que lhe permitiria manter uma postura desapassionada ou neutra em relação à vida social, política e cultural.

Reiteramos que os objetos empíricos da pesquisa, ao se posicionarem como desvinculados de qualquer forma ideológica, tentam suprimir, em última análise, o periódico do próprio contexto sociopolítico, econômico e cultural. Mais ainda, argumentamos que a narrativa dos jornais cabo-verdianos, que se pretendiam ou pretendem desligados das formas ideológicas, se mostrava ou se mostra, em muitos momentos, profundamente ideológica. Observamos que no seu Estatuto Editorial o *A Semana* reiterava, por exemplo, que “é um jornal que visa contribuir para a consolidação do regime democrático, pluralismo de ideias em Cabo Verde e promoção da cultura nacional e universal” (MEDINA, 2007, p. 120). Discurso idêntico ao dos editoriais de *Expresso das Ilhas*. Nada mais ideológico, na medida em que, ao quererem legitimar sua posição de autoridade, estabelecem ou tentam estabelecer uma visão de mundo que seja compartilhada pelos seus leitores e anunciantes no contexto político-social e cultural no qual estão inseridos.

Cruzando várias pistas da análise dos jornais em causa com a nossa experiência enquanto jornalista e observador participante, assentamos que as mídias cabo-verdianas refletem a realidade complexa de um país onde se verifica excesso de protagonismo conferido aos políticos e onde a atividade intelectual, com alguma autonomia ou independência, se mostra bastante dificultada pelos detentores do poder que desejam manter sob controle as mentes mais fecundas ou engajadas. Diante desse quadro, os intelectuais escondem-se atrás de uma cortina de neutralidade política ou, ainda que haja algumas exceções, são cooptados pelos aparelhos administrativos do Estado. O cidadão comum, na maior parte das vezes, silencia-se ou é silenciado, e assim os jornais encontram como principais interlocutores os dois blocos que disputam o poder em Cabo Verde e as instituições coletivas, mesmo que estas desfrutem questionável representatividade.

Portanto, uma década depois, a nosso ver, continua válido o pensamento de que a adesão à ideia de independência no sentido de compromisso com pertenças, objetividade e imparcialidade jornalísticas, com a representação do homem comum ante os aparelhos administrativos ou conforme o pressuposto de que a imprensa seria um recurso fundamental com que poderia contar o cidadão para se proteger dos abusos do

Estado não passa de um gesto formal, por mais sincera que seja a intenção de alguns agentes das mídias. Mais que um suposto *quarto poder*, que contribuiria para o equilíbrio dos três poderes constitucionais tendo como interlocutor privilegiado o cidadão, conforme preconiza o modelo jornalístico americano, ou um *poder moderador*, que serviria para coordenar e moderar a ação dos poderes públicos colaborando na implantação ou manutenção de uma ordem democrática sempre percebida como instável, a imprensa cabo-verdiana seria um agente político moderador do diálogo entre os dois blocos que disputam o poder e as entidades coletivas.

Não quisemos com isso realçar que os jornais não incorporam num ou noutro momento reivindicações de quem não esteja no poder. Isso dá-lhes força política e garante-lhes maior credibilidade por parte dos leitores. Ainda assim não nos parece que os cidadãos constituam os principais interlocutores da imprensa privada cabo-verdiana (apesar de esta vincar essa ideia). A violência pelo silenciamento ou marginalização das vozes consideradas periféricas apresenta-se a todo momento, mesmo porque também o homem comum se esconde para não falar da vida política; na maioria das vezes quando fala aos microfones dos repórteres, solicita anonimato. Existe um acordo quase tácito de não mencionar nome de cidadãos anônimos na imprensa, mesmo quando cometem um crime ou são suspeitos de ato ilícito.

O argumento de que os jornais privilegiam os políticos como principais interlocutores não pressupõe que passivamente a imprensa e os jornalistas sejam objeto de manipulação por parte daqueles que detêm o poder no arquipélago. Apesar de as empresas que sustentam as mídias apresentarem diversas dificuldades estruturais e muita dependência financeira e política dos proclamados protagonistas da sociedade cabo-verdiana e de não haver muitas referências no campo profissional jornalístico, eles não se manifestam inocentes nesse jogo de aproximação e conflito entre a imprensa, as fontes e os leitores.

Os agentes das mídias não só não amplificam todas as tramas valorativas da sociedade política como usam diversos procedimentos para procurar construir a imagem de organizador da vida social, política e cultural com todas as contrariedades e os paradoxos que isso acarreta. Por meio de perguntas diretivas e culto a amizades, por vezes promíscuas, tentam arrancar informações confidenciais ou usam o argumento de autoridade para grafar como verdade absoluta algo que apenas tenha tal aparência.

O panorama pouco ou nada mudou. Há narrativas ou acontecimentos sobre os quais, como tentamos defender aqui, se registra um silêncio estratégico, como enfatizamos na

introdução com base no conceito de Muniz Sodré (2006), no qual se produz inicialmente um mapeamento completo da situação, de tal forma que viabilize a tomada de posição e escolhas racionais diante de eventualidades possíveis.

Estamos a falar da fome cerca de uma década após a independência do país. As pistas, os pronunciamentos públicos e os registros documentais são raros ou inexistentes. Enfatizamos o caso particular do combate à fome em 1985 na segunda maior ilha do país, com o financiamento da Cruz Vermelha Internacional, em que se prestou assistência médica e em gêneros alimentícios a aproximadamente mil crianças de famílias cujos níveis nutricionais se mostravam muito baixos, como nos afirmou o médico Ernesto Rocha (2020). Rocha (2020), que a essa altura era delegado de saúde em dois dos três concelhos de Santo Antão, mas dava assistência médica a toda a ilha, garante que concebeu o programa direcionado a famílias com mais de quatro menores que apresentassem dificuldades profundas para arranjar o mínimo de sobrevivência.

O programa mostrou-se tão importante que a Cruz Vermelha Internacional contratou uma consultora alemã para supervisionar a distribuição das cestas básicas às mil famílias identificadas e que receberam o apoio alimentício por um ano. No entanto, perscrutando documentos para analisar o caso e contrapô-los a testemunhos, percebermos que todos os registros que ficaram na delegação da Cruz Vermelha na Ribeira Grande, de onde se fazia toda a distribuição, foram descartados, desviados ou desapareceram quando da mudança da sede da instituição.

De todo o modo, o desaparecimento documental não implica a impossibilidade de comunicar. Os testemunhos de quem trabalhou no programa e de quem recebeu os apoios – que serão esmiuçados na segunda parte deste trabalho – tomam o lugar do documento, ainda que tal condição requeira cautela, pois, como sugere Todorov (2000, p. 16), o resgate integral de algo faz-se impossível, já que o esquecimento constitui uma condição da memória, sendo esta uma seleção entre o conservado e o esquecido.

## 2.2 Testemunho e memória

Ajustando-nos à ideia de que o resgate integral se mostra inexecutável, tomamos como critério para validar o testemunho dos nossos interlocutores o acúmulo de fatos, desde o anúncio no jornal oficial do regime da chegada do programa da Cruz Vermelha a Santo Antão, ainda que em notas nas quais não se esmiúça o motivo da intervenção (VOZ DI POVO, 6 set. 1985, p. 6), a outras pistas documentais que dão dimensão realista à narrativa (VAZ; SANTOS; ANDRADE, 2014). Faz-se necessário esse cruzamento, já que, como consideram os mencionados autores, testemunhos se categorizam como

discursos autobiográficos, que “supõem a coincidência entre o sujeito de enunciação e o sujeito de enunciado” (VAZ; SANTOS; ANDRADE, 2014, p. 3). Só que, ao contrário de uma confissão, o testemunho precisa ser publicizado, conforme acentua Ricoeur (2007, p. 3):

O indivíduo afirma a alguém que foi testemunha de alguma coisa que teve lugar; a testemunha diz: “creiam ou não, em mim, eu estava lá”. O outro recebe o seu testemunho, escreve-o e conserva-o. O testemunho é reforçado pela promessa de testemunhar de novo, se necessário; o que implica a fiabilidade da testemunha e dá ao testemunho a gravidade de um sermão.

Ao se categorizar a narrativa publicizada, o testemunho assume-se como uma extensão da memória (RICOEUR, 2007). No argumento do autor, o testemunho é, ao mesmo tempo, o ponto fraco do estabelecer da prova documental, já que “é sempre possível opor os testemunhos uns aos outros, quer no que diz respeito aos fatos relatados, quer no que respeita à fiabilidade das testemunhas” (RICOEUR, 2007, p. 3).

Aqui a memória resgatada se refere ao nível declaratório do testemunho, baseando-se no pressuposto da confiança outorgada a quem estava lá (BARBOSA, 2016, p. 13). Uma confiança que advém ou emerge de uma problematização do próprio ato testemunhal, pois, lembram-nos Gerk e Barbosa (2018), com base no pensamento Joutard (2015), o testemunho constitui sempre um problema e não problematizá-lo o leva à invalidade.

Não há compreensão sem crítica. Essa explosão de memórias se ancora no testemunho, em dar automaticamente legitimidade a discursos, sobretudo de vítimas. Entretanto nada muda mais que o passado, quando repensado a partir do presente. Não se buscam uma verdade e os fundamentos, apenas versões satisfazem. Não há um debate buscando um consenso, e sim duelo de forças (GERK; BARBOSA, 2018, p. 160).

Aliás, Barbosa (2016, p. 22) remete-se à ideia de que o testemunho apresenta a potencialidade de nos conduzir ao conteúdo das “coisas do passado, ao mesmo tempo que efetiva a operação historiográfica”. Invocar o testemunho é, para Barbosa (2016, p. 22),

se referir ao momento declaratório e sua inscrição (a memória arquivada). Podendo ressurgir toda vez que é acionada, essa memória declaratória inscrita sob a forma documental passa a representar o passado pelas narrativas, através de diversos artifícios retóricos.

Ou nas palavras de Ricoeur (2007), o testemunho é selado pelo arquivamento e sancionado pela prova documental.

Nessa perspectiva, a memória não constitui um ato de conservar a experiência, mas sim faz-se em novas construções com base em um material de referência, como conclama Halbwachs (1990), que lança a discussão sobre a memória coletiva partindo do campo da sociologia, e que, nas palavras de Pollak (1989, p. 3) “ênfatisa a força dos diferentes

pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos”.

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum (HALBWACHS, 1990, p. 39).

Fundamentado na ideia de fato social de Durkheim, com quem dialoga e de quem retoma o pensamento de que o social se impõe ao individual, Halbwachs (1990) atrai-nos para não só a seletividade da memória – pressuposição que Todorov (1995) reifica não contrapondo a memória ao esquecimento, entretanto –, mas também para um processo negocial a fim de conciliar a memória coletiva e as memórias individuais.

Numa perspectiva mais construtivista, Pollak (1989) assevera que não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, porém de analisar de que maneira os fatos sociais se tornam coisas e como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade.

Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 4).

A abordagem aqui delineada segue essa linha, que tenta reabilitar a periferia, configurada no mundo rural que vive em função das chuvas escassas, e a marginalidade, mediante a voz daqueles que nunca se fizeram ouvir ou nunca foram ouvidos no ato testemunhal. Querer-se com isso questionar a memória construída sobre a fome, que até o momento é apenas invocada como passado testemunhal de um colonialismo que abandonou o arquipélago em momentos de seca não só por parte dos homens do poder, mas também de historiadores e outros pesquisadores, como se confirmou na rememoração do desastre de assistência na cidade da Praia, capital do país, quando estudiosos como António Correia e Silva e Fátima Fernandes invocaram a fome particularmente na década de 1940, na qual se inscreve o desastre de assistência.

De resto, por meio de uma entrevista ao historiador António Correia e Silva, um dos intelectuais cooptados pelo poder e que se tornaria ministro das áreas de Inovação e Ensino Superior até 2016, o jornal *Expresso das Ilhas* de 20 de fevereiro de 2019 recordava que o desastre da assistência acontecera havia 70 anos, em 20 de fevereiro de 1949, “matando centenas de pessoas que aguardavam pela distribuição de refeições

quentes e de algum donativo que lhes permitisse se alimentarem” (EXPRESSO DAS ILHAS, 2019).

À Cidade da Praia chegavam centenas de pessoas para se juntarem a outras tantas na mesma situação de pobreza e de carência alimentar, sobretudo crianças e mulheres. Foram estes a maior parte das mais de 232 vítimas mortais resultantes da queda do paredão do edifício dos Serviços Caboverdianos de Assistência, onde diariamente se reuniam mais de duas mil pessoas para receberem uma refeição quente e alguns donativos em alimentos. Os mortos foram sepultados em valas comuns no Cemitério da Várzea, dado à exiguidade de tempo e carência em material necessário (tecido e madeira e outros) para a confecção de caixões. Os vários relatos e documentos existentes sobre este tema dizem o mesmo sobre o que se seguiu. O espanto e a angústia da população da capital que logo acorreu a prestar socorro às vítimas, trabalhando lado a lado com os soldados e funcionários dos serviços públicos na remoção dos escombros e transporte dos mortos e feridos ao Hospital. Para perpetuar este triste acontecimento, em meados da década de 2000 construiu-se junto à rampa do cais de São Januário, na zona da Gambôa que liga à Avenida dos Combatentes da Liberdade da Pátria, a poucos metros do local onde se deu a tragédia, um monumento de homenagem às vítimas (EXPRESSO DAS ILHAS, 2019).

Ao mesmo jornal António Correia e Silva caracterizava o desastre da assistência como “momento extremo de sofrimento” (*apud* EXPRESSO DAS ILHAS, 2019) na história do país, defendendo “a criação de um projecto museológico para promover a divulgação e valorização das fomes em Cabo Verde” (*apud* EXPRESSO DAS ILHAS, 2019).

O historiador saía de uma jornada promovida pela Universidade de Cabo Verde, para lembrar o “70 anos de desastre de assistência”, e visava “honrar a memória” das vítimas e conhecer o impacto desse fenómeno e das fomes de forma geral em Cabo Verde.

Conforme explicou ao jornal *Expresso das Ilhas* e à agência de notícias Inforpress, pretendeu-se também com esse evento reunir e potenciar um projeto que existe na academia “de recolha de depoimentos das pessoas que presenciaram e viveram o desastre, salientando que não existem factos na história de Cabo Verde que tenha tido num único dia, consequências tão trágicas como o Desastre de Assistência” (*apud* EXPRESSO DAS ILHAS, 2019).

Portanto, 70 anos passaram-se e o testemunho dos que presenciaram o acontecimento continua por recolher. Por isso, a memória dessa tragédia humana segue por resgatar-se, apesar da urgência em fazê-lo, já que as vozes marginalizadas tendem, pelo ciclo normal da vida, a desaparecer.

De outro modo, a própria narrativa do historiador reproduzida pelo *Expresso das Ilhas* remete-nos a uma culpabilização do passado colonial numa dupla dimensão:

- uma ausência ou inação dos poderes públicos que não terão agido para evitar a tragédia dentro de outra tragédia, que era a fome que matava milhares de pessoas pelo país todo;

- um possível silenciamento imposto pelo regime salazarista, que imperava em Portugal e por extensão nas colônias, a relatos que não só poderiam embaraçar o então governo português, mas também poderiam servir para reconstituir o desastre.

Relatava assim o jornal *Expresso* essa dupla culpabilização:

“Viveu-se uma fome que é uma tragédia e em cima dessa tragédia viveu-se uma nova tragédia, portanto é o momento de extremo sofrimento e suas consequências são amplas na história de Cabo Verde”. Para António Correia e Silva, esta efeméride é pouco conhecida e lembrada pelos cabo-verdianos, isto porque, ajuntou, as informações sobre este acontecimento foram informações “censuradas”. “As informações sobre este acontecimento foram informações censuradas porque isto embaraçou imensamente o então governo de Portugal, porque a seguir a Segunda Guerra Mundial com o nascimento da [Organização das Nações Unidas] ONU, Declaração dos Direitos Humanos, Portugal fez um máximo de esforço para esconder este facto e isto criou condições propícias para se instalar o silêncio”, indicou. Lamentou, por outro lado, não ter havido até a presente data grandes investigações académicas sobre esse acontecimento que é mal conhecido ainda que tenha havido esforços para a sua divulgação, defendendo neste sentido a promoção de acções que incentivem a preservação deste período. “As novas gerações estão convencidas de que a fome em Cabo Verde é a fome de [19]47. Há muitas fomes em Cabo Verde tão violentas quantas a de 47, portanto um museu é capaz de mostrar e honrar o sofrimento dos cabo-verdianos ao longo do tempo” sugeriu, apontando que seria um museu com impacto que ajudaria na formação da consciência cívica no Cabo Verde moderno (EXPRESSO DAS ILHAS, 2019).

Quando Correia e Silva menciona o “esforço para esconder este facto e isto criou condições propícias para se instalar o silêncio” (*apud* EXPRESSO DAS ILHAS, 2019), remete-nos a uma forma de silêncio político coercitivo, mais imposto do que negociado. Logo, mais perto daquilo que caracterizamos como silenciamento.

Esse mesmo trecho, em que o antigo ministro lamenta não ter havido até a presente data grandes investigações académicas sobre esse acontecimento, que é mal conhecido ainda que tenham sido feitos esforços para a sua divulgação, leva-nos a outro silêncio: o silêncio memorável, ou seja, em que o esquecimento advém com mais força do que a lembrança.

Seja como for, e ao contrário daquilo que o historiador sugere, edições de vários jornais publicados em Portugal no século passado indicam que houve relatos da tragédia. Relatos que tiveram repercussão tal que o Ministério das Colônias se viu obrigado a emitir uma nota, reproduzida em vários jornais, dia 23 de fevereiro de 1949, em que reconheceu que houvera mais de duas centenas de pessoas que perderam a vida na tragédia. Um corte do jornal, facultado ao autor desta pesquisa pelo jornalista José

Vicente Lopes e provavelmente do jornal *Diário de Notícias*, mostra que não houve silenciamento imediato dos relatos nas publicações:

As notícias recebidas de Cabo Verde sobre o desastre que motivou 232 mortos e 47 feridos que tiveram de ser hospitalizados atribuem a derrocada do muro ao vendaval que se desencadeou sobre a cidade. O elevado número de sinistrados foi devido à aglomeração de 3.500 indivíduos no momento em que estava distribuída a habitual refeição. As rápidas providências adoptadas pelo governo local com o auxílio de toda a população da capital da colónia no referente aos tratamentos dispensados aos feridos, evitaram que o número de mortos fosse maior. Apesar da explicação dada sobre o desastre está ocorrendo um inquérito (MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1949).

Ainda que não houvera, de imediato, um silenciamento no sentido de coagir os jornalistas a não relatarem nos primeiros dias o acontecimento que abalara toda a capital do país e a própria estrutura representativa do governo colonial em Cabo Verde, tudo leva a crer que depois da referenciada nota oficiosa do ministério a proibição se fez sentir. Não se encontram mais referências consolidadas dessas mortes nas semanas seguintes nas publicações da época, pelo que se pressupõe que, mesmo que a coerção não tenha se mostrado de forma tão evidenciada, o fato de os jornais situarem na metrópole e, de um ou de outro modo, não quererem afrontar o fechado regime salazarista por causa de um acontecimento numa colônia fez com que o silêncio, estratégico ou não, ocorresse.

A narrativa de Correia e Silva (*apud* EXPRESSO DAS ILHAS, 2019) de invocar uma tragédia do passado remete-nos a uma tentativa de consolidar o pensamento que se quer uniformizador de que o signo fome, com mortes, faz parte de uma memória longínqua. Ou seja, o silêncio plasmado em decorrência da fome nos leva a um esquecimento produzido, que se configura como memória longínqua e que por vezes aflora em brechas de lembranças.

Um pensamento, de certa forma, opressor (POLLAK, 1989), de que a fome constitui um passado mais longe do que as memórias e vivências individuais, assim como dados relacionados com a pobreza em Cabo Verde insistem em evidenciar.

De resto, o relatório conjunto das Nações Unidas e de outras organizações internacionais sobre a alimentação e o estado nutricional no mundo publicado em 2019 indica que mais de 12% da população se encontra em situação subnutricional, sendo a prevalência severa de insegurança alimentar 10% (ONU, 2019, p. 125).

Tomando como referência os dados publicados no relatório, a edição do jornal *A Nação* de 17 de julho de 2019 crava um texto com a chamada: “Fome atingiu 13% da população cabo-verdiana em 2018 – ONU”.



O relatório, divulgado ontem, mostra que uma em cada 10 pessoas, na população de todo o planeta, passou fome no ano passado. Segundo o Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Mundo, a fome atingiu 13% da população cabo-verdiana em 2018. O relatório, divulgado ontem, mostra que uma em cada 10 pessoas, na população de todo o planeta, passou fome no ano passado. O número totaliza 821,6 milhões de pessoas e se considerarmos pessoas em condição “moderada” de insegurança alimentar, o total chega a 2 bilhões, ou seja, 26,4% da população mundial, conforme o relatório. Em relação aos países lusófonos, o destaque é positivo, apesar de continuar a existirem situações de fome. “Nos últimos 12 anos, vamos dizer, a prevalência da subalimentação em Angola caiu pela metade, de 55% para 25% da população e em Moçambique também, a prevalência da subalimentação caiu no mesmo período, de 37% para 28%. Ou seja, em ambos os países, a tendência é positiva, porém, a situação continua preocupante. Em Cabo Verde e no Brasil, a situação é melhor. Em Cabo Verde, a fome atingiu 13% da população e menos de 2,5% da população no Brasil”, refere o relatório (A NAÇÃO, 2019).

Ao contrariar o histórico eufemismo praticado desde a independência de substituir o signo fome por outros como malnutrição, subnutrição, insegurança alimentar severa e debilidade, o jornal, conotado como opositor ao atual governo, que se autoproclama de centro-direita, mas que privilegia o mercado a políticas sociais, feriu um ideal unificador de não pronunciar esse flagelo a não ser para invocar o passado. Tal título, que crava a palavra fome, soa como insulto sobretudo num país onde o atual chefe de governo, José Ulisses Correia e Silva, coloca ou reitera o pensamento de que Cabo Verde se prontifica como uma experiência histórica diferenciada na África, por, entre outros aspectos ou características socioculturais e demográficas, ter feito uma aposta na escolarização e a “forte propensão cosmopolita dos cabo-verdianos” (CORREIA E SILVA, 2007, p. 88 *in* FONSECA, 2007). Numa crítica à orientação da política econômica do arquipélago, de 1975 a 1990, “empurrada para um espaço económico regional pouco dinâmico como é o da África” (CORREIA E SILVA, 2007, p. 89 *in* FONSECA, 2007), o gestor, formado em Lisboa, apresenta uma visão eurocêntrica ou europeizante de uma direita liberal que não compactua com a ideia de miséria e que agora como governante não se mostra disponível a aturar.

Mesmo antes da publicação do relatório das Nações Unidas sobre o estado nutricional e perante o cenário de mais de um ano de seca que acompanha a história do país, o governante garantia que Cabo Verde estava preparado para qualquer que fosse o cenário: “Este ano choveu, ainda esperamos mais chuvas, mas estaremos prontos, como o fizemos no ano passado, quando tivemos um ano agrícola muito mau” (*apud* EXPRESSO DAS ILHAS, 2018).

Para que não houvesse dúvida, Ulisses Correia e Silva disse que “Cabo Verde é hoje um país que não tem o espectro da fome [...]. As fomes em Cabo Verde fazem parte do

passado e as situações de insegurança alimentar e nutricional têm tido uma trajetória de redução constante e considerável” (*apud* EXPRESSO DAS ILHAS, 2018). Ainda que reconheça a existência de “vulnerabilidades muito elevadas”, nomeadamente por causa da exposição do país “a choques e catástrofes naturais” (EXPRESSO DAS ILHAS, 2018), adota o eufemismo apagador. Na mesma mensagem, reproduzida pelo jornal, de um grupo econômico que o próprio Ulisses Correia e Silva já dirigiu – portanto, com o qual mantém algum tipo de ligação mesmo que de memória –, o governo cataloga a desnutrição crônica, a pré-obesidade infantil e a anemia como desafios.

Essa narrativa atira-nos para uma espécie de esquecimento temporal que demarca o que se mostra possível lembrar e o que é necessário esquecer. Caso se refira ao passado longínquo, então é permitido lembrar. Senão, impõe-se o esquecimento. Há, por conseguinte, uma dimensão temporal no esquecimento comandado.

Independentemente desse esquecimento temporal que se quer construir, dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) publicados no documento *Perfil da pobreza: um olhar sobre as crianças* endossam os desafios que se colocam a Cabo Verde.

Em 2015, Cabo Verde registou, a nível nacional, uma incidência de pobreza absoluta global na ordem dos 35,2%, o que significa que cerca de 179.909 pessoas são consideradas pobres, ou seja, vivem em agregados familiares com consumo médio anual por pessoa abaixo do limiar da pobreza, fixado no valor de 95.461 [escudo cabo-verdiano] CVE (pouco mais de 2 dólares e meio por dia), para o meio urbano, e 81.710 CVE (pouco mais de 2 dólares por dia), para o meio rural, valores estimados como sendo o mínimo para garantir as necessidades básicas de alimentação e de bens e serviços não alimentares. Os pobres (179.909) distribuem-se em 32.738 agregados familiares, os quais representam cerca de 25,7% do seu total (INE, 2018, p. 15).

A realidade que não se quer pronunciar evidencia no mesmo estudo do instituto estatal autorizado a mostrar o país em números que, apesar do crescimento de Cabo Verde nessas mais de quatro décadas de independência, a imagem de um país sucesso de padrões senão escandinavos, pelo menos europeus, está longe de se configurar na prática. Tanto que 14% das crianças vivem na extrema pobreza no país, em famílias cujos rendimentos não cobrem o mínimo de sobrevivência, ou o valor de limiar da pobreza definida pela própria sociedade política de Cabo Verde:

Das 81.645 crianças pobres, estima-se que cerca de 26.796, representando cerca de 14,1% do total das crianças menores de 18 anos, vivem em extrema pobreza, em agregados familiares com rendimentos que permitem consumos *per capita* anuais abaixo de 49.699 CVE (pouco mais de um dólar por dia), no meio urbano, ou menos de 49.205 CVE (pouco mais de um dólar por dia), no meio rural. Assim como a pobreza global infantil, a pobreza extrema é essencialmente rural. Cerca de 24,9% das crianças que residem no meio rural é considerada extremamente pobre, enquanto no urbano a incidência da pobreza extrema infantil é estimada em 7,6% (INE, 2018, p. 17).

O espectro da fome não se esfumou, portanto, como esse ideário de memória nacional pretende sugerir. A realidade cotidiana, sobretudo no meio rural, choca com a imagem de um país de sucesso que sempre se quis erigir, independentemente do bloco político, mais à esquerda ou mais à direita, que está no poder. Se no passado o bloco que invocou a fome para denunciar a situação de flagelo colonial fez o signo silenciar-se nas páginas do jornal oficial, entre 1975 e 1990, no presente o partido que se revela mais *européizante* também usa essa tentativa de apagamento como tática conceitual, por vezes ambígua e que não se ajusta àquilo que as organizações internacionais tomam como fome.

A nota esclarecimento que o Ministério da Agricultura e Ambiente fez publicar no dia 29 de julho de 2019, por meio da assessoria de comunicação e imagem, em reação à mencionada notícia divulgada no jornal *A Nação* de 17 de julho de 2019, intitulada “A fome atingiu 13% da população cabo-verdiana em 2018 – ONU”, evidencia essa proposição. Fazendo uso de um conceito desenhado na Lei Direito Humano à Alimentação Adequada em Cabo Verde (Lei nº 37/IX/2018, artigo 3.º, alínea f), o ministério delinea a fome “como sendo um estado, com duração de pelo menos 1 (um) ano, de incapacidade de adquirir comida suficiente, definida como um nível de ingestão alimentar insuficiente para atender necessidades energéticas alimentares”. Ora, tal desenho tacitamente não se alinha com aquilo que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) padroniza ou preconiza. A FAO (*apud* ONU, 2019) considera a prevalência da subalimentação indicador que mede os progressos em matéria de redução da fome no mundo, pelo que nesse patamar e tomando como referência o quadro do citado relatório das Nações Unidas a prevalência da fome em Cabo Verde atingiria, de fato, 13% da população.

No jogo de palavras e conceitual, aproximando-se do designado por Candau (1998) como metamemória, que se refere à memória compartilhada, sendo nesse caso um conjunto de representações da memória que se quer constituir, o ministério cataloga que não haveria fome no arquipélago:

Entendemos que a notícia divulgada no Jornal “A Nação” de 17 de julho de 2019, intitulada “A fome atingiu 13% da população cabo-verdiana em 2018 – ONU”, baseia-se no conceito usado pela FAO, para produção do relatório SOFI. De acordo com os dados, a prevalência da Subalimentação em Cabo Verde, 12,6% (pág. 133-tabela A 1.1), tendo registado uma diminuição de 1,4 pontos percentuais (p.p.) relativamente à média de 2004-06, mesmo tendo os dois anos consecutivos da seca. Ainda segundo a figura 25, página 59 do relatório, a prevalência da subalimentação em Cabo Verde é baixa e sem impacto no desenvolvimento económico do país. Por isso, é fundamental, realçar que em Cabo Verde, os últimos dados sobre a situação alimentar e

nutricional no país (IN\_VAF, 2018), tem melhorado. De um modo geral a proporção de crianças com subnutrição (desnutrição aguda e crônica) tem tido uma tendência decrescente ao longo dos anos. A prevalência da anemia em crianças menores de cinco anos reduziu de 52% em 2009 (IPAC, 2009) para 43% para 2018 (IDSR III, 2018). Relativamente à disponibilidade dos alimentos, apesar dos maus anos agrícolas, o abastecimento do mercado tem sido regular em todo o território nacional, sem grandes variações dos preços dos principais produtos alimentares, sobretudo os Produtos Alimentares de Primeira Necessidade (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE, 2019).

Isso demonstra aquilo a que se refere Huysen (2014, p. 183): “Toda lembrança está sujeita a interesses e usos específicos”. Logo, não há neutralidade na narrativa que o ministério e o governo querem fazer memorável, ainda que as memórias periféricas daqueles que vivem abaixo do limiar da pobreza ou que passam fome prossigam o seu trabalho de subverter o silêncio que se quer impor ou negociar na esfera pública. Tais memórias, porém, afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados (BARBOSA 2016), como nesses últimos anos de seca em Cabo Verde. Reitera, aliás, Barbosa (2016, p. 11) que os “fenômenos memoráveis são conflituosos e estão em permanente fluxo no tempo”. Nem todos têm do que se orgulhar do seu passado.

A memória comum faz-se assim dificultada pela tendência identificada em Candau (1998) de um exercício do presente real, experiência concreta e íntima com o tempo de dissolver no tempo real essa sucessão de instantes que enfraquece a temporalidade cronológica. Ou seja, nota-se nos relatos dos homens do poder uma tentativa de “produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros do grupo” (CANDAU, 2011, p. 24). Nesse caso, o apagamento da fome, agora pronunciada em eufemismos, por meio de uma narrativa de progressos alcançados na economia, na educação, na saúde, constitui, a nosso ver, uma tática no jogo dialético entre a lembrança e o esquecimento do presente real, nomeadamente nas periferias.

### **2.3 Esquecimento voluntário e usos (ou abusos) da memória**

Não estamos aqui a contrapor o esquecimento à memória. Mesmo porque, seguindo a linha de Todorov (1995), não se vê antagonismo entre esses dois elementos. Um não se opõe ao outro. Antes, o esquecimento é uma condição da memória, já que esta se constitui na interação entre o esquecido e o conservado. Não se pode resgatar todo o passado. Portanto, o esquecimento assume fundamental importância. Não os esquecimentos contemporâneos, provocados pelo excesso de informação produzida que nos leva à desmemória, como referencia Candau (2011 *apud* MATHEUS, 2011, p. 306),

o que provocaria “uma desconexão social” e consequente perda identitária. Referimo-nos àqueles que o autor francês designa “esquecimentos tradicionais”, os capazes de vincular os indivíduos ao presente e que funcionam como fator essencial na criação de identidades culturais.

Dialogando com Huyssen (2014), podemos aqui categorizar que a memória da fome, que constitui um trauma não só para quem a viveu, mas também para quem faz dela um passado longínquo, faz emergir uma estratégia de suplantação, como se o trauma do outro devesse ser “suplantado, na hierarquia do sofrimento, pelo sacrifício e o sofrimento do próprio sujeito” (HUYSSSEN, 2014, p. 181).

Essas lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas (POLLAK, 1989), mobilizam um esquecimento voluntário, pois, não sendo pronunciáveis a todo o momento, não estão apagadas nem no tempo nem no corpo.

A fome, na condição de lembrança traumatizante, fica confinada ao silêncio em muitos momentos da história recente do país e na memória de muitos que a viveram em diferentes períodos das suas existências, na década de 1940 crianças e depois da independência enquanto mulheres e homens chefes de família. Portanto, dizemos, com Pollak (1989), que, por trás desse esquecimento voluntário, não estão apenas fenômenos de dominação por parte dos homens do poder. Existe a clivagem entre a memória oficial e a dominante, que usa as lembranças do passado colonial e abusa delas para esconder ou minimizar eufemisticamente o flagelo que acompanha a história do arquipélago. Há ainda as memórias subterrâneas, cuja significação do silêncio sobre o passado não só se apresenta enquanto resistência impotente ao excesso de discursos oficiais, mas também advém de tentativas de evitar reviver o sofrimento ou mesmo a vergonha de ser uma personagem da fome, tão condenada ou condenável.

Não se identifica oposição entre o Estado, no seu sentido estrito como sociedade política, e a sociedade civil, na qual se incluem os sobreviventes da fome. A necessidade de suplantar o sofrimento pode apresentar-se em tons e em natureza diferentes, mas o uso exagerado do passado para fazer uma fronteira clara com o presente está de um lado e do outro, o passado.

A sociedade política pouco estará interessada a reconhecer certo fracasso da narrativa de culpabilizar a inação governativa no tempo colonial pelo desastre humano e, do ponto de vista individual ou coletivo, as pessoas fazem do eufemismo uma escapatória para o signo, transformando-o em outros, como fraqueza e debilidade. Nomear ou pronunciar a

palavra fome é, em muitos casos, reviver ou reconstruir uma memória que se quer apagar ou não se deseja evidenciar.

Ou seja, há duas memórias no não dito sobre a fome. A primeira, uma memória oficial que apaga casuisticamente a expressão para colocar o país em outro momento; e a segunda, aquela dos outros, até mesmo da população, que esconde, em camadas sucessivas de esquecimento, uma lembrança traumática e terrível em suas vidas. Há um esquecimento comandado e um esquecimento deliberado, um esquecimento de reserva, de que fala Ricoeur (2007).

Nesse caso, tal como escreve Pollak (1989) sobre os sobreviventes do nazismo na Alemanha e na Áustria, mantidas as devidas proporções, o “silêncio sobre o passado está ligado em primeiro lugar à necessidade de encontrar um *modus vivendi* com aqueles que, de perto ou de longe, ao menos sob a forma de consentimento tácito, assistiram” (POLLAK, 1989, p. 6) ao seu tormento. Nesse caso, quando quem viveu a fome não quer pronunciar esse nome faz do esquecimento uma tática de resistência.

Não provocar o sentimento de culpa se torna então um reflexo de proteção daqueles que da fome serviram para explorar os que pouco tinham pela troca de pequenas propriedades ou bens por comida ou deixaram de oferecer pão a quem precisava – fenômenos que o romance *Os famintos* escancara sobre a realidade da ilha de Santo Antão e que esmiuçaremos ainda neste texto –, contudo “essa atitude é ainda reforçada pelo sentimento de culpa que as próprias vítimas podem ter, oculto no fundo de si mesmas” (POLLAK, 1989, p. 6).

Existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento (POLLAK, 1989, p. 7).

Quando falarmos das personagens da fome e dos não ditos, retomaremos essa abordagem aqui mencionada sobre as fronteiras não estanques dos silêncios e não ditos com o apagamento definitivo.

#### **2.4 Contraponto silêncios/esquecimento, testemunho e memória**

O silêncio pode ser interpretado, num primeiro momento, como um interdito ao dizer, consciente ou inconscientemente refletido em nome de uma memória nacional, individual ou grupalmente bloqueado por trauma ou por vergonha. Vagueia numa linha que vai do esquecimento por apagamento de rastros (RICOEUR, 2007), passa pelo esquecimento voluntário e não dito até chegar ao esquecimento de reserva, não

existindo nenhuma linearidade nesse jogo, que se mostra sempre dialético, entre a extinção definitiva e as memórias que ficam por pronunciar na esfera pública.

Qualquer tentativa de apagar os rastros significaria extinguir a existência de mulheres, homens, crianças, milhares deles, que nesse país morrem ou morreram de fome ou passam por dificuldades extremas a ponto de não ter os mínimos nutricionais para sobreviver. Fazem essa operação os estudos sobre a fome que mencionamos no primeiro capítulo, quando transformam a existência dos seres humanos que sucumbiram à fome em um número. A história de vida dos sujeitos imerge diante de um montado de estatísticas.

Rastros da fome levam-nos a cenários extremos, a episódios dramáticos. Há mulheres e homens que a história ainda não se pôs à escuta. Estão desenhados nos testemunhos, nas vozes marginalizadas, nos contos, nas obras literárias. Estas últimas, como nos lembra Ferrão (2010, p. 11), “se constituem, no presente do criador, em um trabalho narrativo e memorável que, sem querer, deixa pistas para a sua reconstrução, que ora se dá num presente não menos histórico e dotado de sentido”. As pistas de *Os famintos* apresentam-se de forma dilacerante, ao contrário dos citados *Chiquinho* e de *Os flagelados do vento leste*, que, apesar de terem como pano de fundo a miséria por que passava o povo das ilhas, trazem uma narrativa não só menos política, mas também menos questionadora e descritiva dos cenários de abuso e do desastre humano.

Em *Os famintos*, escrito nos anos de 1960 e proibido pela ditadura salazarista em Cabo Verde, onde viria a ser publicado na década seguinte, o autor Luís Romano retrata, com tremenda força verbal, a miséria humana, a exploração, a pobreza extrema, a seca e a fome que atingiram as ilhas de São Vicente e, principalmente, Santo Antão, sua terra natal. O romancista delinea personagens com percursos de vida similares aos de pessoas reais que se estenderam no chão e de lá não se levantaram; mulheres forçadas a migrarem, para se prostituir na ilha vizinha e assim mobilizar algum recurso para enviar à família, que permanecera na fictícia Ilha sem Nome; os deportados para o trabalho escravo em Santo Tomé e Príncipe; os chicoteados até a morte por causa de uma banana; os explorados não pelos colonos portugueses, mas por gente da própria terra, que, tendo alguma reserva em gêneros alimentícios, aproveitavam a miséria alheia para retirar deles os poucos bens que ainda lhes restavam em troca de alguns litros de milho que mandava para sustentar a família por poucos dias.

Fazendo uso de uma estratégia narrativa não linear, Romano cria vários núcleos que surgem e desaparecem da sua obra ficcional. A cada capítulo, novas personagens

emergem e com elas novas histórias de vida, como o Estudante rebelde, que prefere a companhia dos músicos do povo, que fazem as tocatinas à noite para esquecer as amarguras da vida, ou o Emigrante revolucionário, que fugiu da Argentina numa aventureira viagem depois de se envolver em lutas proletárias e de assassinar um “racista” nas terras de pampas. Pelo olhar de quem saiu e voltou, o escritor critica em proporções idênticas tanto a exploração social como a passividade do povo, ou não seria Romano, um homem de esquerda que assumiu a luta para a independência de Cabo Verde e que por causa disso foi perseguido e teve de se refugiar no norte do Brasil.

Nessa escrita contundente não só do ponto de vista literário, mas também político e social, o romancista desenha os diferentes estratos sociais e revela como eles se ajustaram à tragédia. Reitera em bastos momentos, por um lado, a passividade e o conformismo do campesinato; por outro, a exploração tenaz da miséria alheia por parte da pequena burguesia. Quadros de tragédia dentro da própria tragédia da fome se fazem presentes no texto:

O camponês fitou o tecto e suspirou.

– Quanto o senhor pode dar?

– Está vendo... nessas coisas... nem se sabe o que vale uma horta hoje em dia. As chuvas não vêm. Doença de plantação. Despesas de toda a casta. Compro a terra e fico com o dinheiro empatado na certa.

– Queres três contos e duzentos?

– Cosme ficou assarapantado, boca aberta, as mãos bem à cadeira para não cair.

– Seja! Maior é Deus! (ROMANO, 1962, p. 44).

Cosme evidencia o comodismo religioso, tanto criticado no romance, já que o autor defende que a Igreja Católica comunga com os abusos e a inação, assim como com a fragilidade de quem, no desespero, coloca a sobrevivência da família, ainda que temporária, acima de qualquer interesse material. À debilidade do camponês nesse processo negocial, Romano (1962) opõe a astúcia do comerciante, que se aproveita da seca para comprar a preços irrisórios uma propriedade e depois se gaba de ter adquirido algo de valor muito acima daquilo que pagou ao incrédulo Cosme. Os parágrafos seguintes ao diálogo constituem o signo da exploração que o próprio governo colonial proibira em Santiago, maior ilha de Cabo Verde, ainda no século XIX, quando também por causa da seca e da fome muitos tendiam a trocar bens materiais por alimentos (PEREIRA, 2015, p. 260).

Fora esse quadro, personagens anônimas pululam em sua trajetória migratória e pelo olhar narram o destino daqueles que caem de disenteria, de fome, de agonia, de desespero. Diálogos de mãe e filho, que caminham entre cadáveres e pré-cadáveres, a desviar-se dos corvos e urubus que se alimentam dos humanos inertes, constituem uma



descrição tão realística e vestígios de testemunho de um tempo em que as pessoas percorriam longas distâncias na exasperação para alcançar algo para comer:

As pessoas paravam uns momentos, que talvez conhecessem o “finado”, para depois se afastarem. Os meninos encolhiam-se nas saias das mães, espiavam e perguntavam: – Mãe, quem é? Quem é, mãe?

– É fulano das bandas do Cabeço, respondia a mulher com a voz embargada. E eles continuavam espreitando até que a volta do caminho cortasse a cena. Longo tempo olhavam para trás supersticiosos.

O silêncio apoderava-se de tudo: das fazendas, das aldeias, das casas dispersas que lembravam os nomes dos que partiram ou ficaram sepultados a esmo e os que os passarões teimavam em desenterrar.

– Quem é, Mãe? Mãe, quem é?

– Um fiel cristão que já terminou penitência na terra. E ela fazia um sinal da cruz enquanto rezava um padre-nosso (ROMANO, 1962, p. 25-26).

As histórias de Rosalina, do Estudante rebelde, do regressado revolucionário e das outras personagens do romance de Luís Romano (1962) entrecruzam-se com as de muitas Terezinhas, Perlas e Paulins, de outro romance, lançado em novembro de 2019, que redesenha um dos esquecimentos do percurso do arquipélago e que envolve dramas, tragédia, salvação, encalhe, mortes.

Na noite de 25 de novembro de 1947, altura em que a fome rondava ou dizimava milhões de pessoas não só em Cabo Verde, como em outros países, em consequência dos conflitos da Segunda Grande Guerra, o cargueiro John Schmeltzer, de cinco porões, encalha na zona Canjana, ilha de Santo Antão, com uma carga de toneladas de milho comprada na Argentina para socorrer a população da Suécia por aqueles tempos. Quase 70 anos depois, o médico alemão Pitt Reitmaier, que mantém relação com Cabo Verde desde a década de 1980, quando veio na condição de cooperante trabalhar na ilha de Santo Antão e ali estabeleceu laços, convida o amigo e colega de profissão António Pedro Delgado, este natural da mesma ilha, a remexer nessas lembranças traumatizantes desse marco da história. O caminho traçado foi o cruzar testemunho de quem esteve em Canjana durante o encalhe com documentos e registros jornalísticos consultados sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. Feita a recolha, os dois médicos narram em estilo de romance histórico a sobrevivência na década de 1940 pela voz de Perla, a menina que servia os tripulantes do navio encalhado e que viria a tornar-se uma figura conhecida, mãe de estrelas do futebol que jogariam mais tarde na Europa em equipas muitas conhecidas e admiradas em Cabo Verde, mas também por testemunhos que Reitmaier recolhe ou recria das conversas que teve ao longo do período em que combatia a malnutrição e as doenças diarreicas no maior dos três municípios de Santo Antão, o concelho Porto Novo.

Reitmaier e Delgado, ainda que ao estilo ficcional, puseram-se à escuta das vozes marginalizadas ou mesmo periféricas e com tal empreendimento responderam à condição primeira para que os testemunhos, enquanto pronunciamento publicável ou publicado, se façam. De outro modo, essas pistas da ficção dotadas de sentido e que se remetem a pessoas reais com percurso de vida reais nos levam à ideia de um esquecimento de reserva, “aquele esquecimento que afeta tão profundamente que coloca marcas duradouras, persistentes, que voltam periodicamente” (BARBOSA, 2016, p. 23). A fome de tanto voltar, de tanto ser reconhecida como marco do nosso percurso, produz o esquecimento de reserva, ou seja, permanece esquecida, mas como possibilidade de ser novamente reconhecida.

Seja como for, a despeito dos retratos na literatura, como em obras já citadas neste texto, e de existirem locais que ataçam a memória, como o do desastre de assistência, na cidade da Praia ou Canjana, onde encalhou o navio John, permanece o tabu das histórias individuais e grupais tanto nas conversas familiares e, mais ainda, nas biografias das personagens públicas. Os testemunhos continuam por pronunciar-se como narrativas para a reconstituição da história do país.

As razões de tal silêncio serão coerentes por parte da antiga potência colonizadora e dos que simpatizaram com os ditames do regime salazarista, no entanto torna-se pouco compreensível que ainda reine o silêncio dos historiadores, assim como se mostra complexo deslindar o das vítimas.

Pollak (1989) vê razões bastante complexas para o silêncio das vítimas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada, como já dissemos, encontrar uma escuta. Por ora, apenas a ficção tende a colocar-se à escuta das testemunhas da fome e, com isso, contribui para que a memória se faça.

A reedição do referenciado *Os famintos* no início de 2020 e o fato de se citar a fome nos jornais em 2019 são pistas de rastros que existem e tendem a revelar-se à medida que haja escuta aos testemunhos de quem ainda vive ou viveu as tragédias da fome. Assim, reiteramos, com Ricoeur (2007), que, ainda que não haja trabalhos consolidados de historiadores sobre a tragédia da fome relacionada com o encalhe do cargueiro John, trabalhos escritos dos historiadores acerca da magnitude daquilo que passou em Canjana, onde não só muitos escaparam da fome graças ao milho que compararam dos porões de John, mas também inúmeros morreram por consumo excessivo do milho apodrecido recuperado do fundo do mar ou por outra causa por desvendar, não são os seus únicos recursos de representação do passado. Eles concorrem com textos de ficção,

adaptações ao teatro, ensaios, panfletos, fotos, telefilmes. Concretamente, além do mencionado romance *Tempo de John*, tem-se registros em peças teatrais e adaptações ao audiovisual da saga Canjana por parte de um dos mais antigos grupos teatrais de Cabo Verde, Juventude em Marcha. Ademais, o gênero retrospectivo próprio à história concorre com os discursos prospectivos, os projetos de reforma, as utopias. Em suma, concorre com os discursos voltados para o futuro, como o que quer transformar Canjana num local de memória e de visita turística.

Os historiadores não devem esquecer que são os cidadãos que fazem realmente a história – os historiadores apenas a dizem; mas eles são também cidadãos responsáveis pelo que dizem, sobretudo quando o seu trabalho toca nas memórias feridas. A memória não foi apenas instruída mas igualmente ferida pela história (RICOEUR, 2007, p. 6).

Logo, move-nos na segunda parte deste texto, por intermédio dos testemunhos que recuperamos, o dever de fazer memória, essa invocação feita pelas vítimas, assim como o dever de não esquecer as histórias de vida do passado, tampouco o presente de quem vive no limiar da pobreza e da miséria humana.

O diálogo aqui delineado levou-nos a estabelecer uma espécie de tipologia de silêncios. Ou seja, em alguns momentos deste texto, o silêncio apresenta-se como estratégico, pois estabelece o tempo de dizer e um tempo de esquecer. No tempo de dizer, a narrativa publicitada da fome tornou-se importante para a ação política na luta para a independência numa dupla dimensão, como escrevemos no primeiro capítulo: não só na (re)motivação das e dos jovens que adiaram quase tudo para travarem duras batalhas nas matas da Guiné contra as tropas portuguesas, mas também na mobilização de vontades e apoios políticos, material e no campo de formação de quadro na esfera internacional. No tempo de esquecer, a *parole* do pós-independência faz com que as lembranças sejam confinadas ao silêncio no que tange tanto a falas dos governantes como a publicações dos autores e historiadores, a partir de 1975. Uma estratégia que marginaliza as vozes do cotidiano vivido, porém que a ficção recupera.

Quando o passado longínquo se assume como fundamental para aliviar ou fazer esquecer o passado recente, o silêncio torna-se memorial. O silêncio advém de um esquecimento produzido, que se configura como memória longínqua e que por vezes aflora em brechas de lembranças. Esse esquecimento produzido no pós-independência, quando se quer construir um arcabouço de sentido para o país, se torna muito mais importante do que as lembranças, que são só invocadas pelos governantes para justificar uma ou outra dificuldade em construir uma nova era. Do ponto de vista individual, as

lembranças do passado longínquo servem para se esquivar e esquecer os momentos mais recentes de miséria.

Sobre esse flagelo, há também uma fala eloquente que se dá quase sempre por táticas eufemísticas, isso quando a *parole* fraqueza e debilidade substitui a fome no cotidiano vivido ou os signos malnutrição e subnutrição, com os quais os governantes e pesquisadores tentavam esconder a miséria e as múltiplas ausências, de comida a condições sanitárias. Fazem-se silêncios eloquentes que, de tanto serem reiterados, em eufemismos, por meio de pistas ficcionalizadas ou nas conversas privadas, conseguem ser ouvidos. De outro modo, as lembranças estão ainda confinadas ao silêncio no que tange a publicações dos autores e historiadores, passam de uma geração a outra pela oralidade, no espaço privado, e por isso permanecem vivas na memória.

Em outros momentos, o silêncio faz-se negociado, mesmo ou sobretudo quando essa negociação não se mostra formal. Nesses casos, não dizer resulta menos de uma imposição e mais de uma percepção captada no seio do grupo de pertença ou no campo profissional. São as verdades que convinham não dizer, como afirma o jornalista Abílio Tolentino (2020), para não causar mal-estar com os chefes nem ferir a imagem de país que supera os seus próprios limites.

Mais no campo individual, o silêncio dá-se muitas vezes por causa de uma dor pessoal, como a perda de um filho ou de um familiar em tempos de miséria, seca e fome. O silêncio da dor faz-se para que a vida siga, ainda que as marcas estejam presentes nas expressões, nas imagens, nas pistas de que houve uma existência que se foi em momento difícil.

Quando as perdas são coletivas ou grupais, tornam-se traumáticas. O silêncio advém de um trauma por parte de quem presenciou a miséria, a fome e as mortes e carrega consigo marcas psicossociais dessa experiência vivida. O silêncio traumático que faz com que se evite mencionar o flagelo de todo modo, a ponto de, bastou que um jornal colocasse a palavra fome no título de notícia em 2019, citando um relatório, o das Nações Unidas, para que o governo mobilizasse uma nota de esclarecimento tentando esconder por trás de um jogo conceitual uma realidade inegável. Demonstramos, aliás, que há um esforço político, mas também social, de barrar no tempo e na memória esse flagelo.

Portanto, reiteramos que o silêncio aqui não é apagamento nem resulta de algo imposto, como na sua dimensão coercitiva. É também estratégico, uma fala memorial e eloquente, negociada por vezes ou que se esconde por trás de uma dor e de um trauma.

Nas próximas páginas tentaremos, pela voz dos outros e pela própria voz, descortinar essas diferentes dimensões de silêncios.

## **Segunda parte**

Nesta parte, cruzam-se análises das narrativas do poder, por meio da leitura das páginas de *Voz di Povo* e dos relatórios sobre a malnutrição com testemunhos de mulheres e homens que viveram e vivem o cotidiano da desolação. Tentamos perceber, em linhas mais livres, as ausências, os não ditos, os silêncios, as lembranças de resistências aos discursos oficiais.

Há três momentos aqui. Faz-se, em primeiro lugar, uma análise dos relatórios e do não dito dos jornais sobre a fome dos anos 1980 em que esta aparece representada nos relatórios, mas é ausência notada nos impressos. No segundo momento, debruçamo-nos sobre personagens da fome, cenários de desolação, o cotidiano da fome que se quer esconder nas narrativas oficiais e oficiosas, assim como as lembranças e reminiscências dos nossos interlocutores. Na etapa seguinte, as entrevistas a camponeses e pessoas que vivem nas zonas onde grassa a estiagem nos abrem o caminho para nos reencontrarmos com a nossa história de vida, pela conversa com outras vozes marginalizadas. Redescobrimo-nos numa abordagem autoetnográfica como desterritorializados.

### 3. Fome: uma ausência narrativa

Fixamo-nos em 1985, dez anos após a independência, quando o presidente da república de Cabo Verde Aristides Pereira se dirigiu à nação, numa mensagem reproduzida na íntegra pelo *Voz di Povo* (2 jan. 1985, p. 4-5), em que ressaltou a capacidade de resiliência e de resistência do povo, mas também disse que “as realizações concretizadas em 1984 inserem-se, pois, num quadro de uma acção continua, planificada, de um projecto global de execução a longo prazo” (VOZ DI POVO, 2 jan. 1985, p. 4-5).

Combatente e um dos protagonistas da independência de Cabo Verde, Pereira, que substituiu Amílcar Cabral na liderança do PAIGC, após o assassinato deste em janeiro de 1973, fez igualmente o esforço de alinhavar a narrativa de um Estado nação.

Assente no mais entranhado sentido de dignidade nacional, nessa capacidade de resistência se encontra sempre a força que permite preservar, ser intransigente na defesa dos interesses do povo e determinado no combate contra tudo o que possa atrasar ou impedir a realização das nossas justas aspirações. Segredo das vitórias alcançadas terá sido igualmente o elevado sentimento que identifica e cimenta todos os cabo-verdianos no seio da nação que somos, que define a nossa identidade no mundo e que nos faz levantar como um só homem quando é atingida algumas das nossas partes (VOZ DI POVO, 2 jan. 1985, p. 4-5).

A estratégia de Pereira evidencia ou expõe os tons que pintam a narrativa para as cerca de 100 edições do jornal oficial desse ano em que as realizações do partido, que se propunha voz do Estado e da nação, eram destacadas e os reveses minimizados.

As marcas dos reveses, ainda que reduzidas a algumas linhas num discurso que preenche uma página e meia do jornal, mostram-se, pois tanto o presidente como o primeiro-ministro de então, Pedro Pires, realçam que o ano de 1984 fora difícil para o governo e para o povo. A estiagem apresenta-se. Portanto, a estratégia não se dá por apagamento, mas por uma espécie de silêncio eloquente, por meio de um eufemismo.

Paradoxalmente, não é a ausência da chuva, que atravessa a história do arquipélago, que provoca essa narrativa naquele momento. O problema não se mostra pela escassez, porém pela abundância. Num país onde 100 mm de pluviometria significam motivo de regozijo tanto para os homens do campo como para os do poder – uns por verem a possibilidade de cultivar o campo e de sustentar o gado, outros por aliviar a pressão suplementar em matéria orçamental –, 1984 revelara-se em dupla face. A chuva caiu em abundância, tanto que em Santo Antão se registraram valores de 500 mm entre os dias 16 e 17 de setembro, de forma concentrada (VOZ DI POVO, 12 jan. 1985, p. 6). As principais ilhas agrícolas tiveram registros pluviométricos importantes, tendo chovido

também no mês de novembro, quando na ilha do Fogo, um dos celeiros de Cabo Verde, se catalogaram valores de 650 mm em sete dias (VOZ DI POVO, 12 jan. 1985, p. 6).

Só que a chuva, tão esperada quanto desejada, além de chegar tarde a um país onde em maio/junho os agricultores já começam a preparar as sementeiras, veio concentrada, causando muitos estragos nos terrenos cultiváveis e, igualmente, mortes por desabamento de casas e cheias. Na ilha de Santo Antão, foram 29 mortes, segundo um cruzamento que fizemos de dados mencionados por *Voz di Povo*, da memória do jornalista Abílio Tolentino, que residia na ilha vizinha de São Vicente, mas que cobria Santo Antão, e de testemunhos de pessoas ouvidas durante a pesquisa realizada, no mês de agosto de 2019, numa das regiões mais afetadas pelas cheias de 1984, a freguesia de Santo André, no concelho do Porto Novo. Houve mortes em outras regiões do país, nomeadamente na ilha de São Nicolau, no entanto o levantamento não interessou a esta pesquisa, que nessa fase se concentra mais na ilha de Santo Antão.

O impacto das chuvas mostrara-se, portanto, nefasto do ponto de vista de perdas humanas. Em termos de resultados agrícolas, não se fizeram na mesma proporção da quantidade de chuva. O balanço do ano agrícola de 1984 publicado no jornal *Voz di Povo* (12 jan. 1985, p. 6) indicava fraca produção de milho, principal base alimentar nas zonas rurais e periurbanas do país por aquela altura, embora se realçava uma produção abundante de feijões. Vários fatores climáticos, relata o jornal, contribuíram para a fraca produção de milho, de maneira especial os fortes ventos, “com depressiva acção mecânica sobre as culturas” (VOZ DI POVO, 12 jan. 1985, p. 6).

Apesar das pistas no jornal de que a situação do país, particularmente em zonas rurais de Santo Antão, se mostrava difícil, a fome constitui uma narrativa ausente. Em vez de apontá-la, as primeiras páginas de *Voz di Povo* destacava não só chamadas que indicam uma harmonização social, ampliando a voz dos homens do poder e marginalizando os que sofrem, mas também manchetes que salientam os progressos do país e, ao mesmo tempo, os elogios e a dinâmica da política de cooperação internacional de Cabo Verde, sem criar amarras do ponto de vista de blocos político-econômicos.

Faz-se manchete com Aristides Pereira a delinear estratégias de paz mundial Radovan Vljrovic, da ex-Iugoslávia (VOZ DI POVO, 15 jun. 1985, p. 2), no ano em que o presidente foi também à Bulgária (VOZ DI POVO, 5 jun. 1985), reforçou a cooperação com a Suécia, foi condecorado em Moçambique (VOZ DI POVO, 22 jun. 1985), foi à Tanzânia, a Mali, ao mesmo tempo em que o país recebeu ajudas dos Estados Unidos da América, da Holanda, da Itália, da França, de Portugal e da Espanha. No dia 24 de abril,



Ramalho Eanes, então presidente da república de Portugal, encontrou-se com o seu homólogo cabo-verdiano, no regresso do Brasil, e à saída sonorizou uma frase que fez a manchete do jornal como prova do lugar de destaque de Cabo Verde: “Todas as independências nos orgulham e a de Cabo Verde de uma maneira especial” (VOZ DI POVO, ano X, n. 453, 1985). Era a voz de um general da antiga potência colonizadora a comprovar a narrativa de um país considerado improvável antes e que naquele momento estava a fazer o seu caminho e ganhar destaque no panorama internacional não como pedinte, mas como polo congregador e promotor de negociação da paz no mundo.

Tanto o presidente Aristides Pereira como o primeiro-ministro Pedro Pires aparecem como protagonistas dessa narrativa jornalística em que Cabo Verde se faz ao mundo num movimento de ida e vinda no qual as ideologias parecem convergir-se nesse pequeno ponto do Atlântico, por mérito de quem sabe negociar o seu lugar no mundo. Da fome no meio rural, nada se faz visível no jornal, embora os relatórios do Ministério da Saúde retratassem um panorama muito menos idílico.

Os silêncios, estratégico e memorial, apresentam-se na fórmula de invocar a resiliência na hora de construir uma nova era. O passado, ainda que interfira de modo contundente no presente, não pode condicioná-lo a ponto de paralisá-lo, e o país, na fala dos políticos, precisa seguir à conquista do mundo não como pedinte, mas sim apresentando-se, na sua dimensão, como polo aglutinador de diálogo na política internacional.

### **3.1 O dito dos relatórios do Ministério da Saúde sobre desnutrição e fome**

O primeiro volume do Plano Nacional de Nutrição (PNN), que sintetiza vários documentos relacionados com dados nutricionais de Cabo Verde da década de 1980, descreve um mundo rural esquecido num país onde “cerca de 35% da população total, da qual praticamente 80% vive em zonas rurais, tem uma renda inferior ao limiar de pobreza, ou seja 170 US\$/pessoa/ano, e são dependentes de uma agricultura de subsistência” (PNN, 1991, p. 17).

O arquipélago, com aproximadamente 330 mil habitantes a essa altura, consumia, em 1987, 98 mil toneladas de alimentos, com pouca variedade. Quase 80% dessa totalidade era preenchida por milho, sobretudo arroz e trigo. O restante era açúcar (11%), gordura (óleo e banha, 4%) feijão e leite em pó (7%). Só que, em média por ano, o país produziu de 1975 a 1986 3.500 toneladas, o que significa 8,2% das necessidades globais de

consumo da população. Mais de 90% provinha, portanto, de importação e de ajudas externas (PNN, 1991, p. 11).

A fecundidade mostrava-se elevada – em média 5,8 filhos por mulher (PNN, 1991, p. 16) –, e a taxa de natalidade no período chegava a 37 por mil. A taxa de mortalidade bruta estimava-se em 7,1 a cada mil, mas quando se virava para a infância a taxa disparava para 44,3 por mil, apesar dos programas de planejamento familiar e proteção materno-infantil que se efetivavam em todo o país.

As doenças diarreicas estão entre as primeiras causas de mortalidade e morbidade em Cabo Verde, sobretudo no grupo de crianças menores de cinco anos. Verifica-se, contudo, que no período de 1980-1983 a 1989 a taxa de mortalidade por estas doenças (por cem mil) baixou de 99,2 para 66,3. A associação diarreia e malnutrição calórico-proteica é frequente (PNN, 1991, p. 19).

Esses dados oficiais do Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais, embora em forma de silêncio eloquente, que fala sem dizer, validam o testemunho do médico Ernesto Rocha a esta pesquisa no que diz respeito a taxas de mortalidade infantil consideráveis em Santo Antão, a rondar 70 por mil nascimentos em 1985. Havia “*situações anteriores em que se chega a cento e tal por mil, e a grande causa de morte era uma associação de doenças diarreicas, agudas e graves, com malnutrição calórico-proteica*” (ROCHA, 2020).

*Nessa altura estávamos a falar de fome por falta de comida. Quando fui a Santo Antão, em 1982, como médico, a grande preocupação, em termos de saúde, era a situação de malnutrição calórico-proteica grave. As situações de carência levavam, por um lado, a malnutrição, nomeadamente nas famílias pobres e numerosas, e, por outro lado, a casos de diarreias por causa das precárias condições sanitárias, da água, do ambiente. Então, juntavam-se a malnutrição calórico-proteica a diarreias gastrointestinais agudas e graves como as causas da morte* (ROCHA 2020).

A morte atingia mais crianças com menos de 5 anos oriundas de famílias em situação de vulnerabilidade, numerosas – com cinco ou seis filhos – e com rendimentos abaixo do limiar da pobreza. O programa de proteção materno-infantil já existia, e no período de acompanhamento das crianças Ernesto Rocha e a restante equipe médica detectaram situações nutricionais graves, a ponto de muitas crianças não resistirem aos primeiros anos de vida, particularmente na localidade de Monte Trigo, zona piscatória do litoral do Porto Novo onde residiam mais de 200 pessoas e onde jovens com 20 e poucos anos já haviam sepultado três ou quatro filhos. Muitos desses casos nem entravam para as estatísticas oficiais, pois a essa altura de 50 a 60% dos partos ocorriam em casa e nem se fazia o registro das crianças.

O outro caso particular difícil, testemunha Rocha (2020), era Paul, apesar de ser das terras mais verdejantes de Cabo Verde. Dois fatores cruzam-se para que ali se

registrassem taxas de mortalidade infantil altas: a monocultura de cana sacarina – mais da metade dos 2.987 hectares de área irrigada à época em Cabo Verde se destinava à cultura de cana para a produção de aguardente (PNN, 1991, p. 11) –, o que impedia a produção de cereais e de tubérculos suficientes para o consumo local; e a concentração das propriedades de regadio em número reduzido de famílias, 12 a 15, implicando que a maioria dos agregados não tivesse acesso a um trato de terreno para o cultivo e assim fosse possível retirar o mínimo para o sustento.

Com esses dados em mãos, como médico e representante do Ministério de Saúde em boa parte de Santo Antão, Ernesto Rocha delineou um programa de combate à fome nessa segunda maior ilha de Cabo Verde, com foco nas crianças menores de 5 anos, a faixa etária mais atingida, como demonstravam os dados levantados no terreno pelas equipes médicas.

Diversos estudos mencionados no citado PNN (1991) indicavam que mais de um terço das pessoas no meio rural fazia, quando muito, uma ou duas refeições por dia, com “deficit qualitativo” e “deficiência quantitativa em relação à densidade calórica das refeições” (PNN, 1991, p. 21). Ou seja, quando se alimentava, consumia essencialmente milho, feijão, café, açúcar e banha de porco. Pão, bolachas e arroz apresentavam-se como luxo em muitos lares.

*Como médico e presidente da Cruz Vermelha em Santo Antão propus à Cruz Vermelha de Cabo Verde o que se fazer frente àquela situação e então lançou-se esse alerta nacional e internacional. Na sequência, a Liga Internacional da Cruz Vermelha atribuiu o apoio e iniciamos aquilo a que chamamos operação a Santo Antão 85. Calculamos que o programa deveria atingir mais de mil crianças para as quais foi estabelecida uma dieta e direcionada uma cesta básica, em que incluímos arroz, óleo, leite, farinha, para cada criança das famílias com mais de cinco filhos (ROCHA, 2020).*

O financiamento do programa Santo Antão 85 está mencionado numa curiosa entrevista concedida ao *Voz di Povo* pelo então presidente da Cruz Vermelha de Cabo Verde (CVCV) Dario Dantas dos Reis, com a chamada “1985: o ano de ouro da Cruz Vermelha de Cabo Verde”. Em uma página e meia dedicada à CVCV (VOZ DI POVO, 6 set. 1985, p. 6-7), realça-se a adesão de Cabo Verde à Liga Internacional da Cruz Vermelha graças à “credibilidade” e ao cumprimento das exigências das metas e dos parâmetros estabelecidos. Em duas linhas, alude-se ao “lançamento da ajuda alimentar para a ilha de Santo Antão” (VOZ DI POVO, 6 set. 1985, p. 6-7), sem que sejam detalhados os montantes, a duração, o âmbito, nem de que modo se daria a distribuição, embora se diga que o programa se dirigia a 2.500 crianças.

Entre um número e outro, Alexandre Oliveira (2020), o administrador local da operação Santo Antão 85 e responsável pela distribuição nos três concelhos da ilha, garante que,

na prática, a assistência chegava a 1.480 crianças, com maior incidência no Porto Novo, onde se situa Monte Trigo, uma das zonas em que se encontravam os maiores focos de malnutrição. Todavia, outros pormenores perderam-se no tempo e com os documentos, entretanto transviados da sede da Cruz Vermelha Santo Antão (CVSA) na Ribeira Grande. Restou um pôster na atual sede da Cruz Vermelha, na Ribeira Grande, no qual se identificam os postos de distribuição dos gêneros alimentícios. Entre os silêncios, reunimos pistas credíveis e suficientes de que o programa existiu e foi implementado.

A memória de Rocha, oriundo de uma localidade do interior de Santo Antão denominada de Ribeira Cruz, tampouco nos leva aos pormenores. Mas o testemunho franco de quem calcorreou os vales e os montes de uma ilha escabrosa com poucos recursos em termos de veículos monitorizados nos transporta a longas caminhadas da equipe médica, com o apoio de montadas a carregar não só medicamentos, porém também a coordenar a chegada da ajuda alimentar a muitas famílias que dependiam dela para levar a panela ao lume.

Os caminhos eram travessos, sobretudo no longo trajeto Sul, Tarrafal de Monte Trigo, Monte Trigo, Pascoal Alves, Planalto Norte, Martiene, Ribeira da Cruz. Dias passavam-se e várias dormidas mostravam-se necessárias no chão de pequenas escolas ou em casas de famílias que ofereciam o pouco conforto à equipe que vinham vacinar, ensinar como tratar a água para o consumo, fazer a pesagem das crianças, distribuir vitaminas.

Nessa caminhada, a equipe deparou com outra realidade: a das zonas piscatórias como Monte Trigo e Ribeira Torta, esta última hoje uma localidade despovoada.

*Nestas zonas piscatórias, os pescadores iam à faina, apanham peixe mas o peixe não ficava em casa. Era vendido e nas famílias sentia-se o défice nutricional. Um problema sério que afectava muitos jovens, mulheres, sobretudo crianças que tivemos de socorrer através deste programa de combate à fome (ROCHA, 2020).*

A palavra fome emerge da fala do médico de modo tão clarividente, mesmo porque não há outra forma de caracterizar uma situação que o autor deste trabalho acompanhou em parte, antes de deixar Monte Trigo, onde nascera. Meninos com 2, 3, 4, 5 anos, magros, alguns esqueléticos, seminus, que passavam o dia entre a areia preta da praia e o campinho de terra fluida onde tentavam esquecer a fome de manhã à tarde. A conversa com o médico despertou a memória e trouxe à presença o texto publicado em 5 de julho de 2015, quando o país comemorava os 40 anos de independência. Fez todo o sentido essa lembrança, que retomaremos na parte final deste trabalho.

A família Almeida Medina, a que pertencço, não recebeu a ajuda desse programa, pois nenhum dos membros tinha problema de subnutrição e os poucos bens que os pais

possuíam faziam com que não se enquadrassem no perfil dos mais pobres da comunidade. Por outro lado, em 1985, a família vivia em outra ilha do arquipélago, a de São Vicente.

De qualquer forma, o programa e outros de ajuda alimentar deixaram marcas indeléveis em Santo Antão em quem recebia os gêneros alimentícios. Colegas de infância, hoje homens e mulheres na casa de 40 anos, conheceram o sabor de lentilha por aquela altura, já que antes o alimento não fazia parte do cardápio alimentar das famílias. Desses tempos, ficaram na memória os biscoitos vitaminados, que passaram a ser conhecidos por malnutridos, a debilidade para a qual foram confeccionados para combater. O nome popular dos biscoitos e a lentilha, hoje comida para paladares mais requintados, constituem outras pistas dessa memória voluntária, desse esquecimento de reserva ou do silêncio eloquente, que por mais que se queira silenciar se faz presente; insiste em testemunhar um momento vivido.

O panorama mostrava-se tão desafiante que a CVCV fez chegar a Santo Antão três viaturas. Um gabinete responsável pela distribuição foi montado, contrataram-se funcionários e as equipas fizeram-se à estrada.

Antes, porém, Rocha teve de fazer valer o seu conhecimento da ilha de Santo Antão para contrariar as ideias da supervisora do programa, de nacionalidade alemã e contratada pela Cruz Vermelha Internacional. A supervisora, a senhora Helmut, defendia que as famílias deveriam deslocar-se diária ou semanalmente aos locais de entrega para receber as ajudas, mas o médico opôs-se aos fundamentos, porque para ele não fazia sentido que pessoas malnutridas e com graves problemas de saúde tivessem de fazer essa rota todos os dias para receber uma ajuda que visava salvar a vida das crianças em tempos difíceis.

*Aquela senhora queria que as mães fossem buscar a quantidade necessária de alimentos quase todos os dias ou todas as semanas. O que foi proposto era que elas fossem buscar todos os meses, pois não se conseguiria distribuir em cada lugar umas cestas básicas todas as semanas. Santo Antão é difícil, não fazia sentido quem estivesse a passar fome fizesse este esforço. O programa seguiu o seu percurso de um ano, foi contratado um administrador local, que era Alexandre Oliveira, e também tínhamos os chamados agentes de distribuição que visitavam cada zona. Havia três grupos, um na Ribeira Grande, outro no Porto Novo, outro no Paul. Os agentes de distribuição pegavam nos alimentos e distribuíam-nos a famílias com crianças previamente identificadas (ROCHA, 2020).*

No fundo, Rocha, conhecedor dos programas de assistência do tempo colonial, em que se oferecia refeição quente aos que a fome obrigava a deambular pelas ruas, não quis invocar a lembrança das filas diárias. Ainda que o panorama fosse difícil, não se mostrava tão dramático como na década de 1940, quando por dia morriam dezenas ou centenas de pessoas à fome em todo o arquipélago. Portanto, quanto mais tempo se

separasse uma distribuição da outra, não só se equilibrava a logística, mas também se evitava a lembrança traumatizante das filas de assistência nos tempos em que a refeição quente por vezes apenas adiava o apagamento do percurso de vida de homens e mulheres moribundos. Evitar a imagem das filas é um modo de se remeter a um silêncio traumático.

A operação mencionada não era, contudo, o único programa de assistência alimentar que se desenvolvia por essa altura. No total, contabilizavam-se mais de 100 mil crianças, pessoas idosas, alunos de ensino básico e famílias carenciadas que recebiam apoios em refeição quente, gêneros alimentícios e de outro tipo.

O Quadro 4 merece a observação de que as merendas, distribuídas tanto nas escolas básicas como nos jardins de infância, não distinguem as classes sociais das quais provinham as crianças. As mais de 70.770 crianças contabilizadas como aquelas que recebiam a refeição quente equivalem aos matriculados nas escolas públicas de ensino básico, numa altura em que a maioria esmagadora das crianças em idade escolar frequentava estabelecimentos financiados pelo Estado. A escola pública era a mais concorrida e prestigiada, e só as pessoas que não preenchiam os requisitos da idade ou do número mínimo de reprovações recorriam às poucas escolas privadas para concluir o ensino médio.

<b>Programa/organização</b>	<b>Tipo de distribuição</b>	<b>Categoria de beneficiários</b>	<b>Número de beneficiários</b>
Assistência às cantinas escolares (Ministério da Educação)	Refeição quente	Alunos do ensino básico	70.770
Programa Nacional de Segurança Social e Apoio (Secretaria e Estado da Promoção Social)	Gêneros alimentícios e refeição quente	Crianças dos 0-6 anos com problemas nutricionais	12.745
		Crianças no pré-escolar	7.346
		Famílias carenciadas	3.622
		Velhos, inválidos, doentes crônicos	8.736
Organização de Mulheres de Cabo Verde	Refeição quente	Crianças em pré-escolar	2.913
Instituto Cabo-Verdiano de Solidariedade	Gêneros alimentícios	Crianças em pré-escolar	3.000
Aldeias S.O.S.	Refeição quente	Crianças em pré-	187

		escolar	
Cruz Vermelha de Cabo Verde	Refeição quente	Crianças em pré-escolar	400
Caritas Cabo Verde	Ajuda contínua (pagamento em gêneros)	Crianças em pré-escolar	170
		Famílias	695

**Quadro 4** – Programas e beneficiários de assistência

Fonte: adaptado do anexo 11 de Plano Nacional de Nutrição (1991, p. 39)

Nota-se que do Quadro 4 não consta a operação Santo Antão, pois ela ocorreu por um ano, e os outros programas aqui referenciados se estenderam por um período superior. Seja como for, o fato de a CVCV aparecer nesses dados apoiando 400 crianças, de forma contínua e em todo o território nacional, nos leva à ideia de que a operação Santo Antão 85 constituiu um programa extraordinário que triplicou ou quadruplicou a capacidade de ação da própria Cruz Vermelha. Sendo extraordinário, mobilizou meios financeiros, materiais e humanos que deveriam merecer uma abordagem jornalística por parte de quem cobria Santo Antão. Só que em um ano houve apenas a menção já feita nesta parte do texto. O silêncio no jornal fez-se em relação ao programa que referenciava aquilo que se desejava esquecer – a fome, como fenômeno coletivo ou grupal.

Entretanto, no mesmo ano, o *Voz di Povo* publicou três suplementos e outras reportagens sobre a ilha de Santo Antão, realçando as obras realizadas pelo governo, o empenho dos residentes, os avanços tanto socioeconômicos e educativos como na saúde. Os principais interlocutores eram os representantes do governo, do partido no poder ou ainda de cooperantes deslumbrados com o empenho da população em superar os seus próprios limites físicos, anímica para vencer as batalhas do cotidiano. A narrativa que os homens do poder desejam.

As vozes daqueles que viviam a dura realidade de comer uma ou duas vezes por dia com baixa qualidade nutricional ficavam marginalizadas. Quando muito, uma ou outra nota de um retrato menos idílico, sobretudo para depois realçar a capacidade de superação ou um conformismo religioso de aceitar os desígnios da vida delineados por Deus. Em outros momentos, o menino seminu, cara de espanto, de pés descalços e a brincar com um arco velho, tendo como fundo uma casota de pedra e barro, cobertura de palha, dá lugar a um esforço poético (Figura 1).

É assim na imaginação da criança: juntou a mula que diariamente vê trotar pelos caminhos ao carro, qua a vai substituindo paulatinamente e brincou

tranquila, num universo não menos real e presente e que a objectiva da máquina captou em momento feliz... (VOZ DI POVO, 20 nov. 1985).



**Figura 1** – O menino e a imaginação poética do jornalista

Fonte: *Voz di Povo* (20 nov. 1985)

A própria imagem publicada no suplemento insiste em desmentir a narrativa lúdica do repórter, na qual se nota o claro esforço de anemizar o indesmentível, já que, como se aprendia cedo nos corredores do próprio oficial, há “verdades que convêm não serem ditas” nas páginas que alguns homens do poder liam à lupa.

A fome e a miséria, embora existam e cujas pistas se fazem presentes, constituem uma inexistência na escrita daqueles que preenchem as páginas do jornal que dá voz aos homens do partido e do governo e que marginaliza outras vozes, mesmo que essas vozes conhecessem a realidade e algumas trabalhassem perto das estruturas governamentais.

As críticas de Ernesto Rocha, delegado de saúde e dirigente do Hospital na Ribeira Grande, ao ministro de Saúde Irineu Gomes por causa do orçamento para a estrutura hospitalar ficou por documentar, enquanto o jornal *Voz di Povo* (18 nov. 1985) reportou um relatório do governante à Organização Mundial da Saúde em que se projetava o ano 2000. A chamada não deixa dúvida: “Os dez anos da Saúde em Cabo Verde renovaram a confiança depositada no ano 2000” (VOZ DI POVO, 18 nov. 1985,



p. 1-2). O retrato do presente já nem sequer era problema na voz do ministro. Tanto assim é que se declara a base pronta para sustentar os desafios para os 15 anos seguintes.

Mas o presente fazia-se sentir, e Rocha continuava a lidar com a dura realidade de ver o orçamento anual para o hospital que dirigia esgotar-se nos primeiros quatro meses de cada ano. As palavras do poder faziam mais sentido nas páginas do jornal do que as críticas ou o pedido de um delegado de saúde que lutava para salvar vidas numa ilha distante da capital do país.

### **3.2 O não dito dos jornais**

O contexto leva-nos a zonas de sombra, silêncios, não ditos do jornal, não ao esquecimento definitivo. O testemunho do então jovem Abílio Tolentino (2020) a esta pesquisa faz aclarar essas zonas de sombras e não ditos na cobertura jornalística, dos jornalistas e do próprio jornal. Tolentino relembra a frase já referenciada neste trabalho de que há verdades que não devem ser ditas para justificar os dossiês jornalísticos realizados em Santo Antão por ele, por Hernán Coloma e por Filipe Sá, no ano de 1985. Foram os três para os três concelhos da ilha, além das coberturas das viagens dos governantes, sempre num tom lisonjeiro a realçar as obras feitas, em que tiradas lúdicas escondiam aquilo que não se queria ou não se podia escrever.

Na escrita desses três jornalistas – um cabo-verdiano (Tolentino), um sul-americano (Coloma) e um português (Sá) –, Santo Antão não dormia, fazia-se nascer um novo tipo de cooperação. Os cooperantes realçavam “a disciplina, capacidade de trabalho, inteligência” do homem daquela ilha (COLOMA; SÁ, 22 maio 1985, p. 4).

É certo que estes trabalhadores não sabem o serviço que prestam a outros homens como eles, que constituem mais de dois terços da Humanidade. Por aqui, terra Cabo Verde, está a nascer um novo conceito de cooperação entre países industrializados e sub-desenvolvidos. Uma cooperação que é realmente cooperação a partir de três factores. O primeiro, é o da política de aproveitamento dos investimentos internacionais do Governo de Cabo Verde, que orienta a cooperação de acordo com as necessidades e prioridades do país, num plano disciplinado e realista de criação das bases económicas e sociais necessárias para o desenvolvimento [...]. O segundo tem origem nos próprios doadores [...] em experiências desastrosas pela invasão de tecnologias e sistemas económicos que não consideram nem realidade, nem a história, nem a estrutura económico-social e cultural dos povos. A sensibilidade de Governos, movimentos e indivíduos que alertam contra estes perigos, é parte deste factor que dirige por melhores caminhos o investimento internacional transformando-o de investimento em cooperação. O terceiro está dado pelo encontro desses trabalhadores de terras diferentes (COLOMA; SÁ, 22 maio 1985, p. 4).

Esse texto, assinado por Coloma e Sá, traz marcas que cimentam a ideia de uma estratégia de estabelecer zonas de silêncio, por intermédio do uso da hipérbole para realçar a bravura e a determinação que espantam e, ao mesmo tempo, ensinam aqueles que chegam, ainda que estes últimos sejam os que carreguem as marcas de iluminados pelo conhecimento ocidental, racional, tecnológico.

Eles próprios, estrangeiros que chegaram a Cabo Verde a acompanhar familiares que vieram ajudar nas áreas da saúde e outras, rasgavam elogios a trabalhadores, analfabetos ou semianalfabetos que provavelmente nunca leram essa ou nenhuma outra edição do jornal, já que a distribuição era feita nos principais centros urbanos. Serviam para, num primeiro momento, mascarar a dura realidade na qual labutavam esses homens, lidando com explosivos para desfazer estruturas rochosas que teimavam em não ceder à força dos braços, de picaretas ou alavancas, sem nenhuma proteção e a ganhar de 15 a 22 escudos cabo-verdianos<sup>18</sup> por dia, quando muito. As vozes dos trabalhadores fazem-se esquecidas no emaranhado de textos, mas as fotos que entretanto ilustram as peças jornalísticas não escondem nem a dureza do trabalho nem o perigo a que se submetiam os trabalhadores. O não dito ou não ditos exibem-se pela objetiva da máquina fotográfica. A foto e outras que ilustram a reportagem (Figura 2) escancaram aquilo que a palavra escrita e impressa insistia em não dizer. Dito de outro modo, o silêncio da palavra escrita não esconde a fala imagética e eloquente que revela o esforço, a falta de segurança e a desenvoltura, de certa forma inocente e de subsistência, desses homens que se expunham ao perigo, porque, antes de tudo, almejavam o próprio sustento ou o da família. Muitos se deslocavam quilômetros, desde a Ribeira das Patas à zona de Alto Mira, ora a pé, ora em caminhões de caixa aberta, nos quais se transportavam também materiais de construção, cimento, pedras.

---

<sup>18</sup> O valor mais alto pago a um trabalhador era equivalente a um décimo do preço de um saco de milho de aproximadamente 80 quilogramas.



**Figura 2** – Recorte do jornal *Voz di Povo* de 22 de maio de 1985, em que a fotografia dos trabalhadores num escarpado e diante de fios não aparece na legenda

Fonte: *Voz di Povo* (22 maio 1985)

Em outro momento, os escritos da mesma reportagem reforçam que a ideia de que Cabo Verde, uma década após libertar-se do jugo colonial, já constituía um caso histórico diferente e diferenciado que não só sabia usar bem as ajudas e a cooperação, mas também os seus homens do povo e os governantes, na sua ação de superar os limites. Estava a dar lição humana, política, histórica, cultural a outros povos, nomeadamente europeus. Do micro, de uma estrada em Santo Antão, os textos de dois jornalistas estrangeiros, Hernán Coloma e Filipe Sá, tiram lições de desenvolvimento, de política econômica, de cooperação internacional que podiam e deviam fazer voluptuosidades aos homens do governo, no seu esforço de vender Cabo Verde como um caso de superação bem-sucedida.

Talvez não pudesse ser diferente para jornalistas que se deslocavam de São Vicente a Santo Antão apenas com pequenos apoios do próprio jornal. O resto ficava por conta

dos secretariados do partido e dos representantes do governo na ilha. Dormiam em pensões pagas por essas estruturas, deslocavam-se em viaturas colocadas à disposição pelos representantes do poder. Os principais interlocutores eram esses homens que dormiam em camas com algum conforto – muito maior das que usufruíam, ou melhor, não usufruíam, os trabalhadores elevados à categoria de heróis do povo na escrita jornalística –, tinham empregados, uma casa bem situada e algum poder de decidir.

Mais de três décadas depois, Tolentino (2020) reconhece que a promiscuidade e complacência para com o regime eram marcas dessas reportagens, embora reitere que as circunstâncias não permitiam veleidades ou rebeldias jornalísticas, numa altura em que até divulgar dados de um acidente de viação podia causar embaraço ao jornalista.

*As ideias de cobertura eram definidas por nós, os três, mas para descolarmo-nos a Santo Antão tínhamos de ter recurso para hospedagem e deslocação de um local a outro. Nisso, normalmente éramos aparados pelo secretariado administrativo e pela própria estrutura do PAICV. O jornal não tinha recursos para financiar as coberturas. Sentíamos isso, a promiscuidade, que reflectia nos textos e na cobertura. As circunstâncias eram o que eram. Mesmo no caso de acidente, citar o número de vítimas, já era problemático; nem podíamos mencionar conflitos sociais. Falar da fome, muito menos. Evitávamos certas narrativas porque sabíamos que os directores do jornal eram militantes do partido. No meu caso, assim que as circunstâncias políticas mudaram, em 1990, deixei essa prática e disse que só sairia se o jornal tivesse financiamento para deixar-me à vontade para fazer as coberturas sem constrangimentos logísticos (TOLENTINO, 2020).*

O jornalista aborda aqui uma espécie de silêncio negociado em que cada personagem se colocava no seu local de fala para não desencadear processos administrativos que podiam chegar ao gabinete do ministro responsável pela comunicação social. Por isso, falar da fome, como admite Tolentino (2020), constituía uma interdição desde a primeira hora na qual ninguém estaria interessado em mexer ou sobre a qual não se podia escrever.

Os não ditos faziam-se tão delimitados no que concerne à fome, que nem sequer os jornalistas delineavam levantar a hipótese de escrever sobre tal, embora se “*soubessem das dificuldades por que passavam muitas famílias em Santo Antão*” (TOLENTINO, 2020) e o programa de combate à fome estivesse em plena implementação nas mesmas zonas por onde passavam as estradas que eram apresentadas como as marcas de desenvolvimento.

Naquele momento em que se faziam tênues e em constantes deslocamentos as fronteiras entre silêncios, não ditos e o reprimido inconsciente, a tática consistia em não ouvir vozes que destoassem dos representantes do poder, mesmo porque a linha da cobertura do jornal não visava às vozes da periferia. Sendo os principais interlocutores os governantes ou representantes do regime, eles queriam que se perpetuasse a ideia de que

Cabo Verde estava numa rota de vitórias. As vozes, imagens, escritas que não se ajustassem a essa linha de pensamento seriam marginalizadas, atiradas para o não pronunciável ou não memorável. Nada deveria assombrar um país que aos olhos dos homens do poder seguia rumo ao progresso, ao desenvolvimento e reivindicava já um papel de protagonista no campo da política internacional, estabelecendo pontes entre diferentes territórios e ideologias existentes.

### **3.3 O não dito como estratégia para a construção da imagem de sucesso de Cabo Verde**

Afastando as marcas da fome das páginas dos jornais, o governo empreendeu um caminho de heroificar e glorificar o povo em Santo Antão. Nas vésperas de o país comemorar uma década de independência, o chefe do executivo Pedro Pires desembarcava naquela ilha para comprovar *in loco* “como os trabalhadores estavam a avançar” (VOZ DI POVO, 4 jul. 1985, p. 6-7). Aos microfones dos jornalistas, Pires colocou o enfoque nas pessoas:

Mesmo nos sítios mais afastados, as pessoas estão abertas e estão organizadas porque viu-se que há bastante organização. Estão desinibidas, descomplexadas e colocam claramente os seus problemas. Foi o que me agradou, verificar este avanço político e cultural. Eu penso que nesse domínio há muito que fazer para conhecer melhor Santo Antão (*apud* VOZ DI POVO, 4 jul. 1985, p. 6-7).

Esse trecho remete-nos ao pensamento de que o regime, apesar de constitucionalmente não admitir a concorrência de outras forças políticas, abria espaço para o povo expor as suas ideias, problemas, em plena liberdade. Como se as pessoas que falavam nas reuniões não fossem, na sua maioria, militantes do partido, por vontade própria ou por necessidade de ter acesso a uma jornada de trabalho nas frentes, entretanto financiadas com dinheiro proveniente da cooperação internacional. A organização nas zonas era, muitas vezes, imposta pelos comitês do partido no poder, como apoio de milícias armadas, por vezes com armas de fogo.

O texto referenciado fala de problemas “pontuais, outras nem por isso”, mas não os elencam ou só mencionam aqueles para os quais o primeiro-ministro tinha resposta imediata.

Três meses mais tarde, o presidente da república Aristides Pereira chegava a Santo Antão, e o *Voz di Povo* destacava “a festa” com que o chefe de Estado fora acolhido na

Ponta do Sol. O tom elogioso seguiu-se por duas páginas do jornal (16 out. 1985, p. 6-7), ilustradas com fotos em que se mostra farta assistência nos encontros e nas reuniões. Na escrita do jornal, não havia pressão social preocupante. Santo Antão tinha terras fecundas e preparava-se para um futuro de progresso, em que “uma nova mentalidade político-social acompanhava as transformações em curso” (VOZ DI POVO, 16 out. 1985, p. 6-7).

Na mesma altura, Cabo Verde movia-se no plano internacional para se estabelecer não apenas como um país que usava bem as ajudas públicas ao desenvolvimento como podia instituir a convergência com países de políticas econômicas e ideologias díspares, como a ex-URSS e os Estados Unidos da América, assim como construir pontes de cooperantes.

Os títulos e as chamadas das primeiras páginas do *Voz di Povo* do ano de 1985, alguns dos quais reproduzidos na Figura 3, cimentam essa ideia e dão conta de Aristides Pereira particularmente ativo. Em meses, foi a Moçambique, Tanzânia, Mali, Angola, mas também a países do leste europeu. Pires e outros governantes atuavam em outras frentes: Suécia, Portugal, Espanha, Itália, Estados Unidos da América, ex-URSS, China. Os Estados Unidos da América prontificavam 23 mil contos (cerca 250 mil dólares) às vítimas de temporal. A Itália oferecia 10 milhões de dólares para infraestrutura em Santo Antão. As ajudas chegavam da ex-URSS, da Suécia, da Bulgária. Pedro Pires recebia honrarias da antiga potência colonizadora. Aristides Pereira ganhava projeção ao travar conexões políticas na África Austral. Não havia assim espaços para miopias políticas nesse campo de cooperação internacional, como referenciamos citando Renato Cardoso (1986) no primeiro capítulo deste trabalho.



ANO X/N.º 433/PREÇO: 10\$00

# VOZDIPOVO

BISSEMANARIO

REPÚBLICA DE CABO VERDE

1976

**Aristides Pereira à partida para S. Tomé e Príncipe**

## Paz na África Austral é essencial aos objectivos dos "cinco"

"A análise do dossier sobre a África Austral nesta Cimeira é muito importante, pois da paz nessa área dependerá muito da evolução do processo para se atingir os objectivos que o grupo dos "Cinco" pretende", afirmou o presidente da República, camarada Aristides Pereira, no passado dia 11, ao embarcar com destino a S. Tomé e Príncipe para participar



ações para Angola e Moçambique, será o ponto de partida durante a Cimeira de S. Tomé".

"Enquanto prevalecer a situação de guerra e de instabilidade em Angola e Moçambique todos os esforços têm de ser concentrados no sentido de se encontrar solução para este problema", acrescentou o chefe de Estado.

No aeroporto Francisco Mendes, o camarada Aristides Pereira recebeu cumprimentos de despedida de altos dirigentes do Partido e do Governo e

**Empossada Comissão de Protecção**

Em cerimónia realizada no fim da tarde de ontem, nas instalações do hotel de primeira ordem, foram empossados membros da Comissão de Protecção do Instituto Nacional de Solidariedade Social.

1976

## Fretas do Anaral à Imprensa: Cabo Verde conseguiu ganhar-se aos lugares cimeiros das estatísticas internacionais

**NACIONAL**

Os resultados alcançados pelo Anaral, durante o período de 1975, são muito positivos, tendo conseguido ganhar-se aos lugares cimeiros das estatísticas internacionais. Este sucesso deve-se ao esforço conjunto de todos os sectores da economia, bem como à aplicação de medidas de incentivo e de apoio ao comércio exterior.

Os resultados alcançados pelo Anaral, durante o período de 1975, são muito positivos, tendo conseguido ganhar-se aos lugares cimeiros das estatísticas internacionais. Este sucesso deve-se ao esforço conjunto de todos os sectores da economia, bem como à aplicação de medidas de incentivo e de apoio ao comércio exterior.

ANO X/N.º 433/PREÇO: 10\$00

# VOZDIPOVO

BISSEMANARIO

1976

## Levar a mensagem e a amizade do povo cabo-verdiano ao povo brasileiro

**Aristides Pereira à partida para o Brasil**

Esta missão para ao Brasil, significa e realisa e a missão que Cabo Verde dá às suas relações com este país, com os estreitos laços que ligam os dois povos, e, assim, por fazer o papel de mediador à sua partida, na passada quarta-feira, o primeiro-ministro do Partido e presidente da República, camarada Aristides Pereira, que se encontra em Brasília à convite da Junta de posse do novo presidente brasileiro.

O chefe de Estado cabo-verdiano, que se encontra acompanhado de sua esposa, camarada Catarina Pereira, e de delegação governamental integrada, essencialmente, por membros dos Negócios Estrangeiros, passou com o primeiro-ministro do Brasil, o Sr. Antonio Carlos de Góes, a considerar na sua declaração de boas-vindas que esta sua declaração ao Brasil está, por um lado, no âmbito das relações já estabelecidas entre os dois povos, e, por outro lado, no âmbito da amizade



**Ministério do Comércio Social**







**Figura 3** – Recortes do jornal *Voz do Povo* que vendem a imagem de Cabo Verde a inserir-se no mundo, pela desenvoltura dos seus dirigentes  
 Fonte: *Voz do Povo*, 1985

A estratégia passa, portanto, por apagar ou silenciar todas as marcas que não compactuam com essa imagem de país de vitórias, de progressos e de luta – *slogan* vinculado pelo partido no poder – e encontra respaldo nas páginas do jornal. As marcas da fome aqui não se revelavam na escrita. Não se podiam revelar, porque, para o desígnio que se queria construir, a fome não fazia sentido nesse pequeno arquipélago que positivamente espantava o mundo, entusiasmava cooperantes e até tinha um povo que, ainda que fosse pouco instruído de educação formal, se mostrava organizado, inteligente e capaz de ensinar uma nova abordagem de desenvolvimento aos iluminados do Ocidente.

O silêncio é aqui uma estratégia política que, como já dissemos, sufoca a própria memória dos que vivem a fome. Era preciso apagar tudo aquilo que indicasse a fome no pós-independência, mesmo que com táticas eufemísticas ou recorrendo a abordagens memoriais e esquecimento de reserva.

#### 4. Personagens da fome

Recuperamos aqui a história de vida das vozes esquecidas, memorizadas para este trabalho em três semanas do mês de agosto de 2019, numa pesquisa de base etnometodológica de conversação e entrevistas, no interior do Porto Novo, onde mais de mil pessoas receberam apoio da operação Santo Antão 85.

Foi difícil recolher testemunhos, histórias de mulheres e homens que viviam a dura realidade de não comer ou comer uma ou duas vezes por dia refeições de baixa qualidade nutricional. Uns morreram, outros emigraram, outros preferem invocar o passado longínquo a testemunhar o passado mais recente. Entre um e outro silêncio, o pesquisador cruza várias conversas para recuperar o cotidiano de miséria. Os testemunhos trazem à presença histórias de vida de pessoas que o autor deste texto conheceu menino e as lembranças fluem.

A imagem esquelética de Cristina reconstrói-se. Franzina, vivia em Monte Trigo, uma das localidades onde a operação Santo Antão 85 assistia a maioria das famílias. Cristina tinha pouco mais de 20 anos, mas já havia sepultado mais de duas crianças que sobreviviam à miséria de um pequeno lar onde vivia com os pais e mais cinco irmãos. Dependiam da jornada de trabalho do pai, pedreiro, que nem sempre conseguia levar o pão de sobrevivência à casa. Depois de enterrar os recém-nascidos, Cristina não resistiu ela mesma aos níveis visíveis de malnutrição e com 30 e poucos anos partiu.

Da mesma geração de Cristina e a viver em situação não muito diferente, Marculina Morais e Felipa viram, muito cedo, as suas proles partirem. No caso de Marculina, que não escondia a magreza, enterrara quatro filhos em outros tantos anos. Carregava a tristeza no seu andar coxo e não parava de lamentar as perdas das colegas de infância. Pensou no mau-olhado, uma crença tão forte ainda por aquelas bandas. Qualquer menino que morresse era culpa de umas senhoras e de uns senhores considerados bruxas ou bruxos, que lançavam o mau-olhado fulminante à grávida ou ao recém-nascido. Com a melhoria dos indicadores sanitários e à medida que a atuação médica demonstrava que a taxa de mortalidade infantil, a rondar cem por mil – quando a média nacional situava à volta de 40 por mil –, estava mais ligada à malnutrição e a doenças diversas, a crença começou a esbater-se.

Com indícios nutricionais melhores, Marculina deu à luz a desejada filha e na sequência vieram mais dois rapazes. Vive ainda em Monte Trigo, hoje uma aldeia piscatória muito diferente da do panorama da década de 1980, quando a lamparina era a fonte de iluminação de boa parte dos lares. Chegou uma exploração fotovoltaica e as casas,

agora cobertas a laje, têm energia elétrica. Marculina viu o seu terceiro filho estudar, passar pela marinha espanhola e hoje vive na capital do país, bem longe da praia de areia quente que o viu nascer.

Bem longe vive também Felipa, que sepultou dois filhos na mesma altura de Marculina. Tempos depois viria a ter uma filha, que escapou ao destino dos irmãos numa localidade onde as principais vítimas eram quase sempre crianças com menos de 5 anos que muitas vezes nem entravam nas estatísticas oficiais, porque nasciam em casa e quando morriam com poucos dias de vida não eram registradas.

Cumprindo o destino de muitas jovens mulheres daquela localidade, Felipa rumaria anos mais tarde à emigração. Viveu anos em Portugal antes de seguir a sua viagem emigrante rumo à França, onde reside atualmente. Na capital portuguesa, trabalhou como diarista e, com o que ganhava, sustentava a filha, que, entretanto, deixara com a avó em Monte Trigo, antes de levá-la para junto de si.

A história de vida dessas três mulheres constitui espelho de vidas reais das pessoas que eram socorridas pela operação de Santo Antão que tiveram sortes diferentes, como tantas outras ou tantos outros. Uma morreu, outra manteve-se no mesmo local de residência e outra seguiu rumo à emigração.

O mesmo rumo que Cândido, octogenário residente em Martiene, um vale verdejante do concelho do Porto Novo, tomou. Pouco antes da independência, Cândido saiu do arquipélago com a intenção de ganhar em Lisboa, Portugal, algum meio para sustentar a família, que ficara em Cabo Verde. Passou poucos meses nas terras lusas, porque temera consequências das mudanças que aconteciam naquele país com a queda do regime salazarista e o início de um novo ciclo político. Regressara a Cabo Verde, ainda quando o arquipélago estava a libertar-se do jugo colonial. Pouco trouxera e voltara à lavoura, onde continua a labutar até hoje. À medida que os filhos foram nascendo, precisou de ajuda do Estado e do socorro dos programas de ajuda alimentar.

Hoje Cândido designa os apoios que advinham dos diferentes programas e que recebia como uma pequena ajuda. Para ele, a fome existiu quando ainda era garotinho e tinha de se esconder à noite no meio da horta para espantar possíveis ladrões que vinham à socapa retirar hortícolas para sustentar a família. Nessa altura, ele morava com uma espécie de família de acolhimento, não formal. Havia dezenas delas, com alguma posse, que davam abrigo a meninos que, em troca de um prato de comida, labutavam nos terrenos agrícolas ou cuidavam de animais. Alguns se tornavam homens ali e de lá só saíam para formar a própria família. Havia moças também que, para escaparem da

fome, iam morar com os padrinhos ou parentes menos pobres. Ocupavam-se das tarefas domésticas em troca do sustento mínimo.

Cândido Monteiro (2019) reitera bastas vezes que nesse passado longínquo existia fome e na década de 1980 eram “*dificuldades normais de um povo que sempre viveu de agricultura*”. O octogenário não menciona a palavra fome quando fala do passado recente. Aponta, eufemisticamente, “*fraqueza*” para caracterizar “*aquilo que o povo passava, por vezes*” (MONTEIRO, 2019). Nota-se o receio de pronunciar fome quando tinha responsabilidade de criar os filhos. Prefere desviar-se para o presente e contar que esteve recentemente em Portugal, agora para visitar a filha, que é “*gerente*” de uma das lojas de uma conhecida rede de supermercados. O rosto ilumina-se quando fala da filha e de Lisboa, agora muito diferente da Lisboa da década de 1970, quando lá esteve. A viagem recente era lúdica, mais confortável. A angústia ao pisar o desconhecido em busca de meios de sobrevivência ficara lá, no passado. Lisboa mostra-se também outra cidade, mais cosmopolita, mais aberta à diversidade.

Cláudio, cerca de 20 anos mais novo do que Cândido, nunca teve filhos, sempre viveu em dificuldades, a carregar cargas desde menino para sobreviver. Lembra-se que, antes mesmo de completar 10 anos, se levantava de madrugada para ir com a mãe buscar cargas à cabeça, percorrendo quilômetros de veredas com um peso muito acima daquilo que poderia carregar. Chegava ainda à casa a tempo de ir à escola. Fez quarta classe, de que se orgulha, mas nunca deixou o seu ofício de menino. Hoje, faz as trajetórias mais curtas, porque as estradas chegaram mais perto da localidade, e conta há anos com a ajuda de uma montada. Já não tem a força de outros tempos e o trabalho escasseia. Sempre recebeu a ajuda dos programas de assistência, ainda assim prefere contar outras histórias ligadas ao passado da fome que ouviu a mãe.

Estratégia idêntica adota Januário. Tal como Cláudio, faz uso de um silêncio eloquente, que fala sem dizer, para nos levar aos caminhos de seus 80 anos de vida. Encontramo-lo na soleira da porta da pequena casa de dois cômodos onde mora com o neto, em Chã de Norte. Recebeu-nos com um olhar receoso, mas logo a desconfiança desapareceu. Estava a receber o neto de nhô Eduardo Medina, “*homem conhecido e respeitado por aquelas bandas*” (DUARTE, 2020). O sorriso abriu-se, e as histórias da juventude desenrolaram-se em catadupa. “*Conheci o pai, Bernabé, homem honrado, que tinha orgulho dos seus filhos. Um juízo de direito, outro jornalista – és tu? Não é?! O outro funcionário dos Correios. Dias antes de falecer, ele mostrou-me a casa do teu irmão, em São Vicente*” (DUARTE, 2019). A conversa já decorria em tom ameno. Januário

contou as histórias dos “*tempos difíceis da década de 40*” (DUARTE, 2019), mas quando chegou à década 1980 a memória não fluiu. Lembra-se de receber “*ajuda que se dava*” (DUARTE, 2019), mas os pormenores perderam-se. Não se lembra nem da quantidade nem da qualidade de arroz, nem de leite, nem de óleo que recebia. Nessa altura era pai, tinha a responsabilidade de sustentar outros seres, e não poder tê-lo exercido com honra, sem precisar de ajuda, produz o silêncio da dor.

Nos casos de Cândido, Cláudio e Januário, nota-se um esquecimento temporal demarcando o tempo possível de lembrar e o tempo em que se mostra necessário esquecer. Se se refere ao passado longínquo, então é permitido lembrar. Caso contrário, impõe-se o esquecimento. Há, portanto, uma dimensão temporal no esquecimento comandado. Mais do que o silêncio imposto, percebem-se o silêncio traumático, o silêncio da dor e o silêncio memorável.

Marculina e os três homens aqui referenciados mantêm-se nos seus locais de residência, mas centenas de jovens e velhos com quem, em 2007, cruzamos quando fazíamos uma reportagem sobre a seca e a fome que destruíam o gado em toda aquela região norte da ilha de Santo Antão migraram. Muitos foram para a malha urbana da cidade do Porto Novo, outros para São Vicente, tradicional local de refúgio das gentes de Santo Antão em tempos de dificuldade. Descobriram novas rotas, como Sal e Boa Vista, ilhas que recebem milhares de turistas por ano e que por causa disso geram empregos na restauração, limpeza, construção civil.

Foi no Sal que reencontramos Manuel do Carmo, pastor que perdeu, em 2007, cerca de 90 dos 120 caprinos que tinha, por causa da seca e da fome. Nessa altura, mostrava-se desanimado e sem saber o que lhe reservava o futuro. Quando o futuro se fez presente, Manuel do Carmo estava cego, a depender dos filhos, migrantes como ele, mas a cuidar de netos com a mulher. Hoje tem quase 80 anos, demonstra vontade de regressar à casa, mas tem a consciência de que não é possível. A aldeia de Pascoal Alves, onde residia, hoje está praticamente despovoada, embora lá ainda resida uma irmã. O carro lá não chega e muito dificilmente o pastor conseguiria montar como gostava de fazer quando mais jovem.

Tal como Manuel, a seca e a fome levaram a população a sair de seu lugar de origem e a procurar outros destinos. A migração constrói, continua a construir, assim desterritorializadas, pessoas que vão em busca de uma vida melhor, deixando sua vida para trás. O caminho já se faz rumo ao sul, aos longínquos São Tomé e Príncipe, Angola, como acontecia em meados do século XX. O caminho mostra-se mais curto,

mas a desterritorialização dá-se ainda dessa maneira. As casas vazias de Pascoal Alves e de outras aldeias daquele Planalto Norte constituem o sinal disso mesmo.

#### **4.1. Cenários de desolação**

A história de vida de Manuel leva-nos a um meio rural que o país cada vez mais urbanizado quer fazer esquecer, mas que se mostra sobretudo quando falta a chuva para irrigar os campos de agricultura de sequeiro ou para fazer nascer ervas e arbustos tão fundamentais para alimentar o gado num planalto onde a pastorícia e a produção de queijo constituem fontes de sobrevivência para os que resistem. Poucos resistem, sobretudo depois das secas sucessivas de 2018 e 2019.

A falta de água, quando esta não chega num caminhão autotanque fornecido pelo município do Porto Novo ou pelo Ministério de Agricultura, constitui um problema não só para o consumo doméstico, como para dar de beber aos animais. Quando assim o é, os residentes reúnem os vasilhames, arrumam as selas no lombo dos burros e põem-se à procura de fontes ou nascentes, a longa distância, que ainda podem amenizar o problema.

Cada vez mais está difícil encontrar uma fonte que forneça água com qualidade mínima para o consumo doméstico. A água faz-se cada vez mais salinizada, porque, pela ausência prolongada de chuvas, os lençóis subterrâneos não se renovam, e assim a salinização avança. Ou secam. O poço, que abastecia Pascoal Alves, já não tem o mesmo caudal.

Antigo celeiro da região que produzia milho e feijão para sustentar centenas de famílias que se deslocavam em grupo para as sementeiras anualmente e por lá passavam meses, Pascoal Alves é hoje uma sombra daquilo que era. As gentes da Ribeira das Patas já não vão, de Tarrafal de Monte Trigo também não vai quase ninguém, de Monte Trigo poucos se entusiasmam.

Mesmo os campos de cultivo, outrora bastante cobiçados, hoje ficam por cultivar, desertificam-se. As casas estão abandonadas. Os reservatórios, construídos para guardar a água quando chovia, desabaram. Onde residiam dezenas de famílias que ainda há uns 15 anos resistiam a tudo para se manter nos respectivos locais de pertença, hoje dificilmente se cruza com uma pessoa nos vales e nos montes. Por lá, sobrevivem três ou quatro famílias, cerca de 15 pessoas, que tentam salvar os animais num cenário severo.

A prometida água bombada desde as nascentes em Craveirinha tarda a chegar ao Planalto Norte e a seca não dá tréguas. Não bastasse a falta de água e pasto, comprar os gêneros alimentícios básicos para o consumo é um desafio, não só porque falta dinheiro quando a produção e a venda de queijo, principal fonte de rendimento, caem a pique, mas também porque, por vezes, implica uma caminhada de quilômetros.

Em Chã de Norte, onde encontramos Januário, as plantas secavam e o octogenário lançava-as um olhar desolador. O feijoad que, no ano anterior, se mostrava verdejante e produziu durante meses estava destruído. A cultura de batata, na qual os pequenos agricultores investiram o pouco que tinham, não rendia, pois a água para a rega não chegava. Januário Duarte (2019) lamenta que o equipamento do furo, que fornecia água a baixo custo para as pequenas parcelas, tenha estragado e que ninguém acuda as pessoas dependentes daquilo que colhiam nas hortas ao redor da casa.

A fome ronda aquelas localidades e os mais jovens não resistem. Partem e deixam os mais envelhecidos. Grande parte pertence a agregados familiares que, em 2015, viviam com menos de mil dólares por ano por pessoa, cerca de dois dólares por dia. Mais de um terço (35,2%) dos cabo-verdianos, principalmente no meio rural, vive nessa condição, em que aquilo que mobilizam nas suas atividades diárias não dá para sustentar a família. Quando conseguem algo para levar a panela ao lume, normalmente a alimentação tem baixa qualidade nutricional.

#### **4.2. O cotidiano da fome**

Nesse meio rural, clama-se por apoio do Estado, porém as pessoas não anunciam a fome por que elas passam. Raramente o fazem. Preferem alarmar que os animais morrem de fome. Mas o cotidiano da fome faz-se presente, como fazia no passado que queremos esquecer. Monte Trigo, onde nasci quando ainda a independência de Cabo Verde era um bebê de colo, leva-me à vida que deixei cedo, como já contei nesta parte do texto. Em 5 de julho de 2015, grafava no especial do jornal *A Nação* a memória desses tempos de menino:

Recordo como deixei Monte Trigo quando, empurrados pela necessidade de oferecer aos filhos a instrução liceal que a vida lhes negara, os meus pais empreenderam o caminho de São Vicente. Um dos novos de uma família *huga* que já tinha dois membros a estudar na cidade do Mindelo, arrumei o pouco que possuía antes de completar 7 anos de vida e embarquei na minha primeira experiência migrante. Para trás deixei duas ou três dezenas de casas cobertas de palha, uma praia de areia negra, o peixe fresco que íamos buscar à beirinha do mar quando “Natal” (o bote de pesca que os meus pais entretanto adquiriram) regressava da faina, os meus coleguinhas de infância com quem brincava no areal ou no campo de futebol que ficava ao lado da

minha casa. Estávamos nos idos de 1982, raras eram as pessoas em Monte Trigo que podiam gabar-se de ter um bote a motor ou um colchão com o mínimo de conforto para descansar o corpo e a alma após a labuta diária. Dormia-se no chão aos montões (famílias numerosas dividiam um ou dois quartos), numa esteira ou, quando muito, num colchão enchido com florzinha colhida nos campos e nas veredas ao sopé do Topo de Coroa. Muitos refugiavam-se à beira do mar nas noites de calor sufocante e por lá pernoitavam fazendo companhia as ondas. Só lamparina ou cafuca interrompia a temerosa escuridão nas noites em que a lua não se fazia companheira dos madrugadores (MEDINA, 2015, p. 37).

O Monte Trigo daquele tempo de menino vivia um cotidiano que não só reencontrei e reencontro no Planalto Norte, mas também na periferia da ilha de São Vicente, onde vivo e trabalho. Pessoas que moram em casas de lata, que se alimentam quando conseguem arranjar uma ocupação ou quando alguém lhes oferece alguma ajuda.

A imagem de uma senhora com um pequeno saco de plástico transparente, no qual se conseguiam vislumbrar uma porção de arroz, duas cavalas e algum tempero, não nos deixou indiferente. Moradora de um bairro periférico de São Vicente, com o sugestivo nome de Horta Seca, a senhora a beirar dos 60 anos contava a vizinha uma história do cotidiano, enquanto esta aguardava o autocarro (ônibus) para ir à cidade. Abria o sorriso possível e logo manifestava a sua satisfação: naquele dia tinha motivo para estar contente, porque tinha algo para dar de comer aos filhos. Nem sempre era possível. Quando muito, comiam de manhã pão e bebiam leite, se houvesse, e seguiam a aventura de conseguir mais uma refeição para aquele dia.

A história da senhora faz-se idêntica à de muitas mulheres que vivem na extrema pobreza em Cabo Verde, em agregados familiares com rendimentos que permitem consumos por pessoa a rondar pouco mais de um dólar por dia tanto no meio rural como na zona urbana. A pobreza faz-se mais acentuada em agregados liderados por mulheres, como a senhora de Horta Seca. As estatísticas de 2015 indicam que 46,6% das crianças que vivem em agregados representados por mulheres são pobres e 15,6% é muito pobre (INE, 2015).

No município Paul, que já apontamos como vale verdejante, mas cuja produção pouco vale aos seus filhos, encontram-se muitas histórias de meninos que vivem a sina de meio rural que por vezes se parece fora do mapa de um arquipélago com mais de uma dezena de universidades, que galga o *ranking* de países de rendimento médio. Lá, de onde saem toneladas de produtos agrícolas para abastecer o mercado de São Vicente, ficam 51,8% de crianças que vivem na extrema pobreza. É o município com maior incidência da pobreza infantil em todo o país. A saga da fome, agora escondida em lares das zonas altas do concelho, continua tal como se fazia notar no ano de 1985, quando o



médico Rocha e a sua equipe operacionalizavam o programa para alimentar as crianças malnutridas da região.

Os números apresentados em compilações estatísticas escondem as famílias, vidas humanas, que vivem em plena miséria em Portelinha, Ribeireinha, Monte Sossego e outras tantas zonas em São Vicente e no meio rural de Santo Antão. Muitos dependem da pensão social mínima, cerca 50 dólares mensais, pagos pelo Estado para sobreviverem. Outros da ajuda de vizinhos e outras pessoas.

Pessoas que só contam como cidadãos efetivos do país oficial quando de quatro em quatro anos (eleições municipais) ou de cinco em cinco (eleições legislativas e presidenciais) são chamadas a votar. Nesses dias, em que a sociedade política se abre à plebeia, os lares ganham ofertas fartas, a panela vai ao lume mais vezes e a vida tende-se a mostrar o outro lado. Pena que se esfuma logo a seguir, e a labuta diária para dar de comer aos filhos recomeça para os homens e mulheres de um país real. O pão mingua, a água potável torna-se um desafio, o salário passa a ser um desejo quase irreal. A desolação reconstrói-se.

### **4.3. Lembranças e reminiscências**

Longo silêncio sobre o passado faz-se sobre a fome em Cabo Verde. Mesmo a dos anos 1940, quando milhares de pessoas morreram tentando sobreviver na cidade da Praia, capital do país, ou a de Canjana, quando do encalhe do navio John, até há pouco tempo eram apenas lembranças diversas. Muitas vezes números que serviram para construir a *parole* da independência, como discutimos na primeira parte deste texto, depois se diluíram.

A diluição atingiu níveis tais que até o romance *Os famintos*, que escancara não só a fome, a miséria, mas também a exploração em sentido lato, não se encontrou na lista dos textos literários que deveriam ser lidos no pós-independência nos liceus. A escrita contundente de Luís Romano ficou para os poucos que frequentavam as bibliotecas, onde havia um exemplar, ou amantes fervorosos da literatura, mas as lembranças não se perderam. Tanto assim é que em plena escrita desta tese se anunciou a reedição dessa obra. Um ano depois de se começar a falar da fome e do desastre de assistência que referenciamos na primeira parte deste trabalho.

Essas indicações de memória remetem-nos ao pensamento de que o silêncio de décadas está longe de conduzir ao apagamento, ao esquecimento irreversível. As histórias sobre a fome de 1940 ouvem-se nas redes familiares. As lembranças dissidentes, ainda que não cheguem à esfera pública, são transmitidas cuidadosamente de geração em geração

em locais restritos, em jeito de história de um passado. A resistência dos que presenciaram ou viveram a história da fome faz-se e opõe-se ao excesso de discursos oficiais, expressos nos jornais de ontem e de hoje. A hora da verdade sobre a fome e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas parece aproximar-se. Curiosamente, por iniciativa de um alemão, natural de um país onde se tenta conciliar com a história reconstruindo narrativas e memórias dos momentos mais nefastos do seu percurso, passamos a ter, em 2019, testemunhos documentados em romance histórico sobre o encalhe de John.

Aqui também tentamos recuperar vozes marginalizadas e de um mundo rural esquecido para lembrar que a fome não desapareceu do país, como as narrativas oficiais querem fazer crer. As pistas e os testemunhos que recuperam a operação Santo Antão constituem um modo de reafirmar que mulheres e homens cabo-verdianos continuaram ou continuam a viver a miséria, mesmo porque, como se comprovam os dois últimos anos, a dependência de muitas famílias do regime da chuva ainda se mostra elevada e as soluções tardam a chegar.

Sistematizamos baseados em Pollak (1989) que o recomeço de construção de narrativas indica que o tempo não trabalha a favor do apagamento das marcas da fome, nem “o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo” (POLLAK, 1989, p. 8), ao contrário do que os homens de poder e alguns pesquisadores mostram desejar. Os tempos difíceis por que passavam as pessoas do meio rural e da malha urbana, por causa da seca e das crises econômicas que têm impacto enorme na vida dos mais pobres, contribuem para reacender espaços de amargura, o ressentimento, e os gritos da contraviolência fazem-se sentir perante os dominantes que fazem de tudo para esconder o indesejado.

As reminiscências, essas experiências traumáticas ou ainda não resolvidas, incomodam no silêncio. Em muitas modalidades de silêncio, que estão longe de significar um apagamento. Antes, pelo contrário. Movem ações, em espaços restritos e em momentos próprios, que impedem o esquecimento definitivo. A fome faz-se presente na vida dos homens, nas referências literárias, nos relatórios oficiais recentes. Está lá, muitas vezes eufemisticamente, mas está lá em forma de malnutrição, de pobreza extrema, abaixo do limiar da pobreza.

## 5 Vozes marginalizadas e desterritorializados

As entrevistas a camponeses e pessoas que vivem nas zonas onde grassa a estiagem aqui se desenvolvem, porque nos pusemos à escuta numa perspectiva de conversação aberta, como na parte introdutória deste trabalho, servindo-nos das recomendações do campo da etnometodologia.

O passado vivido por vozes nunca ouvidas como testemunhos do seu tempo abre-nos o caminho para nos reencontrarmos com a nossa própria história de vida. Redescubro-me numa abordagem autoetnográfica como desterritorializado, idêntico a muitos dos entrevistados, mas também ouço a minha própria voz nestas linhas em que a experiência etnográfica me leva a uma viagem autoetnográfica, em que presto atenção aos meus sentimentos físicos, pensamentos e emoções à medida que converso com os meus interlocutores.

A especificidade do método autoetnográfico, como afirma Santos (2017, p. 219) em diálogo com vários autores desse campo, dá-se pelo “reconhecimento e [pel]a inclusão da experiência do sujeito pesquisador tanto na definição do que será pesquisado quanto no desenvolvimento da pesquisa”. Mostra-se assim fundamental recurso à memória, à autobiografia e às histórias de vida, assim como aos fatores relacionais que surgem no decorrer da investigação. Tais como a experiência de outros sujeitos.

Seguindo uma linha de autorreflexibilidade, pela visão etnográfica (JONES, 2005; PENSONEAU-CONWAY; ADAMS; BOLEN, 2017; SANTOS, 2017), boa parte daquilo que é escrito nas próximas páginas se faz não só por perscrutar silêncios de momentos em que o esquecer é mais importante do que lembranças, mas também de uma viagem memorial, de reconhecimento da própria história de vida, que se desemboca numa crônica de vida.

Ouçamos, antes de tudo, as vozes escutadas no seu ato testemunhal.

## 5.1 Vozes marginalizadas

Mal entrei pela portela, observei a inquietude de Maria. O olhar desconfiado dessa senhora a beirar os seus 80 anos fazia-me antever que a conversa não seria fácil. Apresentei-me, e ela pediu-me para sentar-me na bancada em que se encontrava. Pediu-me desculpas, mais de uma vez. Ouvia mal e estava com problema numa perna. Mal conseguia andar. Apontou-me o bordão que se apoiava para se deslocar. Saíam poucas palavras. A entrevista começou e tentei altear a voz, porque dava sinal de que pouco entendia, desculpou-se. Falei do programa de apoio à família. A testa franziu. Esboçou as primeiras palavras, que saíram da boca de modo pastoso:

*Oiço mal e mal lembro-me destas coisas... Passo os meus dias nesta bancada. Eles davam-nos uns apoios para quem tinha muitos filhos e poucos recursos. Mas era coisa pouca. Naqueles tempos... Ah, aqueles tempos!... Nada era fácil. Era desenrascar. Ora, comido, ora malcomido. Outros tempos... Nada era fácil. Mas ocê, desculpa-me... Ocê sabe, quando idade chega, a gente fica de poucas lembranças... A ouvir mal, corpo amarrotado... (MOTA, 2019).*

O olhar fugia-se, e ficou perceptível a indisposição de Maria para falar de algo dos tempos idos e duros. Lembrança traumatizante. A minha expectativa, de certa forma, havia sido defraudada porque esperava uma viagem memorial mais livre. Conhecia o filho de Maria, com a sua fama de bom conversador. Quando me indicaram Maria como uma das pessoas que deveria entrevistar, perscrutei logo se falava como o filho. São parecidos, avisaram-me. Portanto, fui expectante na ribeira de muitos pedregulhos e desvios que davam acesso à casa. Cheguei ofegante, tive de me recuperar a conversar com o rapaz que me fazia acompanhar, ele próprio oriundo de uma das famílias que recebiam os apoios. Explicou-me no caminho que havia os apoios de assuntos sociais em milho, feijões, óleo, açúcar e outro programa direcionado a pessoas mais velhas, as da terceira idade. Januário, seu nome.

Januário afastou-se um pouco quando percebeu que as palavras não saíam à Maria. Logo avistou Cláudio, que nem estava no meu roteiro, mas soube que ele também recebia a ajuda em gêneros alimentícios. Aproximou-se logo, com o seu charuto artesanal feito com tabaco produzido ali mesmo em Martiene. Trazia-o no canto da boca, como parece ser a sua imagem de marca. Tirou uma fumarada como a anunciar a sua chegada e logo começou a conversar. Não parava de falar o Cláudio. Numa rara brecha para mais uma fumarada, introduzi o assunto. Cláudio fez um sorriso esquivo de quem queria fazer-se importante para uma entrevista importante. Postulou-se à minha

frente, cruzou os braços, desatou a falar numa variante de crioulo mais pomposo, misturado com português, como um bom santantonense faz quando quer se mostrar esclarecido ou entendido em determinado assunto:

*Bom, sobre tal assunto... Sobre tal assunto, eu tenho de procurar as palavras e as informações certas... Tenho de pensar um bocadinho... A gente... Era uma população inteira que ia à Ribeira da Cruz... Com burros e etc... Quem tinha um burro ou dois... Não era qualquer um que tinha um burro, mas eu ia, com a minha mãe, hoje já gente de idade. Mas íamos lá... Já passei muita coisa com a minha mãe... Desde muito cedo, menino pequeno... Eu levantava-me de madrugada, eu com a minha mãe buscar carga de outras pessoas em Cavouco de Silva, conhece? Na Ribeira das Patas... Tempos difíceis... Mal a gente comia, mal a gente vestia... Caminho feito à luz da lua ou da cafuca, quando havia... Corria-se perigo nas rochas. Aquilo que era vida complicada... Geada queimava, roupa pouca. Oh, Deus! Deus é pai... A gente ia e voltava com Deus... Depois o caminho era Selada de Alto Mira... Aquilo lá um frio que lembrava os tempos idos, quando as pessoas mal vestiam. Mas dizia, eu menino ia com a minha mãe... Caminho e caminho, regressava para ir pra escola... Fiz quarta classe, sei ler e escrever, graças a Deus... Sei assinar uma abóbora, como se diz por aqui. As cargas eram pesadas, mas tinha de ir, tinha de ganhar o quê comer... Aquilo eram tempos de dificuldades... Desde menino a vida é de cargas, ora no lombo ou no lombo do meu burro... (SANTOS, 2019).*

Não adiantava a minha tentativa de redirecionar a conversa para a década de 1980, mas precisamente para os programas de ajuda alimentar e de combate à fome. Cláudio queria continuar a sua jornada de silêncio memorial, em que esquecer pormenores se mostrava mais importante do que lembrar. Queria mostrar-se um sobrevivente, quase heroico de tempos “*mais ou menos*”, porque os tempos mais difíceis foram os que a mãe viveu quando criança e jovem. Assim produzia o outro tipo de silêncio, o eloquente, que fala sem dizer, de tão reiterado por meio de eufemismos no cotidiano vivido.

*Ah, sim, os apoios?! Muita gente recebia milho, feijão, óleos... De Martiene, de Chã de Norte, de Norte, de Jorge Luís, de Ribeira da Cruz, de cantos e recantos... Martiene menos, porque aqui teve esta aguinha e nem todo o mundo tinha muita necessidade... Mas em Cabo Verde a gente sabe dos tempos duros... Minha pobre mãezinha passou por mundos e fundas... Fomes de [19]40, conhece as estórias?! Década de [19]60, só desgraças... Gente que morria no meio de caminho, muita gente, mãe e meninos... Só de ouvir os contos da minha pobre mãezinha, o corpo arrepiava-se... Eram dificuldades... Tempos que Deus não permita... Graças a Deus já não vivemos outros tempos, apesar das dificuldades, da falta de chuva, das secas, bem ou mal comida... Mortes, gente enterrada sem nome, já não acontece... Sobre esse assunto de década de [19]80, era ajuda para aqueles mais pobres... Nada como aqueles tempos antigos... No tempo de português que era coisa de Deus... Deus não permita... Quem não viveu, não sabe contar... Conto de ouvir falar... Comido ou malcomido, sempre passei os meus dias, ora assim assim, ora assado... Gente empurra, empurra... Gente de corpo pertado, de costa larga... Sempre te sobreviver... Nada como os tempos antigos... Que tempos aqueles... Um país que já passou por tantas coisas... Tenho muito para contar, mas as pessoas não têm noção... Jovens... Nada fácil... Agora são outros tempos (SANTOS, 2019).*

Cláudio invocava sempre o passado traumático e seguia a narrativa de tempos idos e que não voltariam mais. Quando a conversa se voltou para a década de 1980, o entrevistado colocou a mão no queixo e desviou-se para outros mundos, apesar de

confirmar que ele e “*a pobre mãezinha*” recebiam “*as ajudas de Assuntos Sociais, assim como Benvenida, Maria João, que Deus tenha em paz, nha Ludovina, muita gente*” (SANTOS, 2019). A narrativa de Cláudio continuou, queria saber como poderia ter acesso à pensão de sobrevivência, dada pelo Estado a pessoas com mais de 60 anos e que não tinham outros rendimentos. Queria essa “*ajuda*” porque os cerca de 50 dólares lhe davam “*um jeito nesta altura em que as forças começam a faltar*” (SANTOS, 2019). Pediu-nos ajuda para escrever uma carta a pedir esse apoio do Estado. O passado já foi e agora o presente interessava. Interessava bastante para precaver a velhice. Cláudio não pedia licença para falar, falar e falar, mas sabia esquivar-se, adiava até o limite o testemunho da fome por que passou. O silêncio traumático perpassava por sua fala.

Pedi licença a Cláudio, a conversa já ia longa, a noite caía, não estava acostumado com aquela ribeira e temia uma queda. Cláudio indicou-me outra via, agora iluminada pela luz elétrica. Os tempos de cafuca e de lua já se foram. Não havia de temer o escuro. Mesmo assim, Cláudio acompanhou-me mais cerca de meia hora a repetir narrativas da sua vida atual e a lamentar que ainda ninguém lhe dera a pensão de sobrevivência. Entre uma e outra história, falou-me de Cândido, com quem poderia falar. Sim, porque ele também recebia os apoios dos programas de assistência e era um dos poucos que ainda vivia por lá. Já estava tarde, voltaria no dia seguinte para descobrir a casa de Cândido e ouvir a narrativa dele.

Numa tardinha fresca, tentei descobrir a casa de Cândido, sem o meu *guia*. Conhecia Cândido de vista. Homem baixo, sorriso largo, cabelos às nuvens. Conhecia meu pai do tempo de vida pastoril. Dava a impressão de que meu pai conhecia todo mundo. Bastava apresentar-me que as pessoas se ligavam ao passado a descortinar as narrativas da família Medina. Ora do meu pai, ora do meu avô Eduardo. Dessa vez, queria entrevistar Cândido sobre os programas de combate à fome da década de 1980. No caminho, cruzei-me com uma senhora de meia-idade que indicava o rumo e que me informou que Cândido estava a regar. A água corria na lavada, segui o rumo e localizei Cândido. Agachado. Tapava, destapava. Regava o rego de cana sacarina. Anunciei-me, e Cândido levantou a cabeça a cumprimentar-me. O sorriso largo, a marca registrada. Pediu-me para aguardar um “*bocadim*”, enquanto terminava a tarefa do dia. Estava no fim. O filho encontrava-se do outro lado. Desviou a água para lá e fez sinal ao pai quando o tempo da rega estava no fim. Aguazinha a minguar-se, dir-me-ia minutos mais tarde Cândido.

Aproximava-se agora, estendeu-me a mão, pediu-me desculpas pelo “*mau jeito*”, convidou-me para entrar e mais uma vez me pediu desculpas pelo ar abafado da sala. Quase ninguém lá entrava. A mulher estava de cama. Segundo acidente vascular cerebral. Cândido e o filho cuidavam da casa, dos animais e da pequena horta. Da mulher, cuidava Cândido, com o apoio de uma jovem que lá ia ajudar.

Eu queria a espontaneidade de Cândido e assim fui introduzindo o assunto principal aos poucos. Falou da mulher e das dificuldades da vida, chegamos às chuvas de 1984, as mortes que as cheias causaram em Martiene. Triste, muito triste. Nove mortes. Uma casa inteira, uma família inteira soterrada. Só sobreviveu “*aquele rapazinho*” que hoje vive em São Vicente, Manuel. E 1985?

*Anos de dificuldades. Choveu. Choveu muito. Chuvas de setembro que destroçaram muitas hortas..., mataram... O povo pede chuva, demora, mas, quando vem, vem muita e causa desgraça. E que desgraça. Água... Ribeiras (cheias) a carregar tudo para o mar... Gente, hortas, plantas, animais... Tudo que encontrava pelo caminho. Aqui desde altinho, olhamos tudo... Era uma tristeza. Meses seguintes, foi trabalhar com as dores e alguma esperança... A chuva, caiu muita chuva, mas comida pouca. A gente teve de desenrascar. Uma enxada na mão, meninos para criar... (MONTEIRO, 2019).*

Era o momento apropriado para introduzir na conversa o apoio dos programas de assistência alimentar que Cândido e a família recebiam. Arroz, feijão, óleo...

*Recebia, sim... Alguma ajuda para safar uns dias... Coisa pouca, mas era uma ajuda. Tinha dificuldade nesse tempo, mas nada como os tempos antigos... Nem te conto... Menino criado em casa de gente. Dormia no meio de rego a guardar mandioca, batata, animais... Vida dura, meu filho. A gente tinha de fazer, se não pessoas que andavam à procura de algo para comer levavam tudo... Vida triste... Passar frio, perigo... O pai certamente contou-te estórias daquele tempo... Ele era filho de criador, propriedade de gado, e eles tinham também de guardar os animais de noite. Noites inteiras de guarda e depois enxada de manhã... Pelo menos o corpo tava jovem e a gente comia alguma coisa e passa o dia com corpo olente (aguentava-se). Uma juventude bem diferente. Quando a coisa apertou, pensei em emigração... Já tinha família para sustentar, a coisa tava feia por aqui... Pensei, pensei e comecei a arranjar papéis para ir para Lisboa. Fui antes da independência, mas não correu bem... Frio, vida difícil... Ganhava pouco. Família longe e logo começou aquela agitação em Lisboa... Era hora de regressar... Trouxe muito pouco, mas hora de vir, ficar próximo da família. Com proteção de Deus... Pouco ou muito, a gente havia de comer. Não podia deixar a mulher sozinha a cuidar dos filhos... Perto, podia mexer com a minha enxada, procurar uma jornada de trabalho e desenrascar... (MONTEIRO, 2019).*

Tentei redirecionar a conversa, fiz perguntas ao senhor de 80 anos, como foi lidar com as sucessivas secas, com filhos pequenos para criar, pouco trabalho, alimentação rara. E os meninos que morriam naquela época. A pausa foi mais longa dessa vez. Silêncio penetrante.

*Bom, quem vive agora nem sabe o que tivemos de fazer nessa travessia. Meninos que Deus levou... Mesmo a chuva, quando vinha, provocava cheia que causava desgraça... Muitas*

*desgraças... Gente a perder filhos, pequenos... Mundo triste... Felizmente os meus seis já são homens e mulheres, donos dos seus narizes e nós estamos à espera daquele dia de Deus... (MONTEIRO, 2019).*

Cândido fez uso do silêncio da dor e do silêncio traumático para não falar do seu filho que morrera na década de 1980, ainda criança. Não mencionou o fato, que só vim a saber semanas depois, por meio do filho e da sobrinha de Cândido. Ambos contaram que o menino morreu subitamente, sem que se soubesse que estivesse doente. Pediu água à irmã, bebeu e partiu... O diagnóstico ficou por se fazer, tal como o dos meninos de Monte Trigo, de Pascoal Alves e de tantas outras localidades longínquas dos postos médicos. Soube que o menino se chamava Corsino e assim compreendi a fala mais pausada e a tristeza no olhar de Cândido quando mencionei a morte das crianças. A dor do octogenário naquele momento não era apenas a dor traumática de quem assistiu à partida de outras pessoas em tempos duros. Era uma dor pessoal, de perda, de incapacidade de salvar o seu Corsino.

Idêntica reação teve meu tio Manuel do Carmo e a mulher, Carolina, quando lhes falei da morte da filha, nos idos 1980. Carolina afastou-se e só regressou cerca de 40 minutos, quando estava a me despedir para ir apanhar o avião. Entendi a reação de Carolina, porque, familiar meu, conhecia a história, em parte. A menina morreu-lhe nas costas depois de andar quilômetros à busca de socorro. Não chegou a tempo ao posto de saúde da Ribeira da Cruz a pé. Que triste jornada, e a dor era mais do que compreensível. Manuel, que havia ficado com os outros três filhos, esboçava falar, mas as palavras custavam-lhe.

*Filho... A gente passa por cada uma nesta vida... Vês, Carolina perdeu o olho, eu fiquei cego e onde viemos parar? Na ilha do Sal... A gente deixou tudo na nossa terra, Pascoal Alves... Queria voltar, mas já não posso. Cego, como ia desenrascar por lá sozinho com a Carolina? Perdi tudo, as secas de 2007/2008 levaram-me quase tudo... Ver aqueles animalzim a morrer, sem poder fazer nada... Vida... Vida... Agora aqui. Nem sei quando vou a São Vicente ver o meu irmão e a minha cunhada... Queria tanto, mas é difícil. Antes de morrer, gostaria de ir (MANUEL DO CARMO, 2019).*

Chegou o filho. Manuel concentrou agora no neto, que lhe tocou a mão e o carinho fez sentir-se. Talvez o carinho que Manuel não pôde dar à filha que partiu na tenra idade. Agora respirava. Voz mais tranquila. O neto deu-lhe um boneco que apalpava. Brincou com a criança, enquanto eu falava com o filho sobre a vida na ilha do Sal, a mais turística do país, que estava a erguer-se depois do baque de 2008. Estudou em São Vicente, esteve dois anos na casa dos meus pais. Portanto, conhecia-o bem. Estava com



pressa e eu queria terminar a conversa com o pai, antes de apanhar o avião. Despedimo-nos. Tio Manuel recomeçou:

*Que lembranças de Pascoal Alves, daqueles tempos de bonanças... Quando apertou, fui o primeiro dos meus irmãos a emigrar... Lisboa, com todo aquele frio. Passei uns anos por lá... Depois as coisas começaram a correr mal e regresssei, por altura da independência de Cabo Verde... Voltei à minha vida de pastor até aquela desgraça de 2007... Aquilo levou-me quase tudo... 90 cabeças de cabra morreram. Meu filho, uma desgraça... Lembras?! Tiveste lá a falar com a gente... Depois daquilo muita gente saiu... Quase ninguém ficou... A minha Paula e o sobrinho ainda estão por lá... É nossa terra, dava gosto voltar e terminar os meus dias lá... Mas como? (MANUEL DO CARMO, 2019).*

A conversa assumiu tons nostálgicos e a minha hora de partida aproximava-se. Chegou a minha prima Joana para confirmar que era hora de ir ao aeroporto. O abraço de Manuel era apertado. Prometi voltar para vê-los. Sempre que passar por lá em trânsito.

Meses depois tomei rumo à localidade de Chã de Norte, uma das pobres de Santo Antão. Queria conversar com pessoas que viveram os duros anos da década de 1980 que ainda andavam por lá. Calcorreei por lá durante horas até que me indicaram a casa de Januário, um octogenário. Mal conhecia Chã de Norte. Havia passado por lá de carro. Tentei fazer um reconhecimento breve do local e aproximei-me da casa de Januário. Vencida a desconfiança inicial e feitas as apresentações, o octogenário abriu não só o sorriso, mas também a torneira das recordações. Falou-me do meu avô, do meu pai, do passado recente e do passado longínquo, dos tempos de menino. Direcionei a entrevista para os programas de combate à fome, mas a palavra fome remeteu Januário para lembranças de tempos idos.

*Em menino, coisa triste, ouviu, meu rapaz... O teu pai deve ter-te contado as estórias do tempo em que vivia nos campos como pastor, das secas... Fraquezas... Havia tempos em que a gente tinha de procurar a vida onde dava. Eles tinham gado... Nhô Eduardo era homem honrado e com os seus filhos escapavam muita gente... Aqueles que eram tempos vermelhos... Nada de pastos... A natureza, por vezes, é dura com a gente. Muita gente morria... Muita gente... Depois, veio anos mais tranquilos, com a independência, a gente passou dificuldades, mas não como antes... Fraqueza sempre houve, tempos descalabrados... Quando há chuva, a gente escapa bem, mas no anos de seca, a vida é dura por aqui... Estás a ver esse feijoalzim, no ano passado deu feijão para uma casa de gente... Agora não temos água, está a morrer... Tudo está acabando... Essa água que vinha do furo era uma salvação, mas deixaram aquilo estragar e agora está assim... Tudo seco. Um recurso que Deus que perde e a gente sofre... (DUARTE, 2019).*

A narrativa de Januário continuou e quis queixar-se da Câmara Municipal do Porto Novo e do Ministério de Agricultura, que não mandam reparar o furo para as parcelas agrícolas, que foram delineadas no quadro de uma estratégia de programas de combate à pobreza no meio rural. Cada família, mais de uma dezena, recebeu uma parcela e tinha

direito à água do furo para a rega e o consumo doméstico. Cultivava para o consumo e a sobra vai, ou deveria ir, à venda.

*Nos primeiros tempos, tudo funcionou bem. Cada pessoa tinha a água para regar o seu pedaço de terreno... Uma fortuna de Deus... A gente comia e sobrava para vender alguma coisa... Mesmo que não fosse muito, era uma graça de Deus... Quem dera que isso tivesse existido sempre... A gente não passava dificuldades como as fraquezas que tomava conta da gente..., mas já tem meses que esse furo está com problemas e ninguém consegue reparar as peças estragadas da bomba que bomba a água para aquele tanque [aponta o depósito que fazia a distribuição da água para as diferentes parcelas]... Agora só uma vez ou outra faz-se uma diligência de bombear, mas coisa que não serve para ninguém... A gente só perde e não consegue escapar nada... Deus tem de mandar recursos para a gente (JANUÁRIO, 2019).*

Tentei de toda maneira que Januário me falasse das ajudas alimentares que recebia nos anos de 1980, mas arranjava sempre um modo de escapar dessa lembrança mais recente. A experiência traumática dos tempos de menino, quando viu a morte de muita gente e ele mesmo escapara desse destino, já se dava a testemunho, mas a década de 1980 parecia querer apagar-se da memória. Ainda não havia se reconciliado com essa memória mais recente a ponto de testemunhá-la. O esquecimento da dor de criar filhos em plena miséria a ponto de precisar de programas de assistência alimentar mostrava-se mais importante do que a lembrança dos pormenores desses apoios que ajudaram a salvar não só a sua própria vida, como a dos seus filhos, hoje homens e mulheres a viver em São Vicente, Sal e Lisboa.

Volta e meia, cruzei com Januário em São Vicente, onde ia visitar a filha, e sempre me relatava a história do furo. Em uma ou outra ocasião, quis abordá-lo sobre as lembranças. Desistia, porque a narrativa não variava muito da que me contara no seu local de pertencimento. Fosse como fosse, à toda hora pedia desculpas por aquele dia não ter-me oferecido nada lá na sua casota em Chã de Norte. No momento, não tinha nada que me pudesse oferecer. Até me convidou para entrar, porém no interior da casa estava quente e logo ele sugeriu que nós conversássemos ao pé da casa, com o olho no horizonte que se estendia na nossa frente, como as memórias longínquas que Januário invocava para esquecer as mais recentes.

Da conversa com Januário, saí com a sensação de que tudo que estava à procura confirmava as histórias que ouvira e vivera desde menino. Não era à toa que todos começavam a conversa a falar da minha família. No fundo, comecei a interrogar-me se não estava em busca de recontar a minha própria história pela voz dos outros. Muitas vozes marginalizadas como a minha, que recusam a centralidade narrativa de um

sucesso que beneficia apenas um grupo de privilegiados. Vozes de desterritorializados como eu, que cedo saí do meu local de pertencimento para seguir a minha família. Feita essa constatação, delinee o caminho da autoetnografia, uma viagem ao meu passado e da minha família, por meio da memória.

## 5.2 Autoetnografia de um desterritorializado

As primeiras linhas fazem-se em forma de carta à mãe:

Ainda há dias numa terra longínqua que a vida não te permitiu conhecer ainda, Mãe, minhas amigas e professoras Marialva e Letícia deixaram-se levar pelas palavras que escrevi sobre o silêncio e a fome na terra onde nasceste há 81 anos e eu há 44. Dizia-me a Letícia que o meu texto se faz muito autoral. José Ferrão concorda. Ana Paula Goulart também.

Ouvi essas palavras e só me lembrei de ti, Mãe! Do Pai, que partiu sem me ver cumprir essa etapa da minha vida; do Vá, do meu companheiro de longas noites a quem prometi um violão, compromisso que não pude selar, porque partiu quando estava longe. Que nó na alma, oh, Vá! Lembrei-me da Biuca, da minha irmã maior, em quem não pude dar um abraço do até sempre, porque me tinha metido nessa aventura de alcançar o meu terceiro diploma numa universidade distante. Quantas lágrimas rolam-me dessa irmã que antes de completar 15 anos já havia deixado a terrinha e rumado a Lisboa, na segunda desterritorialização!

Antes, havia acompanhado os pais desde o Planalto Norte à beira-mar de Monte Trigo, onde fez os primeiros exames escolares. Mal se fez menina, partiu para uma terra desconhecida, de modo a que de lá pudesse ajudar a criar os irmãos. Cumpriu, servindo-se do silêncio negociado que o destino lhe reservava. Trabalhou duro numa Lisboa de frio que não conhecia e depois rumou a Madri, Espanha, onde, antes de completar 20 anos, se tornava mãe, longe da proteção dos pais. Apenas com o apoio de amigas que a vida e a simpatia peculiar lhe deram.

Dura vida de uma jovem-adolescente, irmã que só conheci bem já estudante universitário, quando, nas férias ou nas longas greves, rumava a Lisboa para as noites de conversa, no intervalo entre um dia e outro de trabalho nos dois salões e em um pequeno café que geria por aquela altura. Hoje percebo o silêncio, os múltiplos silêncios

que atravessam as nossas conversas. O silêncio estratégico e, ao mesmo tempo, memorial da adolescente em Lisboa, que demarca um tempo de fala e um tempo de esquecimento, preferindo falar do presente a expressar as saudades que sentia da casa dos pais; do da dor de entregar a filha cedo a uma prima, enquanto tentava ganhar a vida como empregada doméstica em Madri para não só sustentá-la, mas também cumprir o acordo não selado de mandar algo aos pais. Partiu em dezembro de 2016 longe de casa, da casa que não era mais sua, porque vivera mais de dois terços da aventura existencial em outras terras, que fez a casa, a casa de silêncios.

Lembrei-me da Lina, da ternura e dos seus bolos. Da Lina que também conheci em Lisboa, porque também ela seguiu a nossa irmã nas terras estrangeiras. Deixara a casa aos 16 anos, em 1977. Passara quase 10 anos em Madri. Agora vive em Lisboa, mãe de gêmeas e de um rapaz. Ao menos contou com a irmã mais velha por perto.

Da Lina, chego a Rosinha, que, na memória de menino, se fez a mana que me trazia a roupa que me dava asas. Ela, que não deixou o país ainda adolescente, mas fez outra viagem. Uma viagem matrimonial, mantendo-se na localidade onde se fez jovem. Casou-se e ficou em Monte Trigo, quando a família empreendeu o caminho de outra aventura migrante. Viveu ainda mais de uma década por lá, até vir morar perto da mãe. Hoje, é companheira da mulher com quem partilhou muitos momentos de aventura nos afazeres familiares e nos pequenos negócios da família.

Do mano maior, Manuel Jesus, Zu para os irmãos, tomo a tranquilidade paternal. Ele, que perdeu a primeira filha muito cedo. Perdeu mais uma filha anos depois e convive com esse silêncio. O silêncio da dor que o leva a não mencionar o nome da primeira filha e de deixar as lágrimas navegarem soltas quando por algum motivo visita o cemitério onde as duas meninas foram dadas à terra.

Do Arlindo, veio-me a admiração intelectual e afetiva; do coração enorme da Dinoca; da assertividade iluminadora da Bernarda; do Nunha, que me fazia sonhar em garoto; e da maninha Marísia, companheira e amiga de sempre!

Lembrei-me de que aprendemos contigo a voar, a superar os limites das fronteiras, territoriais ou simbólicas, com responsabilidade e determinação. Ou não fosse o significado de Ludovina, para nós, pessoa determinada, alegre e responsável, que administra com eficiência e pulso firme.

A estrada fora sempre desafiante. Desde o tempo de antes de eu nascer. Em Pascoal Alves, onde a história de mais de 50 anos do casal começara. A essa altura, da criação de animais e da agricultura, quando a chuva irrigava os campos, retiravam o sustento da

família. O pai cuidava das cabras, fazia queijo, trazia o leite para a acompanhar a papa, feita à base de milho, entretanto guardado em tambores ou tambeques dos anos de abundância. A mãe ocupava-se das tarefas domésticas. A mais desafiante era conseguir uma lata de água. Tinha de andar quilômetros, deixando as filhas pequeninhas em casa. Biuca, a mais velha com 4/5 anos, Lina com 2. Depois chegou a Rosinha. Deus havia de cuidar delas, quando a vigilância dos vizinhos não se fazia. Ano após ano, o cenário tornava-se mais desafiante. A seca apertava, a família crescia e outras necessidades emergiam. A instrução dos filhos tornara-se uma necessidade numa localidade em que faltava professor, ainda que o avô paterno prestasse esse papel. A mãe, mais do que o pai, queria que as filhas tivessem a instrução que a vida e as dificuldades da década da fome, 1940, lhes negaram. A inquietude tomava conta da alma empreendedora, enquanto nasciam Manuel, Arlindo e as gêmeas Dinoca e Bernarda.

Pascoal Alves levantava barreiras, contudo a capacidade de resiliência mostrava-se maior do que tudo. A mãe partira a perscrutar, a desbravar novos caminhos. Do Planalto à beira-mar, onde havia de encontrar a hipótese de instrução para os filhos. O milho para o sustento inicial antecipara a viagem da família. Arranjara-se uma casota de um cômodo para acomodar todos. Já eram sete filhos. A mãe partira com os filhos, e o pai ficara. Mais agarrado ao local de pertença, à criação de gados e ao campo, sempre tivera mais dificuldade de assimilar a ideia da partida. O ano de 1972 fazia-se agreste, e o campo já não dava quase nada.

A família chegara a Monte Trigo para se reinventar. Havia de arranjar uma fonte de renda, e as frentes de trabalho, financiadas pelo governo colonial, fizeram uma solução temporária. Apenas temporária, porque a mãe nunca deixara a fatalidade comandar-lhe a vida. Tempos depois, pequenos negócios assumiram-se como escape. De Monte Trigo, saíam com peixe salgado e seco, queijos trazidos do campo e carne de porco salgado para o mercado de São Vicente. De volta, vinham bolachas, rebucados e outros produtos para vender em Monte Trigo. A ligação fazia-se em um naviozinho que ia buscar água potável de Tarrafal de Monte de Trigo para São Vicente. As reservas emergiram-se para a construção da casa da família, com dois cômodos para dormir e um pequeno, que servia de cozinha. Nasci ali, depois do meu irmão Alcindo.

De lá, trazemos uma marca para uma vida. O amarelado nos dentes. A mesma marca de muitos meninos e meninas como nós, que cedo bebemos a água com alta concentração de fluoreto de sódio, que nos impede o sorriso largo. Entretanto, ao contrário dos nossos

coleguinhas, em nossa casa fazíamos três ou quatro refeições ao dia. As bolachas, um luxo por aqueles tempos, estavam lá para nós. A mãe nunca fechava aquilo que vendia e nós, crianças, íamos ao saco como fonte da vida. Arlindo ia tantas vezes à fonte que um dia, à laia de sarcasmo, que ainda não entendia, a mãe recomendara a levar toda a fonte. Mas a fonte era um saco de mais de 40 quilos cujas forças de menino não levantaram. Na inocência, ainda fora dizer à mãe que não conseguira levar o saco de bolachas para distribuir aos coleguinhas. O riso ecoara naquele momento e em muitos momentos que se lembrava da cena do pequeno Arlindo a tentar levantar o saco.

O pequeno Arlindo assumia o caminho para a escola, eu já havia sentido o calor tórrido de Monte Trigo. Por essa altura, a irmã mais velha, Biuca, já se encontrava em Lisboa e os meus pais construíram uma pequena casa em São Vicente, ilha onde havíamos de crescer e estudar.

Longe de mim, menino de uma praia de areia e adolescente da periferia de São Vicente, havia de pensar que um dia cruzaria afetos, ciência, física e matemática num texto atrevido e de aprendizagem. Mas arrisquei e aprendi com o professor Muniz Sodré (2006, p. 32), na sua fixação de quantificar a ciência e a tecnologia, que o mundo moderno suspeita dos afetos ou das paixões. Nessa linha, reitera o autor, a civilização ocidental avança no sentido do controle das pulsões, quer por meio da técnica, quer pela repressão. Mais, a ciência da modernidade ocidental constrói-se com base em proposições e provas.

A necessidade da prova, que para mim não significava nada, mostra-se tão contundente quanto mais se aproxima das chamadas ciências exatas, matemática e física. Coisa que assimilei bem mais tarde.

Ao ler Hawking (1988), por indicação de um amigo que conhecia a minha paixão pelos estudos do tempo, entendi que tal proposição se tornava, de certa forma, soberana, que o famoso físico Einstein chegou a modificar, no início do século XX, as previsões da sua teoria da relatividade do espaço e tempo, por causa da cimentada crença de que o universo deveria ser necessariamente estático. Não acreditou no que os seus cálculos lhe diziam, porque contrariava um “Deus”, se assim se pode chamar o então inquestionado e inquestionável Newton no que diz respeito aos estudos da gravidade, do tempo e do espaço absoluto.

Soube ali também que os trabalhos teóricos de Einstein nesse período significariam um grande contributo para essa alteração do conceito do tempo. Aprendi ainda com Hawking e com outros astrofísicos da contemporaneidade, nomeadamente o premiado

brasileiro Marcelo Gleiser, que a teoria da relatividade sela o fim da noção de tempo absoluto: “Cada observador pode obter sua própria medida do tempo, tal como registrada pelo seu relógio, e com a qual relógios idênticos, como diferentes observadores não concordam necessariamente” (HAWKING, 1988, p. 44). E nenhuma medição de qualquer observador é mais correta do que a de outro, mas todas as medidas têm ligação. Ou seja, qualquer observador pode determinar com precisão que tempo e posições outro observador atribui a um evento, desde que conheça a velocidade do outro observador.

Para a pragmática da minha e da nossa vida, para questões práticas, utilizamos o relógio. Cedo, conheci o mágico marcador do escoar do tempo. Com o aparelho por perto e sabendo ver as horas – como aprendi a entender o marcador mágico muito cedo, nunca compreendia porque as pessoas diziam que não conseguiam ver as horas nos relógios, mais tarde percebi que muitas das pessoas que me rodeavam sequer conheciam números –, dizia que qualquer pessoa era capaz de medir, independentemente da sua localização geográfica ou da velocidade do meio de transporte de que se servia para se deslocar. Assim, a física newtoniana concebe o tempo.

Comecei a ouvir falar de Newton ainda a iniciar os primeiros anos da escola, quando os meus manos Manuel e Arlindo estudavam físico-química, na Escola Industrial e Comercial do Mindelo, de onde um havia de sair electricista e o outro continuaria os estudos que o levariam à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. A essa altura, não tinha a noção, mas haveria de saber que Newton não rompe com a tradição aristotélica no que ao tempo diz respeito. Acreditava no tempo absoluto. Isto é, confiava no princípio de que se pode, sem ambiguidade nenhuma, medir o intervalo de tempo entre dois eventos e que o resultado seria o mesmo em qualquer mensuração, desde que se usasse um relógio preciso. É o que a maioria das pessoas acredita; é o consenso.

Quando comecei a questionar o tempo, descobri que por vários séculos se negligenciou, portanto, o seu estudo, já que ele era concebido como algo absoluto e completamente separado do espaço. Privilegiavam-se a geometria e os conceitos matemáticos. E a visão não era necessariamente o corpo. Havia ali uma descorporificação do perceber/conhecer, como se pode verificar nas teorias perceptivas de Descartes e Diderot. Uma ideia com uma aproximação à de Sodré (2006, p. 32) de que, com o século, o corpo humano “se dissocia do conceito de pessoa, convertendo-se num objeto, entre outros. Como a carne se revela um embaraço para a racionalidade, banaliza-se o recurso à metáfora mecânica para designar e tecnologizar a corporeidade”.

Entretanto, dos diálogos com teóricos, fixei-me à ideia de que as constantes transformações fizeram com que a física teórica mudasse suas ideias sobre o tempo e o espaço. Ainda que a noção do tempo cronológico funcione a contento quando se lida com objetos que se deslocam à velocidade relativamente lenta, não funcionam absolutamente para planetas, astros ou naves que se movem em velocidades próximas à da luz (cerca de 300 mil quilômetros por segundo).

Ademais, a descoberta de que a velocidade da luz parecia a mesma a todos os observadores, independentemente do deslocamento de cada um, levou ao rompimento com a noção de tempo absoluto que reinou na física teórica até a virada do século XIX para o XX.

Assim, fundamentam os físicos, a teoria da relatividade força-nos a mudar os conceitos de espaço e de tempo. É que aqui se define a distância em termos de tempo e velocidade da luz. O tempo não é completamente isolado nem independente do espaço; eles se combinam para formar um elemento espaço-tempo.

O fascínio por essas leituras explica-se: o sonho de menino, entretanto silenciado na juventude, de me tornar um físico. Tão grande era o sonho que a Física era a disciplina preferida no liceu. O sonho perdeu-se, mas as leituras não.

Tanto assim é que, costurando leituras, como a minha mãe fazia com as nossas roupas de meninos, compreendi que a física teórica utilizava exemplos que nos remetiam, embora não de forma causalista, ao pensamento filosófico de Bergson e à mudança de temporalidade nesse incessante movimento transformador. Separemos aqui um trecho do livro de Hawking (1988, p. 49-50) que talvez ilustre essa observação:

Se uma vibração de luz é emitida num determinado tempo, de um determinado tempo de espaço, então, à medida que o tempo passar, ela se espalhará como uma esfera de luz, cujo tamanho e posição são independentes da velocidade da fonte. Depois de um milionésimo de segundo, a luz terá se espalhado, formando uma esfera com trezentos metros de raio, depois de dois milionésimos de segundo, o raio será de seiscentos metros, e assim por diante. Ela se comportará como as ondulações que se espalham na superfície de um tanque, quando se atira nele uma pedra. As ondulações se espalham circularmente e aumentam à medida que o tempo passa. Se pensarmos no modelo tridimensional, que consiste na superfície bidimensional do tanque e na dimensão una do tempo, as ondulações circulares em expansão desenharam um cone cuja ponta está no lugar e no tempo em que a pedra atingiu a água. Da mesma maneira, a luz, que se espalha a partir de um evento, forma um cone tridimensional na quádrupla dimensão espaço-temporal.

Observa-se que, coincidentemente, quando Bergson (1999) define o seu conceito inovador da memória (remetida à ação), que nos orienta a uma concepção do cérebro



desvinculada da representação, da especulação, do conhecimento puro, ele não só se afasta de uma visão espacializada da memória (entendida como arquivo) como se aproxima dessa categoria espaço-tempo da física.

Curiosamente, em *Matéria e memória*, Bergson (1999), para estabelecer que toda a percepção ocupa certa duração – não é algo automático –, prologando-se do passado ao presente e por isso participante da memória, utiliza a imagem de um cone para explicitar parte da sua teoria. Com essa ideia de duração, o filósofo francês rompe com o hábito de se acreditar na noção do passado derivado de um gesto da abolição do tempo e enfatiza o conceito da temporalidade pensada como tempo vivido, como duração real. Podemos realçar, aliás, que a filosofia do pensador francês decorre, em muitos momentos, da constatação da passagem do tempo enquanto fato primordial e originário. Em certa medida, as suas obras apresentam-se como diferentes tentativas de esclarecer tal experiência da temporalidade, que, filosoficamente considerada, consiste na intuição da duração.

Em Bergson (1999), o tempo não pode ser um puro e simples desaparecimento, de instante em instante. O passado e a memória estão em uma relação de simultaneidade com o presente e o vivido. A rigor, aqui o presente, um instante não matemático, se estende ao mesmo tempo sobre o passado e sobre o futuro. Sobre o passado, porque o momento em que eu falo já está distante de mim; e sobre o futuro, porque é para o futuro que eu tendo, para ação ou movimento. Nessa linha, presente é, por essência, sensório-motor. Consiste na consciência de que se tem um corpo que, estendido no espaço, experimenta sensações e, ao mesmo tempo, executa movimentos.

Essa ideia do presente que se estende sobre o passado e sobre o futuro remete-nos à noção do prisma da luz em física, que é o conjunto de eventos pelo qual uma vibração de luz é capaz de atingir um evento dado. Os prismas de luz anterior e futuro de um evento P dividem o espaço-tempo em três regiões. Assim, o futuro absoluto do evento é o conjunto de todos os eventos que têm a probabilidade de serem afetados pelo que acontecer em P. O passado absoluto é o conjunto de todos os eventos cujos sinais, deslocando-se à velocidade da luz ou abaixo dela, podem atingir P. É, portanto, o conjunto de todos os eventos que têm probabilidade de afetar o que acontece em P.

Diante dessa teoria, se soubermos o que estiver acontecendo em determinado tempo, em toda a região do espaço que ocupa o interior do prisma de luz anterior a P, podemos prever o que acontecerá em P. O resto é a região de espaço-tempo que não está no prisma de luz de P futuro ou anterior. O exemplo da física é peculiar: se o sol parasse de

brilhar nesse preciso momento, não afetaria coisas na Terra no tempo presente, porque só oito minutos depois tomaríamos conhecimento do fato. Tal é o tempo que a luz do sol gasta para nos atingir.

Dessa mesma forma, não sabemos o que está acontecendo num tempo distante do universo: a luz que vemos em galáxias distantes as deixou há milhões de anos. Então, quando se olha o universo, procura-se lançar luz ao passado, semelhantemente à busca de foco de uma máquina fotográfica. Faz-se um trabalho de tentativa para, aos poucos, procurar no passado conhecimentos que explicam o atual estado da nossa galáxia.

A teoria de relatividade prevê, por outro lado, que o tempo deve parecer correr mais lentamente perto de corpos volumosos como a Terra. Isso é por causa da relação entre a energia da luz e sua frequência. À medida que a luz percorre verticalmente o campo gravitacional da Terra, ela perde energia e, assim, sua frequência diminui. Isso significa que a extensão de tempo à crista de uma onda e a onda seguinte aumentam. Com efeito, para alguém colocado num nível superior, pode parecer que tudo abaixo demora mais para acontecer.

Essa previsão foi testada em 1962, por intermédio de dois relógios de alta precisão instalados no alto e na base de uma torre de água. Verificou-se que o relógio da base, mais próximo da Terra, funcionava mais devagar, em perfeita harmonia com a relatividade.

No entender de Hawking (1988), as leis do movimento de Newton puseram fim à ideia da posição absoluta no espaço: “E a teoria da relatividade libertou-nos do tempo absoluto” (HAWKING, 1988, p. 112). Se considerarmos um par de gêmeos e supormos que um deles vá viver no topo de uma montanha e o outro permanecer ao nível do mar, o da montanha envelhecerá mais rápido. Nesse caso, a diferença das idades seria muito pequena. A diferença tornar-se-ia muito maior, entretanto, se um dos gêmeos embarcasse para uma longa viagem numa nave espacial que se deslocasse em velocidade aproximada à da luz. Ao voltar, ele estaria muito mais jovem do que seu irmão que ficou na Terra. Isso é conhecido como o paradoxo dos gêmeos, mas só é um paradoxo se acreditarmos na ideia do tempo absoluto.

Apesar do desassossego inicial de Einstein em aceitar algumas das suas previsões, na teoria da relatividade não há nenhum tempo absoluto. Em vez disso, cada indivíduo tem sua própria medida pessoal de tempo, que depende de onde se está e como se desloca.

Antes de 1915, nas teorias físicas, espaço e tempo eram entendidos como um palco fixo no qual os eventos ocorriam sem que fossem afetados pelo que acontecia no mesmo

palco. Os corpos moviam-se, as forças atraíam-se ou repeliam-se, mas tempo e espaço simplesmente permaneciam inalterados. Com as previsões da teoria geral da relatividade, espaço e tempo passaram a ser considerados quantidades dinâmicas: quando um corpo se move, ou uma força atua, afeta a curva do espaço e do tempo – e por vezes a estrutura do espaço-tempo influencia a forma como os corpos se movem e as forças atuam.

Essa compreensão de tempo e do espaço revoluciona a nossa compreensão do universo. A difundida ideia de um universo essencialmente imutável, que tenha existido e continue a existir para sempre, tende a ser substituída pela noção de um universo dinâmico, em expansão.

Ora, Einstein entra-me para essa discussão para fomentar uma das questões que atravessam o filme *O homem que viu o infinito*: o ônus da prova tão premente na ciência moderna ocidental. Mesmo sendo ocidental, de uma escola europeia e com formação acadêmica reconhecida, Einstein passou décadas para ver as previsões teóricas provadas e assim os seus cálculos serem assumidos como ciência.

O indiano Ramanujan, desterritorializado como eu e que traduz a sua fala com a Deusa em fórmulas matemáticas, enfrentou barreiras substancialmente superiores. Desde logo, era um não europeu sem percurso acadêmico reconhecido e que, portanto, não dominava o código tão peculiar da civilização ocidental no sentido de que ciência se constrói por meio de proposições e da prova. Avançava com o amor às fórmulas matemáticas, sem no entanto negar o corpo que sente, que se apaixona. Mais do que um jovem que sentia emoção diante dos números, Ramanujan demonstrava paixão, um estado emocional continuado ou durável. Persistia na demonstração de afeto à matemática, mas também à amada.

Não tendo o controle das pulsões nem dominando os códigos da academia europeia, Ramanujan lançou-se ao desafio de enfrentar a tradicional Universidade Cambridge. A prova é a “Deusa”, e a intuição, uma forma de negar a ciência e a voz da autoridade acadêmica. Por mais que os seus cálculos se mostravam desafiantes para os professores, particularmente o professor Hardy, o primeiro encontro foi a prova de que o afeto tinha de se manter fora da academia, na visão de Cambridge. A mão estendida ao professor ficava assim mesmo, porque, ele, Ramanujan, era apenas outro que chegava de uma cultura não civilizada – não submetida aos parâmetros iluminadores da moderna cultura europeia. Estava ali dado o primeiro sinal da superioridade de uma voz de autoridade de

um professor de cultura refinada, porque não contaminada por impulsos emocionais, considerados básicos para os padrões racionais do Ocidente.

Mais do que ser forçado a negar os impulsos com que a racionalidade não consegue lidar ou, pelo menos, não aceita como parâmetro, Ramanujan tinha não só de assistir a aulas para dominar os códigos acadêmicos, ocidentalizando-se minimamente para ser aceito, porém também apresentar provas materiais para algo que considerava divinal, uma verdade axiomática. O choque estava desenhado entre a cultura que se considerava superior, porque a racionalidade se consolidou como medida e norma para o controle das “inclinações animais”, como diria Descartes (1996) em *As paixões da alma*, e o indivíduo em que o cálculo era a própria voz divinal da existência.

Era preciso domesticar a inclinação animal de Ramanujan, pois a tradicional academia inglesa via a cultura do jovem, na qual há espaço para os afetos humanos e divinais, subalterna à ciência da racionalidade, em que a prova é divindade não nomeada. Estava ali a ciência cujo fundamento é a demonstração. Evidenciava-se um processo de exotização de outro modo de pensar – e já agora de agir –, dando suposta centralidade a uma ortodoxia no qual o diferente é o menor.

Outra questão mensurável é a do racismo, nítida na caracterização da cor da pele. A cor branca como legado fazia com que o professor se considerasse superior não só por dominar os códigos acadêmicos ocidentais, mas também por ser um inglês legítimo, que carregava um patrimônio de nascença que o distinguia. Ele, professor, trazia em si o código genético do “Demos”, um cidadão de pleno direito – direito até de desconsiderar a fala do outro. Os cálculos do jovem viriam apenas de um instinto que ele próprio não conseguia dominar, porque era contaminado, na visão da racionalidade europeu, por impulsos étnicos.

Esse racismo não se destaca apenas em relação ao jovem Ramanujan, no entanto também em relação ao médico que o tratava quando doente. A cor da pele do médico era, por si só e no entender do professor Hardy, sinal de incompetência. Incapaz de salvar o agora pupilo, porque ele também – o médico – não deixava de estar contaminado pelo viés étnico, apesar de ter estudado medicina e estar a exercer medicina na terra dos brancos. O próprio fato de o jovem ser tratado por um médico da mesma etnia já propõe uma leitura racial.

Mas pode-se inverter a questão e avançar que o filme sugere a leitura de que a racionalidade cede aos impulsos divinais, ainda que antes Ramanujan fosse obrigado a adequar-se à racionalidade ocidental e produzir provas para que seus cálculos entrassem

no roteiro acadêmico. Produzia provas, mas não se deixava contaminar; levava-se pela austeridade do poder acadêmico de Cambridge.

O professor Hardy, um racional austero, foi cedendo ao instinto. Já estendia a mão ao jovem. A emoção já não era tão animalesca. A despedida do jovem assim sugeria. Assim foi que, na defesa da entrada de Ramanujan no centro acadêmico, a linguagem era mais performativa do que constativa e a racionalidade mesclava-se com a emotividade.

O professor realçava que a equação em si não tem significado, é apenas o meio para explorar o infinito. A matemática pura atira o cientista para a caracterização de um explorador do infinito, em busca da perfeição absoluta.

Nesse momento, o professor estaria a comparar a matemática pura com a voz de Deus? Se essa interrogação se fizer uma questão, na esteira daquilo que propõe Deleuze (1997), poderíamos sugerir que a proposta civilizatória da racionalidade ocidental teria se invertido na relação entre o jovem indiano e o professor Hardy. Quem cedeu à outra maneira de pensar foi o professor, ao admitir tanto a voz divinal como a afetividade. No fim, para Hardy, nem a carne se revelava tão embaraçosa nem a não perceptível Voz da Deusa era incompreendida pela racionalidade. A matemática atira-se também para a intuição, para o divinal, para a afetividade. A matemática aproxima os diferentes, porém também ameniza as diferenças, sugere-nos o filme.

Diríamos que a matemática e os cálculos, nessa perspectiva, antecipam e desafiam a própria racionalidade da ciência experimental, ao mesmo tempo em que são desafiados a driblar as barreiras da própria ciência experimental para ter provas. Einstein enfrentou inúmeras barreiras para provar a relatividade do tempo e do espaço, e Ramanujan partiu para lutar de modo a fazer valer as suas fórmulas que emergiam da voz Divina numa academia tradicional europeia tão avessa ao outro e a outra maneira de pensar. Venceu a sua voz da Deusa, mediante os seus cálculos e fórmulas, que perpetuaram no Ocidente e servem também para quantificar a ciência com as suas aplicações diversas na tecnologia. Ironicamente, reitera-se, o professor Hardy tornou-se a extensão da voz divinal da Índia.

Não deixemos de salientar que a matemática representou uma forma de o jovem afirmar ou reafirmar uma atitude política. Pelos cálculos, forçou a tradicional academia inglesa a aceitar que do lado de lá, na colônia, também existe quem é capaz de produzir algo tão surpreendente, que se mostra à frente da racionalidade tida como a mais evoluída ou das mais evoluídas. O jovem sofria com as múltiplas questões constatadas, mas não deixou

de ter uma atitude política de se fazer cidadão pela ciência. E ele fez-se cidadão não só na Inglaterra, como no próprio país.

A história do jovem indiano tocou-me tanto! Londres para mim foi Niterói, Hardy teve outros nomes e o racismo fez-se desde a minha terra às ruas do Rio de Janeiro. Não abaixei a cabeça. Não podia, nem devia.

Pensava nas minhas irmãs que não tiveram as mesmas chances, ainda assim se empenharam para que não nos faltasse o essencial. Sempre que pensava em desistir, lembrava-me das palavras da minha mãe, eu ainda menino de 13 anos: “Eu faço a minha parte, que é lutar para que tenham o mínimo, mas a vossa parte não posso fazer, porque, nem que eu quisesse, nunca fui à escola. Não sei, conheço uma palavra escrita, mas sempre soube que o vosso futuro passaria por um banco da escola, por um livro”. O sonho da minha mãe conjugava-se com o empenho do Estado, pensava eu, de disponibilizar a escola pública, o que nos permitiu concluir o liceu. A nós e a muitos desterritorializados como nós.

Para esse empreendimento, os meus pais venderam as pequenas embarcações de pesca e migraram para São Vicente. Tentaram a criação de animais numa ilha que se urbanizava, e os problemas acumulavam-se por isso. Quando tudo apertou, ambos voltaram aos negócios. O pai a distribuir peixe seco e salgado, que comprava em Santo Antão, e a mãe, verduras no mercado de Monte Sossego. A vida estava finalmente a calibrar-se em São Vicente, depois de um recomeço complicado.

Mas um revés travou a calibragem. A mãe, impulsionadora de sonhos, ficaria doente aos 42 anos. Dias e mais dias de hospital, semanas de medicamento. Meses de angústia. Anos após anos, de uma especialidade médica à outra. Nada combatia o mal que combalía a mulher que nos dava força, entretanto conseguia que Bernarda, que também sofria de asma, viajasse a Lisboa para seguir tratamento. Arlindo partiu para estudar em Coimbra e Dinoca para a Espanha. A mãe também foi a tratamento em Lisboa na virada de 1989 para 1990. Ajustamo-nos em função das circunstâncias. Manuel já estava nos Correios, e Alcindo foi para tropa. Eu concluía o liceu.

Volto-me, contudo, à mãe e às nossas memórias. Fixo-me num momento, particularmente. Veio-me à memória, com a clareza de um vídeo por gravar. Nós em frente à Casa Benfica, eu, fervoroso, porque ia descobrir a roupa daquele Natal e, de repente... O precioso dinheirinho voara talvez para as mãos rapinas de um piratinha que por lá se aventurara. As lágrimas evidenciaram-se no rosto da mãe. Meu coração encolheu-se. Foi do maior balão do mundo ao tamanho de uma semente da laranja.

Tudo menos ver lágrimas na mãe-fortaleza! O sonho da roupa nova já não interessava mais.

A mãe limpou discretamente a face e, num lapso de mágica, a reserva surgira. Era prova cabal daquilo que eu já suspeitava: a minha mãe nunca ia nos deixar tristes. Era eterna e fazia magia! Sempre transformaria o pouco que tinha em mundo de sonhos, de esperança e de atos. Independentemente de onde estivesse, tocar-nos-ia no coração com uma profundidade tal que não haveria tempo para lamentos.

Hoje, eu sei que a lição que guardei na memória do meu coração fora mais importante do que a roupa que, entretanto, vesti. Já nem me lembro da cor da roupa. Recordo-me perfeitamente do ato mágico da mãe. No lema que nos ensinou sem dizer uma palavra. Viver, sonhar e agir sempre foram mais importantes do que *ter*. Não interessam um carro novo, uma casa, uma conta bancária recheada, se não olhamos para o nosso próximo, se não temos uma palavra amiga para expressar, um olhar ou um abraço de carinho, empatia...

Ainda no outro dia, fizeste-me chorar de alegria por dentro quando me mostraste o pequeno José, a pequena Natália, a Mírcia. Os netos postiços para quem dás o mínimo amparo, enquanto a mãe deles ganha o pão a duras penas para lhes dar de comer. Para quantos Josés, Natálias, Marias, Joanas estendeste a mão, Mãe?! Quantos partiram, quantos chegaram ao modesto abrigo em Pascoal Alves, em Monte Trigo, em Fernando-Pó?! Quantos sonhos ajudaste a construir, direta ou indiretamente? Agora só me lembro da conversa que tive com a minha prima Joana, há poucos dias na ilha do Sal. Do carinho com que ela falava da prima Vininha! A tua saúde frágil não te impede de liderar! Ainda que a doença te tenha atrapalhado os sonhos, os nossos sonhos!

Mãe, nem imaginas a dívida que temos para contigo. Não é apenas uma dívida material; não é somente a dívida de gratidão de nos tirar de um cantinho tão inócuo e de nos mostrar o mundo! É a dívida de nos ensinar a ser gente, todos os dias! Nenhuma delas conseguimos pagar-te, é certo; esta última então, nem que vivas um milhão de anos e nós trabalhemos exclusivamente na missão!

Pois, Mãe, são 81 anos de um percurso honesto. Na tua condição de humana, erraste algumas vezes, mas acertaste muitas mais. Amargaste algumas derrotas, porém as vitórias são incomensuravelmente maiores! Muitos outros virão, porque o café que nos ofereces, mal pisamos a porta da tua/nossa modéstia casinha, nos faz falta; a tua voz rouca e apressada ao telefone alimenta-nos; a bênção na hora de chegar ou de partir eleva-nos; sobretudo, a tua presença é a fonte da vida!

Talvez por isso nos enfiemos nesse cantinho de chão mal temos um tempinho e daqui não temos vontade nem pressa de sair. Talvez por isso o Zu mal sai do trabalho, rume a esse confronto maternal. (Venho menos vezes, com pena minha, mas a necessidade é idêntica.) Talvez sintamos tanta falta dessa simplicidade e ternura que mal entremos num avião só queremos dar-te um abraço. Um demorado abraço. Um abraço que te dou agora; damos-te agora. Queremos dar-te sempre! A toda hora!

Percebo agora os meus silêncios. Os silêncios da dor de não ter podido dar o último abraço no Vá e na Biuca; o silêncio negociado no liceu quando os grupos da cidade, filhos da pequena burguesia, de comerciantes, emigrantes e funcionários do Estado, expeliam os preconceitos para com as pessoas dos bairros e os desterritorializados. Olhavam-nos como os atrevidos, que entravam num mundo para o qual estavam destinados. Tínhamos de superar as barreiras, muitos desistiram. Tanto assim é que, dos mais de 30 colegas que dividiam a jornada comigo dos nossos bairros à cidade no início do liceu, fui o único a concluir aquele ciclo de estudos sem repetir. Os outros foram ficando, procurando outros caminhos. Lidar com aquele mundo dos outros por vezes se tornava violento dos pontos de vista psicológico e social. Ou resolvíamos à base da porrada, o que acontecia algumas vezes, e os estigmas e preconceitos acirravam-se, ou adotávamos o silêncio de sobrevivência. Cedo, percebi a vantagem em relação aos meus coleguinhas. Na minha casa havia *expertise*, porque antes de mim os meus irmãos haviam passado por situações piores no tempo em que os desterritorializados eram menores e, por isso, mais afrontados. Aprendi com eles os mecanismos de sobrevivência, e a parte dos músculos deixei um pouco de lado.

### **5.2.1 Luta da vida e de mulheres**

Feita essa observação, percebi que a mãe não se enquadrava nos dados apresentados pelo INE de Cabo Verde, em 2008, e que despoletaram uma série de preocupações e estudos sobre gênero, questões jurídicas e sociais, assim como debates públicos. O estudo torna visível que uma em cada cinco mulheres havia sofrido pelo menos um episódio de violência doméstica nos últimos 12 meses.

A dimensão numérica do diagnóstico leva sociólogos, juristas, antropólogas e ativistas sociais a não só fomentarem estratégias de combate à violência, mas também criarem centros de pesquisa ligados aos estudos do gênero e da família. O Centro de Investigação e Formação em Gênero e Família (CIGEF), associado à Universidade de



Cabo Verde (Uni-CV), nasceu no ano em que se publicaram os dados e dimensiona como caminho o desenvolvimento equilibrado das relações de género e familiares nos domínios social, económico, político, científico e cultural.

Pouco tempo depois, surgiu a Lei Especial sobre Violência Baseada no Género (VBG), aprovada em 2011 e regulamentada em janeiro de 2015, por meio do Decreto-Lei n.º 8/2015, de 27 de janeiro. O propósito da lei mostra-se explícito na mensagem de Tatiana Pereira, nessa altura presidente do Instituto Cabo-Verdiano para Igualdade e Equidade do Género (ICIEG), entidade estatal voltada para questões do género:

A lei veio regular as medidas para a efectivação do princípio da igualdade de género e estabelecer, em particular, mecanismos destinados a prevenir e reprimir o crime de Violência Baseada no Género, e a proteger e assistir as vítimas. De entre estas, destacam-se a protecção dos direitos laborais, do acesso à justiça, a assistência social e orientação e inserção profissional. Orienta também no sentido da prevenção do fenómeno visado mediante sensibilização, formação e capacitação de forma a promover uma cultura de igualdade de género e não-violência nas relações entre homens e mulheres (*apud* ANJOS; SILVA; REIS, 2012, p. 9).

Entretanto, numa versão anotada, de junho de 2012, os autores da lei expressam que a intenção era colocar a mulher como a principal vítima da violência.

Fazendo uma releitura pela perspectiva da minha experiência, questioneei se as narrativas que procuram colocar na mulher a centralidade discursiva não reforçam, paradoxalmente, a vitimização e, em linha, dimensionam silêncios sobre a causa feminista. Por outro lado, veio-me à cabeça se a mencionada estratégia não faria esquecer as lutas políticas e feministas que milhares de mulheres levam a cabo todos os dias para a sua sobrevivência e a da sua família (FEDERICI, 2012).

Para avaliar esses dois questionamentos, parti de trabalhos de investigadoras que debruçam sobre a questão do género em Cabo Verde, a referenciada Lei da VBG, cruzando-as com pesquisas relativas à Lei Maria da Lenha, no Brasil. Tomei também como referência a história de vida de duas mulheres: Iva Pinhel Évora e Ludovina Almeida, minha mãe. A escolha dessas mulheres obedece ao fato de não só não se enquadrarem no perfil de *coitadas* desenhado na Lei da VBG e seguido, *grosso modo*, nas narrativas das investigadoras, mas também por terem, cada uma à sua maneira, participação de resistência política e social em Cabo Verde. O que nos leva a esse

caminho não é a excepcionalidade em si dessas mulheres, mas o fato de representarem milhares de outras cabo-verdianas que fizeram da sobrevivência da família um ativismo. Propondo-se a fazer uma “análise crítica sobre os estudos realizados em Cabo Verde sobre a temática de gênero, com particular destaque para as questões de VBG e também avaliar a sua integração nos manuais e práticas escolares” (FURTADO, 2017, p. 1), Clementina Furtado (2017), uma investigadora ligada ao CIGEF, escreve que fatores socioeconômicos se fazem fulcrais nos estudos.

Entre os estudos percorridos, a autora refere-se ao trabalho de Silva (2009), no qual se examinam representações sociais da violência física e psicológica contra a mulher construídas e reproduzidas no contexto da relação conjugal, em três zonas periféricas da capital de Cabo Verde, “dando especial atenção às vítimas das classes menos favorecidas” (FURTADO, 2017, p. 3).

A autora concluiu que, apesar dos instrumentos jurídicos de que dispõe o país que salvaguardam os interesses das pessoas que procuram a justiça, a violência continua a fazer parte do cotidiano de muitas mulheres, sobretudo das economicamente mais vulneráveis. Isso deve-se, segundo ela, à existência de certo conservadorismo em relação a algumas práticas culturais e tradicionais que atribuem à mulher um papel de submissão em relação aos homens. Concluiu ainda que os serviços incumbidos de apoiar as vítimas de violência doméstica, na qual se inclui a violência conjugal (sistema de justiça criminal e o serviço social), não estão configurados para dar respostas proativas de forma eficaz. Nesse sentido, o mais provável é que a vítima não tenha outra opção senão permanecer numa relação violenta. Cabe-nos, nesse caso, concordar com a autora e reforçar ainda que não é apenas falta de competência, mas a própria falta de pessoal técnico para o serviço social e também a de psicólogos (FURTADO, 2017, p. 4).

A dependência econômica da mulher constitui-se como fator de peso no desencadear da violência conforme o trabalho de Silva (2009 *apud* FURTADO, 2017). As mulheres entrevistadas que se sentiram privadas de recursos mínimos se encontravam mais vulneráveis às ameaças contra a sua própria segurança. Logo, o autor afirma que a violência é exercida por todos aqueles que se situam numa posição de maior poder, podendo este ser econômico, cultural ou social, e que os fatores que a condicionam se relacionam com o poder da dominação masculina, fato bastante aceito na sociedade cabo-verdiana. Outra conclusão a que chegou é que as mulheres aceitaram permanecer numa relação violenta, por recearem uma agressão ainda maior após a separação, por

vergonha, por dependerem emocionalmente dos parceiros, alimentando sempre a esperança de poder reconstruir a relação e, sobretudo, por não disporem de autonomia financeira (FURTADO, 2017, p. 5).

Outro trabalho citado por Furtado (2017) e que mereceu especial atenção nossa por referir-se a jornais é da autoria de Fernandes (2012). Nele, a autora usa técnicas de análise de conteúdo para percorrer os semanários – porque não há diários impressos no país – de Cabo Verde, de 2000 a 2010, e tentar entender como os periódicos representam a violência de gênero contra as mulheres. Enumera que em 10 anos os semanários publicaram 134 matérias sobre o assunto.

Com base em dados numéricos, a pesquisadora realça aquilo que ela designa fraca cobertura jornalística sobre a violência e não tratamento prioritário do tema no decorrer da primeira década do século XXI por parte dos semanários. Entendendo como grave a situação apontada pelas informações estatísticas e pelo próprio alerta das entidades nacionais, Fernandes (2012 *apud* FURTADO, 2017) diz ser “insignificante” o relato desses acontecimentos na imprensa, entretanto ela não só faz apenas uma leitura numérica e linguística, como não analisa a prática discursiva das matérias jornalísticas. Fica de fora também a prática social das jornalistas, nomeadamente do semanário *A Semana*, cuja diretora, Filomena Silva, considerava mais significantes as histórias de resistência e de protagonismo do que os processos de vitimização das mulheres. Volto a isso ainda neste texto, no momento em que trarei um pouco a história de vida dessa jornalista, que foi minha diretora e liderou o semanário ao longo de cerca de duas décadas.

Investigadora associada ao CIGEF tal como Clementina Furtado, a antropóloga Celeste Fortes (2015) privilegia a etnografia, por intermédio da observação participante e de “entrevistas em profundidade” com mulheres da ilha de São Vicente, para estudar chefes de família em que mulheres sustentam a casa. Fortes (2015, p.163) propõe-se “a analisar os significados e a importância que as mulheres cabo-verdianas atribuem à ausência e à presença de um homem dentro de casa e problematiza esses significados dentro de um quadro de paradoxos e contradições”.

As mulheres desejam que o capitão regresse ao navio para que este consiga conquistar um espaço de respeito. Para elas, e para o contexto sociocultural de pertença, a presença do capitão torna o navio num lugar de relações perfeitas e saudáveis. Contudo, importa lembrar que, se para as mulheres casa sem homem é um navio à deriva, também as mulheres assumem o papel de organizadoras da casa e da vida dos seus homens. As mulheres categorizam os homens como abusados, pelo que

consideram que eles não possuem competências para gerir a vida quotidiana da casa, para economizar e fazer boa gestão do salário e da economia doméstica e familiar (FORTES, 2015, p. 163).

Conclui a antropóloga que as mulheres assumem o papel de sustento da casa, mas “negoceiam a possibilidade de ter um homem dentro de casa, mesmo que não [a] sustente. [...] Porque, para essas mulheres, casa sem homem é um navio à deriva” (FORTES, 2015, p. 164). Nesse caso, não se ressalta a resiliência dessas mulheres de superar as condições adversas para sustentar a família. Antes, reforça-se um estereótipo de apontar fragilidades, que a mulher se apresenta como organizadora da vida dos homens.

Nota-se, de resto, a tendência de associar a vulnerabilidade econômica (FERNANDES, 2012 *apud* FURTADO, 2017; SILVA, 2009 *apud* FURTADO, 2017) e afetiva (FORTES, 2015) das mulheres à condição de vítima, o que constitui o ponto em comum dos estudos percorridos sobre gênero, assim como da própria Lei da VBG. Vejamos: a componente de violência de gênero contra os homens manifesta-se sobretudo no reforço dos estereótipos masculinos, o que quer dizer que, no caso da vitimização masculina, as situações em que os autores de agressões fazem parte do universo familiar dizem respeito a homens vítimas de pressões no sentido de serem mais ambiciosos, mais másculos, mais agressivos, mais independentes etc. As agressões físicas, quando se dão no âmbito privado por meio de sovas, são perpetradas basicamente pelo pai, pela mãe ou por outro familiar. No âmbito público em geral são praticadas por outros homens, conhecidos ou não da vítima. Sendo assim, considera-se que esse tipo de violência de gênero tem uma natureza diferente da do tipo praticado contra as mulheres (ANJOS; SILVA; REIS, 2012 p. 14).

Percebe-se, por um lado, esse esforço de colocar a mulher em pauta, com ganhos, como realça Clementina Furtado (2017, p. 17). Já se conseguiram ganhos significativos, a começar pelas pessoas que participaram das sessões de capacitação que hoje estão mais bem preparadas para agir em prol da igualdade de gênero e luta contra a VBG. As mudanças, mesmo que tímidas, a nível da (re)distribuição das tarefas são também um aspecto positivo a ser levado em conta, e elas serão as bases para a promoção da igualdade de gênero e erradicação da VBG.

Seja como, a própria estratégia narrativa das investigadoras e ativistas reforça a vitimização/fragilidade de mulher, visível nomeadamente no título do texto de Celeste Fortes (2015) “*Casa sem homem é um navio à deriva*”: Cabo Verde, a

*monoparentalidade e o sonho de uma família nuclear e patriarcal*. A análise do vocabulário dos elementos textuais e da prática discursiva que intermedeia o texto e a prática social nos atira para um estereótipo muito comum e referenciado por Luana Regina do Nascimento (2012), a propósito da Lei Maria da Penha no Brasil, de que “as mulheres em situação de violência doméstica devem primar pela priorização da harmonia familiar” (NASCIMENTO, 2012, p. 69). Salienta-se ainda que a ambiguidade entre a luta pela melhor condição da mulher e a prática discursiva das ativistas e investigadoras, que, bastas vezes, reforça a vitimização, resulta num silêncio estratégico sobre a resistência de outras cabo-verdianas. Estas ainda não se mostram objeto nem sujeitos nos estudos.

Buscando outro caminho, propomos neste ponto trazer histórias de vida de duas mulheres que fogem do estereótipo de que as mulheres em condição de vulnerabilidade econômica não fazem da resistência uma luta. São elas: Iva Pinhel Évora e Ludovina Almeida.

Iva Pinhel Évora é mãe da figura histórica de Cabo Verde Amílcar Cabral, tida como figura central da educação desse líder da independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. De origem humilde, com escassa instrução, Iva Évora, na condição de mulher emigrante, conheceu o pai de Cabral na Guiné, onde geria uma pequena pensão (CABRAL, s.d.).

Regressou a Cabo Verde em 1934 e encarregou-se da educação dos filhos. Cabral, na altura com 10 anos de idade, não frequentava ainda o ensino primário, o que só veio a acontecer em 1936, com 12 anos.

Para que Cabral e seus irmãos pudessem prosseguir os seus estudos, em fins de 1937, Iva Évora mudou-se para São Vicente, a segunda maior ilha do arquipélago de Cabo Verde em termos populacionais, onde Cabral frequentou os seus estudos no Liceu Gil Eanes.

Costureira de profissão, Iva Évora viu-se obrigada a arranjar um rendimento suplementar, com trabalhos temporários numa fábrica de conservas. Não podia contar com a ajuda financeira de Juvenal, que se encontrava em uma crise financeira que o impossibilitou de contribuir financeiramente para a educação dos filhos.

A separação dos pais, os esforços de Iva Évora para a educação dos filhos, os diferentes papéis por ela desempenhados – mulher, emigrante, mãe, chefe de família, operária – fizeram com que Cabral considerasse a mãe a estrela da infância agreste. Isso teve grande impacto na própria formação do futuro engenheiro. Esse ambiente

marcadamente feminino e a vida difícil e lutadora da mulher cabo-verdiana levaram-no a destacar, no seu processo de luta, a valorização e a importância da mulher no contexto de luta. A criação da União Democrática das Mulheres da Guiné e de Cabo Verde (Udemu) e o texto *As mulheres na frente da nossa vida e da nossa luta* deixam perceber o impacto na sua personalidade desse lado feminino de Iva, como uma das estratégias a desenvolver durante e pós-independência (CABRAL, s.d., p. 32).

A luta pela sobrevivência de Iva Pinhel Évora fez-se política pela marca que deixou no filho, tendo isso reflexo na forma como Cabral organiza os combates pela independência da Guiné e de Cabo Verde.

Resistente a adversidades, a história de vida de Ludovina Almeida faz-se na travessia de Santo Antão para São Vicente. Sem nenhuma instrução, vivendo numa sociedade em que as taxas de analfabetismo estavam acima dos 75%, cedo essa mãe de 11 filhos, casada com Bernabé Medina, tomou a iniciativa de se mover para que os filhos tivessem a instrução que a vida e as vicissitudes sociais lhe negaram. Isso apesar de o marido ser filho de um professor de instrução primária.

Contrariando o estereótipo de vitimista, essa mulher, nascida em 1939, primeiramente saiu do longínquo planalto de Pascoal Alves para que as três primeiras filhas fizessem a instrução primária, antes mesmo da independência do país. No início da década de 1980, deu outro salto rumo a São Vicente, onde os filhos puderam ingressar no ensino liceal (colegial). Partia sempre antes do marido, este mais resistente a mudanças. De resto, só três meses depois de Ludovina Almeida ter se estabelecido com os filhos em São Vicente, em setembro de 1982, foi que Bernabé Medina decidiu juntar-se à família. Cinco anos depois, o quinto filho do casal deixava Cabo Verde para se formar em Direito na clássica Universidade de Coimbra, Portugal. Mais tarde, Arlindo Almeida Medina viria a tornar-se, em 2009, o mais novo juiz conselheiro a ocupar a cadeira de presidente do Supremo Tribunal de Justiça, a mais alta instância da Justiça em Cabo Verde, posição em que permaneceu por sete anos.

Ao completar 81 anos, Ludovina Almeida nunca se curvou a nenhum ato machista tampouco aturou atitudes sexistas nem da parte das filhas nem dos filhos. Portanto, além de não se enquadrar no perfil traçado nas pesquisas de mulheres vítimas, concretiza na prática a ideia de Silvia Federici (2012, p.125) de “que las luchas que las mujeres llevan a cabo cotidianamente para sobrevivir son luchas políticas y luchas feministas”.

Ellas son las que, através de sus luchas y resistencias, más han contribuido a «valorizar» el trabajo de sus hijos y de las comunidades,

desafiando las jerarquías sexuales sobre las que se ha desarrollado el capitalismo (FEDERICI, 2012, p. 144).

Marcadas essas ideias, percebi também que a essa altura, mas na arena pública, outra mulher que acompanhei enquanto jornalista se fazia resistente e protagonista. Isaura Gomes foi a primeira deputada do parlamento cabo-verdiano e a única a manter-se na então Assembleia Nacional Popular, de 1975 a 1981. Ajudara a fundar a Organização das Mulheres de Cabo Verde, ala feminina das chamadas organizações de massa no tempo de partido único, e a sua intervenção foi fundamental para a aprovação da lei que permite o direito ao aborto às mulheres cabo-verdianas.

Não se moveu apenas na política, tornou-se empresária de sucesso na área da indústria farmacêutica e laboratorial e foi eleita a primeira presidente da Associação de Mulheres Empresárias e Profissionais de Cabo Verde. Mesmo sofrendo preconceitos sexistas durante as campanhas eleitorais em que se envolveu, Isaura Gomes não se deixou vergar e em 2004 tornou-se a primeira cabo-verdiana eleita presidente da Câmara Municipal em São Vicente (correspondente ao cargo de prefeita), sem o apoio de nenhum partido. Reeleita em 2008, já com o apoio do MpD, à época na oposição e hoje a governar o país, Gomes abandonaria a vida pública dois anos depois por causa de problemas de saúde.

Outra mulher marcou o meu percurso profissional. Mais nova do que Isaura Gomes, Filomena Silva nasceu no início da década de 1960 e em meados de 1990 se tornou a diretora do semanário mais lido de Cabo Verde, *A Semana*, cargo que ocupou por duas décadas. Considerada uma das mulheres mais influentes pelo site sapo.cv, Silva foi caracterizada também como uma “verdadeira Dama de Ferro das ilhas”.

E de onde vem esse poder? Dirigir um semanário que foi referência absoluta no panorama da comunicação social de Cabo Verde muito contribuiu para tal. Goste-se dela ou não, Filomena Silva é uma referência incontornável em Cabo Verde. A sua história confunde-se com a do próprio jornalismo cabo-verdiano das últimas décadas. A sua marca mais forte? Coragem e ousadia, respondem todos. Para Álvaro Ludjero Andrade (*apud SAPO*, 2010), diretor da TCV e ex-colega, “ela é capaz de trabalhar 26 horas; de um rigor técnico, quer no jornalismo quer na gestão, que é difícil de encontrar”. Reconhece que a antiga colega “não tem um feitio fácil. Possui um temperamento forte. Aquilo que nas ilhas se chama de mulher-macho”. Mas, ao mesmo tempo, acrescenta Álvaro, “sente verdadeiramente a dor das pessoas”. Inconformista e desassombrada por natureza, Filomena Silva é conhecida pela sua forte personalidade e

pela frontalidade com que enfrenta os problemas. “O jornal *A Semana* é aquilo que é graças a essas qualidades”, defende, por seu lado, a jornalista Marilene Pereira, que a considera a “verdadeira Passionária de Cabo Verde” (*apud* SAPO.CV, 2010).

Apesar de tudo o que os colegas apontam em relação à jornalista, Silva nunca se alinhou com a prática discursiva vincada nos estudos de gênero. Defende a luta e competência como fatores de resistência. Por isso, no *A Semana* a vitimização da mulher não tinha espaço.

Centrados na ideia de procurar as fragilidades na esfera pública, nos trabalhos das investigadoras analisadas se vislumbra que a “violação dos direitos das mulheres não é compreendida como tal, considerando a existência de vínculos familiares, proximidade, dependência econômica, psicológica e social” (NASCIMENTO, 2012, p. 59). Por outro lado, faz-se o uso político e estratégico dos números relativos a violências em Cabo Verde quando quer-se ativar vontades políticas, mas não se percebe nos textos selecionados um mapeamento mais completo da situação.

Assim, além de não se compreender que a violência de gênero constitui uma questão social complexa em si, nota-se um silêncio, ainda que estratégico, porque não se restringe a um não dizer, mas a um dizer de tal forma seletivo que a diversidade classista, econômica e cultural se faz ausente. Do ponto textual, mulheres transformaram-se em *a mulher*, perspectiva congregadora em que, paradoxalmente ou numa reprodução estereotipada, as *letradas* posicionam-se como as vozes que falam em nome de outras. Uma proposta que, a meu ver, reitera a tendência de associar vulnerabilidade econômica (FURTADO, 2017; FERNANDES, 2012; SILVA, 2009) e afetiva (FORTES, 2015) das mulheres à condição de vítima, quando há milhares de exemplos na sociedade cabo-verdiana, como os das mulheres perfiladas neste texto, que contrariam esse tipo de estereótipo.

Pensei que a complexidade da problemática não nos pode levar à linearidade do pensamento de homem abusador, de mulher pobre vítima, tampouco de literacia. Uma condição econômica melhor e o protagonismo na esfera pública constituem sinais do apagamento da possibilidade da violência.

A jornalista Matilde Dias<sup>19</sup>, produtora local de um documentário mundial em que ouviu três mil mulheres sobre sexualidade, corpo e violência, lançou dados que mostram que antigas ministras e outras cabo-verdianas que desempenham funções públicas de relevo

---

<sup>19</sup> Falava numa conferência promovida pela Universidade de Cabo Verde, no Mindelo, a 15 de janeiro de 2019, a propósito das vozes femininas em Cabo Verde.



tiveram mais dificuldades de falar desses temas do que mulheres que trabalham na economia informal, no conhecido mercado de sucupira, na capital do país. Estas falaram de violações, de violência, da perda de virgindade, aquelas preferem o silêncio em nome da preservação do sonho de uma família perfeita, quando essas mulheres letradas que se propõem a se expor o fazem na condição de porta-vozes de quem supostamente não tem voz. Convidadas a descerem desse palanque imaginário e a se assumirem como seres viventes na sociedade de pertencimento, a prática discursiva é outra: a força vibrante da mulher política que defende causas se transforma no choro de quem faz do silenciamento um simulacro. Aqui, a fragilidade não estará do lado de quem luta para sobreviver na economia informal ou na vulnerabilidade, mas do lado de ativistas que só se pronunciam por outrem.

Fazendo um cruzamento dos textos e das práticas discursivas, percebe-se também que as investigadoras assumem posições alinhadas com as das agências internacionais, como a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulher). Talvez por isso não notem que a pobreza e a exploração econômica são um destino compartilhado com homens (FEDERICI, 2012, p. 108).

También existe una clara tendencia a considerar los problemas a los que se enfrentan las mujeres como un asunto de «derechos humanos» y a intentar priorizar las reformas legales como las herramientas básicas de la intervención gubernamental. Esta perspectiva no consigue desafiar el orden económico mundial que es la raíz de las nuevas formas de explotación que sufren las mujeres. También la campaña de denuncia de la violencia contra las mujeres, que ha despegado en los últimos años, se ha centrado en la violencia física y la violación en el entorno doméstico en línea con las directrices de la ONU. Pero ha ignorado la violencia inherente al proceso de acumulación capitalista, la violencia de las hambrunas, las guerras y los programas de contrainsurgencia, que han allanado a lo largo de los años ochenta y noventa el camino para la globalización económica (FEDERICI, 2012, p. 109).

Não estamos a desconsiderar a legitimidade textual na defesa da mulher ou de mais protagonismo feminino na esfera pública em Cabo Verde. O papel histórico das mulheres na sociedade cabo-verdiana é, *per se*, legitimador dessa luta por equidade. Só não pode ser um discurso de parcialidade em que a diversidade se esconde na categoria *a Mulher*, como se num ápice as posições de classe desaparecessem, como se os interesses econômicos não fossem diferentes, como se as fragilidades fossem marcas de mulheres de determinado percurso. A pauta precisa renovar-se, ir além de números e estereótipos, e as liberdades, o corpo, a prostituição masculina e feminina, a

pornografia, elementos intersetoriais, devem concretizar-se como preocupações de pesquisas.

### 5.2.2 Outras viagens

Essa releitura do papel da mulher leva-me a outra viagem e outra participação numa estratégia de silêncio, a da história de “Radar”. Reconstruo o percurso. A direção do semanário cabo-verdiano *A Semana* iniciava, em setembro de 1994, um processo de substituição da coluna “Contraponto” – de pequenas notas dos bastidores da política – pela “Radar”, que viria a revelar-se, entre outras coisas, uma estratégia de grande impacto num momento em que o jornal procurava impor-se como empresa. O título já indicia que, com “Radar”, os editores apelavam ao sensorial do leitor e pretendiam que este participasse também como produtor. O convite ao público aparece na primeira edição na qual se anuncia a “secção”: à semelhança de “Memórias do Tempo”, os leitores que souberem de fatos interessantes do nosso feudo telefonem, escrevam para essa seção.

“Radar” começava assim a ramificar as suas antenas, augurando tornar-se um captador onipresente dos bastidores da vida social e política cabo-verdiana, mesmo onde *supostamente* deveria estar ausente. Em mais de 15 anos a aglutinar leitores, mesmo aqueles pouco acostumados a ler jornais, “Radar” despertou sentimentos contraditórios a quem semanalmente ia ao encontro das suas notas, de tom sarcástico, alimentadas com doses de humor e que, em alguns aspectos, nos remetem – ainda que isso não signifique uma descuidada adesão, pois se respeitam as características e os contextos próprios – à vida teatralizada de que nos fala o filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin (1997).

A “secção” é, de resto, desejada por aqueles que ambicionam saber das tramas dos “Olimpianos”, da vida folhetinesca de alguns políticos cabo-verdianos, porém ao mesmo tempo temida e desprezada pelos conservadores de plantão ou pelas autoproclamadas “vítimas das notas sensacionalistas” da famosa página 7 do semanário<sup>20</sup> mais vendido em Cabo Verde.

Aproximando-se de uma linguagem coloquial – não raro encontramos frases inteiras escritas em crioulo cabo-verdiano, a língua materna com a qual o povo daquele

---

<sup>20</sup> “Radar” inicialmente era publicado na página 5 do *A Semana*, mas posteriormente passou a ocupar a página 7. Segundo dados do próprio semanário, foi a página mais lida do jornal até mais ou menos 2010, quando o periódico começou a perder peso no panorama midiático em Cabo Verde. Em 2016, deixou-se de publicar a versão papel do semanário e manteve-se apenas a *on-line*.

arquipélago africano ao sul do Saara se comunica no cotidiano, já que o português é utilizado apenas em circunstâncias formais –, aquela página do *A Semana* mesclava realidade e ficção, muitas vezes utilizando uma linguagem codificada, e acabava aguçando o apetite dos leitores fiéis ou eventuais.

Relendo a minha participação nessas páginas, tento, antes de tudo, compreender se essas marcas do exagero, da ficcionalização do fato, de atitudes moralistas ou moralizantes constituem uma apropriação, em fluxo, pelo *A Semana*, da matriz folhetim, que influenciou a imprensa (não profissional) de Cabo Verde nas duas primeiras décadas do século XX. Questiono, outrossim, se seria uma estratégia política de subversão da ordem, por meio de uma linguagem codificada, para não comprometer a sobrevivência do jornal numa altura em que o governo de Cabo Verde havia decidido não publicar nenhum anúncio nos periódicos privados nem atribuir subsídios à imprensa.

Desde logo, fazendo uso da experiência de observador participante com mais de uma década de trabalho no jornal *A Semana*, muitas vezes é possível identificar marcas sensoriais nas notas curtas para evidenciar o apelo sensacional e na construção narrativa, recorrendo a uma estrutura simplificadora e maniqueísta. Neste texto pretendemos mostrar que não existe uma relação direta entre o jornal sensacionalista e seu consumo por camadas de menor poder aquisitivo. A página 7, dedicada às notas, constitui, a meu ver, um espaço de dimensão comercial (o jornal cobrava mais caro por publicidade na página e o espaço era bastante concorrido, ocupado por concessionárias e imobiliárias) e política.

É preciso compreender o fluxo dessas notas sensacionais não como puro ato apelativo à bisbilhotice dos estratos menos letrados da sociedade cabo-verdiana, mas como estratégia política numa sociedade na qual as camadas dirigentes reagem muito mal ao questionamento das suas ideias e/ou da sua autoridade. Não esquecendo que, com “Radar”, o *A Semana* não só emergiu como empresa, como ganhou força moral e política para denunciar suspeitas de corrupção durante a privatização das empresas estatais em Cabo Verde no fim da década de 1990. Ficou na memória a denúncia do suposto desvio de dois milhões de dólares na privatização da distribuidora de combustível, em 2000, envolvendo o nome do braço direito de Carlos Veiga, Gualberto do Rosário. Esse caso ainda faz correr muita tinta naquele arquipélago. Ou seja, fez-se do silêncio de não nomear uma estratégia de dizer que por anos resultou na agregação dos leitores e teve o impacto político num momento complicado em que a sociedade política propunha destruir vozes contrárias às orientações do momento.

Trabalhar para “Radar” fez-me entender Cabo Verde como uma sociedade “orientalizada”. Não pretendo retirar o arquipélago do meio do Oceano Atlântico para colocá-lo no oriente geográfico, nem almejo discutir teorias como ocidentalismo ou orientalismo, desenvolvidas nos últimos tempos para fomentar prenoções ou sentidos comuns contra as culturas ocidentais ou orientais. Tomo, como tomei em 2007, o oriente não como localização geográfica; empresto o termo da teoria de Antonio Gramsci (1991) para caracterizar uma sociedade em que ainda os dois blocos que disputam o poder interferem em todas as instâncias sociais.

Em outras palavras, construo uma argumentação baseada na ideia de que Cabo Verde é uma sociedade dominada pelos protagonistas dos aparelhos administrativos. As organizações sociais são dependentes da atividade governativa, e seus dirigentes são muitas vezes cooptados ou seduzidos pelos partidos políticos no poder. Outras vezes, eles adotam posições supostamente neutras para se escudarem de uma participação política e social ativa.

Os focos de resistência, apesar de uma ou de outra vez se evidenciarem nas mídias ou em outros espaços, mostram-se desorganizados e frágeis. Está-se perante uma organização sociopolítico-representativa que, em diversas ocasiões, se aproxima daquilo que Bernard Manin (2001) designaria democracia de partidos. Uma sociedade em que os partidos políticos, em certos momentos, fazem as propostas, as mídias amplificam-nas com determinado grau de passividade, e ao público cabe sobretudo uma reação no fim da linha.

De cinco em cinco anos, a população é chamada a legitimar uma ou outra proposta pelo voto. Embora se saliente desde já que, em alturas de exceção, os cabo-verdianos agem e não apenas reagem, a imprensa apresenta trabalhos de grande impacto político-social como nos fins da década de 1990 e no início de 2000. A conjuntura política assim o exige ou exigia.

Para que entendamos melhor a proposta, mostra-se necessário conhecer, mesmo que numa breve contextualização, o país de que falamos. Cabo Verde é um arquipélago de origem vulcânica composto de dez ilhas e oito ilhéus, totalizando uma área territorial de 4.033 km<sup>2</sup> em pleno oceano Atlântico a 500 quilômetros da costa ocidental africana. Oficialmente, admite-se que o descobrimento das ilhas ocorreu no século XV, entre 1460 e 1462, por navegadores portugueses. Para povoar o arquipélago, que à época do achamento era desabitado, foram levados negros escravos nativos da costa ocidental da África, brancos genoveses e portugueses. Ali, emergiram um povo mestiço e uma

miscelânea cultural, visível não só na cor da pele dos habitantes, mas também nos trajes, na culinária, nos acentos linguísticos e no modo de viver. Foi nessa época que também surgiu o crioulo, língua derivada do antigo português e das línguas faladas nas áreas costeiras na África Ocidental. É a língua nacional, falada por praticamente toda a população, embora o português seja o idioma oficial.

Por cinco séculos, o arquipélago foi colônia portuguesa. Ganhou o *status* de país independente no dia 5 de julho de 1975, após uma luta armada empreendida nas matas da Guiné-Bissau pelo movimento de libertação da Guiné e de Cabo Verde, cujo líder histórico foi Amílcar Cabral, como já salientamos. Da data da independência a 1990, o pequeno país-arquipélago foi governado por um único partido (PAIGC, que depois da ruptura com os dirigentes guineenses em 1980 se transformou no PAICV), um período designado por alguns como democracia revolucionária e, por outros, como ditadura do partido único.

Trata-se de um país que se edificou de forma mais intensa a partir da década de 1970, desde o ideal de que o habitante das zonas urbanas teria de se suicidar enquanto pequeno burguês para renascer como trabalhador revolucionário, como reitera Amílcar Cabral (2013). Na suposição de que, tal como na Guiné-Bissau, em Cabo Verde se faria uma revolução na qual os camponeses desempenhariam papel indispensável. A pequena burguesia, nomeadamente funcionários do governo colonial, deveria cortar o cordão umbilical com Portugal e ajudar na construção dos países no quadro da independência.

A percepção do primeiro partido binacional da África – o da independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde – fundamentava-se no princípio de que a reforma de ensino pós-independência consistiria em preparar os filhos da pequena burguesia urbana, moldados por um regime fascista colonial (CABRAL, 2013), para compreenderem a real situação sociopolítica do país. Isso para que pudessem participar de um processo revolucionário com raízes no campo.

Alguns grupos de Bissau entenderam as ideias revolucionárias e aderiram a elas com base na leitura de textos de Amílcar Cabral. Superaram, em certa medida, o velho sonho de passar férias em Lisboa e viraram os holofotes para a dura realidade que se vivia nos confins de um país – Guiné – com recursos naturais, mas com graves distorções socioeconômicas. Outros jovens na faixa etária de 20 a 25 anos não se identificaram com esses princípios.

Seja como for, e a nosso ver, se na Guiné-Bissau se poderia conjecturar o sucesso de uma revolução desde o campo, já que as massas camponesas apoiaram a luta armada para a

independência dos dois países, em Cabo Verde tudo se mostrava mais difícil. Nesse país-arquipélago o campesinato, de certo modo dependente econômica e intelectualmente dos proprietários de terra, via com desconfiança o partido da independência, apesar de este reivindicar o estatuto do único representante do povo cabo-verdiano.

À época da independência, a pequena burguesia urbana, com ambição clara de ascender à direção das instituições públicas, constituía a principal base de apoio do PAIGC num país em que a população não vivenciou a luta armada para a libertação do jugo colonial. Durante o empreendimento de Amílcar Cabral e seus companheiros nas matas da Guiné, a luta clandestina do PAIGC em Cabo Verde se resumia a pouco mais do que algumas células na ilha de Santiago, quase todas em sua capital, Praia, e na região de Assomada. Embora houvesse contatos em Santo Antão e São Vicente, principalmente entre os estudantes liceais (AZEVEDO, 1977), os proprietários das terras do país posicionavam-se claramente contra os propósitos do PAIGC.

O paradoxo do ideal revolucionário parece evidenciar-se: a pequena burguesia, além de não *se suicidar* com a libertação do domínio colonial, constitui, hoje, um pilar importante na edificação das estruturas da República de Cabo Verde. Por outro lado, os camponeses, que supostamente deveriam protagonizar a revolução pretendida, desconfiaram dos verdadeiros propósitos dos dirigentes partidários.

A partir daqui, trabalho a hipótese de que essa grande guinada na história do pequeno país se deu no sentido verticalizado ou, em palavras mais concretas, de dirigentes para a grande maioria dos habitantes cuja participação no processo fora bastante diminuta ou inexistente. Não se quer, no entanto, afirmar que a população não se mostrava descontente com a colonização ou que não havia demandas de grupos sociais contra o jugo colonial. Os focos de resistência haviam ramificado, só que não se apresentavam de forma organizada, capazes de se tornar protagonistas do processo de uma transformação sociopolítica, como aliás o citado romance *Os famintos* demonstra.

Nessa inflexão da história do arquipélago, parte da população assistiu com desconfiança ao arranjo dos dirigentes do partido revolucionário. De resto, Cabo Verde sempre se apresentou como um caso particular da aventura portuguesa na África. Conforme reifica o angolano Mário de Andrade (1976), Cabo Verde fora uma colônia não submetida ao regime de indigenato. Pela sua localização geoestratégica no meio do Oceano Atlântico, teve colonização específica.

O arquipélago era considerado, no seu conjunto, um caso regional à parte, sem ligação estreita com o continente africano. Talvez isso explique o fato de o colonizador ter utilizado os cabo-verdianos com maior formação acadêmica como funcionários nas administrações das outras “províncias ultramarinas”, funcionando como receptáculos do ódio das populações locais (CARDOSO, 1986, 16).

Percebo-me, portanto, nessa trajetória como um homem fruto de uma contradição histórica de um país que quis erguer-se do campo, porém que negligencia e silencia o mundo rural e se mascara como país de ilustração e de sucesso. Vejo-me como homem de muitos silêncios. Não só os já mencionados de dor da perda e negociado nos liceus e na vida, mas também um silêncio traumático que atravessa a minha vida. Talvez por isso tenha regressado tão poucas vezes a Monte Trigo, onde nasci e assisti, inocente, a muitos coleguinhas passarem horas e mais horas sem levar de comer à boca. As imagens que me vêm à memória são de meninos e meninas nus e/ou seminus, barrigas inchadas, o sol arrasador, as casas de terras batidas. Comigo trago as marcas de um menino que nos tempos de férias escolares tinha de regressar à localidade onde o pai nascera para se embrenhar nas tarefas campestres e cuidar do gado do avô paterno. Em vez de jogar bola, a tarefa do dia começava cedo com as sementeiras, depois de um repouso amontado com os irmãos. À tarde, colocava-me a caminho do campo, com o meu irmão dois anos mais velho. Andávamos quilômetros, com os pés descalços, porque os sapatos precisavam ser poupados para os tempos da escola.

Muitos foram os dedos quebrados, feridos nos terrenos agrestes que pisávamos, sobretudo quando a noite nos apanhava no meio do caminho. Ouço ainda a voz da mãe a fazer eco nos montes quando o coração apertava, porque dos filhos nem sinal. Respondíamos ao longe, e, assim que ela ouvia a resposta, acalmava-se. Sabia que estávamos de regresso, depois da longa caminhada.

Sobrevivi, ainda assim, a considerar-nos privilegiados, porque fazíamos as refeições, tínhamos uma peça de roupa para vestir, tínhamos irmãos mais velhos que nos ajudavam e orientavam. Ganhávamos algum brinquedo para brincar, quando calhava. Ao nosso redor, pouco havia.

Aprendi a lidar com os meus silêncios e segui em frente. Terminado o liceu, ganhei uma bolsa de estudos para estudar num país que só conhecíamos das novelas que passavam na televisão experimental do arquipélago.

Mais uma vez desterritorializado. Mais uma vez a enfrentar o desconhecido e a ter de dividir casa com pessoas que só conhecia na escola. Sabia que estudar não era apenas

um caminho de superar os limites; constituía uma obrigação de honrar um compromisso com quem fez da aposta nos filhos e na família um modo de luta política e social.

Escrever agora sobre silêncio e a fome me faz redescortinar a minha história, a da minha família, a minha infância, a minha adolescência de renúncias. Todavia, é também um caminho a romper barreiras e que nunca me fez perder o caminho de casa. Aliás, retenho uma das últimas frases que ouvi da boca do pai: “Tenho orgulho de vocês, não por aquilo que conseguem, mas por nunca terem perdido o sentido, nunca esquecerem de onde vieram e das pessoas que vos acompanharam nesse percurso. Orgulho-me do Arlindo, juiz do Supremo, que faz questão de refazer os seus passeios com o seu primo, ajudante de pedreiro e companheiro de outros tempos. De ti, de todos!”. História de quem nunca esqueceu que, por trás da narrativa lúdica, há um país real, de pessoas reais na luta cotidiana para colocar o pão na mesa. São milhares de família que nos lembram a nossa história, nos fazem reviver o nosso percurso.

Talvez por isso tenha escolhido jornalismo, em vez de economia, que parte da minha família desejava para mim. Queria ter uma intervenção pública ativa sem amargar-me a uma neutralidade inócua nem colocar as questões que se queriam apagar na esfera pública. Optei por fazer o percurso nos jornais de iniciativa de jornalistas. Nunca quis trabalhar na empresa pública de rádio e televisão. Mostrava um caminho mais seguro do ponto de vista de carreira. Não desejava o jornalismo de funcionário público numa empresa em que os conselhos de administração, os diretores, os chefes eram convidados pelo governo, com todo o condicionalismo que isso impunha numa realidade em que a profissão, as estruturas de defesa dos profissionais e o próprio pensamento à volta do campo jornalístico eram ainda incipientes. Continuam a sê-lo.

Passei uma década no jornal *A Semana*, o mais vendido e respeitado por muito tempo. Fui de repórter a coordenador geral do *online* do jornal, além de editor de esportes e da política, passando pela chefia de redação. Aos 32 anos, dei-me conta como voz marginalizada no jornal no qual fiz quase tudo. Defendia um jornalismo de micro, que desse voz às pessoas da periferia e do meio rural. Os meus colegas preferiam as vozes *autorizadas*, de políticos, de sindicalistas burocráticos, ou de supostos especialistas. Subi ao Planalto Norte em 2007 para retratar a desgraça que acontecia com os pastores a perderem tudo o que construíram por causa da seca e da fome que atacavam o gado. A reportagem saiu no interior do jornal sem nenhum destaque. Isso num jornal em que a jornalista e diretora, Filomena Silva, se considerava progressista. Tal fato demonstrou



que a minha ilusão de ajudar a construir uma nova *parole* se esfumava diante de um centralismo de cobertura da sociedade política.

Estava na hora de redirecionar a minha vida. Voltei-me para a universidade pública a construir uma nova ilusão: propor mudanças tanto no jornalismo como na sociedade por intermédio do estímulo ao pensamento rebelde, criativo, não conformista.

Concorri a uma vaga, fui selecionado, mas entrei no ano seguinte, por causa de um expediente burocrático. Tentei apagar isso da memória e entrei com objetivos educacionais e também políticos. Queria mudanças, e três anos depois eu e um grupo de colegas pusemos em marcha um projeto de candidatura à reitoria da Uni-CV. Estávamos na ilha de São Vicente, e a sede da universidade ficava na capital do país, cidade da Praia. O atrevimento era romper com a ideia de que naturalmente as candidaturas emergiriam na capital, porque quase 80% do eleitorado (docentes, estudantes e funcionários administrativos) estava lá. Com destreza, eu e a minha colega Ariana convencemos a bióloga marinha Corrine Almeida a entrar na corrida. Do grupo, era a que preenchia o requisito de ter o título de doutor havia mais de três anos e tinha mais de uma década de universidade. Engajada, a pequena equipe pôs-se à estrada, sem nenhum apoio financeiro para fazer as necessárias viagens à capital para os contatos.

Para causar impacto, escolhemos o caminho da rebeldia. Escrevia assim aos colegas:

Candidatamo-nos como um ato de Rebeldia, Rebeldia pela Causa Uni-CV. O Momento pede-nos essa Rebeldia que se traduz em ter coragem e vontade para instituir e institucionalizar as mudanças necessárias para construirmos a Excelência na Universidade de Cabo Verde.

Temos de ter discernimento de ter os pés bem assentes no chão e percebermos em que ponto estamos. Os discursos animados em propalar uma excelência que não temos, de nada nos servem.

Esta Rebeldia (da colega Corrine) emerge de um percurso de 16 anos de dedicação à docência e à investigação, primeiro no [Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar] ISECMAR, agora nesta Universidade, desde a sua criação. Neste percurso de dedicação a esta casa, também estivemos nos órgãos de gestão.

A nossa participação, ao longo destes anos, sempre foi ativa crítica e construtiva. Nunca assumimos uma postura de deixar de lado. Trabalhamos afincadamente e manifestamos sempre as nossas posições em prol da nossa Universidade, em prol de Cabo Verde.

O contexto pede-nos esta Rebeldia empreendedora que institua uma nova cultura. Uma cultura de:

- a) participação de todos no presente e na construção da Universidade de Cabo Verde;
- b) transparência e responsabilização em todos os atos de gestão administrativa e académica;
- c) multiplicação de lideranças autónomas por meio de eleição, concursos públicos e o respeito pela diversidade.
- d) gestão eficiente dos recursos materiais, humanos e financeiros;
- e) avaliação justa de todos os colaboradores com consequentes efeitos no desenvolvimento profissional;

f) trabalho afincado para implicarmo-nos no financiamento desta instituição, particularmente pela prestação de serviço e pela internacionalização;

Por este caminho, criaremos um clima de confiança interna e externa, motivação dos colaboradores, estabelecendo condições para alcançar as metas que almejamos:

- Fortalecimento das parcerias existentes e desenvolvimento de outras com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais e, em particular, com o governo;
- Sustentabilidade ambiental, económica e social;
- Desenvolvimento da capacidade empreendedora institucional, dos colaboradores e dos estudantes na investigação, na extensão e/ou empresarial;
- Desenvolvimento de um quadro de ensino superior e superior profissionalizante que contribua para capacitação da força laboral do país;
- Desenvolvimento da capacidade de intervenção nas questões políticas, sociais e económicas do país, tanto a nível institucional como dos colaboradores;
- Desenvolvimento de uma política de proximidade, colocando a Uni-CV a serviço de toda a sociedade cabo-verdiana;

Em suma pretendemos valorizar e imprimir a marca Uni-CV em Cabo Verde e além-fronteiras. Estamos certos que na Universidade de Cabo Verde há recursos humanos capazes para alcançar estas metas. Cabe-nos fazer a necessária gestão eficiente desses recursos, harmonizar e clarificar os caminhos, na certeza que isso gerará recursos materiais e financeiros para a prossecução missão da Universidade de Cabo Verde. Essa gestão eficiente dos recursos humanos deverá assentar-se em instrumentos legais e ter carácter, principalmente, motivacional.

Por uma Universidade de Excelência e pela causa Uni-CV, lançamo-nos neste desafio para que daqui a quatro anos haja mais Doutores, mestres, docentes, investigadores, licenciados, profissionais que produzam mais conhecimento, pensamento crítico e trabalho que determine o desenvolvimento que a sociedade cabo-verdiana almeja.

Silencieiei para a maioria dos colegas da equipe que o objetivo fundamental não era vencer as eleições, mas sim forçar uma segunda volta e negociar com uma das equipes concorrentes projetos que considerávamos essenciais para São Vicente. A maioria não tinha nenhuma experiência e cedo percebi que se juntava à nossa equipe mais para tentar resolver problemas pessoais de carreira do que propriamente construir uma nova ideia de universidade.

Apresentaram-se quatro candidaturas ao pleito, com a reitora a recandidatar-se. Três da capital do país e nós. Reproduziram-se todas as mazelas populistas a que assisti e que cobri nas campanhas para eleições de deputados, de presidente.

Quando eu e Corrine desembarcamos pela primeira vez nos *campi* da universidade na cidade da Praia, senti-me, uma vez mais, desterritorializado. Queríamos um debate acadêmico e político. Não desejávamos oferecer nada material em troca de votos. Não tínhamos nada a oferecer, a não ser a nossa rebeldia de mover-nos da periferia para chocar o conformismo do centro. Éramos uma dezena de pessoas contra equipes montadas, com apoio evidente dos partidos políticos. A interferência dos políticos na

eleição mostrou-se mais do que visível. Vencemos na nossa região, forçamos a segunda volta das eleições, mas, no quadro geral, ficamos em terceiro lugar. Logo não concorreremos na segunda volta, e as eleições foram vencidas pela reitora em exercício, oferecendo uma subida salarial aos funcionários sem nenhum enquadramento legal.

Saí da eleição com a consciência absolutamente clara de que a universidade era um reflexo dessa sociedade orientalizada sobre a qual tenho escrito. A autonomia de pensamento e a rebeldia criativa mostravam-se apenas sonho. O silêncio negociado de sobrevivência sobrepunha-se a qualquer ato político. Poucos estariam interessados em mudanças. As causas maiores eram pessoais, de carreira e de bolso.

Ainda assim, eu, Corrine e o nosso Guilherme Mascarenhas, mais por iniciativa deste, começamos um debate por meio de uma ideia que lançamos nos jornais, cujo trecho inicial transcrevo:

Qual será o fator mais importante para o sucesso de um sistema educativo? Serão os alunos? Serão as instalações e os equipamentos? Serão os livros e manuais? Ou serão os professores? Quase todos responderão, e com um nível de consenso elevado, que um sistema educativo de qualidade implica que haja, antes de tudo o mais, professores devidamente qualificados e comprometidos com a ética que deverão ser complementados com livros e manuais atualizados e adaptados à realidade, alunos dedicados e infraestruturas e equipamentos adequados.

Infelizmente, nos últimos tempos, a discussão sobre os erros nos manuais escolares do ensino básico obrigatório e sobre a localização do *campus* da Uni-CV, financiado pela República Popular da China, sobrepõe-se nos *media*, tradicionais e sociais, à de projetos e propostas que possam levar aos caminhos da Excelência.

Entretanto, cientes do papel da Uni-CV enquanto a única Universidade Pública de Cabo Verde, docentes, alunos e funcionários da Instituição fizeram um exercício alternativo a partir do montante previsto para a construção do novo *campus*, no valor estimado de 5.600.707.000\$00. A partir do pressuposto de que não basta investir em infraestruturas, sem ter os outros fatores de sucesso, atrás referidos, preparados para as otimizar, nós optamos por fazer corresponder parte do investimento previsto a um amplo programa de formação, que atinja todos os níveis de ensino, do básico obrigatório ao superior, e à investigação, que sirva o país. Ao mesmo tempo, canalizamos montantes para melhorar o acesso à internet, laboratórios, equipamentos, livros, recuperação de infraestruturas existentes e construção de infraestruturas, para dar o salto almejado.

No nosso entendimento, em poucos anos isso transformaria a Universidade de Cabo Verde num Centro de Excelência tanto ao nível de Ensino como de Investigação e Extensão, com condições efetivas de atrair estudantes, investigadores e professores de todos os continentes, para tornar realidade o sonho de fazer Cabo Verde um país de referência académica, cultural e científica. Para além disso, conseguiríamos um *upgrade* num grande número de docentes e gestores do ensino básico obrigatório e do ensino secundário, melhorando a qualidade de todo o sistema.

Impacto zero. As nossas vozes ficaram por serem ouvidas, como vozes da periferia e marginalizadas. Numa sociedade em que o investimento na educação é mais simulado do que concreto, formar rebeldes, criativos, inovadores não constitui um caminho. O

conformismo serve a um sistema e a políticos pouco propensos a mudanças e que interferem em todas as esferas da vida do país. Nesse panorama, os intelectuais apagam-se na passividade, num silêncio negociado, memorial ou estratégico, ou se juntam ao poder.

## 6. Conclusão

Tomando o esquecimento como dimensão da condição histórica de humanos que somos (RICOEUR, 2007), percebemos, neste trabalho, a complexidade de compreender os silêncios e as estratégias comunicacionais e políticas da fome no Cabo Verde pós-independência.

As marcas iniciais levaram-nos ao pensamento de que a fome constituía uma lembrança traumatizante (POLLAK, 1989) num país em que o combate a esse flagelo assolara a população desde pelo menos o século XVI. Entretanto, cruzando perspectivas teóricas e observações da realidade, problematizamos particularmente os silêncios e não ditos sobre a fome no jornal oficial do partido-Estado na década 1980, *Voz di Povo*, quando houve programas de instituições de cariz humanitária, nomeadamente a Cruz Vermelha Internacional, de intervenção contra a malnutrição e outros flagelos em Cabo Verde.

Delineamos o caminho para refletir sobre um duplo questionamento:

- estaríamos perante um esquecimento voluntário, motivado por lembrança traumatizante, num país que se ajustava à ideia de Estado nação e que pretendia alavancar uma memória nacional, mas que ainda não conseguia banir as mortes pela fome, que reaparecem ciclicamente com a ausência da chuva e o aumento da população, sobretudo a partir do século XVIII;
- o não anúncio da fome em Cabo Verde nos anos 1980, cerca de uma década após a independência do país, resultaria de silêncios negociados ou não entre os governantes e os jornalistas do jornal oficial para não contrariar a imagem de sucesso na África atingida por flagelos.

Esse duplo questionamento desafiou-nos a provar que, no caso de Cabo Verde, os silêncios ou não ditos não constituem uma determinação coerciva imposta aos jornalistas. As lembranças silenciam-se, mas não se apagam. Ajusta-se àquilo enfatizado no pensamento de Pollak (1989) de que as lembranças, quando traumatizantes, “esperam o momento propício para serem expressas”. Após mais de 40 anos da data que marca a independência do país, o flagelo no arquipélago parece confinado a uma lembrança que se apresenta longínqua, dos tempos do colonialismo, mesmo que, como demonstramos ao longo do trabalho, tenha havido fome, nomeadamente em Santo Antão, na década de 1980. E, se as lembranças estão

confinadas ao silêncio no que tange a publicações dos autores e historiadores, passam de uma geração a outra por meio da oralidade, no espaço privado, e por isso permanecem vivas na memória.

Aliás, esta pesquisa tentou afirmar a ideia de que o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, constitui uma resistência de vozes periféricas impotentes ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amigos, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. Diante dessa lembrança traumatizante, os silêncios parecem se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas, e algumas vítimas que compartilham essa mesma lembrança *comprometedora* preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranquila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar.

Nas narrativas jornalísticas do jornal oficial, *Voz di Povo*, em mais de 100 edições em 1985, tanto o então presidente da república, Aristides Pereira, como o primeiro-ministro Pedro Pires aparecem como protagonistas de um Cabo Verde que se faz ao mundo num movimento de ida e vinda no qual as ideologias parecem convergir nesse pequeno ponto do Atlântico, por mérito de quem sabe negociar o seu lugar no mundo. Os silêncios, estratégico e memorial, apresentam-se na fórmula de invocar a resiliência na hora de construir uma nova era. O passado, ainda que interfira de modo contundente no presente, não pode condicioná-lo a ponto de paralisá-lo, e o país, na fala dos políticos, precisa seguir à conquista do mundo não como pedinte, mas sim apresentando-se, na sua dimensão, como polo aglutinador de diálogo na política internacional.

Da fome no meio rural nada se faz visível no jornal, embora os relatórios do Ministério da Saúde retratassem um panorama muito menos idílico. O silêncio no jornal fez-se em relação ao programa batizado operação Santo Antão, que referenciava àquilo que se desejava esquecer – a fome, como fenômeno coletivo ou grupal. Entretanto, no mesmo ano, o *Voz di Povo* publicou três suplementos e outras reportagens sobre a ilha de Santo Antão, realçando as obras realizadas pelo governo, o empenho dos residentes, os avanços tanto socioeconômicos e educativos como na saúde. Os principais interlocutores eram os representantes do governo, do partido no poder ou ainda de

cooperantes deslumbrados com o empenho da população em superar os seus próprios limites físicos, anímicos para vencer as batalhas do cotidiano. A narrativa que os homens do poder desejam.

As vozes daqueles que viviam a dura realidade de comer uma ou duas vezes por dia com baixa qualidade nutricional ficavam marginalizadas. O contexto leva-nos a zonas de sombras, silêncios, não ditos do jornal, não ao esquecimento definitivo. O testemunho do então jovem Abílio Tolentino a esta pesquisa fez aclarar essas zonas de sombras e não ditos na cobertura jornalística, dos jornalistas e do próprio jornal. Tolentino lembrou a frase de que há verdades que não deveriam ser ditas para justificar os dossiês jornalísticos realizados em Santo Antão por ele, por Hernán Coloma e por Filipe Sá, no ano de 1985. Foram os três para os três concelhos da ilha, além das coberturas das viagens dos governantes, sempre num tom lisonjeiro a realçar as obras feitas em que tiradas lúdicas escondiam aquilo que não se queria ou não se podia escrever.

Na escrita desses três jornalistas, um cabo-verdiano (Tolentino), um sul-americano (Coloma) e um português (Sá), Santo Antão não dormia, fazia nascer um novo tipo de cooperação. Os cooperantes realçavam “a disciplina, capacidade de trabalho, inteligência” do homem daquela ilha. Os textos assinados por Coloma e Sá, particularmente, trazem marcas que cimentam a ideia de uma estratégia de estabelecer zonas de silêncio, por intermédio do uso da hipérbole para destacar a bravura e a determinação que espantam e, ao mesmo tempo, ensinam aqueles que chegam, ainda que estes últimos sejam os que carreguem as marcas de iluminados pelo conhecimento ocidental, racional, tecnológico.

Eles próprios estrangeiros que chegaram a Cabo Verde a acompanhar familiares que vieram ajudar nas áreas da saúde e outras, esses jornalistas rasgavam elogios a trabalhadores, analfabetos ou semianalfabetos que provavelmente nunca leram aquela ou nenhuma outra edição do mesmo jornal, já que a distribuição era feita nos principais centros urbanos. Serviam para, num primeiro momento, mascarar a dura realidade na qual labutavam esses homens, lidando com explosivos para desfazer estruturas rochosas que teimavam em não ceder à força dos braços, de picaretas ou alavancas, sem nenhuma proteção e a ganhar de 15 a 22 escudos cabo-verdianos por dia, quando muito. As vozes dos trabalhadores fazem-se esquecidas no emaranhado de textos, mas as fotos que

entretanto ilustram as peças jornalísticas não escondem nem a dureza do trabalho nem o perigo a que se submetiam os trabalhadores.

O não dito ou os não ditos exibem-se por meio da objetiva da máquina fotográfica. Os silêncios da palavra escrita não escondem a fala imagética e eloquente, que revela o esforço, a falta de segurança, a desvolutura, de certa forma inocente e de subsistência, desses homens que se expunham ao perigo, porque, antes de tudo, almejavam o próprio sustento ou o da família. Muitos se deslocavam por quilômetros, ora a pé, ora em caminhões de caixa aberta nos quais se transportavam também materiais de construção, cimento, pedras.

Naquele momento em que se faziam tênues e em constantes deslocamentos as fronteiras entre silêncios, não ditos e o reprimido inconsciente, a tática consistia em não ouvir vozes que destoassem dos representantes do poder, mesmo porque a linha da cobertura do jornal não visava às vozes da periferia. Sendo os principais interlocutores os governantes ou representantes do regime, eles queriam que se perpetuasse a ideia de que Cabo Verde estava numa rota de vitórias. As vozes, imagens, escritas que não se ajustassem a essa linha de pensamento seriam marginalizadas, atiradas para o não pronunciável ou o não memorável. Nada deveria assombrar um país que aos olhos dos homens do poder seguia rumo ao progresso, ao desenvolvimento e reivindicava já o papel de protagonista no campo da política internacional, estabelecendo pontes entre diferentes territórios e ideologias existentes.

Para recuperar esses testemunhos, esta pesquisa pôs-se à escuta de quem trabalhou no programa e de quem recebeu os apoios, ainda que tal condição requeira cautela, pois, como sugere Todorov (2000, p. 16), o resgate integral de algo se faz impossível, já que o esquecimento constitui uma condição da memória, sendo esta uma seleção entre o conservado e o esquecido.

Ajustando-nos à ideia de que o resgate integral se mostrava inexecutável, tomamos como critério para validar o testemunho dos nossos interlocutores o acúmulo de fatos, desde o anúncio no jornal oficial do regime da chegada do programa da Cruz Vermelha a Santo Antão, ainda que notas em que não se esmiúça o motivo da intervenção a outras pistas documentais deem dimensão realista à narrativa. Fez-se necessário esse cruzamento, porque testemunhos se categorizam como discursos autobiográficos, que supõem a coincidência entre o sujeito de enunciação e o sujeito de enunciado.



O dever de não esquecer as histórias de vida do passado, assim como o presente de quem vive no limiar da pobreza e da miséria humana, levou-nos a estabelecer uma espécie de tipologia de silêncios. Ou seja, em alguns momentos deste texto, o silêncio apresenta-se como estratégico, pois estabelece o tempo de dizer e um tempo de esquecer. No tempo de dizer, a narrativa publicitada da fome tornou-se importante para a ação política na luta para a independência numa dupla dimensão, como escrevemos no primeiro capítulo. Não só na (re)motivação das e dos jovens que adiaram quase tudo para travarem duras batalhas nas matas da Guiné contra as tropas portuguesas, porém também na mobilização de vontades e apoios políticos, material e no campo de formação de quadro na esfera internacional. No tempo de esquecer, a *parole* do pós-independência faz com que as lembranças sejam confinadas ao silêncio no que tange tanto a falas dos governantes como a publicações dos autores e historiadores, de 1975 em diante. Uma estratégia que marginaliza as vozes do cotidiano vivido que a ficção recupera.

Quando o passado longínquo se assume como fundamental para aliviar ou fazer esquecer o passado recente, o silêncio torna-se memorial. O silêncio advém de um esquecimento produzido, que se configura como memória longínqua e que por vezes aflora em brechas de lembranças. Esse esquecimento produzido no pós-independência, quando se quer construir um arcabouço de sentido para o país, se torna muito mais importante do que as lembranças, que são só invocadas pelos governantes para justificar uma ou outra dificuldade em construir uma nova era. Do ponto de vista individual, as lembranças do passado longínquo servem para se esquivar e se esquecer dos momentos mais recentes de miséria.

Sobre esse flagelo, há também uma fala eloquente que se dá quase sempre por meio de táticas eufemísticas. Isso quando a *parole* fraqueza e debilidade substitui a fome no cotidiano vivido ou os signos malnutrição e subnutrição, com os quais os governantes e pesquisadores tentavam esconder a miséria e as múltiplas ausências, de comida a condições sanitárias. Fazem-se silêncios eloquentes que, de tanto serem reiterados em eufemismos, mediante pistas ficcionalizadas ou nas conversas privadas, conseguem ser ouvidos. De outro modo, as lembranças estão ainda confinadas ao silêncio no que diz respeito a publicações dos autores e historiadores, que passam de uma geração a outra pela oralidade, no espaço privado, e por isso permanecem vivas na memória.

Em outros momentos, o silêncio faz-se negociado, mesmo ou sobretudo quando essa negociação não se mostra formal. Nesses casos não dizer resulta menos de uma imposição e mais de uma percepção captada no seio do grupo de pertença ou no campo profissional. São as verdades que convinham não dizer, como afirmou o jornalista Abílio Tolentino, para não causar mal-estar com os chefes tampouco ferir a imagem de país que supera os seus próprios limites.

Mais no campo individual, o silêncio dá-se muitas vezes por causa de uma dor pessoal, como a perda de um filho ou de um familiar em tempos de miséria, seca e fome. O silêncio da dor faz-se para que a vida siga, ainda que as marcas estejam presentes nas expressões, nas imagens, nas pistas de que houve uma existência que se foi em momento difícil.

Quando as perdas são coletivas ou grupais, tornam-se traumáticas. O silêncio advém de um trauma por parte de quem presenciou a miséria, a fome e as mortes e carrega consigo marcas psicossociais dessa experiência vivida. O silêncio traumático que faz com que se evite mencionar o flagelo de todo modo, a ponto de ter bastado um jornal colocar a palavra fome no título de notícia em 2019, citando um relatório, o das Nações Unidas, para que o governo mobilizasse uma nota de esclarecimento, tentando esconder por trás de um jogo conceitual uma realidade inegável. Demonstramos, aliás, que há um esforço político, no entanto também social, de barrar no tempo e na memória esse flagelo.

Portanto, reiteramos que o silêncio aqui não é apagamento nem resulta de algo imposto, como na sua dimensão coercitiva. É também estratégico, é uma fala memorial e eloquente, negociado por vezes, ou se esconde por trás de uma dor e de um trauma.

Do ponto de vista metodológico, os desafios no campo da comunicação, no qual esta pesquisa se situa, eram cruzar e encontrar equilíbrio entre várias perspectivas e práticas. Desde logo, damos conta de que os dados quantitativos realçados nos poucos estudos sobre a fome não seriam suficientes para fazer uma reflexão acerca dos silêncios enquanto estratégia política em Cabo Verde. Na combinação imprescindível de perspectivas metodológicas, tomamos também do campo da sociologia a etnometodologia, enquanto método de entrevista e conversação, para chegarmos à autoetnografia, em diálogos com autores do campo. Nesse ponto, usamos a nossa

própria memória vivida e a nossa experiência de sujeito que se descobre como objeto da própria pesquisa.

Há, então, uma viagem memorial que se faz presente nesta pesquisa, que, na distância do tempo vivido, nos embala para um *ethos* que nos moveu a estudar, a atuar e a pensar como jornalista: o dar voz a outros, o de contar outras histórias e o de ajudar a testemunhar outra história, diferente da que nega voz a quem vive longe dos centros políticos, sociais, culturais ou econômicos.

Escrever agora sobre silêncio e fome, na dimensão que discorremos aqui, nos faz redescortinar a nossa história, a da família, a da infância, a da adolescência de renúncias. Mas também um caminho a romper barreiras e que nunca nos fez perder o caminho de casa. Há, na última parte, uma história tratada de quem nunca esqueceu que, por trás da narrativa lúdica, somos a descoberta de um país real, de pessoas reais na luta cotidiana para colocar o pão na mesa. São milhares de famílias que nos lembram da nossa história, nos fazem reviver o nosso percurso.

#### Recomendações

Ao longo desta pesquisa, saiu o livro *Tempo de John*, que fala da fome em Canjana, ilha de Santo Antão. Os autores, Reitmaier e Delgado, ainda que ao estilo ficcional, puseram-se à escuta das vozes marginalizadas ou mesmo periféricas e com tal empreendimento responderam à condição primeira para que os testemunhos, enquanto pronunciamento publicável ou publicado, se façam. De outro modo, essas pistas da ficção dotadas de sentido e que se remetem a pessoas reais com percursos de vida reais nos levam à ideia de um esquecimento de reserva, “aquele esquecimento que afeta tão profundamente que coloca marcas duradouras, persistentes, que voltam periodicamente” (BARBOSA, 2016, p. 23). A fome, de tanto voltar, de tanto ser reconhecida como marco do nosso percurso, produz o esquecimento de reserva, ou seja, permanece esquecida, mas como possibilidade de ser novamente reconhecida.

Seja como for, a despeito dos retratos na literatura, em obras já citadas neste texto, e de existirem locais que ataçam a memória, como o desastre de assistência, na cidade da Praia, ou em Canjana, onde encalhou o navio John, permanece o tabu das histórias individuais e grupais tanto nas conversas familiares e, mais ainda, nas biografias dos

personagens públicos. Os testemunhos continuam a pronunciar-se como narrativas para a reconstituição da história do país.

As razões de tal silêncio serão compreensíveis por parte da antiga potência colonizadora e dos que simpatizavam com os ditames do regime salazarista. Torna-se pouco compreensível, no entanto, que ainda reine o silêncio dos historiadores, assim como se mostra complexo deslindar o das vítimas.

Destarte, 70 anos passaram-se. O testemunho dos que presenciaram o acontecimento continua por recolher, e por isso a memória dessa tragédia humana segue por resgatar-se, apesar da urgência em fazê-lo, já que as vozes marginalizadas tendem, pelo ciclo normal da vida, a desaparecer.

De outro modo, a própria narrativa do historiador António Correia e Silva, reproduzida pelo *Expresso das Ilhas*, remete-nos a uma culpabilização do passado colonial numa dupla dimensão:

- a ausência ou inação dos poderes públicos, que não teriam agido para evitar a tragédia dentro de outra tragédia, que era a fome que matava milhares de pessoas pelo país todo;
- o possível silenciamento imposto pelo regime salazarista, que imperava em Portugal e por extensão nas colônias, a relatos que não só poderiam embaraçar o então governo português, mas também servir para reconstituir o desastre, considerando não ter havido até a presente data grandes investigações académicas sobre esse acontecimento, que é mal conhecido ainda que tenham sido feitos esforços para a sua divulgação. Isso leva-nos a outro silêncio: o silêncio memorável, ou seja, em que o esquecimento advém com mais força do que a lembrança.

É preciso que a investigação histórica e memorial se faça, para que possamos compreender a dimensão e o impacto desse flagelo no percurso do país.

## REFERÊNCIAS

1985: O ANO DE ouro da Cruz Vermelha de Cabo Verde. **Voz di Povo**, p. 6-7, 6 set. 1985.

A NAÇÃO. A fome atingiu 13% da população cabo-verdiana em 2018 – ONU. **A Nação**, 17 jul. 2019. Disponível em: <<https://anacao.cv/a-fome-atingiu-13-da-populacao-cabo-verdiana-em-2018-onu/>>.

AFROSONDAGEM. **Estudo sobre a democracia e mercados em Cabo Verde, Afrobarometer (2002, 2005, 2008, 2011, 2014)**. Disponível em: <[http://www.afrosondagem.cv/?page\\_id=13](http://www.afrosondagem.cv/?page_id=13)>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Ars Poética, 1996.

ANDRADE, Mário Pinto de. Amílcar Cabral e a reafirmação dos espíritos: um depoimento de Mário Pinto de Andrade. **Nô Pintcha**, 1976.

ANJOS, Dionara; SILVA, Clóvis Isildo; REIS, Carlos Alexandre. **Lei Sobre a Violência Baseada no Género**. Praia, 2012.

AZEVEDO, Licínio; RODRIGUES, Maria. **Diário da Libertação**. São Paulo: Versus, 1977.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Questões de literatura e estética**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BANCO de CABO VERDE. Relatório de Estabilidade Financeira 2018. Cabo Verde, 2019. Disponível em [https://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/2019/2019/Relato%CC%81rio%20de%20Estabilidade%20Financeira%202018\\_VF\\_31Julho2019.pdf](https://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/2019/2019/Relato%CC%81rio%20de%20Estabilidade%20Financeira%202018_VF_31Julho2019.pdf). Acesso em: 21 jan. 2020.

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação: lugar de memória ou na história? **Contracampo**, Niterói, v. 35, n. 1, p. 7-26, abr./jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Múltiplas formas de contar uma história. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 25-39, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Os donos do Rio: imprensa, poder e público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

\_\_\_\_\_. **Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memória**. Niterói: EdUFF, 2007.

BARCELLOS, Cristiano José de Sena. **As fomes em Cabo Verde**. Lisboa: s.n., 1904.

BAUMAN, Zygmunt. Como se ve em TV. In: \_\_\_\_\_. **La sociedad sitiada**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, 2004. p. 195-219.

\_\_\_\_\_. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução de Paulo Neves. 2. ed. São. Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOORSTIN, Daniel J. **The image**: a guide to pseudo-events in America. Nova York: First Vintage Books Edition, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRETON, Philippe. **Éloge de la parole**. Paris: Editions la Découverte, 2003.

\_\_\_\_\_. **Elogio da palavra**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

CABO VERDE. **Lei n.º 37/IX/2018**: Lei Direito Humano à Alimentação Adequada em Cabo Verde. Cabo Verde, 2018.

CABRAL, Amílcar. **Obras escolhidas**. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013.

CABRAL, Carmen. **Amílcar Cabral**. Lisboa, s.d.. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/191138479/Tese-Amilcar-Cabral>>. Acesso em: 20 nov.201

CANDAU, Joel. **Anthopologie de la mémoire**. Paris, Armand Collin, 2005.

\_\_\_\_\_. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **Memoire et identité**. Paris: PUF, 1998.

CARDOSO E CUNHA, Tito. **O silêncio na comunicação**. Lisboa, 2001. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/cunha-tito-cardoso-silencio.html>>. Acesso em: 25 set. 2013.

CARDOSO, Renato. **Cabo Verde, opção para uma política de paz**. Praia: ICL, 1986.

CARREIRA, António. **Cabo Verde**: aspectos sociais. Secas e fomes do século XX. Lisboa: Ulmeiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Migrações nas ilhas de Cabo Verde**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977.

\_\_\_\_\_. **Secas e fomes em Cabo Verde**: Achegas para. Lisboa, 1985.

- CASTRO, Josué de. **A geografia da fome**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- COLOMA, Hernán; SÁ, Filipe. **Voz di Povo**, 22 maio 1985, p. 4.
- CORREIA e SILVA, António. **Combates pela história**. Praia: Spleen Edições, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O processo caboverdeano de transição para a democracia**. Dissertação (Mestrado) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 1997.
- \_\_\_\_\_. O Nascimento do Leviatã Crioulo. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 1, 2001.
- COUTINHO, Carlos. **Gramsci, um estudo sobre o pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CUNHA, Tito Cardoso. **O silêncio na comunicação**. Lisboa, maio 2001. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/cunha-tito-cardoso-silencio.html>>. Acesso em: 25 set. 2013.
- DAHLGREN, Peter; SPARKS, Colin. **Communication and citizenship: journalism and the public sphere**. Londres e Nova York: Routledge, 1991.
- DELEUZE, Gilles. **L'Abécédaire de Gilles Deleuze**. Paris: Éditions Montparnasse, 1997.
- DESCARTES, René. **As paixões da alma**. Paris: J. Vrin, 1996.
- DOS SANTOS, António Lopes. **Vitória contra a seca, exposição ao conselho legislativo de Cabo Verde**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1971.
- DUARTE, Januário. **Januário Duarte: entrevista** [ago. 2019]. Entrevista concedida a João Medina. Porto Novo, 2019.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. São Paulo: Pontes, 1987.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, ano.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- ÉVORA, Roselma. **A abertura política e processo de transição democrática em Cabo Verde**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2001.
- EXPRESSO DAS ILHAS. Cabo Verde é um país sem o espectro da fome – PM. **Expresso das Ilhas**, 17 out. 2018. Disponível em: <<https://expressodasilhas.cv/politica/2018/10/17/cabo-verde-e-um-pais-sem-o-espectro-da-fome-pm/60547>>. Acesso em: 18 fevereiro 2019.
- EXPRESSO DAS ILHAS. Desastre da assistência foi há 70 anos. **Expresso das Ilhas**, 20 fev. 2019. Disponível em: <<https://expressodasilhas.cv/pais/2019/02/20/desastre-da-assistencia-foi-ha-70-anos/62461>>. Acesso em: 10 março 2020.

- FEDERICI, Silvia. **Revolución em punto zero: trabajo domestico, reproducción y luchas feministas**. Nova York: Traficantes de Sueños, 2012.
- FERNANDES, Gabriel. **A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.
- FERNANDES, Ísis Cleide da Cunha. **Representação da violência de gênero contra a mulher nos jornais de Cabo Verde: uma análise de conteúdo de A Semana, A Nação e Expresso das Ilhas**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- FERRÃO, José Cardoso. **Mídia, oralidade e letramento no Brasil: vestígios de um mundo dado a ler**. Tese (Doutorado)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- FERREIRA, I. Lopes. **Transições políticas em África: mal-estar no jornalismo caboverdeano – Prestação de contas do governo aos cidadãos, 1991-1998**. Lisboa: África Debate/Inde/Spleen Edições, 2002.
- FONSECA, Jorge Carlos (org.). **Revista Direito e Cidadania**, Praia, 2007.
- FORTES, Celeste. **Casa sem homem é um navio à deriva: Cabo Verde, a monoparentalidade e o sonho de uma família nuclear e patriarcal**. **Anuário Antropológico**, v. 2, 2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/aa/1425>>. Acesso em: 12 set. 2018.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FURTADO, Cláudio. **Cabo Verde: governação local na perspectiva de redução da pobreza**. In: FÓRUM SOBRE A GOVERNAÇÃO EM ÁFRICA, 5., 2002, Maputo. **Anais [...]**. Moçambique, 2002.2
- FURTADO, Clementina Baptista de Jesus. **Gênero em Cabo Verde: uma análise de estudos e sua integração nos manuais escolares**. Praia, 2017. Disponível em: <[http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1019776\\_30\\_06\\_2015\\_20-16-16\\_3244.PDF](http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1019776_30_06_2015_20-16-16_3244.PDF)>. Acesso em: 19 nov. 2019.
- \_\_\_\_\_; SILVA, Carmelita. **Revisão a meio percurso do projecto de implementação da lei VBG**. Praia, 2015.
- FURTADO, Manuela. **Incompatibilidade de gênero: o aniquilamento de vidas femininas no Concelho de São Miguel – Cabo Verde**. Dissertação (Mestrado) – Instituição, Cidade da Praia, 2017.
- GARFINKEL, Harold. **Studies in ethnomethodology**. Chicago: Polity Press, 1984.
- GERK, Cristine; BARBOSA, Marialva. **Jornalismo, memória e testemunho: uma análise do tempo presente**. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 1, p. 150-167, 2018.
- GIDDENS, Anthony (org.). **O debate global sobre a Terceira Via**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.



- GOMES, Irineu. **Psicopatologia da miséria**. Mindelo: Gráfica São Vicente, 2011.
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Tradução de Luís Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GUESSER, Adalto H. **A etnometodologia e a análise da conversação e da fala**. Santa Catarina: [s.l.], 2003.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 1994.
- HAWKING, Stephen. **Uma breve história do tempo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- HAYANO, David M. Auto-Ethnography: Paradigms, Problems, and Prospects. **Human Organization**, v. 38, n. 1, p. 99-104, 1979.
- HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto/Museu de Arte do Rio, 2014.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (INE). **Anuário estatístico de Cabo Verde**. Cabo Verde: INE, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDRS II 2005)**. Cabo Verde: INE, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Perfil da pobreza: um olhar sobre as crianças**. Cabo Verde: INE, 2018.
- JONES, Stacy Holman. Autoethnography: Making the Personal Political. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (orgs.). **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage, 2005.
- JOUTARD, Philippe. **Histoire et mémoires: conflits et aliança**. Paris: Éditions la Découverte, 2015.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. São Paulo: Edusc, 2001.
- LIMA, Aristides. **Reforma política em Cabo Verde: do paternalismo à modernização do Estado**. Praia: Edição do Autor, 1992.
- LOPES, José Vicente. **Cabo Verde: os bastidores da independência**. Praia: Instituto Camões, 1996.
- LOPES, Manuel. **Chuva brava**. São Paulo: Ática, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Os flagelados do vento leste**. 10. ed. São Paulo: Círculo de Livros, 1986.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1992.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 10, n. 29, 1995.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

MARTIN-BARBERO, Jesus. Anos 1990: pensar a sociedade desde a comunicação. In: \_\_\_\_\_. **Ofício do cartógrafo**. São Paulo: Loyola, 2004. p. 222.

MATHEUS, Letícia. Memória e identidade segundo Candau. **Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 302-306, dez. 2011.

MAURÍCIO, António Joaquim. Vila da Ribeira Grande de Santo Antão (1732 - 1975): Percurso Histórico e Dinâmica Administrativa. Ribeira Grande, WoodMatter Unipessoal, 2019.

MCLUHAN, Marshall. **McLuhan por McLuhan**: entrevistas e conferências. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

MCQAUIL, Dennis. **Teorias da comunicação de massa**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MEDINA, João. Navegando nas ondas 40 desde Monte Trigo. **A Nação**, p. 37, 5 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Imprensa Privada e Estado numa Sociedade "Orientalizada": uma visão crítica sobre Cabo Verde no início do século XXI. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Niterói: UFF, 2007.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE. Nota de esclarecimento. **A Nação**, 29 jul. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Plano Nacional de Nutrição**. Cabo Verde: Ministério da Saúde, 1991.

MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS. Nota oficiosa. **Diário de Notícias**, Lisboa, 23 fev. 1949.

MONTEIRO, Cândido. **Cândido Monteiro**: entrevista [ago. 2019]. Entrevista concedida a João Medina. Porto Novo, 2019.

MORAES, Dênis. (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MORAIS, Marculina. **Marculina Moraes**: entrevista [ago. 2019]. Entrevista concedida a João Medina. Porto Novo, 2019.

MOTA, Maria. **Maria Mota**: entrevista [ago. 2019]. Entrevista concedida a João Medina. Porto Novo, 2019.

NASCIMENTO, Luana Regina Ferreira do. **Aplicação da Lei Maria da Penha: um estudo sobre estereótipos de gênero no Judiciário**. 83f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

NONATO, Cláudia; BULLA, Olivia; FIGARO, Roseli. O silêncio como prescrição para o trabalho do jornalista. **Alceu**, v. 17, n. 33, p. 5-18, jul./dez. 2016.

O HOMEM QUE viu o infinito. Direção de Matthew Brown. Animus Films e Diamond Films, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **The state of food security and nutrition in the world**. Roma: ONU, 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

OS DEZ ANOS DA Saúde em Cabo Verde renovaram a confiança depositada no ano 2000. **Voz di Povo**, 18 nov. 1985, p. 1-2.

PENSONEAU-CONWAY, Sandra; ADAMS, Tony E.; BOLEN, Derek M. **Doing Autoethnography**. Rotterdam: Sense, 2017.

PEREIRA, Aristides. **O meu testemunho: uma luta, um partido, dois países**. Lisboa: Notícias Editorial, 2003.

PEREIRA, Eduardo Adilson C. **Política e cultura: as Revoltas dos Engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910)**. 2. ed. Praia: Imprensa Nacional, 2015

PIERCE, Charles S. **The Essential Peirce**. Ed. Peirce Edition Project. Bloomington: Indiana UP, 1998. v. 2.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-13, 1989.

RAMOS, Cesar Augusto. O modelo liberal e republicano de liberdade: uma escolha disjuntiva? **Trans/Form/Ação**, v. 34, n. 1, p. 43-66, 2011.

REITMAIER, Pitt; DELGADO, António P. **Tempo de John**. Porto Novo: Informação Turística Lucete Fortes, 2019.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROBERTS, Andrew. Who is the greatest leader in world history. **History Extra**, 2020. Disponível em: <<https://www.historyextra.com/magazine/who-greatest-leader-world-history/>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

ROCHA, Ernesto. **Ernesto Rocha: entrevista** [22 jan. 2020]. Entrevista concedida a João Medina. São Vicente, 22 jan. 2020.

ROCHA, Fretson. Deputados por Santo Antão pedem atenção à situação complicada da seca. Governo diz que não é preciso drama. **Expresso das Ilhas**, 2018. Disponível em: <<https://expressodasilhas.cv/politica/2018/11/15/deputados-por-santo-antao-pedem-atencao-a-situacao-complicada-da-seca-governo-diz-que-nao-e-preciso-drama/60954>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

ROMANO, Luís. **Os famintos**. Natal: Leitura, 1962.

OLIVEIRA, Alexandre. Entrevista: Alexandre Oliveira [mar. 2020]. Entrevista concedida a João Medina. Ribeira Grande, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. São Paulo: Edições Graal, 2003.

SANTOS, Cláudio. **Cláudio Santos**: entrevista [ago. 2019]. Entrevista concedida a João Medina. Porto Novo, 2019.

SANTOS, Sílvio Matheus. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SAPO. Filomena Silva, a Dama de Ferro de Cabo Verde. SAPO.CV, 2010. Disponível em <https://lifestyle.sapo.cv/vida-e-carreira/dinheiro-e-carreira/artigos/filomena-silva-a-dama-de-ferro-de-cabo-verde>. Acesso, 19 fevereiro 2020.

SCHILLER, Dan. **Objectivity and the News**. The public and the rise of commercial journalism. Filadélfia: University of Pennsylvania, 1981.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news**: a social history of American newspapers. Nova York: Basic Books, 1978.

SILVA, Baltasar Lopes da. **Chiquinho**. Mindelo: Claridade, 1947.

SILVA, Carmelita. **Trajetórias de mulheres vítimas de violência em Cabo Verde**: uma análise da percepção das mulheres que vivenciam o drama. Praia, 2009.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SOUSA, Julião Soares. **Amílcar Cabral**: vida e morte de um revolucionário africano. Cidade da Praia, 2013.

SUPLEMENTO VALE DA GARÇA. **Voz di Povo**, 20 nov. 1985.

TAVARES, Eugénio. Mátria. In: MONTEIRO, Félix. **Eugénio Tavares**: poesia, contos, teatro. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1996.

\_\_\_\_\_. **Eugénio Tavares**: pelos jornais... Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1997.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós Ibérica, 2000.

\_\_\_\_\_. **Les abus de la mémoire**. Paris: Arléa, 1995.

TOLENTINO, Abílio. **Abílio Tolentino**: entrevista [22 fev. 2020]. Entrevista concedida a João Medina. Mindelo, 22 fev. 2020.

VARELA, Odair. Cabo Verde: um desafio teórico-paradigmático ou um caso Singular?. Revista de Estudos Cabo-Verdianos nº 2. Cidade da Praia: Universidade de Cabo Verde, (2006).

VAZ, P.; SANTOS, A.; ANDRADE, P. H. Testemunho e subjetividade contemporânea: narrativas de vítimas de estupro e a construção social da inocência. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 8, p. 1-33, 2014.

VIEIRA, Arménio. **O eleito do sol**. Disponível em: <<http://soca.cv/armenio-vieira/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

VIEIRA, Santa Rita. **História da medicina em Cabo Verde**. Cabo Verde: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1989.

VOZ DI POVO, 2 jan. 1985, p. 4-6.

VOZ DI POVO, 5 jun. 1985.

VOZ DI POVO, 15 jun. 1985, p. 2.

VOZ DI POVO, 22 jun. 1985.

VOZ DI POVO, 4 jul. 1985, p. 6-7.

VOZ DI POVO, 6 set. 1985, p. 6.

VOZ DI POVO, 16 out. 1985, p. 6-7.

VOZ DI POVO, ano X, n. 453, 1985.

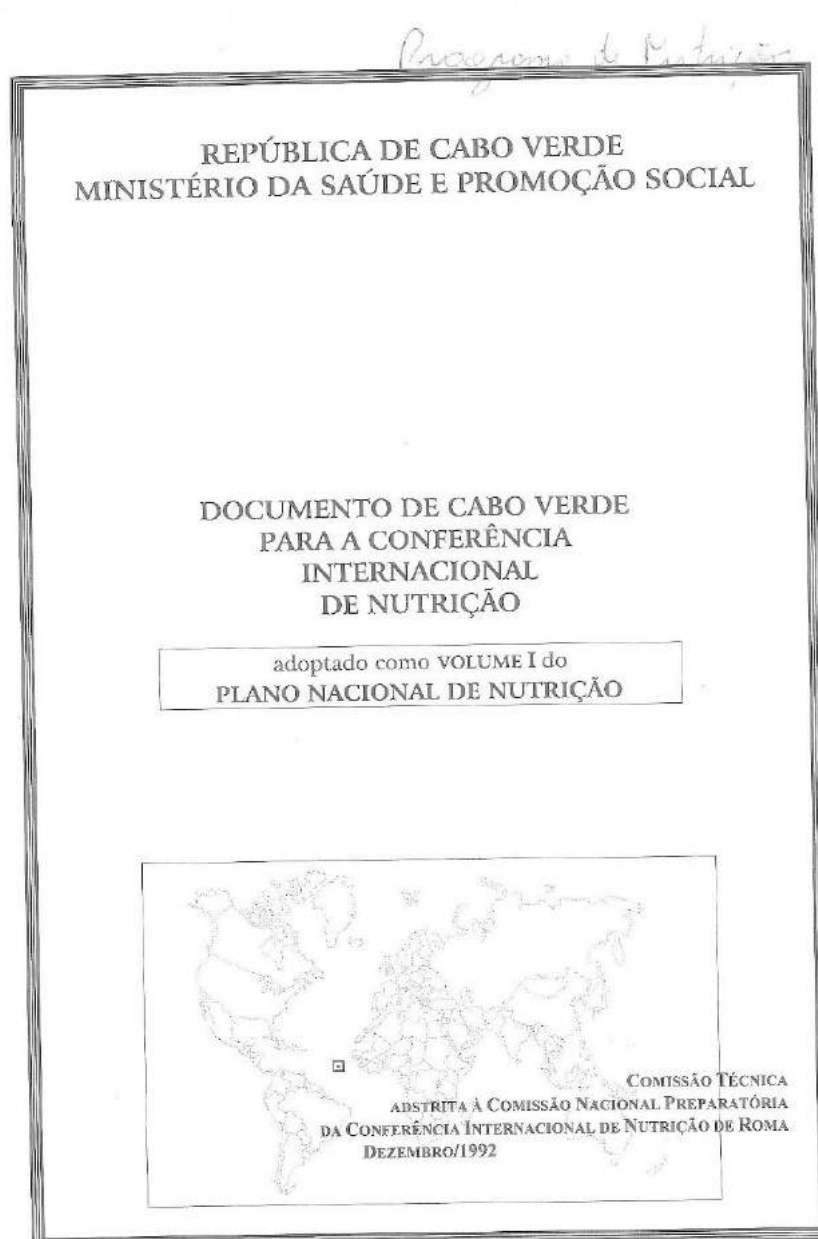
WATZLAWICK, Paul; BAVELAS, Janet B.; JACKSON, Don D. **Pragmatics of human communication**. Nova York: Norton, 1967.

WEISS, Robert. **Learning from strangers**: the art of method of qualitative interview. Nova York: Free Press, 1994.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público**: uma crítica da televisão. Tradução de Maria Helena Bettécourt Antunes e Houart Bénédicte. Portugal: Edições ASA, 1994.

## Anexos

## 1. Plano Nacional de Nutrição – Cabo Verde – Dezembro 1992



## NOTA DOS AUTORES

Ao aceitar realizar uma proposta técnica do Plano Nacional de Nutrição a equipa entendeu propor um esquema-modelo do PNN, que serviu para delimitar o nosso campo de actuação e como quadro de análise do trabalho a ser realizado. No entanto, no decorrer das actividades alguns aspectos de fundo e de pormenor obrigaram-nos a algum desvio de rota para contornar obstáculos e omissões e para os quais gostaríamos de chamar a atenção dos decisores.

A não existência de uma política de nutrição claramente definida e assumida, não obstante os propósitos expressos sobre este assunto pelos diferentes sectores responsáveis é uma questão fundamental cuja consequência directa é o PNN ter, por vezes, pretensão em definir políticas no domínio de nutrição quando deveria ser emanção destas.

A ausência de mecanismos de coordenação de um tão grande número de actividades, *a priori* conexas, constituiu outro obstáculo de difícil contorno, embora a coordenação seja a essência de planos de grande abrangência como é o PNN.

Questões de pormenor como dificuldades no acesso às fontes de informação primária ou secundária também terão estado presente mas, todos juntos, não impediram a apresentação do presente documento como resultado final do trabalho encetado, a ser submetido à aprovação do Governo.

Para facilidade de manuseamento e para marcar momentos diferentes optamos por apresentar o PNN dividido em três volumes:

- Volume I** que resulta da re-edição, com a devida vênica dos autores, do "Documento de Cabo Verde para a Conferência Internacional de Nutrição" - diagnóstico da situação alimentar e nutricional no país, por o considerarmos o precursor do nosso trabalho e importante referência na execução do Plano;
- Volume II** com a essência do trabalho da equipa, onde são apresentados, na parte introdutórias as poucas actualizações ao diagnóstico do volume I, os fundamentos do PNN e a descrição dos objectivos e das estratégias, metas e actividades para os alcançar;
- Volume III** que pretendemos ser um documento de trabalho para as fases seguintes da execução do PNN, contendo dois cortes transversais com, um a síntese das actividades por sectores intervenientes, onde facilmente cada um poderá saber a sua quota-parte de responsabilidade no PNN e, outro, por grandes áreas que poderão constituir programas-quadro de intervenção.

Esforçamos por cumprir o que nos foi solicitado e estamos convictos de o ter feito, não obstante prováveis falhas ou omissões que possamos ter protagonizado, para o que contamos com benevolência dos leitores e utilizadores deste documento.

*A Equipa*

i

**ÍNDICE - (Volume I)**

INTRODUÇÃO .....	2
<b>I - NATUREZA E DIMENSÃO DOS PROBLEMAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>I. A - CARENCIA ENERGETICA CRONICA DO     REGIME ALIMENTAR .....</b>	<b>3</b>
<b>I. B - Mal-nutrição CALORICO-PROTEICA .....</b>	<b>3</b>
Crianças dos 0 aos 6 anos .....	4
Crianças dos 7 aos 15 anos .....	5
Análise da tendência na prevalência de mal-nutrição em Cabo Verde .....	6
Análise por região geográfica .....	7
<b>I. C - BAIXO PESO A NASCENÇA .....</b>	<b>8</b>
<b>I. D - CARENCIAS EM MICRO-NUTRIENTES .....</b>	<b>8</b>
Anemia .....	8
Avitaminose A .....	9
Bócio .....	9
Outros micronutrientes .....	10
<b>I. E - DOENÇAS CRONICAS LIGADAS A ALIMENTAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>II. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS FACTORES QUE AFECTAM O ESTADO NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>II. 1 - AMBIENTE MACRO-ECONOMICO .....</b>	<b>11</b>
<b>II. 2 - SEGURANÇA ALIMENTAR .....</b>	<b>11</b>
II. 2. A - Necessidades Alimentares .....	12
II. 2. B - Disponibilidades Alimentares .....	12
Sistemas e Políticas de distribuição e comercialização .....	13
Importações .....	14
Stocks .....	14
Ajuda alimentar .....	14
II. 2. C - ACESSO AOS ALIMENTOS A NIVEL DAS FAMILIAS .....	15
II. 2. D - QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR .....	15
Transformação de alimentos .....	15
Qualidade alimentar .....	16
<b>II. 3 - CONDIÇÕES DE VIDA, ESTADO DE SAUDE, SERVIÇOS SANITARIOS E SOCIAIS .....</b>	<b>16</b>
II. 3. A - CONDIÇÕES AMBIENTAIS .....	16
Disponibilidade em água .....	16



	ii
Saneamento do meio . . . . .	16
Práticas agrícolas, erosão, utilização de pesticidas . . . . .	17
II . 3 . B - CRESCIMENTO DEMOGRAFICO E TENDENCIAS DE REPARTIÇÃO RURAL E URBANO, MIGRAÇÕES . . . . .	17
II . 3 . C- CATASTROFES NATURAIS OU LIGADAS A ACÇÃO DO HOMEM . . . . .	18
II . 3 . D - CAPACIDADE DE AUTO-SUSTENTO FAMILIAR . . . . .	19
II . 3 . E - ESTADO DE SAUDE E SERVIÇOS DE SAUDE . . . . .	20
Disponibilidade e acesso aos serviços de saúde. . . . .	20
Cobertura e estado de Saúde . . . . .	21
Morbilidade. . . . .	21
II . 4 - MODOS DE VIDA E COMPORTAMENTO . . . . .	22
II . 4 . A. Comportamentos afectando o estado nutricional . . . . .	22
Hábitos alimentares, tipologia das refeições. . . . .	22
Preparação de alimentos . . . . .	24
Alimentação Infantil . . . . .	24
III. AVALIAÇÃO DAS POLITICAS, PROGRAMAS E ACÇÕES ORIENTADAS PARA A PREVENÇÃO DE PROBLEMAS NUTRICIONAIS. . . . .	26
III . 1 - ANÁLISE DO IMPACTO DOS PROGRAMAS, PROJECTOS OU POLITICAS ORIENTADOS PARA A PREVENÇÃO DE PROBLEMAS NUTRICIONAIS . . . . .	26
Actividades de Educação nutricional . . . . .	27
III . 2 - EFEITO DAS POLITICAS SECTORIAIS . . . . .	27
IV - RECOMENDAÇÕES PARA ACÇÕES FUTURAS . . . . .	28

**SIGLAS**

- 1.- **CV**: Cruz Vermelha de Cabo Verde
- 2.- **DGER**: Direcção-Geral da Extensão Rural
- 3.- **DGP**: Direcção-Geral do Plano
- 4.- **DP**: Desvio Padrão
- 5.- **EMPA**: Empresa Pública de Abastecimento
- 6.- **FDN**: Fundo de Desenvolvimento Nacional
- 7.- **GEP**: Gabinete de Estudos e Planeamento
- 8.- **ICASE**: Instituto Caboverdiano de Acção Escolar
- 9.- **ICMI**: Instituto Caboverdiano de Menores
- 10.- **ICS**: Instituto Caboverdiano de Solidariedade
- 11.- **INIA**: Instituto Nacional de Investigação Agrária
- 12.- **MDRP**: Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas
- 13.- **MICAF**: farinha composta por Milho, Trigo e Feijão
- 14.- **MSPS**: Ministério da Saúde e Promoção Social
- 15.- **NCHS**: National Center of Health Statistics (USA)
- 16.- **OMCV**: Organização de Mulheres de Cabo Verde
- 17.- **PAC**: Programa de Assistência às Cantinas
- 18.- **PAV**: Programa Alargado de Vacinação
- 19.- **PMI/PF**: Protecção Materno-Infantil/Planeamento Familiar
- 20.- **PND**: Plano Nacional de Desenvolvimento

-1-

## REPÚBLICA DE CABO VERDE

- PERFIL DO PAÍS -1991-
Independência: 5 de Julho de 1975
Superfície: 4.033 Km <sup>2</sup>
População: 344.353 habitantes
Língua oficial: português Língua veicular: crioulo
Mortalidade Infantil: 44,3 ‰
Esperança de Vida: Homens - 62,4 Mulheres - 64,7

A República de Cabo Verde, independente desde 1975, é um arquipélago com dez ilhas e cinco ilhéus, de origem vulcânica e distribuídos por uma superfície total de 4.033 Km<sup>2</sup>, situado no hemisfério norte do Oceano Atlântico, a cerca de 500 Km a oeste da costa senegalesa.

O Arquipélago está dividido em duas grandes regiões: o grupo Barlavento ao Norte, inclui as ilhas de St<sup>o</sup>.Antão, S. Vicente, St<sup>o</sup> Luzia (não habitada), S. Nicolau, Boavista e Sal; o grupo Sotavento, ao Sul, compreende as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava.

Do ponto de vista administrativo o país está dividido em 15 Concelhos e em 31 Freguesias.

As ilhas são relativamente distantes umas das outras. Entre os portos da Praia (Santiago) e do Mindelo (S. Vicente), por exemplo, há uma distância de 160 milhas náuticas. Entre Santiago e Fogo, entretanto, a distância é de 61 milhas.

O clima cabo-verdiano é do tipo saheliano, seco de Dezembro a Junho, e relativamente húmido de Julho a Novembro. As chuvas são muito raras e concentram-se nos meses de Agosto e Setembro. O país está submetido a uma seca cíclica, cuja persistência tem incidências negativas na disponibilidade de água e, em geral, em toda a produção agrícola e criação de gado.

## INTRODUÇÃO

A nutrição, em Cabo Verde, reveste-se de particular importância, atendendo, designadamente, à vulnerabilidade do país e à sua extrema dependência face ao exterior nesta matéria. Trata-se, neste momento, de encarar de face o problema nutricional, prevenir cada uma das suas manifestações e assegurar que não se repita o trágico cortejo de debilidade, doença e luto que sulcou o país em anos pretéritos.

Não se registando embora as grandes fomes que vitimaram o país nos anos 40 e, apesar de, na generalidade, as condições sócio-económicas terem melhorado na sua história recente, o quadro oferecido por anos seguidos de seca, que tanto marcaram os hábitos e a cultura da nação cabo-verdiana, está presente como uma constante no equacionamento e na projecção do desenvolvimento, bem como nas formas do homem das ilhas estar e encarar a vida e o seu quotidiano. É que, objectivamente, há razões para, se não apreensão, pelo menos se considerar esta temática como assunto de primeira grandeza.

As condições climáticas, associadas à configuração morfológica do país, determinam a sua capacidade produtiva. Situado no Sahel, Cabo Verde caracteriza-se, neste particular e em breves traços, por possuir um regime pluviométrico escasso, irregular e aleatório que, assumindo a forma de enxurradas, constitui um dos principais agentes erosivos. A pluviosidade anual, na maior parte do país, oscila entre os 150mm e os 250 mm, com evidentes efeitos não só na produção agrícola, mas também nas condições de vida e sanitárias da generalidade das populações. A descontinuidade geográfica, adveniente da sua insularidade, e um relevo acidentado que atinge elevados declives são, ainda, características marcantes do arquipélago.

Pese embora os progressos registados no período pós-independência, a economia do país continua condicionada aos precários recursos naturais, em particular dos recursos hídricos e agrícolas, agravados pela inadaptação do sistema de produção às condições ecológicas. Além desta situação, é necessário considerar, para a análise do contexto sócio-económico do país, um conjunto de problemas entre os quais os aspectos demográficos adquirem significação particular:

Em primeiro lugar, o crescimento da população é elevado e determina uma estrutura demográfica jovem. Os centros urbanos, devido aos constrangimentos sócio-económicos que afectam as famílias no meio rural, tornaram-se fortes polos de atracção, sem poderem satisfazer, sequer, as necessidades de base do seu crescimento endógeno. É grande a pressão sobre os bens e os serviços colectivos de base (nutrição, saúde, educação, habitação e água potável, entre outros) e a emigração, actualmente em baixa por razão das limitações impostas pelos países de acolhimento, não consegue descongestioná-la.

O conjunto destes fenómenos ameaça importantes progressos obtidos após a independência. Os problemas ligados à mal-nutrição, podendo ser evitados, merecem de governantes e população em geral a maior atenção.

## I - NATUREZA E DIMENSÃO DOS PROBLEMAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

### I. A- CARÊNCIA ENERGÉTICA CRÓNICA DO REGIME ALIMENTAR

Em Cabo Verde são poucos os estudos sobre o regime alimentar. Na análise da adequação em energia e nutrientes do regime alimentar no país utilizou-se, como referências mais recentes, os trabalhos de Rocha (1987) e Janz, citado por KIT (1983). (Quadro I - anexo 1). Da análise da tabela e com base no estudo de Rocha (1987), pode-se fazer as seguintes observações:

- . Das necessidades em nutrientes essenciais estudadas, apenas foram satisfeitas as de proteínas e tiamina.
- . Do valor energético total, 85,7% eram de origem vegetal e 14,3% de origem animal.
- . Os cereais fornecem 58,8% da energia da dieta, as leguminosas secas 11,6% e o açúcar 8,9%; no conjunto 79,3%, cifra ligeiramente acima do que foi encontrado em 1977.
- . A origem da energia por nutrientes resume-se no quadro II.

Quadro II: Distribuição calórica da dieta

	Proteína	Lipídio	H.Carbono	TOTAL
Origem animal	29	109	5	143
Origem vegetal	88	96	674	857
TOTAL	117	205	679	

Fonte: Rocha (1987)

Essa distribuição é, à luz dos conhecimentos actuais, muito próxima da preconizada. Pode-se concluir, que o regime alimentar em Cabo Verde é hipocalórico, apresentando deficiências em alguns nutrientes.

### I. B - MAL-NUTRIÇÃO CALÓRICO-PROTEICA

Para o diagnóstico da situação nutricional, foram feitos vários estudos no país, incluindo diferentes segmentos da população e executados em várias ilhas, fornecendo dados para uma apreciação do estado nutricional da população em geral e, em especial, dos grupos vulneráveis.

#### **Crianças dos 0 aos 6 anos**

Stabile Wolcan (1979) realizou em 1977 um estudo da situação nutricional em todas as ilhas de Cabo Verde. Considerou com mal-nutrição moderada toda a criança com o peso em relação à idade entre a 60% e 79 % do padrão de Jellife e Nelson. Ficaram assim incluídos todos os casos de mal-nutrição aguda (aqueles que têm mal-nutrição moderada, mas com a relação altura/idade normal) e os de mal-nutrição crónica (aqueles com mal-nutrição

-4-

moderada e com a relação altura/idade abaixo do normal). Classificou com mal-nutrição grave as crianças com o peso em relação à idade abaixo de 60 %.

O estudo apontou uma taxa de 24% de mal-nutrição moderada e uma de 2% para a mal-nutrição grave.

Wenberg (1988) analisou, em 1983, 17.050 crianças de idade entre os 0 e os 6 anos que chegaram aos serviços do PMI/PF. Utilizou os métodos recomendados pela OMS, classificando cada indivíduo de acordo com os valores dos indicadores nutricionais peso/idade, peso/altura e altura/idade em comparação com o valor mediano da população de referência do NCHS menos 2 desvios padrão (dp).

Um terceiro estudo, o Mapa de Saúde infantil de 1985/86 (MSPS, 1986), analisou 14670 crianças de 0 aos 4 anos que chegaram ao PMI/PF. O inquérito, que ficou reduzido a 5 das 9 ilhas, também utilizou os indicadores peso/idade, peso/altura e altura/idade e a referência do NCHS.

A classificação empregue foi a de Waterlow, com uma classe adicional que se justifica por razões operacionais, chamado grupo de intervenção, cujos limites são definidos pela relação peso/altura (entre -1 e -2 dp) e altura/idade (abaixo de -2 dp) mais os que têm mal-nutrição aguda, ou seja todos aqueles que na relação peso/altura estão abaixo dos -2 dp.

O estudo revelou uma percentagem de 3,3% das crianças com mal-nutrição aguda e 14 % foram considerados "grupo de intervenção".

Tanto no estudo de Wenberg, como no Mapa de Saúde Infantil de 1985/86, observou-se um desenvolvimento do peso nos primeiros 6 meses de vida superior ao que se conhece na população padrão norte-americana.

A idade entre os 6 meses e o fim do segundo ano de vida é caracterizada por uma queda brusca em relação à população padrão. Esta queda é devida muito mais ao atraso relativo do desenvolvimento da estatura, do que ao emagrecimento. Nas zonas rurais esta queda ainda se prolonga no segundo ano de vida e é apenas parcialmente compensada no terceiro ano.

As taxas de mal-nutrição foram significativamente mais altas no sexo masculino a partir do segundo ano de idade para o indicador peso/idade no estudo de Wenberg.

O Mapa de Saúde Infantil encontrou, no que concerne o indicador altura/idade que o atraso relativo do crescimento da estatura é menos marcado nas meninas. Wenberg verificou este fenómeno nas crianças a partir do quarto ano de vida. Em geral as crianças não apresentam o tipo de crescimento que faça suspeitar de falta aguda de alimentos, uma vez que não são tão magras, mas sim baixas em relação à idade.

As zonas mais afectadas são, na sua maioria, zonas de sequeiro muito atingidas pelas secas, onde também se tem de percorrer grandes distâncias para participar nas frentes de trabalho e colher água.

As crianças, consequentemente ficam muito tempo abandonadas e, por falta de água e a despeito da educação sanitária, as condições higiénicas são muito deficientes.

Identificaram-se índices maiores de crescimento nas crianças provenientes de comunidades tradicionalmente piscatórias e em relação às originárias de meios onde a pesca é uma actividade menos regular.

-5-

Em 1990 foi repetido o mapa de Saúde Infantil, cujos resultados são, ainda, provisórios (Quadro III, em anexo 2).

#### **Crianças dos 7 aos 15 anos**

Em relação ao grupo de crianças em idade escolar Ooms (1985) realizou em 1983/84 um estudo de avaliação do estado nutricional dos alunos do ensino básico (primeiros seis anos de escolaridade). O estudo cobriu todo o país, com uma amostra de 10% dos alunos.

Ooms classificou as crianças em quatro grupos: **mal-nutrição antiga** (baixas), **actual** (magras), **crónica** (baixas e magras) e **normal**.

Os resultados apontam que:

- No total da amostra foi encontrada uma percentagem quase igual de alunos masculinos e femininos com estado nutricional normal (respectivamente 78,3% e 79,6%).
- Entre os alunos masculinos, a prevalência de mal-nutrição antiga (14,5%) é mais elevada que entre os femininos (9,8%).
- As de mal-nutrição actual e crónica, porém, são mais elevadas entre os alunos femininos (respectivamente 8,8% e 1,8%) do que nos masculinos (respectivamente 6,7% e 0,4%).
- As diferenças por sexo são mais pronunciadas nos alunos mais velhos. Além das diferenças por sexo, diferenças significativas foram detectadas entre grupos etários.

Os padrões encontrados mostram que, provavelmente, tanto para os rapazes como para as meninas as formas de mal-nutrição estão ligadas à fase da puberdade. Ooms formulou as seguintes hipóteses:

1) Antes e durante o início da puberdade o crescimento é atrasado, resultando num aumento da prevalência de mal-nutrição "antiga". Isto é, os alunos ficam baixos demais para as respectivas idades. Esta fase ocorre nas meninas até à idade de 10-13 anos e nos rapazes até à idade de 14-15 anos.

Nestes grupos etários encontram-se as mais altas prevalências de mal-nutrição antiga, que na verdade, correspondem mais a um atraso no início da puberdade.

2) A partir das mencionadas idades, o corpo vai fazer um "sprint" no crescimento, resultando numa diminuição de mal-nutrição "antiga", mas também num aumento da "mal-nutrição actual". Nesta fase há um aumento da altura, que o desenvolvimento do peso não pode acompanhar, resultando num peso inferior à altura, o que é definido como "mal-nutrição actual". Desta maneira pode também ser explicada a alta prevalência de mal-nutrição crónica entre as meninas de 12 e 13 anos. Elas têm uma altura baixa para idade, como também o peso baixo para a sua altura. Mesmo fazendo o "sprint" da puberdade, não obstante registar-se um aumento da altura, elas não atingem uma altura normal para a idade. Estas hipóteses não foram, em todo o caso, verificadas.

#### **Análise da tendência na prevalência de mal-nutrição em Cabo Verde**

Os resultados de estudos à prevalência de mal-nutrição são, em geral, difíceis de comparar, porque amiúde os indicadores e referências utilizados variam de um estudo ao outro. Por isso é limitada a análise da tendência aos três últimos estudos antropométricos executados

-6-

no país. Estes três estudos apresentaram os resultados em função do desvio padrão da referência NCHS, de acordo com a recomendação da OMS.

Os três indicadores principais utilizados na avaliação antropométrica têm os seguintes significados:

- baixo peso em relação à estatura corresponde à mal-nutrição aguda e manifesta-se em crianças magras.

- baixa estatura em relação à idade corresponde à mal-nutrição crónica e manifesta-se em crianças baixas.

- baixo peso em relação à idade corresponde à mal-nutrição global e manifesta-se em crianças leves. Este indicador serve para definir a prevalência global da mal-nutrição e as tendências no tempo, sem distinguir entre as crianças magras e as baixas.

No quadro III (anexo 2), apresentam-se os resultados dos três últimos estudos antropométricos. As percentagens dadas por cada indicador correspondem ao número das crianças moderadamente malnutridas, aquelas que se encontram abaixo do limite de -2 dp da referência NCHS.

Comparando os estudos de 1983, 1985 e 1990 pode-se concluir que a prevalência de mal-nutrição global em Cabo Verde não tem mudado muito nos últimos anos. A prevalência das crianças baixas, contudo, parece ter aumentado, se se compara o estudo de 1983 com os de 1985 e 1990.

Para melhor ideia da tendência compara-se igualmente o grupo de crianças de 12-23 meses, por ser o grupo com as prevalências mais altas de mal-nutrição. O nível da prevalência global em 1990 não difere muito do nível encontrado em 1983. Porém, a percentagem das crianças magras baixou substancialmente enquanto que o número das crianças baixas subiu.

Uma explicação para estas diferenças, poderá ser que, graças à distribuição de alimentos às crianças malnutridas detectadas pelos serviços de saúde materno-infantil, a taxa de mal-nutrição aguda tenha diminuído, enquanto que os factores determinantes da mal-nutrição crónica, relacionados com os hábitos, infecções e falta prolongada de alimentos, continuam a afectar as crianças, resultando numa proporção elevada das crianças com grave atraso de estatura.

Embora a taxa de mortalidade infantil tenha diminuído muito nos últimos anos, a mal-nutrição continua a afectar um número elevado de crianças.

O estado nutricional das crianças é considerado como o melhor indicador do estado sanitário, não só da população infantil, mas de toda a população. Em Cabo Verde verifica-se que a mal-nutrição, nomeadamente a crónica, constitui um grave problema e reflecte o estado carencial da população em geral.

#### **Análise por região geográfica**

É de realçar que, segundo Stabile Wolcan (1979), as diferenças entre ilhas são extremamente significativas, estabelecendo-se quatro níveis distintos de mal-nutrição moderada:

- inferior a 20% : S. Nicolau, Sai e Brava
- de 20 a 25%: Boa Vista e Maio
- de 25 a 30%: Stº Antão e S. Vicente



-7-

- acima dos 30% : Santiago e Fogo

Quanto à mal-nutrição grave, não foi possível indicar diferenças estatisticamente significativas entre as ilhas.

Os resultados de Wenberg (1988) levaram a dividir as ilhas em três grupos de prevalência de baixo peso por idade:

- a) alta prevalência : Brava, Fogo, Maio, Santiago e St<sup>o</sup>.Antão
- b) prevalência intermédia : S.Vicente
- c) baixa prevalência : Boavista, Sal e S. Nicolau

Existem diferenças marcadas na prevalência de mal-nutrição entre os diferentes concelhos (Anexo 3). Os concelhos com as prevalências mais altas de mal-nutrição aguda são Maio (1983), Brava, São Vicente, Tarrafal e Santa Catarina (todos 1990). Especialmente preocupante é a situação na Brava, onde a mal-nutrição aguda duplicou entre 1983 e 1990.

Os concelhos com as prevalências mais altas de mal-nutrição crónica são Santa Cruz, Santa Catarina, Tarrafal, Fogo e Praia, cujas taxas duplicaram entre 1983 e 1990. Em Santa Cruz e Santa Catarina a metade das crianças de 12 a 23 meses sofrem de mal-nutrição crónica.

Não se tendo, ainda, explicado estas diferenças, importa proceder a uma análise mais aprofundada dos seus factores determinantes, com vista a adoptar estratégias adequadas às características de cada região.

#### I. C - BAIXO PESO A NASCENÇA

Este indicador é de difícil avaliação em Cabo Verde, por razões que se prendem muito com o facto de se apresentar, a nível nacional, uma percentagem relativamente baixa de partos assistidos em estruturas sanitárias, valor estimado entre 40-50% em 1988 (DGP, 1990).

Das poucas informações disponíveis sobre o baixo peso à nascença (< 2500 g) sabe-se que, em 1990, na maternidade do Hospital Central da capital do país, onde ocorreram cerca de 80% dos partos esperados nesse ano naquele concelho, se constatou uma percentagem de baixo peso à nascença de 11% (Morais, 1990).

#### I. D - CARENCIAS EM MICRO-NUTRIENTES

##### **Anemia**

Stabile Wolcan (1979) mediu a taxa de hemoglobina em crianças pequenas, em grávidas e aleitantes e em crianças em idade escolar. Utilizou como taxas mínimas, abaixo das quais se considera que há anemia, as seguintes:

Grupo Fisiológico	Taxa de hemoglobina
6 meses - 6 anos	11g Hb/100 ml sangue
7 anos - 14 anos	12g Hb/100 ml sangue
Mulhers	12g Hb/100 ml sangue
Grávidas	11g Hb/100 ml sangue

-8-

Taxas inferiores a 8g Hb/100 ml sangue indicam anemia grave.  
Os resultados encontrados resumem-se no quadro IV (ANEXO 4)

Rocha (1987) utilizou outros limites para a classificação da anemia e encontrou uma prevalência da anemia no sexo masculino de 19,9 % e, no sexo feminino, de 22,3 % (Quadro V, em ANEXO 4).

#### Avitaminose A

Os valores de risco adotados para os níveis séricos de vitamina A foram, ainda segundo Rocha(1987):

- Deficiente (alto risco) < 10 µg/dl
- Baixo (médio risco) 10-19 µg/dl
- Aceitável (baixo risco) >= 20 µg/dl

Admite-se que a carência de vitamina A num grupo populacional é um grave problema de Saúde Pública, se a frequência de níveis plasmáticos de alto risco (< 10 µg/dl) for superior a 5% ou, a de baixo e médio risco, superior a 15%.

Na sua amostra, Rocha detectou para as crianças de 7 a 12 anos uma frequência de 6,7%, e de 7,3% para os de 13 aos 19 anos. Nos adultos, a percentagem foi de 0,5%, como se observa no seguinte quadro.

Quadro VI: Proporção da população com taxas deficientes de Vitamina A - sérica

Grupo etário	Nº de observações	Taxa de Vit A sérica < 10 µg/dl	%
7 - 12anos	254	17	6,7
13 - 19anos	247	18	7,3
20 - 59anos	331	2	0,6
>= 60anos	77	0	0,0

Fonte: Rocha (1987)

Atendendo à subida das taxas de prevalência, é natural que na população de pré-escolares ultrapasse os 5%.

Os resultados do exame clínico de Rocha (1987) reforçam os resultados do laboratório, encontrando-se uma prevalência de manchas de Bitot de mais de 0,5 % (Quadros VII e VIII, em Anexo 5). Paradoxalmente, a clínica quotidiana não aponta para um significativo problema de Avitaminose A no país.

#### Bócio

Uma taxa de bócio acima de 10 % indica que existe um problema de saúde pública com relação ao iodo. Entre as mulheres de 20-39 anos e, nomeadamente entre as grávidas,

-9-

Rocha (1987) encontrou muitos casos de bócio (quadros VII e VIII). Outros casos verificaram-se na Chã das Caldeiras (ilha do Fogo), uma bacia a 1600 metros de altitude com apenas 300 habitantes, que corresponderão talvez, a bócio endémico. Stabile Wolcan (1979) também encontrou uma taxa elevada de bócio nas mulheres grávidas (12 %) e aleitantes (13 %) do Fogo. Na Brava e em Stº Antão a prevalência de bócio nas mulheres grávidas foi de 7 % e, no Sal, foi de 11 % nas mulheres aleitantes

#### **Outros micronutrientes**

Para a vitamina C, Rocha (1987) considerou os seguintes critérios de classificação:

- Alto risco < 0,20 mg/dl (sérico)
- Médio risco 0,20 a 0,29 mg/dl
- Baixo risco  $\geq$  0,30 mg/dl

O estudo indicou uma taxa de 31,2% de indivíduos da amostra com níveis séricos de ácido ascórbico inferior a 0,20 mg/dl. Mas, dado que os critérios utilizados são, segundo o autor, bastante controversos, fica comprometida a segurança das estimativas para a população. Por outro lado, não se encontrou nenhum caso de escorbuto.

Quanto à vitamina B12 e ao ácido fólico, os resultados indicam um déficit provável deste último, mas não se encontrou níveis séricos de vitamina B12 abaixo do normal. É interessante notar que Stabile Wolcan descreveu casos de fluorose dentária em S. Antão.

#### **I. E - DOENÇAS CRÓNICAS LIGADAS A ALIMENTAÇÃO**

A hipertensão é das patologias mais frequentemente apresentadas pelo adulto no ambulatório.

Apesar de, na maioria das vezes, tratarem-se de casos de hipertensão de etiologia desconhecida, acredita-se que os hábitos alimentares possam ser uma das causas. Suspeita-se de uma utilização elevada do sódio na alimentação, para além de existirem hábitos generalizados de salga de carne e de peixe, para efeitos de conservação dos mesmos. A hipótese de um teor elevado de sódio nalgumas fontes de água para consumo humano, não tendo sido descartada, não foi, ainda, comprovada.

As doenças cerebrovasculares são de notificação frequente, colocando-se entre as principais causas de morte. No já mencionado estudo de Rocha (1987) refere-se que, da energia fornecida por nutrientes da dieta, 20,5% provêm dos lípidos (valor recomendado 20-25%). Destes, 10,9% são de origem animal, constituindo as gorduras sólidas, na quase totalidade banha de porco e toucinho, e 9,6 % de origem vegetal (Quadro II).

O diabetes e a obesidade são patologias ainda mal definidas no quadro nosológico do país. Segundo ainda o mesmo estudo, 67,9% da energia da dieta é fornecida pelos hidratos de carbono (valor recomendado 60-65%), correspondendo 8,9% ao açúcar.

A cárie, associada a consumos elevados de alimentos doces e, evidentemente, a uma higiene dentária deficiente, vem sendo progressivamente assinalada, sobretudo nos centros urbanos e entre a população escolar.

## **II DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS FACTORES QUE AFECTAM O ESTADO NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO**

### **II.1 - AMBIENTE MACRO-ECONOMICO**

Desde a Independência o país conheceu um indiscutível crescimento da produção nacional. Verificou-se, concretamente, que de 76 a 90 a produção nacional, a preços constantes, foi multiplicada por 2,6 e a produção por habitante duplicou. A taxa média de crescimento do PIB por habitante foi, aproximadamente, de 5,5%, sendo a sua evolução, contudo, muito variável. Na ausência de dados conclusivos relativamente aos seus índices (em fase de apuramento), pode-se referir a uma contribuição dos sectores produtivos (agricultura, pesca, indústria, construção, etc) rondando apenas os 33%.

A Balança Comercial é, entretanto, altamente deficitária, não chegando a 8% a taxa de cobertura das importações pelas exportações. Nestas esferas destaca-se que 40% das importações correspondem a bens de consumo, entre os quais mais da metade referem-se aos cereais. Quanto às exportações, verifica-se que se compõem, na sua maioria, de produtos do sector da pesca que, conjuntamente com a banana, ultrapassa os 70% do total.

A situação socio-económica de uma larga franja da população de Cabo Verde é, nestas condições, crítica.

### **II.2 - SEGURANÇA ALIMENTAR**

Para alimentar a sua população, Cabo Verde conta apenas com os produtos e bens gerados do sector primário da economia: agricultura, florestas, pecuária e pesca. Esta produção é fraca em relação às necessidades globais, em cujo âmbito a dependência do exterior é bem patente.

A fraqueza da produção deriva, por um lado, da pressão demográfica, e, por outro, dos exíguos recursos hídricos que provocam a baixa rentabilidade da exploração da terra. Como agravantes destas condições, refira-se à insularidade e às limitações de uma orografia acidentada que, dificultando as comunicações, penalizam os intercâmbios comerciais e oneram custos e preços. Esta situação assume maior significado no contexto de uma população com fraco poder de compra.

É, pois, assim que o conceito da segurança alimentar em Cabo Verde gira à volta de um magno problema nacional: a incapacidade de atingir a autosuficiência alimentar.

#### **II.2.A - Necessidades Alimentares**

A possibilidade de se atingir a autosuficiência alimentar depende, em parte, da combinação população/recursos, num determinado espaço e momento histórico.

Ao se analisar o elemento população, pode-se constatar que o ritmo de crescimento desta vem-se acelerando nos últimos anos, como se poderá apreciar mais à frente.

Quanto aos recursos, o recenseamento agrícola de 1988 aponta para uma superfície cultivável de 41.941 ha, o que representa apenas um 10% da superfície total do país. Dessa superfície, cerca de 92% tem sido cultivada, distribuída em áreas irrigadas (2.987 ha) e de sequeiro (38.854 ha). De referir, ainda, uma área reflorestada de 55.736 ha.

-11-

O consumo de produtos de base foi, em 1987, cerca de 98.000 T, das quais 78% de cereais (Milho, arroz, trigo), 11% de açúcar, 4% de gorduras (óleo e banha) e 7% em outros produtos (feijões e leite em pó). Esse consumo foi satisfeito em 90% pelas importações (importações comerciais e ajuda alimentar) e em 10% pela produção local.

Para 1990 as necessidades de consumo dos produtos básicos foram estimadas com base num índice de consumo per capita de 206Kg de cereais, 21Kg de leguminosas, 7Kg de gorduras e 6,4Kg de leite.

Se para o ano 2000 forem empregues os mesmos rácios de consumo e se tiver em conta a projectada população de 489.350 habitantes, as necessidades de consumo de cereais serão de 100806 T, para as leguminosas 10276 T, para as gorduras 3425 T e para o leite 3131 T. Estas necessidades são muito superiores à produção local pelo que a autosuficiência alimentar, mantendo-se as condições actuais, adquire carácter de objectivo inatingível.

Com efeito, as produções de milho e feijão, mesmo nos melhores anos agrícolas, não satisfazem as necessidades alimentares de uma população de 344.353 habitantes (1990). Fazendo uma média da produção nacional do milho, referente aos anos 1975 e 1986, verifica-se que tal média atinge as 3500 toneladas, ou seja 8.2% das necessidades globais da população.

## **II. 2. B - Disponibilidades Alimentares**

As principais culturas praticadas em Cabo Verde são as de milho, feijão, tubérculos, banana e cana sacarina. O milho, apesar de ser uma cultura de altos riscos (em termos de colheita), é a mais frequente no sequeiro (38.854 ha), seguido do feijão e tubérculos. No regadio (2987 ha), mais da metade da superfície é destinada à cana de açúcar, seguida dos tubérculos, vindo em terceiro lugar a banana (a única cultura de exportação) e, a seguir, as hortícolas (incluindo a batata comum) (Ver **Anexo 6**).

Segundo estudos realizados na altura da elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1986-1990), Cabo Verde só pode atingir a autosuficiência alimentar em certas fileiras de produtos como o feijão, tubérculos, legumes, carnes, ovos e produtos de pescas. No tocante a cereais a auto-suficiência está excluída, e o total da produção local de milho representa apenas um pequeno complemento do total importado.

A produção animal, embora menos vulnerável à aleatoriedade do clima, é ainda pouco desenvolvida, predominando o sistema tradicional, com baixos rendimentos para os criadores. No entanto, potencialidades existem de se alcançar a auto-suficiência neste domínio, especialmente no que concerne à pequena pecuária, nomeadamente aves, suínos e pequenos ruminantes, embora os primeiros exijam a importação de matérias primas para o fabrico de rações.

A produção pesqueira não ultrapassa os 20% do total dos recursos disponíveis na zona, estimados entre 37.200 e 45.400 toneladas, o que põe em evidência a fragilidade desse sector gerador de alimentos. No país predomina a pesca artesanal, a ela dedicando-se cerca de 85% dos pescadores. No entanto, este tipo de pesca desempenha um papel importantíssimo na alimentação das populações, uma vez que detém 65% do total da produção, e é dirigida, quase que exclusivamente, ao consumo directo. A produção da chamada pesca industrial é dirigida, na sua globalidade, à exportação.

-12-

Segundo as folhas de balanço alimentar preparadas pela FAO (Anexo 7), o aporte calórico no país vem aumentando desde 1963 e atingiu, no período 1986/1987, 2702 kcal por pessoa e por dia. Os produtos de origem vegetal representam 89 % das calorias, nomeadamente os cereais (52%) e as leguminosas (12 %). Quanto às proteínas 76 % são fornecidas por produtos de origem vegetal. As fontes mais importantes de proteínas são: os cereais, as leguminosas (16 %) e o peixe (11 %). A percentagem de calorias provenientes dos hidratos de carbono é de 68 %, das proteínas é de 10 % e dos lípidos eleva-se a 22 % das calorias.

#### **Sistemas e Políticas de distribuição e comercialização**

No país o sistema de comercialização de produtos alimentares é pouco desenvolvido. O aprovisionamento do mercado caracteriza-se por:

- Uma certa irregularidade, havendo períodos de excedentes fictícios, sobretudo de legumes e algumas frutas;
- Circuitos de distribuição complexos e longos;
- Dificil escoamento da produção;
- Rápido crescimento do comércio informal.

Entretanto, tem-se dado alguns passos no sentido de melhorar o sistema de comercialização, destacando-se:

- A montagem de um sistema de recolha de informação de custos de produção dos produtos agrícolas;
- A implementação de um sistema de seguimento dos preços de produtos agrícolas alimentares;
- O lançamento, em determinadas épocas do ano, de campanhas de preço de garantia para certos produtos, e a recolha de excedentes afim de regularizar o abastecimento dos mercados das ilhas não produtoras;
- A promoção da criação de cooperativas de comercialização junto dos agricultores;
- A construção de armazéns para conservação de produtos.

Faz parte, ainda, da política do Governo, o desenvolvimento de melhores circuitos de comercialização, a criação de uma via através da qual se possa informar das condições de comercialização, preços e perspectivas, a formação na área de comercialização, a criação de infraestruturas de transporte e armazenagem.

#### **Importações - Ajuda Alimentar - Stocks**

A aleatoriedade da produção agrícola local ditou ao Governo a criação de empresas viradas para a importação de produtos básicos. Entre estas pode-se citar a Empresa Pública de Abastecimento (EMPA), principal responsável pela importação e comercialização no país de todos os géneros alimentícios de primeira necessidade: cereais, leguminosas, batata, óleos vegetais e leite. As importações destes produtos pela EMPA aumentaram em 27 %, no período 82-89, passando de 50.288 T em 1982, para 63.973 T em 1989.

Paralelamente à EMPA, funcionam o comércio privado e as cooperativas de consumo. Estas últimas são consideradas um instrumento privilegiado de combate à especulação de preços

e açambarcamento dos produtos alimentares e, também, um instrumento de segurança alimentar e controlo do abastecimento.

#### **Ajuda alimentar**

A ajuda alimentar em Cabo Verde tem, no seu todo, um impacto altamente significativo nos domínios social, económico e nutricional. A venda dos produtos provenientes da ajuda alimentar gera receitas que são veiculadas através do Fundo de Desenvolvimento Nacional (FDN). Trata-se da instituição responsável pela gestão da ajuda e pelo financiamento de projectos que visam a criação de infraestruturas agrárias, controlo da erosão e conservação de solos, reflorestação, construção de estradas, abastecimento de água e criação de empregos. Com as receitas provenientes da ajuda alimentar, foram financiados cerca de 22.000 postos de trabalho nas Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra, abertas no âmbito dos trabalhos atrás referidos.

A nível macro-económico a ajuda alimentar facilita, ainda, a estabilização de preços, permitindo, paralelamente, uma economia importante de divisas. De realçar que, em Cabo Verde, a ajuda alimentar não provocou o desincentivo à produção local, uma vez que os produtos da ajuda alimentar não são substitutos directos dos alimentos localmente produzidos. Para os efeitos positivos da ajuda alimentar no país, tem contribuído o facto do Governo se ter empenhado em integrá-la no contexto social, económico e político, utilizando as estruturas existentes para moldar a assistência externa às condições reais do país e perspectivando e integrando a ajuda no lato processo de desenvolvimento.

#### **II.2.C - ACESSO AOS ALIMENTOS A NÍVEL DAS FAMÍLIAS**

O crescimento demográfico, a evolução dos rendimentos e o aumento da produção aparecem como condicionantes económicas do consumo a nível das famílias. Destaca-se o rendimento familiar, entre os constrangimentos a um maior consumo, posto que o acesso aos alimentos está condicionado ao número de pessoas que trabalham por agregado. A estabilidade do emprego, o sexo do chefe de família e o número de membros do agregado são alguns dos aspectos que influenciam os índices de rendimento familiar e, por consequência, os níveis de consumo.

A produção de sequeiro destina-se quase que exclusivamente ao auto-consumo. Considerando que o milho é o cereal mais importante e, juntamente com o feijão, o mais cultivado no país, atendendo, igualmente, à fraca resistência que ambos oferecem à seca, são evidentes as razões da insuficiência que, em geral, se verifica nas colheitas, e os baixos níveis de satisfação das necessidades alimentares básicas no seio das famílias que se dedicam a esse tipo de agricultura.

Idêntica situação atravessam as famílias vivendo da pesca, dada a aleatoriedade dos seus rendimentos. Daí a situação, relativamente frequente, de famílias que se dedicam, simultaneamente, à agricultura e à pesca e que, em momentos mais difíceis, tornam-se trabalhadores das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra.

## **II. 2. D - QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR**

### **Transformação de alimentos**

A capacidade de transformação de alimentos é reduzida e pouco diversificada, como mostra o quadro IX (Anexo 8).

Quanto à transformação do pescado a produção de congelados para a exportação é realizada no interposto frigorífico da única empresa de comercialização dos produtos do mar (Interbase). Essa empresa produz, semi-industrialmente, filetes de Cação (*Galheorinus Galeus*) salgado/ seco, em pequenas quantidades para exportação.

A produção artesanal de pescado salgado/seco a nível das comunidades piscatórias responde, em grande medida, a necessidades específicas de determinadas épocas, e apresenta-se como alternativa, na conservação dos excedentes de pescado.

### **Qualidade alimentar**

Actualmente o país não dispõe de um sistema adequado de controlo de qualidade alimentar, estando sujeito a riscos que daí podem derivar, nomeadamente a produção, transformação e comercialização de productos alimentares contaminados por factores biológicos, químicos e físicos.

O Governo de Cabo Verde considera necessário e urgente a implementação de um sistema de controlo de qualidade alimentar eficiente e adequado às necessidades e prioridades do país. Assim, criou-se uma Comissão Interministerial afim de assegurar a coordenação e a cooperação dos diversos sectores intervenientes nesta matéria, estando em fase de aprovação uma Lei de Bases do Controlo de qualidade alimentar.

## **II. 3 - CONDIÇÕES DE VIDA, ESTADO DE SAUDE, SERVIÇOS SANITARIOS E SOCIAIS**

### **II. 3 . A - CONDIÇÕES AMBIENTAIS**

#### **Disponibilidade em água**

Dadas as condições climáticas do país, o abastecimento de água é um dos grandes problemas. Os ciclos prolongados da seca traduzem-se num enfraquecimento das nascentes das zonas altas, com repercussões na qualidade de novas nascentes e poços de zonas menos elevadas.

O recurso ao abastecimento por autotanques e a construção de um número razoável de chafarizes e reservatórios e permitiram melhorar localmente a situação de parte considerável da população. Cerca de 16% da população tem acesso a água dessalinizada. Contudo, pode-se dizer que quase a totalidade do país continua a sofrer de um aprovisionamento insuficiente em quantidade e qualidade, carências estas com um peso importante na manutenção do círculo vicioso de doenças diarréicas e parasitárias e a mal-nutrição. A média de consumo diário por habitante está estimada em 34 litros, nos centros urbanos principais e secundários e em 12,5 l, no meio rural.



### **Saneamento do meio**

Apenas 2.7% das habitações estão ligadas a um sistema de esgotos, localizando-se praticamente nas duas principais cidades (III PND - 91).

Outros sistemas de evacuação de escretas são as fossas sépticas e as latrinas secas, estimando-se que respectivamente 6.8% e 0.8% das habitações estão dotadas desse equipamento (III PND, 1991).

Em lugares públicos existem os sanitários que, duma maneira geral, são pouco utilizados devido, em parte, a hábitos higiénicos incorrectos ou deficientes.

O sistema de recolha e eliminação do lixo funciona nas cidades e nalgumas vilas mas, devido a recursos insuficientes da entidade responsável pelo serviço e à fraca participação das populações, persistem grandes problemas neste particular. Hábitos pouco higiénicos como sejam a livre circulação de animais (porcos, cabras, galinhas, vacas e burros) e a eliminação de águas residuais e dejectos nas vias públicas constituem pesada agravante da por si só precária situação higiénica.

### **Práticas agrícolas, erosão, utilização de pesticidas**

São vários os factores que directa ou indirectamente têm contribuído para a degradação ecológica em Cabo Verde, entre os quais pode-se citar as condições naturais - clima, solo e outras - e as condições socioculturais - pressão demográfica, sobrepastoreio, êxodo rural, urbanização desorganizada, etc. As condições naturais não são, com efeito, as únicas responsáveis pela degradação ecológica do país. As causas essenciais da aceleração deste processo são, entretanto, a pressão do homem e a carga animal sobre os recursos naturais existentes.

Estima-se que a densidade da população sobre as terras agrícolas é de 400 hab/km<sup>2</sup>. Os agricultores exploram as suas pequenas parcelas, onde praticam, sobretudo, uma agricultura de sequeiro de subsistência, sobre vertentes abruptas, acentuando a pressão sobre estas zonas frágeis e acelerando o processo de erosão.

A parcelização crescente das terras é, igualmente, um factor determinante na degradação dos solos, e tem constituído um grande obstáculo à concretização das medidas nacionais adoptadas para combater a erosão. A cultura de cana sacarina, amplamente praticada no país, é considerada outro factor degradante do solo. O sobrepastoreio tem também efeitos negativos sobre a cobertura vegetal natural, conduzindo ao seu progressivo empobrecimento. Muitas zonas frágeis, situadas sobre as encostas, têm sido igualmente utilizadas como zonas de pastagem, tendo-se processado sobre elas uma grave erosão.

Utilizam-se pesticidas biológicos e químicos, não existindo, entretanto, um controlo sobre as consequências para o meio ambiente e sobre a quantidade de resíduos nos alimentos.

### **II . 3 . B - CRESCIMENTO DEMOGRAFICO E TENDENCIAS DE REPARTIÇÃO RURAL E URBANO, MIGRAÇÕES**

A população de Cabo Verde é desigualmente repartida entre as ilhas. A densidade populacional é de 89 habitantes por Km<sup>2</sup>, número elevado relativamente à média dos países africanos, variando de 5,5 habitantes/Km<sup>2</sup> (Boavista) a 247 habitantes/Km<sup>2</sup> (S.Vicente).

-16-

O último recenseamento (1990) registou um total de 344.353 habitantes. Cerca de 51% residem na maior ilha, Santiago (991 km<sup>2</sup>), a qual alberga, ao sul, a cidade da Praia, capital do país com os seus cerca de 61.797 habitantes. A taxa média anual de crescimento natural é de 2,8%. A população urbana cresce a um ritmo anual elevado de 4,4%, tendo a taxa bruta de urbanização passado de 28,6 em 1980, a 32,5% em 1990. No período de vinte anos (1960-1980) a população da capital triplicou, enquanto que a da segunda cidade, Mindelo, duplicou.

A população residindo em zonas rurais atinge os 53% do total, distribuindo-se a restante pelas chamadas zonas urbanas principais e secundárias, e pelas zonas semi-urbanas.

A taxa bruta de crescimento populacional tem sido considerada elevada (2,93% por ano no período 1980/1990). O seu equilíbrio com a taxa de emigração (1,63% ao ano) tem sido um elemento preponderante na definição do crescimento líquido da população, que em igual período atingiu 1,3% por ano.

A taxa bruta de natalidade foi, no período de 80-90, de 37‰ e é estimada, em 90, em 36,7‰. A fecundidade é ainda elevada e aproxima-se da taxa média dos países em vias de desenvolvimento. A média actual de filhos por mulher é de 5,8.

A Taxa Bruta de Mortalidade é de 7,1‰. A Esperança de Vida ronda os 63,5 anos. A Mortalidade Infantil é de 44,3‰. A pirâmide etária é típica dos países com crescimento rápido. Tem uma taxa de dependência estagnada nos últimos 10 anos, com cerca de 108 em 1980, 100 em 1985 e 102 em 1990.

Com uma idade média de 18,3 anos e a população de idade inferior a 15 anos representando 44,4% do total, Cabo Verde possui uma população essencialmente jovem.

### II.3.C - CATASTROFES NATURAIS OU LIGADAS A ACCÃO DO HOMEM

Cabo Verde corre permanentemente o risco de ser atingido por catástrofes, nomeadamente as naturais, cuja ocorrência acaba por ter implicações tanto no plano sanitário, como no económico e social, reflectindo-se, igualmente, na situação alimentar. A sua localização geográfica, a história, o clima, a ecologia, dão conta disso e mostram a vulnerabilidade do país às catástrofes.

Assim como se regista severa escassez de chuvas, o arquipélago sofre, quase todos os anos, na época das precipitações de Agosto e Setembro, a acção de violentas cheias, que provocam avultados danos materiais e, frequentemente, perdas de vidas humanas.

De tempos a tempos, ventos ciclónicos assolam o país e determinadas zonas sofrem drásticos danos materiais, nomeadamente corte de estradas, desabamento de casas, interrupções nas comunicações, entre outros prejuízos.

Com ilhas de origem vulcânica, e numa delas situando-se um vulcão não extinto (teve a sua última erupção em junho de 1951), o país corre o risco de uma catástrofe natural. Invasões de gafanhotos do deserto (*Shistocera Gregaria*) destroem culturas enquanto outras pragas, como a dos chamados "mil pés" (*Spino-tarsus Caboverdus*) vão-se alastrando em proporções preocupantes.

Apesar de esforços consideráveis que vêm sendo envidados para a reflorestação de vastas áreas fustigadas pela seca, nota-se que a erosão, tanto a hídrica como a eólica, constitui um grave problema para o homem caboverdiano.

-17-

Resultante das precipitações violentas, a água que escorre muito rapidamente acaba por arrastar importantes quantidades de solo para o mar. Também a erosão eólica provoca a degradação dos solos, e contribui grandemente para o desaparecimento de uma importante franja de terras produtivas e de elementos indispensáveis à fertilização dos solos.

O caboverdiano, por seu turno, também contribui para a degradação ecológica do seu país devido à pressão exercida, por um lado, sobre a terra e, por outro lado, sobre o cobertor vegetal. As necessidades da população em lenha são elevadas (a nível nacional, 60% das famílias adoptam a lenha como primeiro combustível. Quando é utilizado como principal combustível, representa 0,76Kg/pessoa/dia, enquanto que, como complemento do gaz, 0,31Kg/pessoa/dia) devido aos hábitos culinários e ao fraco rendimento dos fogões utilizados.

Como se pode deduzir do exposto, o perigo das catástrofes em Cabo Verde é eminente, mas, independentemente desse risco, enfrenta no dia-a-dia, não diríamos catástrofes, mas problemas críticos contínuos, que são inter-dependentes e inter-relacionados, com consequências evidentes para um país pobre, sem recursos naturais, fustigado pela seca e altamente dependente do exterior.

### **II.3.D - CAPACIDADE DE AUTO-SUSTENTO FAMILIAR**

As condições em que vivem ainda muitos caboverdianos são bastante difíceis, reflexo de vários factores que acabam por condicionar a satisfação das necessidades básicas, com destaque para as ligadas à alimentação e à saúde.

As agravantes demográficas, associadas às condições climáticas desfavoráveis para a agricultura, fazem com que uma larga camada da população não consiga, por si só, garantir o seu sustento, o que constitui obstáculo à melhoria efectiva da sua situação nutricional e do seu estado de saúde.

Cerca de 35% da população total, da qual praticamente 80% vive em zonas rurais, tem um rendimento inferior ao limiar da pobreza, ou seja 170 US\$/pessoa/ano, e são dependentes de uma agricultura de subsistência.

No seio da população feminina, que representa 54.7% dos 26.000 desempregados do país, registam-se as taxas mais elevadas de analfabetismo (63% das mulheres com mais de 15 anos são analfabetas, contra 39% dos homens) e os índices mais baixos de capacitação profissional.

Nos casos em que a mulher é chefe de família (40% das famílias), a capacidade de autosuficiência alimentar é duplamente limitada, atendendo à confluência da situação social daquela com as agravantes que, em geral, determinam a estrutura e a vivência familiar caboverdiana.

Apesar das limitações já apontadas, à mulher em Cabo Verde cabe gerir e providenciar os serviços necessários ao sustento da família. Acresce-se que ela tem ainda que responder às outras solicitações, como sejam a educação dos filhos, o cultivo da terra, o transporte da lenha, a recolha da água (para o qual tem que percorrer muitas vezes trajectos de 2 a 3 horas a pé) entre outras tarefas que fazem dela um elemento preponderante na família e evidenciam as dificuldades que atravessa para garantir o sustento familiar.

-18-

Pelo exposto, deduz-se o quão difícil se torna às famílias em Cabo Verde providenciar recursos para a sua auto-suficiência, o que acaba por reflectir-se nas condições de vida das mesmas.

### **II. 3. E - ESTADO DE SAUDE E SERVIÇOS DE SAUDE**

#### **Disponibilidade e acesso aos serviços de saúde.**

A estrutura de base do Sistema de Saúde é a Delegacia de Saúde, operando ao nível dos concelhos (divisão administrativa). Em cada Delegacia de Saúde encontram-se estabelecimentos de Saúde em função da dimensão do concelho, da população e do grau de desenvolvimento.

**Quadro X. Rede Sanitária - Cabo Verde 1990.**

Hospitais Centrais	Hospitais Regionais	Centros de Saúde	Postos Sanitários	Unidades San. Base	Centros Reg. PMI/PF (*)
2	3	12	26	65	2

FONTE: GEP-MSPS

(\*) Estruturas autónomas directamente dependentes do nível central.

No quadro a seguir indicam-se alguns recursos de saúde, bem como o número de população por unidade.

**Quadro XI - Relação recursos de saúde/população**

Recursos	Número	População/recursos
Camas	632	533
Médicos	74	4551
Enfermeiros	176	1914

Fonte: GEP - M.S.P.S.

Os hospitais centrais constituem a rectaguarda de todo o sistema curativo, dispensando cuidados médicos em várias especialidades, apoiados por um serviço complementar de diagnóstico, nomeadamente análises clínicas e radiologia.

Os centros de saúde e postos sanitários, sob a responsabilidade, respectivamente, de médico e enfermeiro, têm por funções a informação e educação para a saúde, o diagnóstico e tratamento das doenças correntes, a distribuição de medicamentos essenciais, as vacinações e a protecção materno-infantil e planeamento familiar. Estas funções, em escala proporcional à competência do agente sanitário, são também cometidas às unidades sanitárias de base.

As parteiras tradicionais, sobretudo nas comunidades rurais, representam um elemento a considerar no sistema de prestação de cuidados, razão porque mais de três centenas foram já objecto de acções de reciclagem e de tentativas de enquadramento as quais, contudo, ainda não deram os seus melhores frutos.

#### **Cobertura e estado de Saúde**

Pode-se considerar que em Cabo Verde a situação sanitária tem apresentado uma evolução favorável. Já em 1986, a OMS considerou que o país apresentava uma situação invejável, pelos valores reflectidos por certos indicadores, no quadro da Região Africana, a saber:

- Segundo valor mais elevado de cobertura vacinal em crianças (Anexo 9);
- Terceiro valor mais elevado de cobertura de cuidados materno-infantis, exceptuando-se os partos assistidos (3,9 e 6,9 em média de consultas, respectivamente para as grávidas e crianças menores de 1 ano, em 1990)
- Quarto valor mais elevado de esperança de vida à nascença (62.4 anos para os homens e 64.7 para as mulheres em 1989)
- Quinta taxa mais baixa de mortalidade infantil (44,3 ‰ em 1989)
- Sétima taxa mais baixa de mortalidade geral (7.1 ‰ em 1989, MSTAS, 1990).

O alargamento da rede de cuidados primários de saúde, com a integração das actividades de protecção materno-infantil e planeamento familiar nos centros de saúde, postos sanitários e unidades sanitárias de base, contribuiu grandemente para os níveis ora alcançados, seja da cobertura, seja da redução na incidência de algumas patologias. É o caso da maioria das doenças alvo do Programa Alargado de Vacinação (PAV) cuja incidência vem diminuindo de ano para ano (Anexo 10).

A utilização dos serviços de planeamento familiar mantém-se num nível baixo. Estima-se como taxa de prevalência de uso de método anticoncepcional um valor que ronda os 10% (D.G.Plano, 1990).

#### **Morbilidade**

As doenças diarreicas estão entre as primeiras causas de mortalidade e morbilidade em Cabo Verde, sobretudo no grupo de crianças menores de cinco anos. Verifica-se, contudo, que no período de 1980-1983 a 1989 a taxa de mortalidade por estas doenças (por cem mil) baixou de 99.2 para 66.3 (MSTAS/GEP, 1990/91). A associação diarreia e mal-nutrição calórico-proteica é frequente.

As doenças respiratórias agudas seguem-se às diarreias como causa de morbilidade e mortalidade nas crianças com menos de cinco anos.

A tuberculose pulmonar é ainda um grave problema de saúde pública, devido, em parte, à fraca capacidade para um despiste activo dos doentes e controlo eficaz dos casos diagnosticados. Apesar de uma redução substancial da taxa de mortalidade entre 1980-1983 e 1989 (de 13.2‰ a 5.0‰) (MSTAS/GEP, 1990/91), Cabo Verde situa-se entre os países com uma taxa de prevalência alta (170.8‰ em 1990)(idem).

Quanto ao paludismo a taxa de incidência anual vem baixando (de 2.1‰ em 1987 a 0.2‰ em 1990)(Santa Rita, 1990).

Pensa-se que a prevalência das parasitoses intestinais é elevada mas não existem dados fiáveis para uma caracterização da situação.

Os primeiros casos de SIDA foram diagnosticados em 1986. Um inquérito sobre seropositividade realizado em 1988/1989, por sondagem aleatória, mostra uma grande diferença entre o número de seropositivos diagnosticados até 1989 (107) e a prevalência esperada (cerca de mil). Os últimos dados acusam, até 30 de Outubro de 91, 211 seropositivos, dos quais 32 homens e 20 mulheres evoluíram para a situação de doentes. Destes, 28 faleceram.

As deficiências nutricionais ocuparam o quarto lugar nas causas de morte em menores de um ano. Este facto é relevante, se tivermos em conta que a mal-nutrição, como causa de morte é sempre subestimada. A evolução da taxa de mortalidade por avitaminoses e deficiências nutricionais revela um aumento entre o período 1980-1983 e 1989 (de 17.7 para 27.9‰) (MSTAS/GEP,1990/91). Estão ainda por esclarecer o peso que terão as deficiências nutricionais nos óbitos em crianças, por doenças diarréicas e infecções respiratórias agudas, sobretudo as pulmonares.

## II . 4 - MODOS DE VIDA E COMPORTAMENTO

### II. 4. A. Comportamentos afectando o estado nutricional

Hábitos alimentares, tipologia das refeições

Os cereais constituem o alimento de base da população caboverdiana, sendo o milho o mais consumido na forma de "cachupa", prato tradicional feito a base de milho e feijão cozidos. Embora o milho seja o alimento principal na dieta, tem-se verificado certas mudanças na alimentação. Assim, a evolução do consumo nos últimos anos mostra que o milho tende a diminuir, enquanto aumenta o consumo de arroz e trigo (na forma de pão e massas).

O hábito de consumir o cereal (milho) misturado às leguminosas (diferentes tipos de feijões) no prato tradicional, determina que a dieta tenha um nível razoável de proteínas bem como que, por efeito da mistura, as proteínas consumidas, mesmo sendo de origem vegetal, tenham uma boa qualidade biológica.

Os legumes estão, praticamente, ausentes na dieta, facto esse relacionado com a baixa disponibilidade, o alto preço no mercado e com os hábitos alimentares. Nas zonas rurais encontra-se que as famílias de produtores não utilizam os legumes para auto-consumo, destinando-se exclusivamente à venda.

A mesma situação observa-se com relação às frutas, com excepção da banana, que tem um alto consumo, apesar da variedade existente no país.

Embora existam preferências quanto ao tipo de alimentos consumidos e às formas de preparação, os hábitos alimentares estão, de facto, condicionados a factores como o nível de rendimento das famílias e a disponibilidade de alimentos no país. Assim, por exemplo, a cachupa pode ser enriquecida com muitos outros alimentos (carne, peixe, mandioca, legumes, etc), dependendo dos rendimentos do consumidor.

Na zona rural nos grupos de rendimentos mais baixos, o consumo de pratos à base de milho é mais frequente que nos grupos com rendimentos mais altos, onde outros cereais, como o arroz e o trigo (massas alimentícias), substituem o milho. Por outro lado, avaliou-se que as famílias com rendimentos baixos da zona urbana gastam um terço do seu orçamento em cereais. O número de refeições por dia é de 3, no meio urbano, e de 1 a 2 no meio rural e

-21-

periferia das cidades. Diversos estudos realizados junto da população rural indicam que uma proporção importante (entre 30% e 46%) têm só duas ou uma refeição por dia (MDRP e INIA, 1986; DGER et al, 1986; OMS e INIA, 1990).

A alimentação em zona rural apresenta pouca variedade, podendo-se resumir a tipologia das refeições como se segue:

- pequeno almoço: café com açúcar, cachupa refogada ou pão ou bolachas.
- almoço: arroz com feijão.
- jantar: cachupa (milho, feijão, banha de porco).

O regime alimentar apresenta, em resumo, as seguintes características:

- deficit qualitativo em relação ao tipo de alimentos consumidos, sendo de ressaltar a falta de legumes e frutas, o que se reflecte em déficits importantes em minerais (ferro, cálcio) e em vitaminas (A, B12 e C).
- uma vantagem qualitativa em relação ao consumo de proteína e a qualidade da mesma, como foi acima referido
- deficiência quantitativa em relação à densidade calórica das refeições.

Em geral verifica-se que a alimentação em Cabo Verde está sendo determinada por factores tais como:

- a escassez de lenha e combustíveis para cozinhar
- a falta de tempo das mulheres para a preparação de refeições,
- a urbanização e o prestígio social de certos alimentos "urbanos" ou "estrangeiros"
- a crise da produção local e a dependência do país da importação.

#### Preparação de alimentos

A preparação de refeições é um aspecto de particular importância em Cabo Verde, dadas as condições materiais limitantes em relação a esta actividade básica, como a falta de água e lenha.

Para a preparação da cachupa, os grãos de milho são descorticados por trituração num pilão de madeira. O farelo é separado e utilizado especialmente para a alimentação animal, perdendo-se desta maneira um recurso alimentar de bom valor nutritivo. A utilização de milho integral torrado e moído, sob forma da chamada "camoca", é uma prática a ser encorajada, especialmente na alimentação infantil.

Na preparação de alimentos existem certas práticas culinárias que contribuem à diminuição do valor da dieta, como o desperdício da água de cozedura de legumes e feijões e a cozedura prolongada dos alimentos.

#### Alimentação Infantil

Diversos estudos realizados em Cabo Verde mostram que o aleitamento é uma prática de alimentação generalizada. Segundo os dados do Mapa de Saúde Infantil (MSAS, 1986), 95 % das crianças de 0-6 meses recebem o leite materno; esta percentagem diminui com a idade, sendo de 87 % aos 12 meses e de 50 % entre os 12 e 18 meses.



.22-

O Inquérito sobre a fecundidade realizado em 1988, (DGPIano,1990), encontrou que o aleitamento é amplamente praticado. No entanto os dados deste estudo mostram uma baixa da tendência em relação aos resultados de 1985. A proporção das mulheres que amamentam os filhos à idade de 6 meses é de 84,4 %, aos 12 meses é de 76,9 % e aos 18 meses é de 29,2%.

A duração média do aleitamento é superior a 19 meses, facto que, conseqüentemente, contribui à prolongação da amenorrea pós parto e, ao espaçamento dos nascimentos. O aleitamento é mais prolongado em mulheres da zona rural, em comparação com mulheres de zonas urbanas. O nível de instrução exerce uma influência importante sobre o aleitamento, encontrando-se que as mulheres sem instrução aleitam em média mais 4 meses do que as que têm o ensino secundário.

Refira-se que a lei atribui à mulher funcionária uma hora por dia para se ausentar do trabalho e amamentar o filho.

Se bem é certo que o aleitamento é praticado em Cabo Verde numa ampla proporção de mulheres, a prática parece não ser exclusiva nos primeiros meses de vida da criança, encontrando-se que a diversificação alimentar começa desde muito cedo. Esta prática desestimula a produção de leite materno e aumenta o risco de infecções.

Diversos estudos têm apontado que as crianças recebem alimentos diferentes do leite materno à idade de 2 meses (Pina et al citado em Comissão mixta FAO/OMS/OUA, 1984); 3 meses (DGER et al,1984), entre 3 e 4 meses (HOLSBRINK,1984 e OMS e INIA, 1990).

Os tipos de alimentos mais comuns são líquidos como chá de ervas, água com açúcar, leite de vaca, leite de cabra, café com leite. Alguns destes estudos encontraram casos extremos de introdução de alimentos diferentes já na primeira semana de vida. Nas primeiras horas, muitas mulheres dão aos filhos água com açúcar ou chá, em vez do leite materno. Existe um certo tabú relativamente ao colostro, o que poderá explicar este comportamento.

Estes alimentos são geralmente dados às crianças com copo e colher. No entanto Pina et al (idem) verificaram em 1979 que, em algumas ilhas, a utilização de biberão foi uma prática comum e que, frequentemente, a alimentação ao peito estava combinada à alimentação ao biberão a partir dos 2 meses.

No que se refere aos alimentos semi-sólidos sabe-se que, tradicionalmente, as crianças recebem uma papa de milho ou de arroz como primeira "refeição", mas é também comum o uso de alimentos tais como a maizena, o custard, de mais rápida preparação, mas também de baixo valor nutricional e de alto custo. Farinhas de cereais para bebés são adquiridas quando a família se pode permitir comprá-las. Também se dá papas de bolachas e frutas ou batata.

A transição do leite materno para alimentos sólidos não se conhece aprofundadamente. No entanto, alguns estudos indicam práticas inadequadas, tais como:

- a falta de higiene na preparação dos alimentos e a água utilizada, que pode conduzir às diarreias (Legrain e Cap citado em KIT, 1983)
- a passagem abrupta da alimentação ao peito aos alimentos sólidos ou directamente à alimentação familiar, que se verifica amiúde dum dia ao outro e não em forma progressiva (HOLSBRINK, 1984)
- o reduzido número de refeições por dia e a baixa densidade calórica do tipo de alimentos oferecidos às crianças (DGER et al, 1986 e OMS e INIA, 1990)



-23-

Como causas de interrupção do aleitamento natural encontraram-se: uma nova gravidez (37%), mãe doente ou fraca (15%), e o "leite fraco" (10%). (Pina et al, S. Vicente). Popularmente, acredita-se que o leite enfraquece e que perde o valor nutritivo, chegando-se a considerá-lo nocivo à saúde da criança. O leite fraco foi apontado, na ilha do Sal, como primeira causa (21%), seguido do suposto que a criança já não tem idade para mamar (17%) e uma nova gravidez (13%), por último a recusa do seio pela criança. Existem, por outra parte, certas crenças sobre a alimentação da criança que levam muitas vezes a suprimir alimentos da dieta por considerá-los nocivos. É o caso das comidas chamadas "grossas", como a cachupa, rolon e carne de porco (MDRP e INIA, 1986). Sabe-se que diversas crenças e tabús associados à alimentação durante as doenças têm um impacto negativo sobre o estado nutricional e a saúde das crianças. Estes aspectos, como em geral as características da alimentação infantil em Cabo Verde, têm sido pouco estudados, o que limita a análise apresentada.

### III. AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E ACÇÕES ORIENTADAS PARA A PREVENÇÃO DE PROBLEMAS NUTRICIONAIS

#### III. 1 - ANÁLISE DO IMPACTO DOS PROGRAMAS, PROJECTOS OU POLÍTICAS ORIENTADOS PARA A PREVENÇÃO DE PROBLEMAS NUTRICIONAIS

Em Cabo Verde não existe o que se possa considerar uma política alimentar e nutricional nacional. No entanto há diversos organismos que desenvolvem acções visando objectivos sectoriais concernentes à nutrição.

Tem sido, entretanto, insuficiente a integração e a concertação das iniciativas, em detrimento de estratégias conjuntas e intervenções coordenadas.

Com programas implementados no país por várias instituições governamentais e não-governamentais (ANEXO 11), tem-se pretendido, na globalidade, contribuir para a redução da mal-nutrição, contrapondo-se aos factores e condicionalismos de ordem económica e socio-cultural inibidores do estado nutricional das populações. As acções desenvolvidas neste domínio concentram-se nos sectores saúde, protecção social, educação e desenvolvimento rural.

O sector saúde, através do Programa Nacional de Nutrição, tem como objectivo contribuir para a melhoria da situação nutricional da população, em especial da dos grupos vulneráveis, privilegiando crianças de 0 aos 6 anos, mulheres grávidas, aleitantes e doentes crónicos. A promoção e protecção nutricionais, talvez mais que qualquer outra componente dos cuidados primários de saúde, depende da acção de outros sectores, requerendo a implementação de medidas de cooperação a todos os níveis. O Programa Nacional de Nutrição preconiza, como estratégias de intervenção, um sistema integrado de vigilância alimentar e nutricional, o acompanhamento do crescimento das crianças a nível comunitário, a pesquisa operacional para identificação dos problemas existentes a nível local e dos métodos para resolvê-los. Para tanto, a Educação para a Saúde e os programas de controlo de qualidade e segurança alimentar são instrumentos essenciais.

Entretanto, o país não dispõe de número suficiente de agentes com formação adequada em nutrição, constituindo-se num dos grandes constrangimentos para os programas de acção.

A protecção social, através de programas promocionais, assistenciais e de ajuda alimentar, favorece os grupos vulneráveis, sobretudo os economicamente carecentes.

-24-

O sector educacional cobre, através do programa de cantinas escolares, crianças alunas do ensino básico.

O sector do desenvolvimento rural, finalmente, através da capacitação profissional e da intervenção junto das comunidades rurais e piscatórias, actua em proveito dos extensionistas rurais, cooperativistas e populações.

#### Actividades de Educação nutricional

A educação em matéria de nutrição é realizada no país por diferentes instituições, nomeadamente o Ministério de Saúde e da Promoção Social e o Ministério de Desenvolvimento Rural, através dos serviços de formação e vulgarização.

No que se refere à formação de recursos humanos destacam-se:

- cursos de formação de auxiliares de nutrição
- cursos de reciclagem em nutrição para extensionistas, animadores sociais e outras agentes de base
- cursos de aperfeiçoamento e reciclagem de quadros superiores

Actividades de educação nutricional para a população são levados a cabo nos centros PMI/PF e serviços de saúde e ao nível comunitário, através dos agentes das diferentes instituições e serviços. Estas actividades são enquadradas segundo os programas e necessidades de cada instituição.

### **III. 2 - EFEITO DAS POLITICAS SECTORIAIS**

Através duma política de prevenção, com especial ênfase para determinados grupos considerados prioritários, como as crianças e grávidas, com o alargamento dos cuidados primários de saúde a toda a população, e com uma política de educação para a saúde, nota-se que já existem, no país, algumas acções tendentes a melhorar a situação nutricional das populações.

Assim, analisando algumas das estratégias, podem-se considerar certos efeitos positivos sobre o nível de saúde, nomeadamente a diminuição nas taxas de morbilidade e mortalidade infantil.

Destacam-se dentro destas estratégias:

- A actuação integrada de ataque às condições propiciatórias das enterites e outras doenças diarréicas
- O desenvolvimento do tratamento precoce, vacinações e educação para a saúde
- O aperfeiçoamento dos mecanismos de caracterização dos grupos mais vulneráveis e apoio na orientação dos hábitos alimentares.

Além disso, têm-se desenvolvido actividades de Protecção Materno-Infantil com resultados muito satisfatórios.

Apesar de constar nos objectivos globais a atingir no período do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento a intensificação do investimento nos recursos humanos, verifica-se que não se considera a formação de profissionais nutricionistas, o que no país constitui uma limitante para o desenvolvimento de programas na área da Nutrição. De igual forma, os aspectos ligados ao abastecimento de água potável e saneamento do meio, à higiene e à

nutrição, deveriam merecer mais atenção, na medida em que são factores que incidem directamente sobre o estado nutricional da população.

#### **IV - RECOMENDAÇÕES PARA ACÇÕES FUTURAS**

O presente documento, elaborado por uma Comissão Técnica adstrita à Comissão Nacional Preparatória da Conferência Internacional de Nutrição (Roma, Dezembro/92), foi amplamente debatido durante um atelier que, durante três dias, reuniu responsáveis e técnicos de vários organismos relacionados com a problemática nutricional em Cabo Verde. Pode-se dizer, por esta razão, que o documento que agora se conclui reflecte as apreciações de uma gama considerável de serviços, programas e técnicos, que o absorveram e o beneficiaram com as suas contribuições.

A intenção, ao organizar-se o referido atelier, foi a de, além da análise do documento, propiciar uma ocasião para equacionar e debater os vários aspectos que se prendem com esta temática. Deste modo, as recomendações resultaram de consensos tirados dos debates, e não exclusivamente do conteúdo do documento.

Por outro lado, dadas as limitações impostas ao número de páginas do documento, algumas das recomendações, versando aspectos apenas aflorados no corpo do mesmo, mas aprofundados nos debates, encontram, aqui, perfeito cabimento, pelo que se passa a enumerar.

- 1) Definição de uma política nacional de Alimentação e Nutrição, incluindo, nomeadamente, a incorporação de considerações relativas à nutrição nas políticas, programas e planos de desenvolvimento.
- 2) Reactivação da Comissão Nacional de Alimentação e Nutrição e definição de mecanismos para a sua funcionalidade.
- 3) A provação e implementação da Lei de Base de Controlo de Qualidade Alimentar.
- 4) Implementação de uma campanha nacional de aleitamento materno.
- 5) Regulamentação da importação e comercialização dos substitutos do leite materno.
- 6) Revisão da legislação existente, no sentido de proteger a mulher e a criança na fase do aleitamento.
- 7) Reforço da Educação Nutricional de forma institucionalizada e sistemática, visando melhor orientação, coordenação, responsabilização e avaliação das acções de cada organismo envolvido.
- 8) Capacitação e reciclagem do pessoal de saúde na prevenção, no diagnóstico e tratamento das doenças infecciosas.
- 9) Melhoria da informação e do acesso das populações aos métodos de rehidratação oral.
- 10) Capacitação e reciclagem na área da Nutrição dos agentes de base nos diversos organismos intervenientes e melhoria das condições do exercício profissional.
- 11) Promoção de maior envolvimento dos órgãos de comunicação social na divulgação da problemática alimentar e nutricional.
- 12) Melhoria dos mecanismos de coordenação e dos circuitos de importação, produção, transporte e distribuição de alimentos, visando a Segurança Alimentar.
- 13) Melhoria da gestão de stocks alimentares.

-26-

- 14) Criação de estruturas de conservação de produtos locais.
- 15) Garantia da continuidade de programas e projectos desenvolvidos para a prevenção dos problemas nutricionais e garantia do arranque do projecto de produção local de um alimento de baixo custo e alto valor nutritivo (farinha MICAF).
- 16) Melhoria da capacidade de auto-sustento familiar.
- 17) Modernização do sector das pescas e maior atenção à pesca artesanal, nomeadamente na formação dos operadores.
- 18) Mobilização de recursos adicionais para melhoria do saneamento do meio e garantia do acesso e da qualidade da água.
- 19) Promoção e incentivo à realização e à aplicação de estudos para um melhor conhecimento dos problemas nutricionais no país.

**BIBLIOGRAFIA**

- Almeida, L., **Panorama geral da situação demográfica**, DGP Divisão de População e recursos humanos
- Barbosa, I. & O.Cruz, **Cabo Verde: desertificação, reflexões, uma abordagem participativa**, 1990.
- **Boletim anual de estatísticas das pescas**, 1988-1989.
- Commission Regionale Mixte FAO/OMS/OUA pour l'alimentation et la nutrition en Afrique, **Aperçu sur la situation alimentaire et nutritionnelle, Cap Vert, 1984**.
- Correia, A., **A tuberculose em Cabo Verde**. Praia (Direcção Geral de Saúde) 1990.
- Direcção Geral de Estatística, **Alguns resultados provisórios do recenseamento geral da população e habitação**. Praia (DGE) 1990.
- Direcção Geral do Plano, **População e Desenvolvimento: documentos do segundo seminário nacional, Dezembro de 1989**. Praia (DGP) 1990.
- Direcção Geral do Plano/Unidade de População e Recursos Humanos, **Inquérito sobre a fecundidade em Cabo Verde, 1988**. Praia (DGP) 1990.
- DGER, OMS e GEP/MDRP, **Programa de higiene e Nutrição para as localidades de Furna e Moia-Moia, 1986**.
- FAO, **Aperçu Nutritionnel Cap Vert**, 1991.
- Holsbrink, J., **Malnourishment and feeding enlightenment, practice report, PMI/PF S. Vicente**. St Pancras, 1984.
- **Jornadas de reflexão sobre as pescas**, 1991.
- K.I.T. (Instituto Real dos Trópicos), **Estudo da Estratégia Alimentar, República de Cabo Verde, relatório preliminar, Vol IX: Nutrição**. Amsterdão (KIT) 1983.
- MDRP, **Recenseamento agrícola 1988, Vol 1: dados gerais**. Praia (MDRP) 1990.
- MDRP e INIA, **Determinação do estado nutricional na frente de trabalho de Monte Grande, Fogo, 1986**.
- MSTAS/Gabinete de Coordenação da Saúde Pública, **Mapa de Saúde Infantil, ano agrícola 1985-1986**. Praia (MSTAS) 1986.
- **Ministério da Saúde, Gabinete de Estudos e Planeamento**, 1990/1991.
- Moraes, T., **Peso dos recém nascidos na maternidade do Hospital Agostinho Neto**. Praia (Gabinete de coordenação da saúde Pública) 1990.
- OMS e Centro de Formação-INIA, **Diagnóstico da situação nutricional de Ganchemba, Sta. Catarina, 1990**.
- Ooms, A., **Avaliação do estado nutricional de alunos do ensino básico elementar e complementar, 1983/1984**. Praia (Ministério de Educação/ICASE) 1985.

-28-

- PNUD/Banco Mundial, **Cabo Verde: projecto estrategia energética para o sector doméstico**, relatório preliminar, 1988.
- Rocha, L.A.C., **O Estado de Nutrição das populações em Cabo Verde**, Relatório. Lisboa (Instituto de Higiene e Medicina Tropical) 1987.
- Santa Rita, H., **A situação do paludismo na ilha de Santiago**, 1990.
- Stabile Wolcan, A., **Evaluation de la situation nutritionnelle en Republique du Cap-Vert, Rapport de mission 10 juin-4 septembre 1977** (O.M.S.) 1979.
- Wennberg, A., Anthropometric assessment of the nutritional status of preschool children in Cape Verde. **Bulletin of the World Health Organisation**, 66 (3),375-386 (1988).
- WHO, **Global nutritional status, anthropometric indicators update** 1989. Geneve (WHO) 1989.
- Cabo Verde, **II e III Plano nacional de Desenvolvimento**, Praia, 1985.
- Cabo Verde, **III Plano Nacional de Desenvolvimento, grupo água e saneamento (trabalhos preparatorios)**, Praia, 1991.

**ANEXOS**

- 29 -

ANEXO 1  
 Quadro I: Nível de adequação em energia e nutrientes do regime alimentar em Cabo Verde

Energia e Nutrientes	Unidade	Ingestão		Necessidades		Grau de adequação %	
		1983/4 (1)	1977 (2)	1983/4	1977	1983/4	1977
Energia	Cal	1879	2484	2281	2900	82,4	86,7
Proteína	g	55,76	79	49	60	111,9	131,7
Cálcio	mg	286,99	214	474	450	60,5	47,6
Ferro	mg	9,43	8	10,0	9	94,0	88,9
Zinco	mg	5,83	-	21,9	-	26,7	-
Vitamina A	ug /meq	70,88	187	612,3	750	11,6	24,9
Tiamina	ug /mg	1724,94	3,02	935,1	1,2mg	184,5	251,7
Riboflavina	ug /mg	667,66	0,98	1405	1,6mg	47,5	61,3
Piridoxina	mg	1,23	-	1,8	-	68,2	-
Niacina	mg	9,04	14	15,5	19	58,1	73,7
Acido fólico	ug	173,63	-	333,2	-	52,1	-
Vitamina B12	ug	1,75	-	1,81	-	96,4	-
Ac. Ascórbico	mg	7,72	8	27,1	30	28,4	26,7

Fontes: (1): Rocha, 1987; (2) Janz, citado em KIT, 1983.



## ANEXO 2

Quadro III Malnutrição em Cabo Verde (1983, 1985 e 1990)

ano	número examinado	idade (anos)	magro %	baixo %	leve %
1983	17002	0-6	4.7	15.4	19.5
1985	9450	1-5	3.3	25.8	18.8
1990	16052	0-5	4	22	16
1983	3265	1	7.7	20.7	24.0
1985	2907	1	2.8	30.4	19.1
1990	4016	1	3	31	22

Fontes: Wennberg, 1988; Reitmaier, citado em WHO, 1989; MSPS, 1991.

- 31 -

ANEXO 3  
 Malnutrição em Cabo Verde (1983, 1990) por concelho em %

ano	número examinado	idade	concelho	magro	baixo	leve
1983	300	0-6	Boavista	10.5		
1990	459	0-5	Boavista	2	10.6 5	7.2 8
1983	462	0-6	Brava	2.6		
1990	804	0-5	Brava	6	10.8 19	20.2 17
1983	2149	0-6	Fogo	2.9		
1990	2297	0-5	Fogo	2	14.8 28	21.5 18
1983	281	0-6	Maio	15.0	20.6	19.3
1983	624	0-6	Paúl	3.7	20.4	25.7
1983	2397	0-6	Praia	3.6		
1990	4223	0-5	Praia	3	15.2 25	20.4 20
1983	1666	0-6	Rib. Grande	2.7		
1990	1105	0-5	Rib. Grande	2	15.5 18	22.1 19
1983	422	0-6	Sal	2.8		
1990	852	0-5	Sal	1	6.2 7	11.8 3
1983	1466	0-6	S. Catarina	8.4		
1990	787	0-5	S. Catarina	7	24.4 30	28.7 25
1983	1683	0-6	Santa Cruz	6.9		
1990	912	0-3	Santa Cruz	3	17.0 33	19.3 24
1983	695	0-6	São Nicolau	3.2	8.9	9.5
1983	3529	0-6	São Vicente	5.1		
1990	1984	0-5	São Vicente	5	14.2 12	13.3 13
1983	1361	0-6	Tarrafal	4.1		
1990	2597	0-5	Tarrafal	4	14.8 29	25.2 21

Fontes: Wennberg, 1988; MSPS, 1991

## ANEXO 4

Quadro IV: Prevalência de anemia segundo grupo fisiológico

Grupo Fisiológico	Anemia Moderada		Anemia Grave	
	casos/exames	%	casos/exames	%
Crianças 0 - 6 anos	390/768	51	207/768	27
Crianças 7 -15 anos	176/328	54	19/328	6
Mulheres aleitantes	124/218	57	23/218	11
Mulheres grávidas	145/374	39	43/374	11

Fonte: Stabile Wolcan (1979)

Quadro V: Anemia em São Vicente e Fogo, 1983/84

grupo etário sexo	7-12		13-19		20-59		60 +	
	masc	fem	masc	fem	masc	fem	masc	fem
número observado	147	139	121	148	147	208	38	44
Hb < 12	29,9 %	28,1 %		14,9 %		23,1 %		25,0 %
Hb < 13			24,0 %		7,5 %			15,0 %

Fonte: Rocha (1987)

- 33 -

## ANEXO 5

Quadro VII: Sinais clínicos de deficiência em vitamina A e iodo, sexo masculino, São Vicente e Fogo, 1983/84

grupo etário	4-6	7-9	10-12	13-15	16-19	20-39	40-59	60+	total
número observado	72	83	70	64	59	80	67	40	535
Manchas de Bitot	0	0	5,7 %	9,4 %	5,1 %	7,5 %	1,5 %	2,5 %	3,6 %
Bócio (glândula papável)	4,2 %	2,4 %	1,4 %	0	0	0	1,5 %	0	1,3 %

Fonte: Rocha (1987)

Quadro VIII : Sinais clínicos de deficiência em vitamina A e iodo, sexo feminino, São Vicente e Fogo, 1983/84.

grupo etário	4-6	7-9	10-12	13-15	16-19	20-39	40-59	60+	total
número observado	74	71	69	73	77	130	78	44	616
Manchas de Bitot	0	1,4 %	4,3 %	2,7 %	9,1 %	3,1 %	1,3 %	0	2,9 %
Bócio	1,4 %	1,4 %	1,4 %	6,8 %	7,8 %	10,8 %	5,1 %	0	5,2 %

Fonte: Rocha (1987)

## ANEXO 6

Evolução das Produções Alimentares Nacionais

PRODUTOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
MILO	9000	8500	3000	4400	2700	2500	1300	12100	21200	16500	9714	11418
FEIJÕES	2500	6900	500	3000	2200	5400	2100	6600	14000	14200	8900	3631
BATAIA COMUM	2700	2500	2500	1300	800	2500	2200	2500	3000	3400	1920	2500
BATAIA DOCE	1400	5600	6500	2000	1600	2100	2600	6600	13700	12000	12500	12000
MANDIOCA	6000	4000	4000	800	1000	1600	2200	3500	6200	5700	5700	5000
BANANA	7500		6000	3000	3000	3000	5000	3700	4500	5400	5400	6000
CANA SACARINA	15000		10500	8000	9000	8500	10000	15000	15700	15000	18150	18700
CAFE	150	50	100				30	44	34	50	100	50
MANGARRA							150	300	300	300	300	350
LEGUMES	1500	400	1700	900	1100	2000	2700	1700	5000	6500	9200	7300
CARNE				2722		2190		2990	3241	3766		
LEITE				4301		2317		4062	4437	7110		
OVOS (milhões)				2.23		6.17		8.41	9.53	10.95		
PEIXE								6490	7126	4928		8599

Fonte: Comissão Nacional de Análise do Ano Agrícola - Direcção-Geral das Pescas  
 \* Dados corrigidos para o café, batata doce, mandioca, batata comum, cana sacarina  
 \*\* Dados corrigidos para a banana  
 \*\*\* Dados corrigidos para milho, hortícolas, banana  
 \*\*\*\* Inclui pesca artesanal e industrial  
 \* Dados provisórios

## ANEXO 7

CAP-VERT

-35-

## DISPONIBILITES ALIMENTAIRES PAR PERSONNE

	1961-63	1964-66	1969-71	1972-74	1974-76	1976-78	1979-81	1982-84	1984-86	1986-88
POPULATION (EN MILLIERS)	212	233	270	280	283	287	296	314	330	348
	KILOGRAMMES / ANNEE									
CEREALES (EXCLU BIÈRE)	82.9	90.8	122.5	133.6	152.2	163.1	172.4	177.7	182.1	177.4
RACINES ET TUBERCULES	131.5	117.8	90.7	56.4	59.4	52.3	47.9	26.0	37.6	40.4
EDULCORANTS	15.0	15.3	16.2	21.0	14.0	22.5	28.5	37.1	34.5	33.2
LEGUMINEUSES SECHES	32.6	23.8	9.0	17.1	15.6	10.4	13.6	12.6	15.9	16.8
NOIX ET OLEAGINEUX	31.9	31.1	27.4	25.2	24.8	25.4	25.4	23.9	22.9	21.9
LEGUMES	23.0	23.1	17.7	15.9	16.4	17.4	17.3	18.4	18.8	19.6
FRUITS (EXCLU VIN)	30.1	32.6	28.7	26.1	28.5	37.8	37.0	24.8	25.6	23.5
VIANDES ET ABATS	3.4	4.0	4.3	0.2	4.6	4.8	7.3	8.3	8.9	9.5
ŒUFS	0.1	0.0	0.1	0.1	0.2	0.2	0.3	0.5	0.5	0.5
POISSON ET FRUITS DE MER	0.6	5.9	13.3	12.0	8.8	16.7	29.7	31.7	26.0	23.0
LAIT (EXCLU BEURRE)	11.6	11.3	21.3	20.4	36.4	69.9	64.7	73.2	60.6	54.2
HUILES ET GRAISSES	3.4	3.5	6.7	6.9	10.2	9.8	11.1	14.8	15.9	15.7
HUILES VEGETALES	1.8	2.1	2.7	2.9	2.2	3.9	6.6	7.6	8.5	9.9
GRAISSES ANIMALES	1.6	1.4	3.8	0.1	1.7	0.2	0.2	0.2	0.1	0.1
ÉPICES	0.0	0.1	0.1	6.0	8.0	5.9	4.5	7.2	8.5	9.9
STIMULANTS	0.0	0.2	1.2	1.6	1.7	0.2	0.2	0.2	0.1	0.1
BOISSONS ALCOOLIQUES	6.7	7.4	9.7	17.8	19.4	12.9	2.1	1.5	1.8	1.8
	CALORIES (NOMBRE / JOUR)									
TOTAL GENERAL	1784	1751	1888	2042	2178	2404	2558	2666	2723	2702
PRODUITS VEGETAUX	1711	1667	1729	1838	1928	2153	2294	2324	2397	2404
PRODUITS ANIMAUX	72	84	159	204	250	251	264	342	326	298
CEREALES (EXCLU BIÈRE)	684	750	1011	1119	1257	1393	1350	1412	1432	1356
RACINES ET TUBERCULES	329	293	197	1093	138	134	122	67	91	101
EDULCORANTS	147	150	180	210	138	134	122	67	91	101
LEGUMINEUSES SECHES	304	221	84	159	139	220	280	365	340	327
NOIX ET OLEAGINEUX	62	81	71	64	63	97	127	117	148	156
LEGUMES	15	15	12	10	11	11	65	61	59	58
FRUITS (EXCLU VIN)	86	71	64	57	60	76	75	13	14	14
VIANDES ET ABATS	21	26	29	34	29	31	48	56	57	53
ŒUFS	1	1	24	1	1	1	1	2	2	2
POISSON ET FRUITS DE MER	1	11	24	23	18	31	59	65	51	44
LAIT (EXCLU BEURRE)	19	18	28	27	43	73	68	76	67	74
HUILES ET GRAISSES	76	78	144	187	212	210	248	325	350	352
HUILES VEGETALES	44	50	66	89	53	94	160	183	204	239
GRAISSES ANIMALES	31	28	78	99	59	94	160	183	204	239
ÉPICES	1	1	1	119	159	116	88	142	156	113
STIMULANTS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
BOISSONS ALCOOLIQUES	16	17	22	4	4	1	1	2	1	1
PRODUITS DIVERS	20	17	18	34	34	24	21	22	25	28
	PROTEINE (GRAMMES / JOUR)									
TOTAL GENERAL	47.7	45.3	45.0	50.6	54.5	60.5	66.5	65.7	66.2	64.6
PRODUITS VEGETAUX	45.2	41.0	37.5	43.1	46.7	47.2	48.7	46.7	49.2	49.1
PRODUITS ANIMAUX	2.5	4.3	7.5	7.5	7.9	13.3	17.8	20.0	17.0	15.5
CEREALES (EXCLU BIÈRE)	17.8	19.5	26.3	28.2	32.5	35.9	35.3	35.3	35.7	34.9
RACINES ET TUBERCULES	5.0	4.5	3.2	2.0	2.1	1.9	1.7	1.1	1.4	1.5
EDULCORANTS	19.7	14.3	5.4	10.3	9.4	9.9	8.2	7.6	9.6	10.1
LEGUMINEUSES SECHES	0.9	0.9	0.7	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6
NOIX ET OLEAGINEUX	0.8	0.8	0.7	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6
LEGUMES	0.7	0.8	0.7	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6
FRUITS (EXCLU VIN)	0.8	0.8	0.7	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6
VIANDES ET ABATS	1.2	1.4	1.5	0.6	0.7	1.0	0.9	0.6	0.6	0.6
ŒUFS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
POISSON ET FRUITS DE MER	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
LAIT (EXCLU BEURRE)	0.2	1.7	3.9	3.7	2.7	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1
HUILES ET GRAISSES	1.1	1.1	2.0	1.9	3.4	6.6	6.1	9.9	7.9	6.9
HUILES VEGETALES	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1
GRAISSES ANIMALES	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
ÉPICES	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
STIMULANTS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.1	0.1	0.0
BOISSONS ALCOOLIQUES	0.0	0.0	0.2	0.3	0.3	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0
PRODUITS DIVERS	0.2	0.1	0.2	0.1	0.1	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2
	LIPIDES (GRAMMES / JOUR)									
TOTAL GENERAL	28.3	29.2	37.7	43.2	46.7	47.5	53.4	61.7	64.0	65.8
PRODUITS VEGETAUX	22.2	22.6	24.8	25.3	24.9	29.9	36.2	37.5	39.4	43.3
PRODUITS ANIMAUX	6.1	6.6	12.9	17.9	21.8	17.6	17.2	24.2	24.6	22.5
CEREALES (EXCLU BIÈRE)	6.2	6.8	3.1	9.6	11.2	11.5	10.2	9.6	9.1	9.1
RACINES ET TUBERCULES	0.6	0.5	0.4	0.2	0.2	0.2	0.2	0.1	0.2	0.2
EDULCORANTS	1.8	1.3	0.5	0.9	0.9	0.6	0.7	0.7	0.9	0.9
LEGUMINEUSES SECHES	8.1	7.8	0.5	0.9	0.9	0.6	0.7	0.7	0.7	0.7
NOIX ET OLEAGINEUX	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
LEGUMES	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3
FRUITS (EXCLU VIN)	1.7	2.2	2.5	2.9	2.5	2.6	4.1	4.8	5.2	5.6
VIANDES ET ABATS	0.0	0.4	0.6	0.8	0.7	1.1	2.2	2.5	1.9	2.6
ŒUFS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1
POISSON ET FRUITS DE MER	0.0	0.4	0.6	0.8	0.7	1.1	2.2	2.5	1.9	2.6
LAIT (EXCLU BEURRE)	0.8	0.8	0.9	0.9	1.0	1.0	1.0	1.0	1.1	1.5
HUILES ET GRAISSES	5.0	5.6	7.4	7.8	23.6	23.5	27.9	36.4	39.2	39.5
HUILES VEGETALES	3.5	3.1	6.6	13.2	17.6	10.7	16.1	20.6	23.0	27.0
GRAISSES ANIMALES	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0	0.1	0.1	15.8	16.2	12.5
ÉPICES	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
STIMULANTS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
BOISSONS ALCOOLIQUES	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
PRODUITS DIVERS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1	0.2

Fonte: F.A.O., Bilan Alimentaire, Roma, 1989

- 36 -

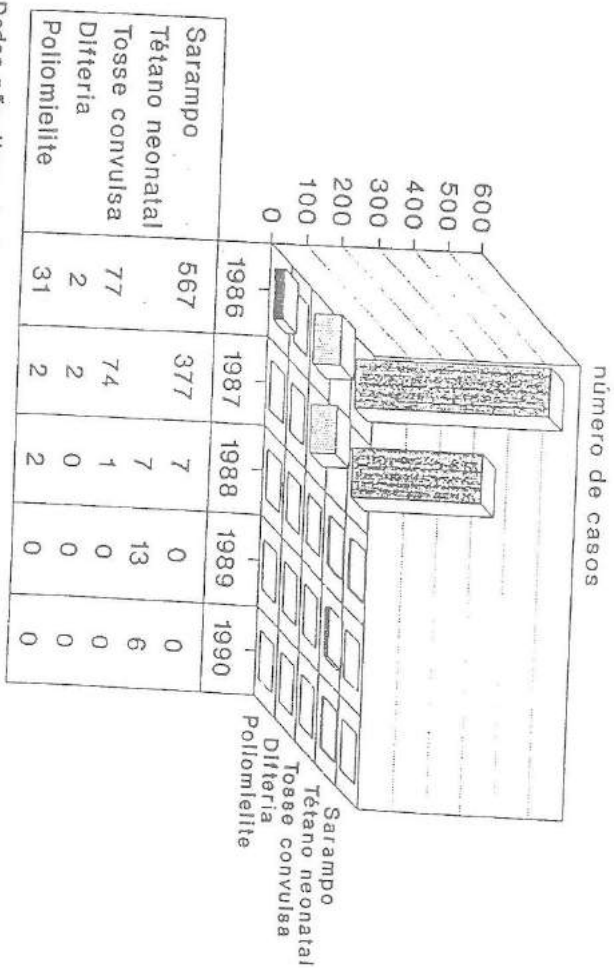
## ANEXO 8

Quadro IX: Transformação industrial e artesanal de alimentos

matérias primas	indústria transformadora	productos
trigo	MOAVE- Indústria de moagem de trigo	farinha de trigo
trigo	FAMA- Indústria de transformação de trigo	massas alimentícias
carne	Unidade agro-industrial Justino Lopes	enchidos, charcuteria
leite de cabra	Unidades artesanais	queijo
leite de vaca em pó	Unidade de reconstituição de leite	leite, iogurt
frutas importadas	Indústria de transformação Doce	geleias e drops
cana de açúcar	Unidades artesanais	aguardente de cana
uvas (nacional)	Cooperativa de produção	vinho
cevada importada e outras	CERIS- Indústria de cervejas e refrigerantes	bebidas refrigerantes e cerveja

## CABO VERDE 1986 - 1990

### Casos declarados de doenças alvo do PAV

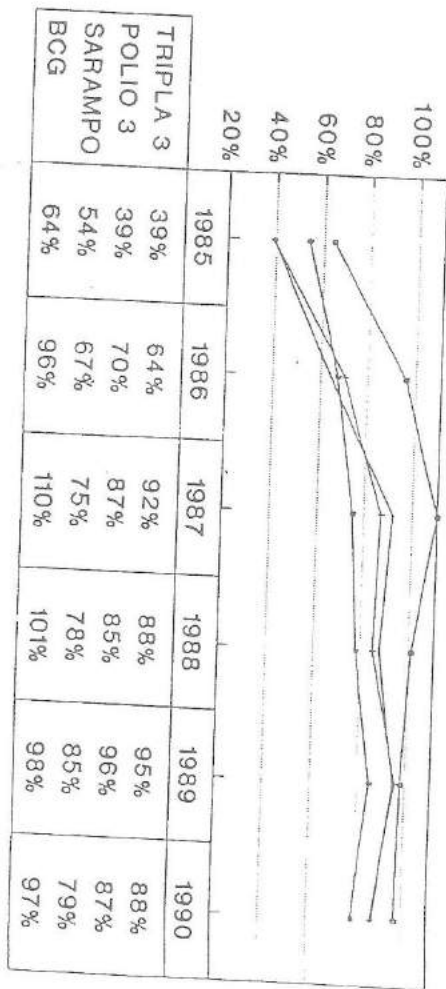


Dados não disponíveis para a tuberculose infantil



CABO VERDE 1985-1990  
 Cobertura Vacinal  
 Para os menores de um ano

Taxas de cobertura



— TRIPLA 3    — POLIO 3    — SARAMPO    — BCG